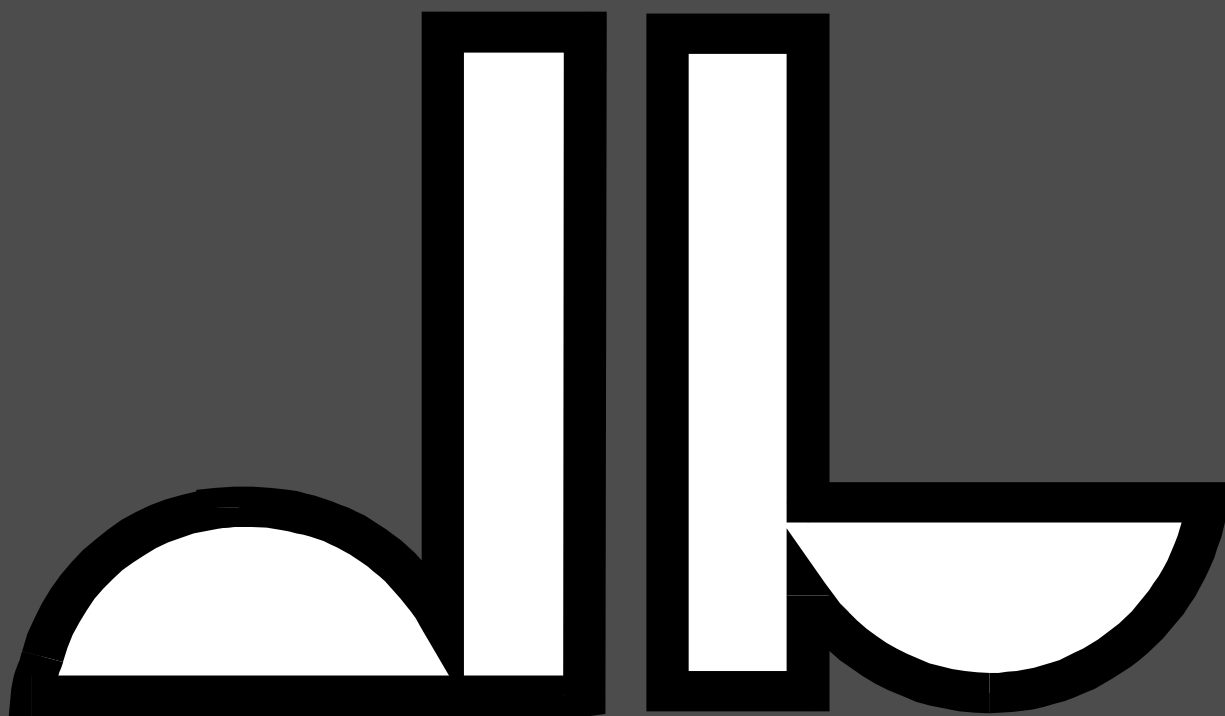




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

---

**ANO LVI - Nº 038-QUINTA-FEIRA, 20 DE SETEMBRO DE 2001-BRASÍLIA-DF**

---

# **MESA DO CONGRESSO NACIONAL**

## **Presidente**

*Senador* **JADER BARBALHO** - PMDB-PA(1)

## **1º Vice-Presidente**

*Deputado* **EFRAIM MORAIS** - PFL-PB

## **2º Vice-Presidente**

*Senador* **ANTONIO CARLOS VALADARES** –  
PSB-SE

## **1º Secretário**

*Deputado* **SEVERINO CAVALCANTI** - PPB-PE

## **2º Secretário**

*Senador* **ANTERO PAES DE BARROS** – PSDB-  
MT

## **3º Secretário**

*Deputado* **PAULO ROCHA** – PT-PA

## **4º Secretário**

*Senador* **MOZARILDO CAVALCANTI** – PFL-  
RR

**(1) Renunciou ao cargo de Presidente do Senado Federal,  
em 18/9/2001**

## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 355, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária do Catolé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba...	18349
Nº 356, de 2001, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à ABC Rádio e Televisão Ltda; para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.....	18349
Nº 357, de 2001, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda; para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.....	18349
Nº 358, de 2001, que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão e TV Jaboticatubas a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais. ....	18349
Nº 359, de 2001, que aprova o ato que renova a permissão à Fundação Santa Luzia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais. ....	18350
Nº 360, de 2001, que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Educacional de Rádio para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.....	18350

#### 2 – ATA DA 17ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE SETEMBRO DE 2001

##### 2.1 – ABERTURA

##### 2.2 – EXPEDIENTE

##### 2.2.1 – Discursos do Expediente (Breves Comunicações)

DEPUTADO RICARDO BARROS – Considerações sobre as ações incluídas na alteração do Plano Plurianual.....	18361
DEPUTADO LUIZ SÉRGIO – Críticas à exclusão de diversos programas essenciais à construção da cidadania e da reparação da dívida social brasileira no Plano Plurianual. ....	18362
DEPUTADO VIRGÍLIO GUIMARÃES – Análise sobre a inclusão dos recursos do FUST – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações no Plano Plurianual. ....	18362
DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL – Necessidade de transparência na aplicação dos recursos do Fundo	

de Universalização dos Serviços de Telecomunicações incluídos no Plano Plurianual. ....	18363
DEPUTADO DR. ROSINHA – Manifestação dos parlamentares da Comissão de Seguridade Social em favor do cumprimento de Emenda Constitucional nº 29 pelo Governo. ...	18364
DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN – Comentários ao processo licitatório para implementar o FUST nas escolas, dificultando o consenso na votação do PPA. ....	18364
DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Contrário aos argumentos do Deputado Alberto Goldman sobre a inviabilização da votação do PPA pelos partidos de oposição...	18365
DEPUTADO IVAN VALENTE – Promoção de discussões que possibilitem melhores alternativas para implantar a informatização nas escolas. ....	18366

DEPUTADO SALOMÃO GURGEL – Defesa da correta aplicação dos recursos da Saúde.... 18367

DEPUTADO WALTER PINHEIRO, como Líder – Solidariedade ao movimento em defesa da Saúde no Brasil. .... 18367

### 2.3 – ORDEM DO DIA

Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 31, de 2001 – CN, que altera programas e ações do Plano Plurianual para o período 2000/2003. (Mensagem nº 514/2001 – CN – 823/2001, na origem). **Aprovado o Substitutivo na Câmara dos Deputados**, com as alterações decorrentes da Errata apresentada, emendas, e alterações propostas pelo relator, tendo usado da palavra os Srs. Sérgio Miranda, Roberto Jefferson, Bispo Wanderval, Fernando Coruja, Dr. Rosinha, Júlio Semeghini e Inocêncio Oliveira, ficando a votação adiada no Senado Federal, em virtude da falta de **quorum**. (Verificação de votação). .... 18368

#### 2.3.1 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 25, terça-feira, às 18 horas e 30 minutos, para a continuação da apreciação do Projeto de Lei nº 31, de 2001 – CN e demais itens da Ordem do dia anteriormente designada. .... 18511

#### 2.3.2 – Discurso encaminhado à publicação

DEPUTADO ARY KARA – Comemoração dos 124 anos de fundação do Distrito de Eugênio de Melo, na região de São José dos Campos/SP.. 18511

### 2.4 – ENCERRAMENTO

### 3 – PARECER

Nº 36, de 2001 – CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, com respectiva Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda. .... 18512

### 4 – EMENDAS

Nºs 213 a 232, adicionadas à Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001. .... 18516

### 5 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

### 6 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)

### 7 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)



## CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 355, DE 2001

**Aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária do Catolé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 109, de 22 de março de 2000, que autoriza a Associação de Difusão Comunitária do Catolé a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 356, DE 2001

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à ABC Rádio e Televisão Ltda; para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 547, de 29 de outubro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 18 de janeiro de 1995, a permissão outorgada à ABC Rádio e Televisão Ltda; para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barbacena, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 357, DE 2001

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda; para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 51, de 2 de março de 2000, que renova por dez anos, a partir de 8 de setembro de 1998, a permissão outorgada à Sociedade Rádio Lagoa FM Ltda; para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barra do Ribeiro, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 358, DE 2001

**Aprova o ato que autoriza a Associação comunitária de radiodifusão e TV Jaboticatubas a executar serviço de radiodi-**

**fusão comunitária na cidade de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 226, de 17 de dezembro de 1999, que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão e TV Jaboticatubas a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 359, DE 2001****Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Santa Luzia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 200, de 31 de maio de 2000, que outorga permissão à Fundação Santa Luzia para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins

exclusivamente educativos, na cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Edison Lobão, Presidente do Senado Federal, Interino, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 360, DE 2001****Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Educacional de Rádio para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 28, de 10 de fevereiro de 2000, que outorga permissão à Fundação Cultural Educacional de Rádio para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 19 de setembro de 2001. – Senador **Edison Lobão**, Presidente do Senado Federal, Interino.

# Ata da 17ª Sessão Conjunta, em 19 de setembro de 2001

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência do Sr. Efraim Moraes*

ÀS 11 HORAS E 55 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Alberto Silva – Alvaro Dias – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Júnior – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Fernando Bezerra – Fernando Matusalém – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Aripino – José Alencar – José Coelho –

José Eduardo Dutra – José Fogaça – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lindberg Cury – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Otavio – Luiz Pontes – Maguito Vilela – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Nilo Teixeira Campos – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Pedro Ubirajara – Renan Calheiros – Ricardo Santos – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valmir Amaral – Waldeck Ornelas – Wellington Roberto.

### RORAIMA

Almir Sá  
Francisco Rodrigues  
Luciano Castro  
Luis Barbosa

**Presentes de Roraima : 4**

### AMAPÁ

Antonio Feijão  
Badu Picanço  
Dr. Benedito Dias  
Eduardo Seabra  
Evandro Milhomen  
Fátima Pelaes  
Jurandil Juarez

**Presentes de Amapá : 7**

### PARÁ

Gerson Peres  
Haroldo Bezerra  
Josué Bengtson  
Nicias Ribeiro  
Raimundo Santos  
Renildo Leal  
Socorro Gomes  
Vic Pires Franco  
Zenaldo Coutinho

**Presentes de Pará : 9**

### AMAZONAS

Arthur Virgílio  
Euler Ribeiro  
Francisco Garcia  
Luiz Fernando  
Pauderney Avelino  
Silas Câmara

**Presentes de Amazonas : 6**

Partido	Bloco
PPB	
PFL	PFL/PST
PFL	PFL/PST
PFL	PFL/PST
PSDB	
PSDB	
PPB	
PTB	
PSB	PSB/PCDOB
PSDB	
PMDB	
PPB	
PSDB	
PTB	
PSDB	
PFL	PFL/PST
PTB	
PCdoB	PSB/PCDOB
PFL	PFL/PST
PSDB	
PSDB	
PFL	PFL/PST
PFL	PFL/PST
PPB	
PFL	PFL/PST
PTB	

	Partido	Bloco
<b>RONDONIA</b>		
Agnaldo Muniz	PPS	PDT/PPS
Confúcio Moura	PMDB	
Eurípedes Miranda	PDT	PDT/PPS
Expedito Júnior	PSDB	
Marinha Raupp	PMDB	
Nilton Capixaba	PTB	
<b>Presentes de Rondonia : 6</b>		
<b>ACRE</b>		
João Tota	PPB	
Márcio Bittar	PPS	PDT/PPS
Sérgio Barros	PSDB	
Zila Bezerra	PTB	
<b>Presentes de Acre : 4</b>		
<b>TOCANTINS</b>		
Darci Coelho	PFL	PFL/PST
Freire Júnior	PMDB	
Igor Avelino	PMDB	
Kátia Abreu	PFL	PFL/PST
Osvaldo Reis	PMDB	
<b>Presentes de Tocantins : 5</b>		
<b>MARANHÃO</b>		
Antonio Joaquim Araújo	PPB	
Cesar Bandeira	PFL	PFL/PST
Costa Ferreira	PFL	PFL/PST
Francisco Coelho	PFL	PFL/PST
Gastão Vieira	PMDB	
João Castelo	PSDB	
Remi Trinta	PL	PL/PSL
Sebastião Madeira	PSDB	
<b>Presentes de Maranhão : 8</b>		

	Partido	Bloco
<b>CEARÁ</b>		
Adolfo Marinho	PSDB	
Almeida de Jesus	PL	PL/PSL
Antonio Cambraia	PSDB	
Arnon Bezerra	PSDB	
Chiquinho Feitosa	PSDB	
Inácio Arruda	PCdoB	PSB/PCDOB
José Linhares	PPB	
José Pimentel	PT	
Léo Alcântara	PSDB	
Manoel Salviano	PSDB	
Marcelo Teixeira	PMDB	
Moroni Torgan	PFL	PFL/PST
Nelson Otoch	PSDB	
Pimentel Gomes	PPS	PDT/PPS
Raimundo Gomes de Matos	PSDB	
Roberto Pessoa	PFL	PFL/PST
Rommel Feijó	PSDB	
Sérgio Novais	PSB	PSB/PCDOB
Vicente Arruda	PSDB	
<b>Presentes de Ceará : 19</b>		
<b>PIAUÍ</b>		
Átila Lira	PSDB	
B. Sá	PSDB	
Heráclito Fortes	PFL	PFL/PST
Marcelo Castro	PMDB	
Mussa Demes	PFL	PFL/PST
Paes Landim	PFL	PFL/PST
Themístocles Sampaio	PMDB	
Wellington Dias	PT	
<b>Presentes de Piauí : 8</b>		
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>		
Laíre Rosado	PMDB	
Lavoisier Maia	PFL	PFL/PST
Salomão Gurgel	PDT	PDT/PPS
<b>Presentes de Rio Grande do Norte : 3</b>		
<b>PARAÍBA</b>		
Armando Abílio	PSDB	
Carlos Dunga	PTB	
Domiciano Cabral	PSDB	
Efraim Morais	PFL	PFL/PST
Enivaldo Ribeiro	PPB	
Inaldo Leitão	PSDB	
Ricardo Rique	PSDB	
Wilson Braga	PFL	PFL/PST
<b>Presentes de Paraíba : 8</b>		

	Partido	Bloco
<b>PERNAMBUCO</b>		
Armando Monteiro	PMDB	
Djalma Paes	PSB	PSB/PCDOB
Eduardo Campos	PSB	PSB/PCDOB
Fernando Ferro	PT	
Gonzaga Patriota	PSB	PSB/PCDOB
Inocência Oliveira	PFL	PFL/PST
João Colaço	PMDB	
Joel De Hollanda	PFL	PFL/PST
José Chaves	PMDB	
José Múcio Monteiro	PSDB	
Luiz Piauhyllino	PSDB	
Pedro Corrêa	PPB	
Pedro Eugênio	PPS	PDT/PPS
Ricardo Fiuza	PPB	
Wolney Queiroz	PDT	PDT/PPS
<b>Presentes de Pernambuco : 15</b>		
<b>ALAGOAS</b>		
Augusto Farias	PPB	
Divaldo Suruagy	PST	PFL/PST
Helenildo Ribeiro	PSDB	
<b>Presentes de Alagoas : 3</b>		
<b>SERGIPE</b>		
Augusto Franco	PSDB	
Cleonâncio Fonseca	PPB	
Ivan Paixão	PPS	PDT/PPS
José Teles	PSDB	
Tânia Soares	PCdoB	PSB/PCDOB
<b>Presentes de Sergipe : 5</b>		

	Partido	Bloco
<b>BAHIA</b>		
Benito Gama	PMDB	
Claudio Cajado	PFL	PFL/PST
Coriolano Sales	PMDB	
Félix Mendonça	PTB	
Francistônio Pinto	PFL	PFL/PST
Gerson Gabrielli	PFL	PFL/PST
Jaime Fernandes	PFL	PFL/PST
Jairo Carneiro	PFL	PFL/PST
João Almeida	PSDB	
João Leão	PPB	
Jonival Lucas Junior	PMDB	
Jorge Khoury	PFL	PFL/PST
José Carlos Aleluia	PFL	PFL/PST
José Rocha	PFL	PFL/PST
Jutahy Junior	PSDB	
Leur Lomanto	PMDB	
Luiz Moreira	PFL	PFL/PST
Milton Barbosa	PFL	PFL/PST
Paulo Braga	PFL	PFL/PST
Paulo Magalhães	PFL	PFL/PST
Pedro Irujo	PFL	PFL/PST
Reginaldo Germano	PFL	PFL/PST
Roland Lavigne	PMDB	
Saulo Pedrosa	PSDB	
Ursicino Queiroz	PFL	PFL/PST
Waldir Pires	PT	
<b>Presentes de Bahia : 26</b>		

	Partido	Bloco
<b>MINAS GERAIS</b>		
Antônio do Valle	PMDB	
Aracely de Paula	PFL	PFL/PST
Custódio Mattos	PSDB	
Danilo de Castro	PSDB	
Edmar Moreira	PPB	
Eduardo Barbosa	PSDB	
Elias Murad	PSDB	
Eliseu Resende	PFL	PFL/PST
Hélio Costa	PMDB	
Herculano Anghinetti	PPB	
Ibrahim Abi-Ackel	PPB	
João Magalhães	PMDB	
João Magno	PT	
Lael Varella	PFL	PFL/PST
Márcio Reinaldo Moreira	PPB	
Marcos Lima	PMDB	
Maria Lúcia	PMDB	
Mário Assad Júnior	PFL	PFL/PST
Mauro Lopes	PMDB	
Odelmo Leão	PPB	
Olimpio Pires	PDT	PDT/PPS
Osmânio Pereira	PSDB	
Rafael Guerra	PSDB	
Romel Anizio	PPB	
Ronaldo Vasconcellos	PL	PL/PSL
Saulo Coelho	PSDB	
Sérgio Miranda	PCdoB	PSB/PCDOB
Silas Brasileiro	PMDB	
Vittorio Mediolí	PSDB	
Walfrido Mares Guia	PTB	
Zezé Perrella	PFL	PFL/PST
<b>Presentes de Minas Gerais : 31</b>		
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		
Feu Rosa	PSDB	
José Carlos Elias	PTB	
José Carlos Fonseca Jr.	PFL	PFL/PST
Luiz Durão	PFL	PFL/PST
Max Mauro	PTB	
Ricardo Ferraço	PPS	PDT/PPS
Rita Camata	PMDB	
<b>Presentes de Espírito Santo : 7</b>		



	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>
<b>RIO DE JANEIRO</b>		
Aldir Cabral	PFL	PFL/PST
Alexandre Santos	PSDB	
Almerinda de Carvalho	PPB	
Candinho Mattos	PSDB	
Carlos Santana	PT	
Cornélio Ribeiro	PL	PL/PSL
Dino Fernandes	PPB	
Dr. Heleno	PSDB	
Eurico Miranda	PPB	
Fernando Gonçalves	PTB	
Itamar Serpa	PSDB	
Jair Bolsonaro	PPB	
Jandira Feghali	PCdoB	PSB/PCDOB
João Mendes	PMDB	
José Carlos Coutinho	PFL	PFL/PST
Laura Carneiro	PFL	PFL/PST
Luiz Ribeiro	PSDB	
Luiz Sérgio	PT	
Milton Temer	PT	
Miriam Reid	PSB	PSB/PCDOB
Paulo Baltazar	PSB	PSB/PCDOB
Paulo de Almeida	PST	PFL/PST
Paulo Feijó	PSDB	
Reinaldo Gripp	PL	PL/PSL
Roberto Jefferson	PTB	
Rodrigo Maia	PFL	PFL/PST
Rubem Medina	PFL	PFL/PST
Simão Sessim	PPB	
<b>Presentes de Rio de Janeiro : 28</b>		

	Partido	Bloco
<b>SÃO PAULO</b>		
Alberto Goldman	PSDB	
Aldo Rebelo	PCdoB	PSB/PCDOB
André Benassi	PSDB	
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	
Antonio Kandir	PSDB	
Arnaldo Faria de Sá	PTB	
Arnaldo Madeira	PSDB	
Ary Kara	PPB	
Celso Russomanno	PPB	
Chico Sardelli	PFL	PFL/PST
Corauci Sobrinho	PFL	PFL/PST
De Velasco	PSL	PL/PSL
Dr. Hélio	PDT	PDT/PPS
Duilio Pisaneschi	PTB	
Emerson Kapaz	PPS	PDT/PPS
Fernando Zuppo	PSDC	
Gilberto Kassab	PFL	PFL/PST
Ivan Valente	PT	
Jair Meneguelli	PT	
João Eduardo Dado	PMDB	
Jorge Tadeu Mudalen	PMDB	
José Aníbal	PSDB	
José de Abreu	PTN	
José Dirceu	PT	
José Genoíno	PT	
Julio Semeghini	PSDB	
Lamartine Posella	PMDB	
Luciano Zica	PT	
Luiz Antonio Fleury	PTB	
Marcos Cintra	PFL	PFL/PST
Michel Temer	PMDB	
Milton Monti	PMDB	
Nelo Rodolfo	PMDB	
Nelson Marquzezelli	PTB	
Neuton Lima	PFL	PFL/PST
Paulo Kobayashi	PSDB	
Paulo Lima	PMDB	
Professor Luizinho	PT	
Ricardo Izar	PSDB	
Rubens Furlan	PPS	PDT/PPS
Salvador Zimbaldi	PSDB	
Sampaio Dória	PSDB	
Silvio Torres	PSDB	
Vadão Gomes	PPB	
Wagner Rossi	PMDB	
Wagner Salustiano	PPB	
Xico Graziano	PSDB	
Zulaiê Cobra	PSDB	
<b>Presentes de São Paulo : 48</b>		

	Partido	Bloco
<b>MATO GROSSO</b>		
Celcita Pinheiro	PFL	PFL/PST
Lino Rossi	PSDB	
Murilo Domingos	PTB	
Ricarte de Freitas	PSDB	
<b>Presentes de Mato Grosso : 4</b>		
<b>DISTRITO FEDERAL</b>		
Agnelo Queiroz	PCdoB	PSB/PCDOB
Jorge Pinheiro	PMDB	
Wigberto Tartuce	PPB	
<b>Presentes de Distrito Federal : 3</b>		
<b>GOIÁS</b>		
Aldo Arantes	PCdoB	PSB/PCDOB
Jovair Arantes	PSDB	
Juquinha	PSDB	
Lidia Quinan	PSDB	
Lúcia Vânia	PSDB	
Luiz Bittencourt	PMDB	
Pedro Canedo	PSDB	
Pedro Chaves	PMDB	
Roberto Balestra	PPB	PFL/PST
Ronaldo Caiado	PFL	
Vilmar Rocha	PFL	
<b>Presentes de Goiás : 11</b>		
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>		
Dr. Antonio Cruz	PMDB	PT
Manoel Vitorio	PT	
Marçal Filho	PMDB	
Marisa Serrano	PSDB	
Waldemir Moka	PMDB	
<b>Presentes de Mato Grosso do Sul : 5</b>		

	Partido	Bloco
<b>PARANÁ</b>		
Abelardo Lupion	PFL	PFL/PST
Alex Canziani	PSDB	
Chico da Princesa	PSDB	
Dilceu Sperafico	PPB	
Dr. Rosinha	PT	
Gustavo Fruet	PMDB	
Iris Simões	PTB	
Ivanio Guerra	PFL	PFL/PST
José Borba	PMDB	
José Carlos Martinez	PTB	
Luciano Pizzatto	PFL	PFL/PST
Márcio Matos	PTB	
Moacir Micheletto	PMDB	
Nelson Meurer	PPB	
Oliveira Filho	PL	PL/PSL
Osmar Serraglio	PMDB	
Ricardo Barros	PPB	
Rubens Bueno	PPS	PDT/PPS
Santos Filho	PFL	PFL/PST
Werner Wanderer	PFL	PFL/PST
<b>Presentes de Paraná : 20</b>		
<b>SANTA CATARINA</b>		
Antônio Carlos Konder Reis	PFL	PFL/PST
Edinho Bez	PMDB	
Eni Voltolini	PPB	
Fernando Coruja	PDT	PDT/PPS
Gervásio Silva	PFL	PFL/PST
Hugo Biehl	PPB	
João Matos	PMDB	
João Pizzolatti	PPB	
Paulo Gouvêa	PFL	PFL/PST
Pedro Bittencourt	PFL	PFL/PST
Renato Vianna	PMDB	
Vicente Caropreso	PSDB	
<b>Presentes de Santa Catarina : 12</b>		
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		
Alceu Collares	PDT	PDT/PPS
Augusto Nardes	PPB	
Cezar Schirmer	PMDB	
Darcísio Perondi	PMDB	
Enio Bacci	PDT	PDT/PPS
Ezidio Pinheiro	PSB	PSB/PCDOB
Fetter Junior	PPB	
Luis Carlos Heinze	PPB	
Nelson Marchezan	PSDB	
Osmar Terra	PMDB	
Osvaldo Biolchi	PMDB	
Roberto Argenta	PHS	
Telmo Kirst	PPB	
<b>Presentes de Rio Grande do Sul : 13</b>		

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – As listas de presença acusam o comparecimento de 75 Srs. Senadores e 318 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Barros.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, pretendemos nesta sessão concluir a votação das alterações do PPA, cujo parecer do Relator, Deputado Santos Filho, encontra-se sobre as bancadas.

O PPA trata não só do Fust, que tem sido o assunto mais destacado, mas também de diversos importantes programas do Governo Federal, que passo a listar, até para que os Srs. Parlamentares tenham noção clara da importância da matéria e acorram ao plenário, porque teremos, em seguida, o início da votação, uma vez que a discussão e o encaminhamento da proposta já estão concluídos. Como passaremos diretamente à votação das matérias, gostaríamos de contar com a presença dos Srs. Parlamentares.

Sr. Presidente, temos neste PPA o Programa Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, que vai atender a diversas ações do Governo, especialmente a de proporcionar acesso à Internet nas escolas com mais de 600 alunos em todo o Brasil, indistintamente.

Há o Programa Gestão da Política de Controle Interno e Externo do Poder Executivo Federal; o Programa Responsabilidade Fiscal para a Estabilidade, que visa contribuir para a melhoria da gestão pública e desempenho fiscal da União, Estados e Municípios; o Programa Esporte na Escola; o Programa Governo Eletrônico, que visa assegurar a universalização e a democratização dos serviços e informações da administração pública, além de proporcionar ganhos de produtividade e redução de custos nas transações que envolvam o setor público. Nós já votamos aqui. Temos uma medida provisória sobre o pregão, que já evoluiu bastante, e pretendemos apreciá-la sob a nova ordem que vamos estabelecer. Aliás, o Congresso Nacional deve deliberar sobre projeto de decreto legislativo que estabelecerá a nova ordem de apreciação das medidas provisórias, sob a luz da emenda constitucional aprovada recentemente. Portanto, aprovado esse projeto de decreto legislativo, teremos uma regra e, de acordo com ela, as medidas provisó-

rias serão apreciadas, primeiramente na Câmara dos Deputados e depois no Senado. Vamos ter a possibilidade de incluir, por ocasião da conversão do projeto de lei do pregão, os Estados e Municípios na vantagem desse novo sistema de comercialização do Governo, que tem apresentado resultados fantásticos, com economia de até 40% nas compras do Governo.

Há o Programa Comércio Eletrônico; o Programa Educação Fiscal; o Programa Desenvolvimento de Floricultura e Plantas Ornamentais – PROFLORES; o Programa Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos; que é fundamental e tem grande repercussão, especialmente na área ambiental; o Programa Organização Produtiva de Comunidades Pobres – PRONAGER; o Programa Proteção da Adoção Internacional; o Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas; o Programa Gestão da Política de Comunicações; o Programa Inovação Tecnológica em Telecomunicações; o Programa Mobilização para Defesa Nacional; e o Programa Operações Militares.

Fica claro, portanto, que são inúmeras as ações incluídas na alteração do Plano Plurianual. Não é apenas a questão do Fust. Se fosse somente a questão do Fust já seria uma grande ação de Governo para consolidar a universalização do acesso e a democratização dos recursos do Poder Público.

É importante ressaltar que o Relator, Deputado Santos Filho, analisou as 480 emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 16, relatado pelo Senador Jonas Pinheiro e que era uma primeira alteração do PPA encaminhada no ano passado pelo Poder Executivo, que, uma vez mantidas, somaram-se a mais 400 novas emendas apresentadas a esse Projeto de Lei nº 31, cujo parecer votaremos hoje. O Deputado Santos Filho procurou atender a todos os pleitos dos Parlamentares e incluir todos os programas sugeridos, embora não tenha podido atender ao volume de recursos solicitados – havia mais de 50 bilhões de reais em propostas de recursos para o PPA nas emendas dos Parlamentares –, procurando acatar aquelas de valores menores.

S.Exa. acatou, de forma clara, a inclusão no PPA dos programas propostos pelos Parlamentares, de modo que daqui para a frente o Parlamentar – já no Orçamento de 2002, que se encontra em tramitação na Casa, cujo prazo de emendas inicia-se no próximo dia 4 de outubro e será relatado pelo Deputado Sampaio Dória – terá a oportunidade de ser atendido nos seus pleitos pelo Relator Santos Filho, que destinará recursos para essas ações no Orçamento da União.

Refaço aqui a convocação. Peço aos Srs. Parlamentares que acorram ao plenário, porque teremos

uma votação importante dessa matéria e de outras matérias que estão na pauta do Congresso Nacional, inclusive um crédito extraordinário importante para o combate à seca, que será votado, em caráter de urgência, nesta sessão logo após a votação do PPA.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Sérgio, que disporá de cinco minutos.

**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, esta Casa vive, nesses dias em que estamos votando o PPA, uma contradição que aumenta muito o fosso existente entre aqueles que vão debater nas ruas, nos sindicatos, nas associações de classe, nos movimentos populares e aqueles que aqui chegando curvam-se a arranjos que nem sempre expressam os debates feitos durante as campanhas eleitorais.

O PPA, somente no segundo anexo, altera a denominação de 44 objetivos de 96 programas e os exclui. Agora, o mais esterecedor é que os programas que estão sendo excluídos do PPA são exatamente aqueles que muitos Deputados e Senadores, nas épocas eleitorais, nos debates nos sindicatos de classe e de categoria, comprometem-se a defender neste plenário, mas aqui vemos que muitos programas essenciais à construção da cidadania e da reparação dessa dívida social do Brasil com milhares de brasileiros estão sendo excluídos como se não tivéssemos percebendo.

Retirar o programa de adequação das rodovias federais é uma brutalidade para um País que já está no apagão por falta de energia e que poderá ter paralisia nas suas rodovias pela dificuldade de se transitar.

Retirar o programa de atendimento à mulher é, na realidade, negar o que a maioria dos Parlamentares debateram na maior parte das Capitais brasileiras, ou seja, que esse programa é essencial à construção da cidadania.

Retirar o programa de controle da dengue e de controle da malária é uma brutalidade para um País que no próximo verão terá epidemia de dengue na maioria das Capitais brasileiras, como ocorreu no verão passado, com reflexos diretos em setores econômicos, pois o número de trabalhadores ausentes por licenças médicas foi em decorrência de dengue e o número de trabalhadores mortos foi em decorrência de dengue hemorrágica.

Vamos assistir novamente a este capítulo amargo da história social brasileira e nos reunir em busca

de uma resposta a essa crise. No entanto, este era o momento de ser manter esses programas para que pudéssemos trabalhar na prevenção e não depois correr atrás do prejuízo.

Programas como o do turismo cultural é uma necessidade para se desenvolver no País umas das atividades que mais têm crescido mundialmente. Não é possível que alguns países latino-americanos recebam muito mais turistas do que o Brasil, que tem história, tradição e patrimônio cultural. Não podemos retirar do PPA esse programa que inclui o turismo cultural, o turismo no coração do Brasil, no Nordeste, no Sudeste e no Sul. Na verdade, esses programas são uma necessidade para se alavancar um setor que tem tudo para gerar empregos, divisas e engrandecer ainda mais este nosso País.

É inaceitável que programas como o da extensão universitária estejam sendo cortados do PPA. Isso mostra claramente que a direção política do PPA não está indo ao encontro do comprometimento dos Parlamentares na discussão nos sindicatos e nas comunidades, na época da campanha eleitoral, uma vez que pregam um discurso, mas a prática é contrária a tudo aquilo que falam nas ruas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Com a palavra o nobre Deputado Virgílio Guimarães, que dispõe de até cinco minutos.

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES** (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, nesta discussão da revisão do Plano Plurianual, há um assunto que acabou dominando as atenções desta Casa e do País. Trata-se da inclusão no PPA dos recursos do Fust – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

É importante que o povo brasileiro, que nos acompanha pela transmissão direta da televisão ou pelo noticiário das rádios e jornais, saiba exatamente o que se passa, o que se discute e o que se disputa, por assim dizer, nesta Casa em torno do Fust. O Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações é uma unanimidade. É bom lembrar que a primeira iniciativa legal nesse sentido foi do nosso companheiro do PT, Deputado José Pimentel, tanto é que o projeto do Governo foi apensado ao projeto original. Portanto, queremos o Fust, a universalização dos serviços, a Internet nas escolas, nas bibliotecas, nos postos de saúde, nas fronteiras, em todos os lugares.

Há duas questões que foram disputadas aqui. A primeira refere-se à plataforma operacional. O Governo definiu inicialmente sua opção pela Microsoft, pelo **Windows** exclusivamente. Entendemos isso como um erro, porque precisamos de um **software** aberto, livre, ao qual todos tivessem acesso, até para que não ficassemos depois presos exclusivamente a uma determinada empresa com fortes tendências monopolistas e que nossos estudantes e professores pudessem também se desenvolver, de maneira mais arrojada, em torno da produção de seus próprios **softwares**.

A solução para esse primeiro assunto foi encontrada: apresentei uma emenda, em nome do PT, que foi incorporada pelo Relator, Deputado Santos Filho. Depois a emenda foi aperfeiçoada com o texto dos Deputados Walter Pinheiro e Julio Semeghini. De acordo com a emenda, os dois sistemas operacionais vão conviver com um aumento leve nos custos, num primeiro momento, mas com ganhos inegáveis no futuro. Teremos, portanto, a plataforma mais conhecida, que é o sistema **Windows**, da Microsoft, convivendo, no mesmo equipamento, com o **software** livre e suas plataformas abertas.

Essa foi uma solução a contento encontrada em plenário e que hoje é vista como um exemplo do que pode ser a solução para o segundo assunto, em torno do qual há uma queda de braço, como costumamos dizer, uma disputa em plenário, que levou à obstrução por parte da Oposição. Trata-se dos critérios para a licitação de aquisição dos equipamentos.

As empresas prestadoras de serviços de telecomunicações vão, pelo edital, fornecer também os computadores, os terminais da Internet. Entendemos que isso não seria o mais adequado. Como se trata de investimento, o mais adequado seriam licitações próprias. Mas já existe a lei do Fust, que determina orientações a respeito disso e abre espaço para que esse processo seja feito através das empresas. Nesse instante, queremos também solucionar esse impasse, Sr. Presidente, estabelecendo critérios transparentes a serem adotados nessa licitação; determinando que a Anatel, o Ministério das Comunicações e esta Casa, com os fornecedores de equipamentos e as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, podem estabelecer um termo de convívio, um protocolo que presidiria a compra desses equipamentos, para que a população brasileira tenha certeza de que o equipamento nacional é prioritário, que os preços são compatíveis; enfim, que toda a sociedade possa acompanhar o processo; que o desenvolvimento tecnológico nacional, o nosso projeto industrial para a área seja

prioritário e possa beneficiar-se do impulso do Fust junto à produção nacional.

Para concluir, nobre Presidente, chamo a atenção das Lideranças da Casa, da Anatel e de todos, para que possamos avançar rapidamente numa solução que me parece estar ao alcance dos olhos, ao alcance das mãos. Vamos trabalhar essa solução, assegurando num termo incorporado ao edital que as empresas nacionais tenham pleno acesso a todas as compras feitas, que os preços sejam levados em conta também, haja critérios e não existam possibilidades de benefícios proporcionados pelas empresas de prestação de serviços de telecomunicações, seja por motivos comerciais, seja por motivos de participação societária. Encontrando esse caminho, sem dúvida nenhuma poderemos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Pimentel, que disporá de cinco minutos na tribuna.

**O SR. JOSÉ PIMENTEL** (PT – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, sou o autor do projeto de lei que resultou na Lei nº 9.998, que criou o Fust – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. À época dos debates, tivemos muitas dificuldades com os vários segmentos que têm representação nesta Casa, mas, após uma série de conversas em audiências públicas e entendimentos, aprovou-se, por unanimidade, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a criação desse Fundo. O objetivo principal do Fust, que hoje disciplina o PPA, diz respeito a equipar todas as escolas públicas do Brasil, sejam elas de ensino fundamental, sejam elas de médio ou universitário, com acesso à Internet; equipar todos os hospitais públicos do País, por menor que sejam eles, também com acesso à Internet; equipar todas as bibliotecas públicas, sejam elas grandes ou pequenas, dos pequenos Municípios, dos Distritos, interligando-as a uma grande rede.

Dessa forma, o estudante da menor cidade do menor Município do País poderá ter acesso ao conhecimento. Igualmente, pretende equipar todas as delegacias de polícia para que se facilitem o intercâmbio do conhecimento e o combate à violência, ao mesmo tempo, permitindo que todas as organizações não-governamentais que atuam com pessoas portadoras de limitações possam também receber esses incentivos.

Essa lei também assegurou que as Regiões Norte e Nordeste receberão, no mínimo, 30% desses recursos, como forma de diminuir as desigualdades

entre as outras regiões do País. Ela assegura também que, no mínimo, 18% dos recursos sejam destinados às escolas públicas.

Após um grande debate, nos anos de 1997, 1998, 1999 e 2000, esse projeto de lei foi aprovado por unanimidade. Se dependesse do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, ele teria sido aprovado em 1997, e o Fundo estaria vigorando desde 1998, e não a partir de 2001, como aconteceu, em face da resistência de alguns segmentos.

Deparamos agora com outro impasse. O Governo pretende priorizar determinado segmento, o que, na nossa leitura, dificulta a universalização e a ampliação desses serviços. Exatamente por isso esperamos que, da mesma forma que as Lideranças nesta Casa tiveram a capacidade política de redigir um texto aprovado por unanimidade, tenhamos também a grandeza de introduzir o Sistema Linux de acesso, para que efetivamente possamos concluir todo esse processo que foi objeto de discussão de amplo debate.

Temos clareza também de que é fundamental que as escolas públicas tenham o mesmo conhecimento e a mesma forma de fornecimento de dados, a fim de que possamos, no dia de amanhã, fazer com que os estudantes das redes públicas de ensino tenham os mesmos conhecimentos dos estudantes da rede particular.

É preciso registrar que o montante de recursos consignados no Fundo – tão fundamental para o País – é de suma importância para a transparência da fiscalização, para que futuramente não vire um Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR, ou um Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM, que terminaram sendo extintos em face da forma de aplicação de seus recursos e da falta de transparência nas suas negociações.

Hoje as Regiões Norte e Nordeste entendem que perderam muitos recursos com a extinção da Sudene e da Sudam.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, espero que nossas Lideranças tenham capacidade política de encontrar uma saída, para que esse Fundo que está sendo constituído seja efetivamente um grande instrumento de combate à exclusão social, às desigualdades regionais e, acima de tudo, para trazer qualidade às instituições públicas.

Desejo que nesta sessão de hoje tenhamos a capacidade política de encontrar uma saída, como encontramos na redação do projeto de lei que resultou na Lei nº 9.998, hoje objeto de discussão nesta Casa.

**O SR. DR. ROSINHA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. está cercado por Parlamentares da Comissão de Seguridade Social, todos usando traje branco, com o fim de cobrar o cumprimento da Emenda Constitucional nº 29. O Ministério da Fazenda interpretou-a, reduzindo os recursos em cerca de 2 bilhões de reais para o ano que vem. Como antigos militantes do setor da saúde, não podemos permitir essa interpretação.

Portanto, Sr. Presidente, juntos com V.Exa. e com os demais Congressistas, viemos pedir, com este ato, o apoio de todos, uma vez que a emenda foi aprovada por unanimidade, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, sem emendas. Isso porque houve um acordo entre todos os partidos e o Governo, por meio do próprio Ministério da Fazenda.

Receba, V.Exa., das mãos da nossa Presidenta, Deputada Laura Carneiro, um avental branco, para usá-lo durante esta sessão, significando seu apoio à Emenda Constitucional nº 29. (Palmas.)

Sr. Presidente, solicitamos a V.Exa. que o vista, defendendo conosco mais verbas para a saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – A Mesa une-se ao grupo e estará à disposição para trabalharmos por esta grande causa brasileira.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Concedo a palavra ao Deputado Alberto Goldman. S.Exa. dispõe de até cinco minutos.

**O SR. ALBERTO GOLDMAN** (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não sei se devo esperar os Parlamentares vestidos de branco saírem da Mesa para começar o meu discurso. Afinal, é um prazer evidentemente saber que estão lutando por uma causa que, sem dúvida alguma, é de interesse da população.

Sr. Presidente, ontem não pude levar adiante a discussão do PPA e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust. Procurei restringir-me àquilo que era objeto da nossa discussão. Na realidade, estamos discutindo e votando a introdução ou não de recursos para que a universalização possa ser executada nos termos de uma legislação que já aprovamos, ou seja, a que criou o Fust. Não seria conveniente discutirmos questões que não estão afetas à competência desta Casa. Refiro-me à licitação que está sendo elaborada pela Anatel.



Já que o assunto está sendo discutido, externei ontem desta tribuna minha visão a respeito da necessidade da aprovação do PPA. Ninguém vai convencer-me do contrário. Alguns estão radicalizando. Não querem votar o PPA. Eles estão menos preocupados com a licitação e mais preocupados em que não seja, de fato, investido recurso vultoso do Tesouro Nacional para a educação das nossas crianças. Há nessa obstrução um indiscutível componente político, contrário aos interesses do País. Não posso deixar de expor meu ponto de vista, uma vez que tenho convicção dele.

A questão hoje em debate já havia sido levantada por ocasião da discussão da Lei Geral das Telecomunicações. À época, introduzimos na Lei Geral o § 3º do art. 7º, que determinava que qualquer tipo de compra de bens ou serviços por parte das operadoras ou concessionárias fosse feito abertamente, de acordo com as leis de concorrência do mercado. Ficou igualmente determinado que qualquer ação por parte das operadoras, que não fosse na direção de abrir concorrência aos fornecedores de bens e serviços, poderia ser classificada de agressão à legislação que trata da proteção da concorrência, contra o abuso do poder econômico.

Já àquela época, quando se fizeram as licitações do sistema telefônico, foi introduzido no edital o item 15.8, que repetia os termos acima mencionados, obrigando as empresas candidatas a concessionárias a tornarem pública qualquer intenção de compra de bem ou serviço – tal como são elas hoje obrigadas a proceder, por contrato –, de maneira que qualquer empresa nacional pudesse participar do processo concorrencial.

E agora, na licitação para compra dos equipamentos e para a contratação das empresas que vão implementar o Fust nas escolas, particularmente em relação à compra dos computadores, também é obrigação das empresas, conforme está no edital, tornarem pública sua compra. A população e todos aqueles empresários, seja no setor industrial, seja no setor de serviços, devem ter a oportunidade de participar do processo de concorrência.

A licitação estabelece alguns itens. Em primeiro lugar, tem de ser dada prioridade à empresa nacional com tecnologia brasileira; em segundo, à empresa nacional. Só a partir daí é que qualquer outra empresa poderá se inscrever, em condições de igualdade, na licitação. Deve ter prioridade a empresa nacional com tecnologia nacional.

Logo, todas as exigências feitas pela Oposição estão cumpridas. Já estavam cumpridas na Lei Geral

das Telecomunicações, estão cumpridas nos editais que as concessionárias foram obrigadas a assinar quando venceram as licitações, e estão incluídas agora na licitação que se pretende fazer para a aplicação dos recursos do Fust.

Tudo aquilo que tem sido dito não corresponde absolutamente à realidade. É um jogo político, de interesse eleitoral que, infelizmente, contraria os grandes interesses da população brasileira.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Orlando Fantazzini.

**O SR. ORLANDO FANTAZZINI** (PT – SP.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, tive a sorte de poder manifestar-me logo após a intervenção do Deputado Alberto Goldman. S.Exa. disse que a Oposição radical pretende inviabilizar a utilização dos recursos do Fust com o objetivo de atrapalhar o País. Entretanto, esqueceu-se de dizer que estamos travando uma disputa não apenas no sentido da inclusão dos recursos do Fust, mas também contra a exclusão de programas que reputamos de grande relevância para o País.

É provável que tais programas não tenham importância ou significado algum para o Deputado Alberto Goldman. Dos 24 programas oriundos do PPA, cito alguns que reputamos de muita importância e estão sendo excluídos: o de atendimento à mulher, os de educação e profissionalização dos portadores de deficiência auditiva e visual, o de enfrentamento da pobreza, o de extensão universitária, além do de prevenção e controle de doenças como a dengue e a malária.

Talvez quem esteja buscando trazer prejuízo ao País não seja a Oposição, mas justamente o bloco governista, que procura de todas as formas viabilizar recursos com o discurso, até certo ponto demagogo, de que temos de liberá-los para que as criancinhas pobres que estudam em escolas públicas também possam ter acesso a computadores. Mas esquecem-se das criancinhas que também merecem atendimento especial do País, principalmente aquelas portadoras de deficiência visual, as quais da mesma forma sofrem com a pobreza.

É preciso deixar claro que nossa batalha, nossa luta tem sido no sentido de que os recursos sejam usados, mas não canalizados para satisfação do interesse de empresas que já na privatização tiveram grande privilégio e vantagem sobre o povo brasileiro. Mais uma vez querem favorecer as mesmas empresas de telecomunicações, que não trabalham com

venda de computadores, para que elas também participem da licitação. Queremos que os recursos sejam utilizados, mas com responsabilidade, como também lutamos e defendemos que programas de relevância e importância para a Nação brasileira não sejam excluídos da forma como está sendo feito no PPA.

Deputado Alberto Goldman, fica nosso questionamento: quem será que está mais preocupado com a Nação? Será V.Exa., com o discurso que trata única e exclusivamente do Fust, em detrimento de tantos outros programas de relevância para o País, os quais talvez para V.Exa. e o Governo Federal não tenham quaisquer importância e significado?

Já usamos esta tribuna para denunciar a não-utilização de cerca de 7 milhões de reais do orçamento-criança. Em seis meses, o Governo Federal despendeu apenas 1,3 milhão de reais com ele, o que significa menos de 20%.

Quem será que está com a preocupação de defender os interesses do País? Ou será que a bancada governista e o Governo Fernando Henrique têm como único interesse – o mesmo de sempre – curvar-se às determinações do Fundo Monetário Internacional, fazendo com que, mais uma vez, as empresas saiam vitoriosas em seus lucros dessa licitação com os recursos do Fust?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, o nobre Deputado Ivan Valente.

**O SR. IVAN VALENTE** (PT - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a discussão realizada ontem no Congresso a respeito do PPA e do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações demonstra que nesta Casa o debate político pode aprofundar discussões, mas, por outro lado, pode servir à manipulação política.

Temos visto, pelos meios de comunicação, como o Ministério da Educação, em particular, vive de **marketing** político. É o caso da discussão sobre a Bolsa-Escola em que o Ministério faz luta política com a Oposição porque Prefeituras ainda não se inscreveram para receber os quinze reais referentes ao projeto. Enquanto isso, o Governo deixa de repassar aos Municípios 8 bilhões e 150 milhões de reais pelo não-cumprimento da Lei nº 9.424, sobre suplementação do FUNDEF, e fica fazendo demagogia.

Na discussão sobre a chegada às escolas de informática do Fundo de Telecomunicações para viabilizar a informatização do ensino, nunca se viu tanta demagogia.

Não é possível que esta Casa não promova séria discussão sobre o que é colocar 290 mil computadores nas escolas – com impressoras, estabilizadores, programas de **software** e outros equipamentos necessários – oriundos de uma única empresa: a Microsoft.

Por outro lado – e pior ainda –, o Governo fez um acordo com as empresas de telefonia, beneficiárias de um processo de privatização que representou imenso baque na economia brasileira ao transferir recursos públicos, inclusive do BNDES, para grandes empresas obterem lucros astronômicos – empresas de telefonia que seriam responsáveis por vender computadores às escolas.

É lógico que nesse meganegócio há imensa articulação. É óbvio! Afinal, o que há de errado em uma empresa de telefonia vender computadores e de uma única ala, que é a Microsoft?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, é evidente que uma posição deve aqui ser discutida. Está certa a Oposição em querer discutir a licitação e não aceitar essa vergonha que está sendo divulgada. E não me venham dizer que não queremos informatizar as escolas, porque queremos sim. Mas queremos mais, inclusive.

Queremos discutir com o Ministro Paulo Renato o projeto pedagógico que S.Exa. tem para implementar a informatização em massa da escola; se os professores e o corpo de servidores estão preparados para assimilar esse tema; se há um programa para se fazer isso; se há um projeto didático-pedagógico para assimilar essa tecnologia. Parece que não há. Trata-se apenas de um meganegócio que passa pelas companhias telefônicas.

Sr. Presidente, por isso a Oposição está fazendo questão, sim, de que esse assunto seja claramente esclarecido e que não haja monopólio da Microsoft, mas que, primeiro, se abra essa discussão. E, segundo, queremos discutir por que a maior competição do mundo, em matéria de implementação de informática, é feita de forma monopólica e o que o Governo está escondendo por trás disso.

Temos de rejeitar essa proposta. Temos de exigir, sim, que 1 bilhão e 500 milhões de reais não sejam aplicados de qualquer forma, mas com critérios, com transparência, com ética. E, no caso da informatização das escolas, mais do que isso, para que não vire apenas instrumento de propaganda sem nenhum benefício posterior ou, pior ainda, que crie a mistificação de que só o fato de colocar computadores nas escolas, sem que haja um processo de aprendizado

para sua utilização e formas de viabilizar esse aprendizado, é suficiente.

Por isso, Sr. Presidente, a Oposição está discutindo o tema e não vamos aceitar a demagogia e a exploração que estão sendo feitas contra esse projeto.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Concedo a palavra ao Deputado Salomão Gurgel, que disporá de até cinco minutos na tribuna.

**O SR. SALOMÃO GURGEL** (Bloco/PDT – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Congressistas brasileiros, nós, da Comissão de Seguridade Social e Família, vestimos hoje este jaleco dos trabalhadores da saúde do Brasil e suspendemos a nossa reunião ordinária de trabalhos daquela Comissão para comparecer a esta sessão do Congresso Nacional.

Nosso objetivo é chamar a atenção não apenas dos Srs. Parlamentares, do Governo, mas de toda a Nação brasileira, porque pode se perpetrar um crime contra a saúde do povo brasileiro se não houver reação de nossa parte e da sociedade organizada para evitar que o Governo retire a interpretação errônea que quer dar à PEC nº 29.

Sr. Presidente, foi uma grande conquista do povo brasileiro e dos Parlamentares a aprovação por esta Casa, por unanimidade, da PEC nº 29. E hoje, quando o Sistema Único de Saúde está avançando, está se constituindo no maior sistema de saúde pública do mundo, vem a interpretação de um burocrata que pode colocar abaixo toda a necessidade de desenvolver o SUS.

Sr. Presidente, atentar contra uma conquista fundamentada na Constituição brasileira é um crime que jamais perdoremos.

Portanto, neste País, quando se discutem prioridades, há que se inserir, até mesmo no Plano Plurianual, a saúde do povo brasileiro como prioridade máxima. É fundamental. Por isso estamos aqui.

A Comissão de Seguridade Social e Família já visitou todas as Lideranças, pediu apoio ao Presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, foi aos Ministérios e agora está recorrendo ao Supremo Tribunal Federal, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade. Mas, temos certeza, o mais importante nessa luta é a participação de todos os partidos políticos. Essa não é uma luta apenas da Oposição.

Cada um de nós, Deputados e Senadores, tem a obrigação, o dever cívico de defender a correta aplicação da PEC nº 29, sem a qual a Saúde brasileira perderá, no próximo ano, aproximadamente 2 bilhões

de reais. Não podemos permitir que morra aquele cidadão do Amazonas que sofre com a malária, a criança nordestina que está se acabando com diarreia, aqueles que nos confins deste Brasil são atacados pelo mosquito transmissor da dengue.

Sr. Presidente, este é o apelo que encarecida e desesperadamente fazemos. Se este Congresso Nacional, ao aprovar o Orçamento para o próximo ano, não se posicionar contra a intenção do Governo de reduzir o dinheiro da Saúde, estará referendando uma medida que custará a vida de milhões e milhões de brasileiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Walter Pinheiro, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT. S.Exa. dispõe de até seis minutos.

**O SR. WALTER PINHEIRO** (PT – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, quero tecer comentários em torno do importante movimento em defesa da saúde, que traz a este plenário, na manhã de hoje, os Parlamentares membros da Comissão de Seguridade Social e da Frente Parlamentar pela Saúde; Parlamentares esses que atuam incisivamente e com qualidade – é bom que se registre – na área da saúde em todos os momentos. Esta é, diria, uma frente pluripartidária, que adota a saúde como seu lema principal.

Não representa este ato um protesto pontual, tampouco uma reclamação momentânea ou algo que possa ser concebido como manifestação de imagem apenas. Este coletivo de Parlamentares tem-se destacado pela forma competente e eficiente como discute nesta Casa a questão da saúde e sua importância.

Sr. Presidente, o protesto de hoje soma-se às atitudes desempenhadas ao longo de anos pela Frente Parlamentar pela Saúde, agora apoiada por todos os partidos, principalmente pela Comissão Temática que trata da matéria na Casa.

Não podemos concordar que manobra de interpretação venha a punir duramente a saúde no País. O corte que pretende o Governo implementar no orçamento da Saúde não é simples, não se trata de um corte qualquer. O montante é significativo para uma área que requer tratamento emergencial; área essa que, todos sabemos, carece de urgente acompanhamento e investimentos, a fim de que supere as graves dificuldades por que passa.

Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, parabeno os Parlamentares que, de forma correta e permanente, têm atuado em defesa da libe-

ração de recursos do orçamento para a Saúde. E, nesse particular, oferecemos o apoio da bancada do PT a essa luta, a qual, como disse o orador que me antecedeu, não pode restringir-se aos Parlamentares; tem de ser abraçada pelo conjunto da sociedade, em particular pelas entidades que lutam no País por uma saúde digna para o povo brasileiro.

Espero que o Governo compreenda a justeza desse pleito, o erro cometido no tocante à interpretação orçamentária que levou ao corte de verbas para esse setor, e se renda diante desta veemente exigência: dotar a Saúde de recursos necessários para que atenda às demandas, que não são poucas.

Aqui fica registrado, portanto, o apoio e principalmente o compromisso do Partido dos Trabalhadores com essa luta. O branco das vestes de vários Deputados aqui presentes manifesta a real necessidade de o povo brasileiro ter um serviço de saúde condizente com suas necessidades.

Muito obrigado.

**O SR. JONIVAL LUCAS JUNIOR** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. JONIVAL LUCAS JUNIOR** (PMDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, aproveito o momento para me solidarizar com os colegas que fazem essa manifestação em prol da saúde e para também dizer que a classe médica e as entidades ligadas ao setor de saúde passam por sérias dificuldades. Por este motivo, peço esclarecimentos ao Ministério da Saúde quanto às razões por que os exames de alta complexidade não estão sendo pagos a essas entidades. Isto dificulta a que essas instituições mantenham o atendimento à população.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Passa-se à Ordem do Dia.

Esta Presidência determina a suspensão de todas as reuniões de Comissões da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e mistas.

Também informa às Sras. e aos Srs. Deputados e Senadores que teremos votação nominal.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – **Item Único** – Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 31, de 2001, do Congresso Nacional, que "Altera o Plano Plurianual para o período de 2000-2003". (Mensagem nºs 514, de 2001 – CN).

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Em votação o substitutivo, que tem preferência regimental,

as alterações decorrentes da Errata apresentada e as emendas destacadas aprovadas integral ou parcialmente na Câmara dos Deputados, bem como as alterações propostas pelo Relator e lidas da tribuna, ressaltados os destaques.

Cópias das alterações encontram-se nas bancadas.

**O SR. DR. ROSINHA** - Sr. Presidente, peço a palavra para orientação da bancada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Os Srs. Líderes poderão orientar suas bancadas.

Com a palavra o Líder do PSDC. (Pausa.)

Com a palavra o Líder do PHS. (Pausa.)

Com a palavra o Líder do PTN. (Pausa.)

Com a palavra o Líder do Bloco Parlamentar PL/PSL. (Pausa.)

Com a palavra o Líder do Bloco Parlamentar PSB/PCdoB.

**O SR. SÉRGIO MIRANDA** (Bloco/PCdoB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos todos vestidos com jaleco branco, em homenagem a esta Casa, pela aprovação da Emenda Constitucional nº 29. Infelizmente, ela não está sendo cumprida pelo Governo.

Quanto à matéria que se encontra em votação, quero reforçar alguns argumentos. O edital que está sendo contestado pelo Deputado Walter Pinheiro e por mim na Justiça, no Tribunal de Contas, e que está sob investigação do Ministério Público, comete erro fundamental. O objetivo da licitação divide-se em três questões: serviços de telecomunicação; serviços de valor adicionado que, pelo art. 61, § 1º, não são serviços de telecomunicação; e equipamentos de informática.

É inadmissível, esta Casa não pode aceitar que as empresas de telecomunicação vendam para o Estado. Não adianta tergiversar, dizer que não existe venda. É um **leasing**, está nos Orçamentos de 2001 e 2002 e no PPA, que estamos aprovando. São despesas de capital que incorporam o patrimônio doente. Esta é a definição na Comissão de Orçamento e em qualquer curso de Direito Orçamentário sobre despesa de capital. Nós, do PCdoB e PSB, junto com os demais partidos da Oposição, fizemos ontem aqui uma sessão para esclarecer os Parlamentares. Vamos manter a obstrução.

Nós, do Bloco Parlamentar PSB/PCdoB, estamos em obstrução contra esse edital. Defendemos o Fust e o mérito, mas somos contra o método.

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados, o Senado da República e o Congresso Nacional não são comissões de licitação. Não é papel desta Casa discutir edital. Se o edital tem vícios ou não é coisa para comissão de licitação.

É que estamos numa maré tão baixa, o prestígio do Congresso baixou tanto que hoje estamos discutindo licitação, como se fôssemos membros de uma comissão de licitação. Não, esta é uma casa legislativa! Estamos legislando, até para corrigir vícios de edital de licitação.

O Partido Trabalhista Brasileiro não quer imiscuir-se em comissão de licitação, por entender que este é um assunto da Administração Pública Federal, com a fiscalização do Tribunal de Contas da União.

Cumprindo o seu papel de legislador, o PTB vota "sim", Sr. Presidente, repetindo a posição de ontem.

**O SR. BISPO WANDERVAL** (Bloco/PL – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, somos a favor, sim, de que os computadores vão para a escola, mas que isso seja feito de forma transparente.

Por isso, o Bloco Parlamentar PL/PSL está em obstrução. Uma vez alcançado o **quorum**, estaremos votando "não". Por enquanto, estamos em obstrução.

**O SR. FERNANDO CORUJA** (Bloco/PDT – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é evidente o tema envolve questões que não estão, absolutamente, esclarecidas. Esse investimento de mais de 1 bilhão de reais que o Governo quer fazer exige um esclarecimento maior. É preciso haver um debate muito amplo sobre o assunto.

Inconformados com a pressa e com a falta de esclarecimento, nós, do Bloco Parlamentar PDT/PPS, nos mantemos em obstrução.

**O SR. DR. BENEDITO DIAS** (PPB – AP. Sem revisão do orador.) – O PPB vota "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Como vota o PT?

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, ontem boa parte ou quase toda a sessão foi dedicada ao debate desse tema.

Por maior que seja o desejo de se separar PPA e Fust, ontem isto não foi possível, até porque o Governo antecipou-se e publicou o edital. Conseqüentemente, boa parte do debate de ontem e de hoje girou em torno do edital. Acontece que a evolução dos de-

bates, desde o final da sessão de ontem até o momento, foi praticamente nulo. Existem ainda conversações entre as Lideranças, porém a evolução concreta do debate acabou não acontecendo.

Como ainda persistem as conversas entre as Lideranças em busca de uma solução para o impasse que se criou, continuamos em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Themístocles Sampaio) – Com vota o PMDB?

**O SR. THEMÍSTOCLES SAMPAIO** (PMDB – PI. Sem revisão do orador.) – O PMDB vota "sim", Sr. Presidente.

Como vota o Bloco Parlamentar PFL/PST, Deputado Inocêncio Oliveira?

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (Bloco/PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Desculpe, Sr. Presidente, mas o Bloco Parlamentar PFL/PST é maioria na Casa, assim, votamos por último.

**O SR. JULIO SEMEGHINI** (PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, depois da reunião de ontem à noite, estamos o tempo todo tentando explicar, esclarecer, assumir uma série de compromissos para assegurar a transparência desse debate, que considero carecer de informações. Tenta-se concluir tudo com acordos.

Agradeço o esforço ao Partido dos Trabalhadores, mas algumas pessoas ainda continuam radicalizando.

Entendemos que o debate está bastante avançado, maduro. Esta Casa conquistou todos os ganhos que tinha a alcançar para a sociedade. Agora, seremos responsabilizados se começarmos mais um ano letivo, depois de dois anos perdidos, sem os computadores nas escolas.

O PSDB encaminha o voto "sim".

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (Bloco/PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., uma das figuras mais expressivas deste Bloco, que hoje, mais uma vez, assume o posto de maior partido da Casa. Como Presidente do Congresso Nacional, V.Exa. desempenha um belíssimo trabalho. É um orgulho para nós tê-lo na Presidência.

Sr. Presidente, o jaleco branco que estamos usando, independentemente da condição de médico – vários aqui não são médicos –, não é protesto contra ninguém. Quando chegou a este plenário, o Senador João Alberto, do PMDB do Maranhão, perguntou-me: "Isso é protesto?" Eu disse: "Não, isso é em defesa da saúde." Queremos, independentemente de partidos políticos, um orçamento digno para a Saúde no País, para dar continuidade aos grandes progra-

mas, como o Programa Saúde da Família, aos projetos de prevenção, nos quais se afirma a medicina. A verdadeira medicina é preventiva e não curativa, que se dá quando fracassa a profilaxia.

Sr. Presidente, o PPA já foi devidamente discutido. Está-se pinçando apenas um tópico do PPA, que é o Fust. Apesar disso, não temos a mínima dúvida de que está tudo correto em relação a isto. Por quê? O que é esse PPA? Quero louvar o trabalho do Deputado Santos Filho, Relator, que produziu essas alterações no PPA. O PPA já está aprovado. O que vamos votar hoje são alterações de novos programas feitos pelo Governo para adaptá-los à realidade do País. O FUST, por exemplo, é importante, porque promove a universalização do sistema de telecomunicações no País, incluindo a informatização, para que os alunos das 13.500 escolas públicas do Brasil tenham os mesmos direitos dos alunos das escolas particulares, ou seja, acesso à informática, à Internet, para que não se pense que no Brasil isso é privilégio de rico.

Um segundo projeto importante é o Programa Esporte na Escola, para que o Brasil deixe de ser o país do futebol e seja um país olímpico.

O terceiro projeto importante é o Programa de Gestão dos Resíduos Sólidos. O problema do lixo é sério nos pequenos Municípios do Brasil. Mais de quatro mil Municípios brasileiros não têm a mínima condição de enfrentá-lo. É preciso dar uma destinação ao lixo. É o que pretende o Governo com o Gestão dos Resíduos Sólidos, para evitar a contaminação dos nossos mananciais, já que a água será o grande desafio deste século.

Há ainda projetos como Comércio Eletrônico, Fortalecimento da Agricultura Familiar, Projeto Alvorada e tantos outros.

Sr. Presidente, quanto ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, achamos que está correto. Hoje, a Anatel já determinou e vamos fazer uma reunião, ocasião em que será resolvido quantos equipamentos serão adquiridos no Brasil.

Em segundo lugar, caso não tenham esses equipamentos, as empresas, mesmo as estrangeiras já instaladas no Brasil, terão a segunda prioridade e, por último, serão importados.

O Bloco Parlamentar PFL/PST, ciente de que o PPA é importante, de que o Relator Santos Filho foi competente, correto e sério na discussão dessa matéria e o projeto está pronto, perfeito, é de boa qualidade, vota "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – O PFL vota "sim".

Como vota o Governo?

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto "sim" e pede aos Srs. Parlamentares que acorram ao plenário. Estamos em votação nominal e queremos a presença de S.Exas., pois haverá destaques a votar da matéria e mais votações nominais.

Srs. Deputados e Srs. Senadores, permaneçam em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Em votação o substitutivo, ressalvados os destaques.

As Sras. e os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

**O SR. DR. ROSINHA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O PT está em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.

**O SR. GERSON PERES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. GERSON PERES** (PPB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, O Partido Progressista Brasileiro recomenda aos seus Deputados a votarem "sim".

**O SR. ROBERTO JEFFERSON** (PTB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro solicita a todos os companheiros da bancada que venham ao plenário. O PTB vota "sim".

**A SRA. LAURA CARNEIRO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. LAURA CARNEIRO** (Bloco/PFL – RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, enquanto estamos em processo de votação, quero agradecer, em nome da Comissão de Seguridade Social desta Casa, a todos os Deputados que estão

usando jalecos. Gostaríamos de ter mais jalecos para distribuir aos demais Deputados. Esta Casa espera que todos entendam que essa nossa manifestação é em defesa da saúde, por melhores e maiores recursos para a saúde.

Sr. Presidente, a Advocacia-Geral da União entende que deve reduzir os recursos da saúde para o Orçamento de 2002 em quase 2 bilhões de reais. Creio que esta Casa se manifesta hoje dizendo: esses recursos são necessários e vitais para a sociedade brasileira.

Por isso, todos nós, da Comissão de Seguridade Social e Família, agradecemos a cada Deputado, a cada Senador que veste o jaleco, mesmo aqueles que não o vestem por falta dele, pois, com certeza, defendem a saúde deste País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. NELSON OTOCH** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. NELSON OTOCH** (PSDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB solicita aos Deputados que ainda se encontram em seus gabinetes ou nas Comissões que acorram ao plenário, pois trata-se de matéria de fundamental importância para a continuidade dos serviços que a saúde vem prestando aos brasileiros.

O PSDB recomenda o voto "sim".

**O SR. ALCEU COLLARES** (Bloco/PDT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PDT está em obstrução porque desconfia que tem maracutaia nessa jogada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – O PDT está em obstrução.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** – Sr. Presidente peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (Bloco/PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um apelo aos Srs. Parlamentares presentes nas diferentes dependências da Casa no sentido de que venham a plenário.

Estamos em pleno período de votação nominal do Plano Plurianual pelo sistema eletrônico. Trata-se de matéria da mais alta importância. Até agora votaram apenas 90 Parlamentares. Há mais de 450 Parlamentares na Casa. Portanto, temos o dever de colocar o **quorum** necessário para prosseguir e finalizar a votação dessa importante matéria.

Vale salientar que hoje a Comissão Mista Planos, Orçamento estará escolhendo os dez Relatores Setoriais, sendo sete da Câmara dos Deputados e três do Senado Federal. Precisamos concluir a votação do PPA para continuarmos a discussão do Orçamento Geral da União e para que o Congresso Nacional possa concluir, no prazo regimental, o Orçamento. Não é possível que o Congresso Nacional não seja capaz de votar o Orçamento para vigor a partir de 1º de janeiro do próximo ano. A Lei de Meios é a lei mais importante do País. É preciso que o Congresso Nacional dê uma demonstração de força, de coerência, de trabalho e de responsabilidade para que possamos votar a matéria este ano.

Sr. Presidente peço a V.Exa. também que determine que as campanhas sejam acionadas para que os demais Deputados compareçam a plenário.

**O SR. INALDO LEITÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. INALDO LEITÃO** (PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em função da votação aqui no Congresso do PPA, comunico aos membros da Comissão de Constituição, Justiça e de Redação que suspendemos a reunião há pouco tempo, mas vamos reiniciá-la às 14h30min, para que possamos dar continuidade à votação da proposta de emenda constitucional que prorroga a CPMF.

Também avisamos aos companheiros do PSDB que teremos outras votações nominais logo após essa primeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – A Mesa determina a suspensão de todas as reuniões das Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

**O SR. GERSON PERES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. GERSON PERES** (PPB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, convoco os progressistas a virem a plenário votar "sim" para garantir o cumprimento constitucional do dever do Estado para com a saúde.

Não podemos concordar que os recursos da saúde possam ser alterados com uma simples justificativa. O programa de saúde de um governo é assunto muito sério. Por isso temos que garantir esses recursos sem alterações ou modificações que convençam.

Portanto, não há, absolutamente, maracutaia alguma. O Deputado Alceu Collares, homem sério, ex-Governador do Rio Grande do Sul, competente, naturalmente não deixará de vestir o jaleco branco. Protege-se a saúde do povo brasileiro com dinheiro. A Saúde precisa de muito mais do que estamos votando. Não podemos modificar isso. Se me convencerem que vão colocar mais para o que querem, tudo bem, mas o que querem é dividir o que já está aí sem necessidade alguma, enquanto outros programas em andamento irão sofrer solução de continuidade.

Sr. Presidente, convoco os progressistas a virarem votar "sim".

**O SR. FERNANDO ZUPPO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. FERNANDO ZUPPO** (PSDC – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para efeito de registro no painel, gostaria que constasse que o PSDC está em obstrução.

**O SR. DR. ROSINHA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para comentar o motivo pelo qual boa parte dos Parlamentares hoje está usando jaleco branco.

Toda sociedade, principalmente os Parlamentares desta Casa e os da Comissão de Seguridade Social, acompanhou a nossa luta, por mais de dez anos, pela vinculação de verbas para a saúde.

Até que em 1999 conseguimos aprovar a Emenda Constitucional nº 29, que hoje está gerando duas interpretações: uma pela equipe econômica e a outra pela área social do Governo. A sociedade também faz sua interpretação na qual os recursos para a saúde são nada mais nada menos do que cerca de 2 bilhões e 300 milhões a mais para o próximo ano.

Se levarmos em consideração a interpretação da área fazendária, o que não estamos fazendo, teremos ao longo dos próximos anos, até 2004, uma baixa na área da saúde em torno de 6 bilhões de reais. A interpretação de todos os Parlamentares de todos os partidos que defendem a questão social é de que a Saúde não pode perder esses 6 bilhões.

Esta manifestação suprapartidária é importante, como será importante fazermos **lobby** junto aos Ministérios da área econômica para aumentar o volume

de dinheiro para a Saúde, ou seja, cumprir a Emenda Constitucional nº 29, para o que convido todos os Parlamentares. Caso isso não se dê, conclamo todos os Congressistas integrantes da Comissão Mista de Orçamento a corrigirmos a distorção que entendemos ter havido no envio do Orçamento e referendá-la, na época oportuna, no plenário do Congresso Nacional.

É este o apelo que faço a todos os Parlamentares, aproveitando para explicar a razão de estarmos usando jaleco branco.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Com a palavra o Deputado Inácio Arruda.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaríamos também de registrar a posição do Partido Comunista do Brasil e do Bloco Parlamentar PSB/PCdoB quanto à questão da saúde.

Solicitamos aos Parlamentares de todas as legendas partidárias que registrem protestos contra a interpretação dada pela equipe econômica à Emenda Constitucional nº 29. Ela vem sendo desrespeitada pela área econômica, leia-se: Ministro da Fazenda, Pedro Malan e Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão Martus Tavares, que têm rejeitado decisão do Congresso Nacional. É inadmissível que as Sras. e os Srs. Congressistas assistam à equipe econômica dirigir posição para confronto com decisão do Congresso Nacional, expressa por emenda aprovada por unanimidade.

E mais, Sr. Presidente: mantemos posição de obstrução. E vamos fazê-lo porque temos consciência do que está sendo votado no Plano Plurianual. Não estamos votando contra a revisão dele, mas já teríamos motivos suficientes para formar opinião contrária ao Governo no Congresso Nacional, por intermédio de suas Lideranças, com modificação de inúmeros programas.

Não se trata de tornar a questão menor, Sr. Presidente, mas de megaoperação de compra de equipamentos de computação no Brasil da ordem de 1 bilhão e 500 milhões de reais. Não é uma brincadeira.

Sras. e Srs. Congressistas, temos de pesar, medir, meditar intensamente sobre o voto que vamos oferecer neste momento. Nós, da Oposição, iremos obstruir a votação, considerando que a megaoperação de compra de computadores nada tem a ver com oferta deles a criancinhas, as quais têm sido massacradas pelos concentradores de riqueza no País. Boa parte dos que aqui falam em criancinhas endossa o massacre desta com brutal concentração de renda no



Brasil. Não nos venham com cinismo e hipocrisia. É preciso deixar claro que o que está em jogo é a mega-operação.

Se o projeto for aprovado pelo Congresso Nacional, será feita coleta de assinaturas para realização de Comissão Parlamentar de Inquérito, o que irá tipificar grande fraude contra o povo brasileiro.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, destaco a intensa mobilização que faz hoje o Plenário na defesa de emenda que votamos por unanimidade. Indica critério de vinculação de recursos que deve garantir orçamento de quase 2 bilhões de reais superior ao que estamos executando hoje.

O que me chama a atenção é que há dois pareceres diferentes: um, elaborado pelo Ministério da Fazenda; outro, pelo Ministério da Saúde, que concorda com o que os Deputados votaram.

Sr. Presidente, seria situação absolutamente surrealista imaginar que quase quinhentos Deputados votaram a favor de emenda que vincula recursos à área de saúde e teria objetivo, segundo parecer do Ministério da Fazenda, de diminuir recursos federais a serem aplicados nela. É o paradoxo que estamos vivendo.

Apelo para os Líderes, especialmente da base governista, para que peçamos diretamente ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que defina qual a posição do Governo. O Brasil só tem um Governo. Não podemos ter um Governo no setor de saúde e outro no Ministério da Fazenda. Um, diz que a lei deve ser respeitada e 2 bilhões de reais a mais em saúde têm de ser gastos; outro, diz que não, que tem de diminuir 2 bilhões de reais na área da saúde, provavelmente para elevar o chamado superávit primário.

Será que toda a mobilização pode sensibilizar o Presidente da República para que S.Exa. dirima dúvidas em respeito à lei? Ou vamos precisar recorrer, como estamos estudando, e aguardar posição do Supremo Tribunal Federal, com Ação Direta de Inconstitucionalidade para que a lei que votamos seja cumprida?

Sr. Presidente, independentemente da controvérsia sobre a lei, as pessoas esperam mais atenção para a área de saúde; aguardam exame complementar ou internação hospitalar. Estão na expectativa. O

Brasil sabe que a Saúde precisa de mais recursos. E a Emenda Constitucional nº 29 que votamos é para elevar gastos federais, não diminuí-los.

Por essa razão, o excelente movimento que a Comissão de Seguridade Social e Família está levando adiante tem todo apoio deste Plenário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Concedo a palavra ao Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

**O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO** (PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Brasil sabe que a Saúde precisa de mais recurso, assim como a área de habitação e todas as ações de apoio às crianças.

O Brasil sabe também, notadamente os brasileiros que integram o Congresso Nacional, que os recursos não são infinitos. É a dura realidade. O que me causa espécie, Sr. Presidente, é a Oposição aparentemente não entender a equação elementar traduzida na Lei de Diretrizes Orçamentárias. As duas colunas têm de zerar ao final. Estou perplexo.

Estamos, por intermédio de substitutivo apresentado, tentando equacionar a escassez de recursos e inserir nossas crianças na idade contemporânea. Nunca seremos um país justo, com igualdade de oportunidades a todos, se negarmos às crianças brasileiras – não usarei refrão explorado comumente de forma inconseqüente: “crianças pobres” – das escolas públicas o acesso ao mundo contemporâneo da informática e da informação.

Sr. Presidente, aproveito ainda a oportunidade para solicitar aos Parlamentares do PSDB e da base governista, que porventura estejam nas Comissões ou nas dependências do Congresso Nacional, que venham a plenário. Estamos votando importante matéria que definirá o Orçamento.

Muito obrigado.

**O SR. IVAN PAIXÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Concedo a palavra ao Deputado Ivan Paixão.

**O SR. IVAN PAIXÃO** (PPS – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, nesta sessão do Congresso Nacional, Deputados e Senadores estão vestindo jaleco branco em sinal de protesto à interpretação da emenda constitucional pela equipe econômica do Governo.

Sabemos, Sr. Presidente, que se criou uma lacuna, que definia as fontes perenes e seguras para o funcionamento e o financiamento do SUS, quando da sua implantação no Brasil.

A Emenda Constitucional nº 29, após 10 anos de tramitação – que se iniciou pela Emenda Constitucional nº 169, do Deputado Eduardo Jorge, hoje Secretário Municipal de Saúde de São Paulo –, assegura que até o ano 2004 a União gastará 5% do Produto Interno Bruto; os Municípios, 15%; e os Estados, 12%.

Aprovamos a Emenda Constitucional nº 29, que foi sancionada. Para surpresa de todos nós, que acompanhamos **pari passu** as questões da saúde na Comissão de Seguridade Social e Família, hoje tão bem presidida pela companheira Deputada Laura Carneiro, encontramos uma divergência na interpretação. A Assessoria Jurídica do Ministério da Saúde fez uma análise pela base móvel, que é o crescimento do PIB, tendo por base 1999.

Os Ministérios da Fazenda e do Orçamento e Gestão fazem esse cálculo por uma base fixa, que, ao invés de crescer recursos – pasmem V.Exas., o povo brasileiro e todos aqueles que nos escutam e nos vêem –, vai, na verdade, retirar recursos da Saúde brasileira.

Ora, Srs. Parlamentares, quem utiliza a saúde pública brasileira são aquelas pessoas que não têm plano de saúde, que não têm dinheiro para pagar médico ou hospital particular. Com essa interpretação dos Ministérios da Fazenda e do Orçamento e Gestão, estamos tirando dinheiro da saúde pública, do povo mais pobre.

Portanto, Sr. Presidente, este jaleco branco representa, na verdade, uma luta de todos deste Congresso Nacional – Deputados e Senadores – a favor da verdadeira interpretação desta emenda constitucional, para que ela traga mais dinheiro para a saúde pública brasileira.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

**O SR. RUBENS BUENO** (PPS – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a bancada do PPS também vem aqui expressar seu apoio a este movimento relacionado à emenda da Saúde.

Esta proposta foi discutida nos Estados, nos Municípios, na Câmara dos Deputados e também no Senado Federal, e se estabeleceu um processo de transição, de modo que, durante quatro ou cinco anos, os Estados, os Municípios e a União alocariam e carimbariam recursos através do que ficasse estabelecido por ela. Ela foi aprovada por ampla maioria e **quorum** qualificado aqui no Congresso Nacional.

No entanto, agora estamos vendo que o dinheiro começa a desaparecer. Daqui a pouco teremos que fazer uma emenda ao contrário, no sentido de preservar os recursos.

Agora surge a opinião dos Deputados e Senadores no sentido de preparar uma proposta e ir ao Supremo Tribunal Federal buscar os recursos estabelecidos por esta proposta de emenda à Constituição em benefício da saúde pública brasileira.

Acompanhamos a obstrução orientada pelo PPS e PDT, porém deixando claro que não há nenhuma posição contrária a recursos para qualificar ou equipar uma ou outra escola. Somos contra o método, a forma como estão baixando o edital; trata-se de dinheiro público que está sendo colocado nas mãos de empresas particulares.

Esta é a grande denúncia que faz a Oposição nesta sessão do Congresso Nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Concedo a palavra ao Deputado Orlando Desconsi.

**O SR. ORLANDO DESCONSI** (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós, gaúchos, temos muito a comemorar no dia de hoje, afinal, após anos e anos de luta do povo do Estado, o Governador Olívio Dutra informou que 29 cidades irão sediar cursos da universidade pública estadual.

Os cursos terão início em março de 2002 – em três cidades, começarão em julho de 2002 e, em nove cidades, em 2003. As cidades de Cruz Alta, Ibirubá, Bagé, Cachoeira do Sul, Tapes, Santa Rosa, Alegrete, Santana do Livramento, São Borja, São Francisco de Paula, Frederico Westphalen, São Luiz Gonzaga, Sananduva, Vacaria, Panambi, Erechim, Taquara, Passo Fundo, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Montenegro, Novo Hamburgo, Santa Cruz, Encantado, Porto Alegre e Guaíba, todas serão contempladas com um curso da universidade pública estadual.

Trata-se de um compromisso de campanha do Governo, decorrente do referendo das reuniões do Orçamento Participativo e do Fórum Democrático, que aconteceu na Assembléia Pública do Rio Grande do Sul. O povo gaúcho poderá contar com mais este benefício.

Estão de parabéns todos aqueles que lutaram anos e anos para que também o nosso Estado tivesse uma universidade pública estadual. Estão de parabéns os gaúchos, está de parabéns o Governo Olívio Dutra/Miguel Rosseto por mais esse compromisso cumprido no Estado do Rio Grande do Sul.

Enquanto o Governo Federal assiste aos servidores das universidades em greve e, após sete anos, oferece 3,5% de reajuste; enquanto este Governo corta recursos das universidades, e presencia servidores do INSS também em greve há 41 dias, o Governo do nosso Estado dá um passo importante rumo à universidade pública estadual.

Também apoiamos a luta dos pequenos agricultores, que reivindicam o fim da importação do leite e preço mínimo para esse setor, entre outras bandeiras de luta, e que estão fazendo manifestações aqui em Brasília.

Sr. Presidente, em função de a sessão não estar atingindo o **quorum** há meia hora, pedimos o encerramento da votação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Nobre Deputado, V.Exa. estava falando, e o Plenário, atenciosamente, ouvia. Outros companheiros estão inscritos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Concedo a palavra ao Deputado Ursicino Queiroz.

**O SR. DR. ROSINHA** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem sobre o processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa., presidindo a sessão do Congresso Nacional ontem, esperou durante vinte minutos para que o **quorum** fosse atingido. Ao ver que isso não ocorreu, V.Exa. encerrou a sessão. Hoje, não há **quorum**, e já estamos há 28 minutos, ou seja, um tempo bem maior do que o de ontem.

Então, solicitamos de V.Exa. o encerramento do processo de votação, porque o tempo está passando e não há Deputados na Casa para votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Nobre Deputado, o fluxo é bom.

**O SR. DR. ROSINHA** – Qual fluxo?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Concedo a palavra ao Deputado Ursicino Queiroz.

**O SR. URSICINO QUEIROZ** (Bloco/PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, este movimento é tranquilo, agrega todos os partidos desta Casa e tem plena consciência de que ultrapassa o próprio tempo. Todos os Deputados e Senadores sabem que nossa permanência nesta Casa é transitória, mas a existência do cidadão brasileiro é uma realidade permanente.

Este movimento ultrapassa o limite de tempo dos Governos, dos Ministérios e dos mandatos, repetido. Cada um de nós precisa ter plena consciência da importância de sua passagem neste Legislativo. Lutamos, desde sua implantação, para que o SUS se transformasse em realidade palpável e consistente para o cidadão brasileiro. Só poderemos ter um SUS real na medida em que existam meios permanentemente claros que o financiem.

Foi com esse objetivo, com esse desiderato que conseguimos aprovar a Emenda Constitucional nº 29. Sr. Presidente, em um país perfeita e constitucionalmente organizado a estrutura de governo precisa ser respeitada.

Cabe ao Congresso aprovar. Não cabe ao Poder Executivo outra missão e outra função que não seja a de obedecer aos ditames constitucionais. Não podemos entender que haja possibilidade de interpretação de uma emenda constitucional, ainda mais sendo elaborada e executada pelo Poder Executivo.

Temos de exigir – e esta tem de ser a posição da Câmara – que seja cumprido aquilo que o Congresso Nacional aprovou e determinou. Por isso, todos os Deputados e Senadores, aqui estão de branco para mostrar que a saúde é a razão da nossa preocupação.

Esperamos parar apenas nesta demonstração da união e do desejo dos Parlamentares do Brasil, mas queremos deixar claro que, dentro das normas legais e constitucionais, lutaremos até o último bastião para que o cidadão brasileiro seja respeitado nas suas necessidades e nos seus anseios.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES** (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já estamos votando há 32 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Deputado, ainda há oradores que vão usar da palavra.

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Não são oradores. A questão de ordem foi levantada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Calma, Deputado!

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Não, não se trata de calma!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Dentro de pouco tempo, encerraremos a votação.

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Nos últimos cinco minutos, apenas dois Parlamentares votaram, Sr. Presidente.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem a palavra o nobre Deputado Darcísio Perondi.

Pedimos paciência aos Srs. Parlamentares.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de falar sobre o assunto da saúde, convoco todos os Deputados que estão nas Comissões para que venham votar. O funcionamento das Comissões pode atrapalhar o fluxo.

Quando cessa a vida, tudo cessa. O Ministério da Fazenda, com um parecer diabólico, cortou 1 bilhão e 200 milhões do Orçamento este ano e cortará, nos próximos 3 anos, 1 bilhão e 300 ou 1 bilhão e 400 milhões, chegando a 5 bilhões de cortes em quatro anos.

Os recursos da Saúde, é importante dizer, cresceram como nunca no Governo Fernando Henrique Cardoso. Cito os programas Saúde da Família e Agentes Comunitários da Saúde. Além disso, os hospitais estão recebendo em dia. Por isso, o Ministério da Saúde aparece como um dos melhores Ministérios do Governo FHC.

Mas os 120 milhões de brasileiros que necessitam vê funcionando o Sistema Único de Saúde precisam, como nunca, desse 1 bilhão e 200 milhões. Está com a palavra o Supremo Tribunal Federal, que analisa uma Ação Direta de Inconstitucionalidade do PDT; está com a palavra o Tribunal de Contas da União, que há 6 meses foi chamado pela Comissão de Seguridade Social e Família para opinar, e há 6 meses não opina; está também com a palavra o Ministro Pedro Malan. Esta Casa votou a CPMF, que está sendo importante para o equilíbrio fiscal, e votou o mais que necessário ajuste fiscal, a pedido do Sr. Presidente da República.

O Ministro Malan não pode rasgar a Emenda nº 29, meu caro Líder Arthur Virgílio. O Presidente da República a apoiou. O imperador da Fazenda, Ministro Malan, tem de recuar, porque esta Casa vai reagir, e o Brasil vai reagir!

**O SR. PROFESSOR LUIZINHO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. PROFESSOR LUIZINHO** (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, to-

das as Comissões já encerraram seus trabalhos. Tudo indica que os Deputados fizeram seu juízo, saíram e concluíram que não deveriam vir para cá, pois não há **quorum**. O fluxo não se move. Estamos aqui há 35 minutos e não conseguimos alcançar o **quorum**.

V.Exa., ontem, de forma correta, encerrou os trabalhos em vinte minutos. Hoje, talvez seja seu último dia na Presidência – não sabemos se o Senado vai estar votando ou não para eleger um novo Presidente – e V.Exa. poderia dar ao Congresso Nacional o exemplo marcante de obrigar os Deputados e Deputadas a estarem em plenário na hora de cumprir com sua obrigação de votar. A Maioria precisa aprender a coordenar sua bancada e trazê-la ao plenário no horário das votações. O que não pode é estarmos aqui enquanto outros estão em reuniões fora do Congresso, almoçando ou fazendo não sabemos o quê. Logo, solicitamos a V.Exa. que encerre os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Nobre Deputado, o fluxo continua bom.

**O SR. DR. ROSINHA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, V.Exa. afirma que o fluxo continua bom. Pergunto: fluxo para onde? Do Congresso para os restaurantes da cidade? Acho que é esse o fluxo, já que não se consegue alcançar o **quorum**.

Solicito a V.Exa. que encerre a votação e respeite a nós, Parlamentares, que estamos aqui desde que foi aberta a sessão. *(Palmas.)*

**O SR. LINCOLN PORTELA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. LINCOLN PORTELA** (Bloco/PSL – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PL/PSL comunga também com a mesma idéia e relembra a palavra do Deputado Michel Temer, ex-Presidente desta Casa. S.Exa. afirmou que este painel tinha a propriedade de, em 2 minutos, contabilizar 400 votos. Já estamos aqui há quase 40 minutos e ainda estamos aquém do **quorum**.

**O SR. AGNELO QUEIROZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. AGNELO QUEIROZ** (Bloco/PCdoB – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PCdoB/PSB acha que, se o Parlamentar não está aqui, é porque entende que não deve estar. É até uma forma de manifestar seu descontentamento, o que devemos respeitar.

Não há **quorum**. É uma forma de manifestação – repito. Devemos encerrar imediatamente a sessão.

**O SR. RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é evidente que há fluxo e vontade política desta Casa em deliberar sobre a matéria.

Aqui estamos tratando da revisão do PPA, que inclui inúmeros novos programas: o Programa de Universalização dos Serviços de Telecomunicações; o Programa de Gestão da Política de Controle Interno do Poder Executivo Federal; o Programa de Responsabilidade Fiscal para a Estabilidade; o Programa Esporte na Escola; o Programa Governo Eletrônico; o Programa Comércio Eletrônico; o Programa Educação Fiscal; o Programa Desenvolvimento da Floricultura e Plantas Ornamentais – PROFLORES; o Programa Gestão de Resíduos Sólidos e Urbanos, muito importante em relação à questão ambiental, e, por duas vezes, já houve inscrições abertas pelo Ministério do Meio Ambiente, na Internet, para que os Municípios se apresentassem e se candidatassem a seus recursos; o Programa Organização Produtiva de Comunidades Pobres – PRONAGER; o Programa Proteção e Adoção Internacional; o Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas – é evidente que agora, com a criação da Agência Nacional de Águas, temos, Sr. Presidente, de forma clara, a intenção de estruturar o setor de águas do País; o Programa Gestão Política de Comunicações; o Programa Inovação Tecnológica em Telecomunicações.

Todos esses programas o Relator Santos Filhos, de forma determinada, incluiu na revisão do PPA e fez uma reformulação, inclusive, de outros recursos que estavam alocados em outros programas.

Continuando, há o Programa de Mobilização para Defesa Nacional e o Programa Operações Militares.

São inúmeras as alterações propostas no PPA, especialmente na questão do Fust, pelo qual será dado acesso à Internet a todas as escolas brasileiras com mais de 600 alunos. Independente do Estado, do

Governo Municipal, do Governo Estadual, todas as escolas serão beneficiadas.

Trata-se, portanto, de matéria de fundamental importância. Convocamos os Srs. Senadores ao plenário, porque o **quorum** da Câmara já está quase completo. Faltam cinco Srs. Deputados, que já confirmaram sua presença na Casa.

Lembro ainda que esta sessão foi convocada para às 10h, mas, em função de uma sessão solene da Câmara dos Deputados em homenagem à Companhia Vale do Rio Doce, seu início foi adiado. Naturalmente, os Srs. Congressistas que haviam se preparado para estar presentes naquele horário estão sendo convocados.

**O SR. MARCOS DE JESUS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. MARCOS DE JESUS** (Bloco/PL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, não podemos negar assistência digna à saúde do povo brasileiro. Quem mais faz uso desse serviço é a camada humilde da sociedade. Os hospitais públicos estão em estado de coma, numa UTI. É por isso que estamos aqui de jaleco branco.

A saúde pública brasileira está em crise aguda, e precisamos unir nossas forças na luta por mais recursos. Este 1 bilhão e 250 milhões de reais a mais no orçamento da saúde vai ser importante para o atendimento ao povo que sofre, que não tem condições de pagar a prestação do seguro-saúde. A falta dessa verba vai levar muitas pessoas à morte e os hospitais a prestarem péssimo atendimento.

Com o Ministro José Serra, o Brasil melhorou muito em termos de saúde – sei disso porque trabalho nessa área há 25 anos –, mas não podemos concordar que não se dê assistência médica digna ao trabalhador, à população brasileira, especialmente àqueles que fazem uso do Sistema Único de Saúde.

Por isso, Sr. Presidente, o PL manifesta seu protesto contra o absurdo descaso do Ministro Pedro Malan com a saúde no Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é inaceitável a situação que estamos vivendo agora.

Já são 43 minutos de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tenha paciência, Deputado Inácio Arruda.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** – Não dá mais para ter paciência.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – A Mesa saberá o momento exato de encerrar a votação.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** – Mas a votação não pode durar indefinidamente!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – A Mesa não aceita pressão, nobre Deputado Inácio Arruda.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** – O problema não é de pressão, mas de respeito. É preciso haver respeito.

Os Deputados e Deputadas estão no plenário há duas horas e votando há 44 minutos. Isso é uma brincadeira! Não é mais possível aceitar isso.

**O SR. ORLANDO FANTAZZINI** – Sr. Presidente, pedi a palavra para uma questão de ordem anteriormente e V.Exa. não me atendeu.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, numa votação desta monta me parece que o mais importante é afirmarmos os votos efetivamente a favor e contra o mérito da matéria.

Portanto, V.Exa. é Presidente também do momento de declarar encerrada a votação.

Digo isso porque temos de construir a Casa do consenso, e o consenso se faz com a Maioria demonstrando ser maioria e a Minoria se conformando em ser minoria.

Falta um voto para completarmos o **quorum**. Quero saber se vai ser o suficiente para mudar o radicalismo de alguns.

O Regimento ampara V.Exa. O que importa é sabermos se essa matéria é relevante, tem a ver com o planejamento econômico deste País e conta ou não com a maioria.

Sr. Presidente, entrando em outro assunto, devo dizer que não pode a Liderança do Governo silenciar quando se faz uma distinção entre o competente Ministro da Saúde, José Serra, e o competente Ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Anunciamos que vamos aprofundar as conversas, até porque soluções são possíveis sempre que efetivamente possíveis na prática.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nosso Bloco Parlamentar manterá a obstrução depois dessa absurda desconsideração. Estamos levando uma hora para votar. Falta respeito ao Plenário por parte da Mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – V.Exa. deve ter calma, nobre Deputado.

**O SR. ORLANDO FANTAZZINI** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. ORLANDO FANTAZZINI** (PT – SP. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a questão de ordem é porque V.Exa. me preteriu quando pedi a palavra pela ordem e a concedeu a Deputados que não a haviam solicitado.

Com isso, V.Exa. está penalizando os Deputados que se mantêm no plenário há uma hora, aguardando o bendito fluxo dos restaurantes para que seja encerrada a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – A Mesa entende que ainda não é hora de encerrar a votação, nobre Deputado.

**O SR. DR. ROSINHA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DR. ROSINHA** (PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores vai se manter em obstrução.

Faço um apelo a V.Exa. para que encerre imediatamente a votação. O fluxo do restaurante para cá já foi suficiente para votarmos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – A Mesa saberá o momento exato de encerrar a votação, nobre Deputado.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer uma denúncia. Um crime bárbaro aconteceu no meu Estado do Rio Grande do Sul na semana passada. Às 5h da manhã, um agricultor assentado foi executado por uma milícia de trinta agricultores, que

arrombaram a porta da sua casa e o mataram pelas costas. Isso foi feito por uma milícia do MST, com a complacência do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. (*Tumulto.*)

**O SR. HENRIQUE FONTANA** – Sr. Presidente, estamos em votação de uma matéria.

**O SR. INÁCIO ARRUDA** – Esse Deputado é um provocador, Sr. Presidente!

**O SR. HENRIQUE FONTANA** – Sr. Presidente, ninguém vai mentir neste plenário. Não vamos transformar este plenário numa anarquia, Sr. Presidente. De jeito algum, de jeito algum!

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – A Mesa pede calma aos Srs. Deputados.

**O SR. CLOVIS ILGENFRITZ** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. CLOVIS ILGENFRITZ** (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lamento profundamente que a sessão esteja sendo conduzida dessa maneira, com a manobra sórdida de esperar **quorum** para concluir a votação, permitindo que Parlamentares usem a tribuna para relatar matérias alheias à Ordem do Dia e também para mentir.

Esse Deputado truculento lá do Rio Grande do Sul vem criar confusão. (*Palmas.*) Se V.Exa. está sendo mal assessorado, que o diga, porque ontem à noite foi um escândalo e hoje está sendo de novo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – V.Exa. está desinformado. Estou bem assessorado. O nobre Deputado não tem a prerrogativa de determinar quando o Presidente tem que encerrar a votação.

Não aceito esse tipo de crítica.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma ponderação. Os Parlamentares da Oposição estão dizendo o seguinte: se o Presidente da sessão tiver o poder discricionário para decidir conforme sua vontade política se uma votação deve durar cinco minutos ou cinco horas, evidentemente, quebraremos qualquer critério ético de democracia no convívio deste Parlamento.

O Presidente não pode conduzir a votação com dois pesos e duas medidas: quando quer **quorum**, porque sua vontade é aprovar a matéria, estende o

processo de votação por cinco horas; quando quer derrotá-la, encerra a votação em cinco minutos.

Fui eleito por um grupo de pessoas, represento um partido e tenho o mesmo direito de V.Exa., Sr. Presidente. Não pode haver discriminação de posição política por parte de quem conduz os trabalhos. E mais do que isso...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – A Mesa dá uma sugestão a V.Exa...

**O SR. HENRIQUE FONTANA** – Estou concluindo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Conclua, Deputado.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** – E, mais do que isso, V.Exa. concedeu a palavra a Deputado que disse uma mentira sobre tema que não está em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Não posso adivinhar o que os Parlamentares vão falar, nobre Deputado.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** – E digo ao referido Deputado que a Justiça vale em qualquer lugar do Brasil; qualquer crime deve ser esclarecido. Não é o Deputado Darcísio Perondi quem julga ou define a culpa ou inocência de alguém.

Também quero que seja esclarecido o crime contra meu companheiro de partido, o Prefeito de Campinas, Toninho. Não posso vir a esta tribuna dizer que foi a milícia "a" ou "b" que assassinou o Toninho. Há Justiça no Brasil, e um Parlamentar não pode ser irresponsável como foi o Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Muito bem, nobre Deputado.

Antes de encerrar a votação, a Mesa sugere ao Deputado Henrique Fontana que apresente emenda para modificar o Regimento Interno determinando o tempo de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Está encerrada a votação.

**O SR. LINCOLN PORTELA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. LINCOLN PORTELA** (Bloco/PSL – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. encerrou a votação, mas o Bloco Parlamentar PL/PSL orienta sua bancada a continuar em obstrução. Faço o registro porque não consegui orientar a bancada pela Liderança do Bloco Parlamentar.

Obrigado, Sr. Presidente.

(*Procede-se à apuração da votação.*)

**51ª Legislatura****Presidente da Casa: Efraim Moraes - PFL/PB****3ª TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA****Presidiram a Sessão: Efraim Moraes - 11:53****SESSÃO CONJUNTA Nº 017 - 19/06/2001****Abertura Sessão : 19/09/2001 11:53****Encerramento Sessão :****Proposição: PL Nº 31/2001/CN - SUBSTITUTIVO -  
ALTERAÇÕES ERRATA EMENDAS  
DESTACADAS ALTERAÇÕES DO REL****Início Votação : 19/09/2001 13:01****Fim Votação : 19/09/2001 13:52****Presidiram a Votação: Efraim Moraes - 11:53****Resultado da Votação****Sim 255****Não 13****Abstenção 4****Total da Votação 272****Orientação****PSDC - Obstrução****PFL/PST - Sim****PSDB - Sim****PMDB - Sim****PT - Obstrução****PPB - Sim****PDT/PPS - Obstrução****PTB - Sim****PSB/PCDOB - Obstrução****PL/PSL - Obstrução****GOV. - Sim****Art. 51 1****Total Quorum 273****Obstrução 45**

	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>	<b>Voto</b>
<b>RORAIMA</b>			
Almir Sá	PPB		Sim
Francisco Rodrigues	PFL	PFL/PST	Sim
Luciano Castro	PFL	PFL/PST	Sim
Luis Barbosa	PFL	PFL/PST	Sim
<b>Total Roraima : 4</b>			
<b>AMAPÁ</b>			
Antonio Feijão	PSDB		Sim
Badu Picanço	PSDB		Sim
Dr. Benedito Dias	PPB		Sim
Eduardo Seabra	PTB		Sim
Evandro Milhomen	PSB	PSB/PCDOB	Obstrução
Fátima Pelaes	PSDB		Sim
Jurandil Juarez	PMDB		Sim
<b>Total Amapá : 7</b>			



	Partido	Bloco	Voto
<b>PARÁ</b>			
Gerson Peres	PPB		Sim
Haroldo Bezerra	PSDB		Sim
Josué Bengtson	PTB		Sim
Nicias Ribeiro	PSDB		Sim
Raimundo Santos	PFL	PFL/PST	Sim
Renildo Leal	PTB		Sim
Socorro Gomes	PCdoB	PSB/PCDOB	Não
Vic Pires Franco	PFL	PFL/PST	Sim
Zenaldo Coutinho	PSDB		Sim
<b>Total Pará : 9</b>			
<b>AMAZONAS</b>			
Arthur Virgílio	PSDB		Sim
Euler Ribeiro	PFL	PFL/PST	Sim
Francisco Garcia	PFL	PFL/PST	Sim
Luiz Fernando	PPB		Sim
Pauderney Avelino	PFL	PFL/PST	Sim
Silas Câmara	PTB		Sim
<b>Total Amazonas : 6</b>			
<b>RONDONIA</b>			
Agnaldo Muniz	PPS	PDT/PPS	Obstrução
Confúcio Moura	PMDB		Sim
Eurípedes Miranda	PDT	PDT/PPS	Obstrução
Exedito Júnior	PSDB		Sim
Marinha Raupp	PMDB		Sim
Nilton Capixaba	PTB		Sim
<b>Total Rondonia : 6</b>			
<b>ACRE</b>			
João Tota	PPB		Sim
Márcio Bittar	PPS	PDT/PPS	Obstrução
Sérgio Barros	PSDB		Sim
Zila Bezerra	PTB		Sim
<b>Total Acre : 4</b>			
<b>TOCANTINS</b>			
Darci Coelho	PFL	PFL/PST	Sim
Freire Júnior	PMDB		Sim
Igor Avelino	PMDB		Sim
Kátia Abreu	PFL	PFL/PST	Sim
Osvaldo Reis	PMDB		Sim
<b>Total Tocantins : 5</b>			
<b>MARANHÃO</b>			
Antonio Joaquim Araújo	PPB		Sim
Cesar Bandeira	PFL	PFL/PST	Sim
Costa Ferreira	PFL	PFL/PST	Sim
Francisco Coelho	PFL	PFL/PST	Sim
Gastão Vieira	PMDB		Sim
João Castelo	PSDB		Sim
Remi Trinta	PL	PL/PSL	Sim

	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>	<b>Voto</b>
<b>MARANHÃO</b>			
Sebastião Madeira	PSDB		Sim
<b>Total Maranhão : 8</b>			
<b>CEARÁ</b>			
Adolfo Marinho	PSDB		Sim
Almeida de Jesus	PL	PL/PSL	Não
Antonio Cambraia	PSDB		Sim
Arnon Bezerra	PSDB		Sim
Chiquinho Feitosa	PSDB		Sim
Inácio Arruda	PCdoB	PSB/PCDOB	Obstrução
José Linhares	PPB		Sim
José Pimentel	PT		Obstrução
Léo Alcântara	PSDB		Sim
Manoel Salviano	PSDB		Sim
Marcelo Teixeira	PMDB		Sim
Moroni Torgan	PFL	PFL/PST	Sim
Nelson Otoch	PSDB		Sim
Pimentel Gomes	PPS	PDT/PPS	Obstrução
Raimundo Gomes de Matos	PSDB		Sim
Roberto Pessoa	PFL	PFL/PST	Sim
Rommel Feijó	PSDB		Sim
Sérgio Novais	PSB	PSB/PCDOB	Obstrução
Vicente Arruda	PSDB		Sim
<b>Total Ceará : 19</b>			
<b>PIAUÍ</b>			
Átila Lira	PSDB		Sim
B. Sá	PSDB		Sim
Heráclito Fortes	PFL	PFL/PST	Sim
Marcelo Castro	PMDB		Sim
Mussa Demes	PFL	PFL/PST	Sim
Paes Landim	PFL	PFL/PST	Sim
Themístocles Sampaio	PMDB		Sim
Wellington Dias	PT		Obstrução
<b>Total Piauí : 8</b>			
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>			
Laíre Rosado	PMDB		Sim
Lavoisier Maia	PFL	PFL/PST	Sim
Salomão Gurgel	PDT	PDT/PPS	Obstrução
<b>Total Rio Grande do Norte : 3</b>			
<b>PARAÍBA</b>			
Armando Abílio	PSDB		Sim
Carlos Dunga	PTB		Sim
Domiciano Cabral	PSDB		Sim
Efraim Moraes	PFL	PFL/PST	Art.51
Enivaldo Ribeiro	PPB		Sim
Inaldo Leitão	PSDB		Sim
Ricardo Rique	PSDB		Sim
Wilson Braga	PFL	PFL/PST	Sim
<b>Total Paraíba : 8</b>			

	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>	<b>Voto</b>
<b>PERNAMBUCO</b>			
Armando Monteiro	PMDB		Sim
Djalma Paes	PSB	PSB/PCDOB	Obstrução
Eduardo Campos	PSB	PSB/PCDOB	Obstrução
Fernando Ferro	PT		Obstrução
Gonzaga Patriota	PSB	PSB/PCDOB	Abstenção
Inocêncio Oliveira	PFL	PFL/PST	Sim
João Colaço	PMDB		Sim
Joel De Hollanda	PFL	PFL/PST	Sim
José Chaves	PMDB		Sim
José Múcio Monteiro	PSDB		Sim
Luiz Piauhyllino	PSDB		Sim
Pedro Corrêa	PPB		Sim
Pedro Eugênio	PPS	PDT/PPS	Obstrução
Ricardo Fiuza	PPB		Sim
Wolney Queiroz	PDT	PDT/PPS	Obstrução
<b>Total Pernambuco : 15</b>			
<b>ALAGOAS</b>			
Augusto Farias	PPB		Sim
Divaldo Suruagy	PST	PFL/PST	Sim
Helenildo Ribeiro	PSDB		Sim
<b>Total Alagoas : 3</b>			
<b>SERGIPE</b>			
Augusto Franco	PSDB		Sim
Cleonânicio Fonseca	PPB		Sim
Ivan Paixão	PPS	PDT/PPS	Obstrução
José Teles	PSDB		Sim
Tânia Soares	PCdoB	PSB/PCDOB	Obstrução
<b>Total Sergipe : 5</b>			
<b>BAHIA</b>			
Benito Gama	PMDB		Sim
Claudio Cajado	PFL	PFL/PST	Sim
Coriolano Sales	PMDB		Sim
Félix Mendonça	PTB		Sim
Francistônio Pinto	PFL	PFL/PST	Sim
Gerson Gabrielli	PFL	PFL/PST	Sim
Jaime Fernandes	PFL	PFL/PST	Sim
Jairo Carneiro	PFL	PFL/PST	Sim
João Almeida	PSDB		Sim
João Leão	PPB		Sim
Jonival Lucas Junior	PMDB		Sim
Jorge Khoury	PFL	PFL/PST	Sim
José Carlos Aleluia	PFL	PFL/PST	Sim
José Rocha	PFL	PFL/PST	Sim
Jutahy Junior	PSDB		Sim
Leur Lomanto	PMDB		Sim
Luiz Moreira	PFL	PFL/PST	Sim
Milton Barbosa	PFL	PFL/PST	Sim
Paulo Braga	PFL	PFL/PST	Sim
Paulo Magalhães	PFL	PFL/PST	Sim
Pedro Irujo	PFL	PFL/PST	Sim

	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>	<b>Voto</b>
<b>BAHIA</b>			
Reginaldo Germano	PFL	PFL/PST	Sim
Roland Lavigne	PMDB		Sim
Saulo Pedrosa	PSDB		Sim
Ursicino Queiroz	PFL	PFL/PST	Sim
Waldir Pires	PT		Obstrução
<b>Total Bahia : 26</b>			
<b>MINAS GERAIS</b>			
Antônio do Valle	PMDB		Sim
Aracely de Paula	PFL	PFL/PST	Sim
Custódio Mattos	PSDB		Sim
Danilo de Castro	PSDB		Sim
Edmar Moreira	PPB		Sim
Eduardo Barbosa	PSDB		Sim
Elias Murad	PSDB		Sim
Eliseu Resende	PFL	PFL/PST	Sim
Hélio Costa	PMDB		Sim
Herculano Anghinetti	PPB		Sim
Ibrahim Abi-Ackel	PPB		Sim
João Magalhães	PMDB		Sim
João Magno	PT		Obstrução
Lael Varella	PFL	PFL/PST	Sim
Márcio Reinaldo Moreira	PPB		Sim
Marcos Lima	PMDB		Obstrução
Maria Lúcia	PMDB		Sim
Mário Assad Júnior	PFL	PFL/PST	Sim
Mauro Lopes	PMDB		Sim
Odelmo Leão	PPB		Sim
Olimpio Pires	PDT	PDT/PPS	Obstrução
Osmânio Pereira	PSDB		Sim
Rafael Guerra	PSDB		Sim
Romel Anizio	PPB		Sim
Ronaldo Vasconcellos	PL	PL/PSL	Sim
Saulo Coelho	PSDB		Sim
Sérgio Miranda	PCdoB	PSB/PCDOB	Obstrução
Silas Brasileiro	PMDB		Sim
Vittorio Mediolì	PSDB		Sim
Walfrido Mares Guia	PTB		Sim
Zezé Perrella	PFL	PFL/PST	Sim
<b>Total Minas Gerais : 31</b>			
<b>ESPÍRITO SANTO</b>			
Feu Rosa	PSDB		Sim
José Carlos Elias	PTB		Sim
José Carlos Fonseca Jr.	PFL	PFL/PST	Sim
Luiz Durão	PFL	PFL/PST	Sim
Max Mauro	PTB		Obstrução
Ricardo Ferraço	PPS	PDT/PPS	Obstrução
Rita Camata	PMDB		Não
<b>Total Espírito Santo : 7</b>			
<b>RIO DE JANEIRO</b>			
Aldir Cabral	PFL	PFL/PST	Sim

	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>	<b>Voto</b>
Alexandre Santos	PSDB		Sim
Almerinda de Carvalho	PPB		Sim
Candinho Mattos	PSDB		Sim
Carlos Santana	PT		Obstrução
Cornélio Ribeiro	PL	PL/PSL	Sim
Dino Fernandes	PPB		Sim
Dr. Heleno	PSDB		Sim
Eurico Miranda	PPB		Sim
Fernando Gonçalves	PTB		Sim
Itamar Serpa	PSDB		Sim
Jair Bolsonaro	PPB		Não
Jandira Feghali	PCdoB	PSB/PCDOB	Obstrução
João Mendes	PMDB		Sim
José Carlos Coutinho	PFL	PFL/PST	Sim
Laura Carneiro	PFL	PFL/PST	Sim
Luiz Ribeiro	PSDB		Sim
Luiz Sérgio	PT		Obstrução
Milton Temer	PT		Obstrução
Miriam Reid	PSB	PSB/PCDOB	Obstrução
Paulo Baltazar	PSB	PSB/PCDOB	Obstrução
Paulo de Almeida	PST	PFL/PST	Sim
Paulo Feijó	PSDB		Sim
Reinaldo Gripp	PL	PL/PSL	Não
Roberto Jefferson	PTB		Sim
Rodrigo Maia	PFL	PFL/PST	Sim
Rubem Medina	PFL	PFL/PST	Sim
Simão Sessim	PPB		Sim

**Total Rio de Janeiro : 28****SÃO PAULO**

Alberto Goldman	PSDB		Sim
Aldo Rebelo	PCdoB	PSB/PCDOB	Obstrução
André Benassi	PSDB		Sim
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB		Sim
Antonio Kandir	PSDB		Sim
Arnaldo Faria de Sá	PTB		Não
Arnaldo Madeira	PSDB		Sim
Ary Kara	PPB		Sim
Celso Russomanno	PPB		Sim
Chico Sardelli	PFL	PFL/PST	Sim
Coraucci Sobrinho	PFL	PFL/PST	Sim
De Velasco	PSL	PL/PSL	Abstenção
Dr. Hélio	PDT	PDT/PPS	Obstrução
Duilio Pisaneschi	PTB		Sim
Emerson Kapaz	PPS	PDT/PPS	Obstrução
Fernando Zuppo	PSDC		Não
Gilberto Kassab	PFL	PFL/PST	Sim
Ivan Valente	PT		Obstrução
Jair Meneguelli	PT		Abstenção
João Eduardo Dado	PMDB		Não
Jorge Tadeu Mudalen	PMDB		Não
José Aníbal	PSDB		Sim
José de Abreu	PTN		Obstrução
José Dirceu	PT		Obstrução
José Genoíno	PT		Abstenção
Julio Semeghini	PSDB		Sim
Lamartine Posella	PMDB		Sim
Luciano Zica	PT		Não
Luiz Antonio Fleury	PTB		Sim

Marcos Cintra	PFL	PFL/PST	Sim
Michel Temer	PMDB		Sim
Milton Monti	PMDB		Sim
Nelo Rodolfo	PMDB		Sim
Nelson Marquezelli	PTB		Sim
Neuton Lima	PFL	PFL/PST	Sim
Paulo Kobayashi	PSDB		Sim
Paulo Lima	PMDB		Sim
Professor Luizinho	PT		Obstrução
Ricardo Izar	PSDB		Sim
Rubens Furlan	PPS	PDT/PPS	Obstrução
Salvador Zimbaldi	PSDB		Sim
Sampaio Dória	PSDB		Sim
Silvio Torres	PSDB		Sim
Vadão Gomes	PPB		Sim
Wagner Rossi	PMDB		Sim
Wagner Salustiano	PPB		Sim
Xico Graziano	PSDB		Sim
Zulaiê Cobra	PSDB		Sim

**Total São Paulo : 48****MATO GROSSO**

Celcita Pinheiro	PFL	PFL/PST	Sim
Lino Rossi	PSDB		Sim
Murilo Domingos	PTB		Sim
Ricarte de Freitas	PSDB		Sim

**Total Mato Grosso : 4****DISTRITO FEDERAL**

Agnelo Queiroz	PCdoB	PSB/PCDOB	Não
Jorge Pinheiro	PMDB		Sim
Wigberto Tartuce	PPB		Sim

**Total Distrito Federal : 3****GOIÁS**

Aldo Arantes	PCdoB	PSB/PCDOB	Obstrução
Jovair Arantes	PSDB		Sim
Juquinha	PSDB		Sim
Lidia Quinan	PSDB		Sim
Lúcia Vânia	PSDB		Sim
Luiz Bittencourt	PMDB		Não
Pedro Canedo	PSDB		Sim
Pedro Chaves	PMDB		Sim
Roberto Balestra	PPB		Sim
Ronaldo Caiado	PFL	PFL/PST	Sim
Vilmar Rocha	PFL	PFL/PST	Sim

**Total Goiás : 11****MATO GROSSO DO SUL**

Dr. Antonio Cruz	PMDB		Sim
Manoel Vitorio	PT		Obstrução
Marçal Filho	PMDB		Sim

Marisa Serrano	PSDB		Sim
Waldemir Moka	PMDB		Sim
<b>Total Mato Grosso do Sul : 5</b>			
<b>PARANÁ</b>			
Abelardo Lupion	PFL	PFL/PST	Sim
Alex Canziani	PSDB		Sim
Chico da Princesa	PSDB		Sim
Dilceu Sperafico	PPB		Sim
Dr. Rosinha	PT		Obstrução
Gustavo Fruet	PMDB		Sim
Iris Simões	PTB		Sim
Ivanio Guerra	PFL	PFL/PST	Sim
José Borba	PMDB		Sim
José Carlos Martinez	PTB		Sim
Luciano Pizzatto	PFL	PFL/PST	Sim
Márcio Matos	PTB		Sim
Moacir Micheletto	PMDB		Sim
Nelson Meurer	PPB		Sim
Oliveira Filho	PL	PL/PSL	Sim
Osmar Serraglio	PMDB		Sim
Ricardo Barros	PPB		Sim
Rubens Bueno	PPS	PDT/PPS	Obstrução
Santos Filho	PFL	PFL/PST	Sim
Werner Wanderer	PFL	PFL/PST	Sim
<b>Total Paraná : 20</b>			
<b>SANTA CATARINA</b>			
Antônio Carlos Konder Reis	PFL	PFL/PST	Sim
Edinho Bez	PMDB		Sim
Eni Voltolini	PPB		Sim
Fernando Coruja	PDT	PDT/PPS	Obstrução
Gervásio Silva	PFL	PFL/PST	Sim
Hugo Biehl	PPB		Sim
João Matos	PMDB		Sim
João Pizzolatti	PPB		Sim
Paulo Gouvêa	PFL	PFL/PST	Sim
Pedro Bittencourt	PFL	PFL/PST	Sim
Renato Vianna	PMDB		Sim
Vicente Caropreso	PSDB		Sim
<b>Total Santa Catarina : 12</b>			
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>			
Alceu Collares	PDT	PDT/PPS	Obstrução
Augusto Nardes	PPB		Sim
Cezar Schirmer	PMDB		Sim
Darcísio Perondi	PMDB		Sim
Enio Bacci	PDT	PDT/PPS	Não
Ezidio Pinheiro	PSB	PSB/PCDOB	Obstrução
Fetter Junior	PPB		Sim
Luis Carlos Heinze	PPB		Sim
Nelson Marchezan	PSDB		Sim
Osmar Terra	PMDB		Sim
Oswaldo Biolchi	PMDB		Sim
Roberto Argenta	PHS		Sim
Telmo Kirst	PPB		Sim
<b>Total Rio Grande do Sul : 13</b>			

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – A Mesa anuncia o resultado da votação: votaram "sim" 255 Srs. Parlamentares; "não", 13; abstenção, 4. Total: 272.

Aprovada.

*É o seguinte o substitutivo aprovado com as alterações decorrentes da Errata, Emendas destacadas e alterações propostas pelo relator:*

#### **SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 31/2001-CN**

*Altera o Plano Plurianual para o período 2000 – 2003.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Plano Plurianual para o quadriênio 2000/2003, aprovado pela Lei nº 9.989, de 21 de julho de 2000, passa a incorporar as alterações constantes desta lei.

Art. 2º Ficam incluídos, no Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, os programas constantes do Anexo I a esta lei.

Art. 3º Ficam alteradas as denominações e objetivos dos programas constantes do Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, na forma do Anexo II a esta lei.

Art. 4º Ficam alteradas as ações constantes do Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, na forma do Anexo III e IV desta lei.

Art. 5º Ficam excluídos, do Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, os programas, constantes do Anexo V a esta lei.

Art. 6º Ficam excluídas dos respectivos programas, as ações constantes do Anexo II da Lei nº 9.989, de 2000, na forma do Anexo VI desta lei.

Art. 7º O parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.989, de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

“III – adequar as metas físicas de ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações nos seus valores, ou produto, ou unidade de medida, respectivos, efetivadas pelas leis orçamentárias anuais e

seus créditos adicionais ou por leis que alterem o Plano Plurianual.”

Art. 8º O Poder Executivo, no prazo de 45 dias, a partir da publicação desta lei, publicará o Plano Plurianual 2000/2003 vigente, incorporando as alterações efetivadas por esta lei, pelas Leis nºs 10.178/2001 e 10.265/2001, e as decorrentes das leis orçamentárias de 2000 e de 2001, e respectivos créditos adicionais.

§ 1º O documento apresentará, para cada programa e suas ações, os respectivos valores e metas físicas executados em 2000, aqueles previstos na lei orçamentária de 2001 e seus créditos e os saldos remanescentes para o biênio 2002/2003.

§ 2º Nos casos de ações incluídas no Plano Plurianual, por intermédio das leis orçamentárias ou de seus créditos adicionais, na forma do art. 7º da Lei nº 9.989/2000, deverá ser observado:

a) quando a inclusão decorrer da migração de ação já existente em outro programa, o saldo remanescente da ação migrada será transferido à nova ação;

b) quando a inclusão decorrer da aglutinação de uma ou mais ações já existentes, os saldos remanescentes das ações aglutinadas serão incorporados à ação resultante;

c) quando a inclusão decorrer de desmembramento de ação já existente, o saldo remanescente da ação desmembrada será distribuído proporcionalmente pelas ações resultantes;

d) em quaisquer das hipóteses das alíneas anteriores, será preservada a regionalização prevista nas ações envolvidas.

§ 3º O Poder Executivo publicará, periodicamente, o Plano Plurianual vigente atualizado, em especial após a edição das leis orçamentárias anuais e de leis que o revisem.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de agosto de 2001.



PPA 2000/2003

Programas Finalísticos

Anexo I

**Programa: 8021 COMÉRCIO ELETRÔNICO**

Objetivo: Desenvolver o comércio eletrônico mediante a instituição do arcabouço jurídico necessário

Indicador:

Número de empresas integradas ao Comércio eletrônico  
Valor anual do comércio eletrônico realizado pelas empresas brasileiras

**Dados Financeiros do Programa em R\$ 1**

**Recursos do Orçamento da União**

Fiscal e Seguridade  
Despesas de Capital  
Despesas Correntes  
Investimento Estatal  
Demais Fontes

**TOTAL**

**Total**  
1.900.000  
1.900.000  
800.000  
1.100.000  
0  
0  
1.900.000

Unidade de Medida		Índice mais recente				Índice final PPA	
Unidade							
US\$ milhão							
Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul		
1.900.000	0	0	0	0	0	4.100.000	
1.900.000	0	0	0	0	0	2.700.000	
800.000	0	0	0	0	0		
1.100.000	0	0	0	0	0		
0	0	0	0	0	0		
0	0	0	0	0	0		
1.900.000	0	0	0	0	0		

**AÇÕES**

**Cód Tipo Descrição da Ação / Produto**  
**28.2517 A Estudos para a Promoção do Comércio Eletrônico**

estudo realizado

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União  
Demais Fontes

**Total da Ação**

28.1695 P Implantação da Autoridade Certificadora Raiz da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil

autoridade certificadora raiz implantada  
Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União  
Demais Fontes

**Total da Ação**

28.2523 A Treinamento para Pequenas e Médias Empresas visando o Comércio Eletrônico

empresa beneficiada

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União  
Demais Fontes

**Total da Ação**

**Total de todas as Ações**

**METAS / CUSTOS**

Unidade de Medida		Índice mais recente				Índice final PPA	
Unidade							
US\$ milhão							
Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul		
7	0	0	0	0	0		
600.000	0	0	0	0	0		
0	0	0	0	0	0		
600.000	0	0	0	0	0		
30	0	0	0	0	0		
1.000.000	0	0	0	0	0		
0	0	0	0	0	0		
1.000.000	0	0	0	0	0		
500	0	0	0	0	0		
300.000	0	0	0	0	0		
0	0	0	0	0	0		
300.000	0	0	0	0	0		
1.900.000	0	0	0	0	0		

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES



## PPA 2000/2003

## Programas Finalísticos

## Anexo I

## Programa: 8018 DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Objetivo: Reduzir os níveis de poluição hídrica em bacias hidrográficas drenantes de áreas com maior densidade urbana e industrial do País

## Indicador:

Carga anual poluidora abatida

## Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

## Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade

Despesas de Capital

Despesas Correntes

Investimento Estatal

Demais Fontes

## TOTAL

Unidade de Medida  
kg/DBO/dia

Nacional

86.156.527

86.156.527

0

0

0

0

0

Índice mais recente  
781.000.000

Nordeste

0

0

0

0

0

0

0

Índice final PPA  
985.000.000

Centro-Oeste

0

0

0

0

0

0

0

Sul

0

0

0

0

0

0

0

## AÇÕES

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida

44.3939 P Campanhas para mobilização e conscientização para limpar os rios unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

44.1967 P Elaboração de Planos de Despoluição de Bacias Hidrográficas unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

44.3935 P Recuperação de Nascentes e de Mananciais em Áreas Urbanas km²

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

44.2905 A Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas. carga poluidora abatida contratada kgdbo/dia

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

44.9084 P Recuperação de Bacias Hidrográficas da Região Sudeste. carga poluidora abatida contratada kgdbo/dia

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação

Índice mais recente  
781.000.000

Nordeste

0

0

0

0

0

0

0

Índice final PPA  
985.000.000

Centro-Oeste

0

0

0

0

0

0

0

Sul

0

0

0

0

0

0

0

## METAS / CUSTOS

Nordeste

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

## PPA 2000/2003

## Programas Finalísticos

## Anexo I

## Programa: 8010 EDUCAÇÃO FISCAL

Objetivo: Promover o exercício da cidadania mediante a sensibilização da população para a função socioeconômica do tributo e o incentivo ao controle social da aplicação dos recursos públicos.

## Indicador:

Taxa de abrangência municipal  
Taxa de cobertura do Programa no ensino fundamental  
Taxa de cobertura do Programa no ensino médio  
Taxa de qualificação de docentes em educação fiscal

## Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

## Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade :  
Despesas de Capital  
Despesas Correntes  
Investimento Estatal  
Demais Fontes

## TOTAL

Unidade de Medida	Índice mais recente	Índice final PPA
Percentagem	15.630	32.000
Percentagem	4.500	15.000
Percentagem	1.800	6.000
Percentagem	2.520	6.280

	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Total	6.039.256	0	0	0	0	0
6.039.256	6.039.256	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
6.039.256	6.039.256	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
6.039.256	6.039.256	0	0	0	0	0

## AÇÕES

Cód 25.1665 Tipo P Descrição da Ação / Produto Capacitação de Recursos Humanos para Disseminação da Educação Fiscal

unidade  
pessoa capacitada

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

## Total da Ação

25.1663 P Produção e Distribuição de Material para Disseminação da Educação Fiscal

unidade  
material distribuído

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

## Total da Ação

## Total de todas as Ações

	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Total	1.673	401	419	491	295	75
3.370.320	3.370.320	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
3.370.320	3.370.320	0	0	0	0	0
12.493	0	1.614	3.496	2.723	1.167	1.493
2.668.936	2.668.936	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
2.668.936	2.668.936	0	0	0	0	0
6.039.256	6.039.256	0	0	0	0	0

OBS. TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E=OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

## PPA 2000/2003

## Programas Finalísticos

## Anexo I

## Programa: 8028 ESPORTE NA ESCOLA

Objetivo: Estimular a prática desportiva por estudantes das instituições públicas de ensino fundamental e médio

Indicador:

Taxa de atendimento dos alunos de instituições públicas de ensino fundamental e médio

## Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

## Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade  
Despesas de Capital  
Despesas Correntes  
Investimento Estatal  
Demais Fontes  
TOTAL

Total	Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
150.000.000	150.000.000	0	0	0	0	0
150.000.000	150.000.000	0	0	0	0	0
54.400.000	54.400.000	0	0	0	0	0
95.600.000	95.600.000	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
150.000.000	150.000.000	0	0	0	0	0

## AÇÕES

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida  
51.5071 P Campanha na Área do Esporte na Escola unidade

campanha realizada

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1  
Demais Fontes R\$1

Total da Ação

51.5073 P Capacitação de Recursos Humanos em Esporte Escolar unidade

pessoa capacitada

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1  
Demais Fontes R\$1

Total da Ação

51.3985 P Concurso Temático sobre o Esporte concurso realizado unidade

concurso realizado

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1  
Demais Fontes R\$1

Total da Ação

51.5075 P Edição e Distribuição de Material Técnico-Didático para o Esporte na Escola unidade

exemplar distribuído

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1  
Demais Fontes R\$1

Total da Ação

## METAS / CUSTOS

Total	Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
150.000.000	150.000.000	0	0	0	0	0
150.000.000	150.000.000	0	0	0	0	0
54.400.000	54.400.000	0	0	0	0	0
95.600.000	95.600.000	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
150.000.000	150.000.000	0	0	0	0	0

## METAS / CUSTOS

Total	Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
150.000.000	150.000.000	0	0	0	0	0
150.000.000	150.000.000	0	0	0	0	0
54.400.000	54.400.000	0	0	0	0	0
95.600.000	95.600.000	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
150.000.000	150.000.000	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES



## PPA 2000/2003

## Programas Finalísticos

## Programa: 8007 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

Objetivo: Universalizar a cobertura e aumentar a eficiência e a eficácia da prestação dos serviços de limpeza pública, de coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos

## Indicador:

TAXA DE ATENDIMENTO COM GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

TAXA DE ATENDIMENTO COM SERVIÇO DE COLETA DE LIXO

TAXA DE TRATAMENTO ADEQUADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

## Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

## Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade

Despesas de Capital

Despesas Correntes

Investimento Estatal

Demais Fontes

TOTAL

Total

33.875.738

33.875.738

25.038.846

8.836.892

0

1.976.660

35.852.398

## AÇÕES

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida

20.5013 P Capacitação de Municípios para a Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos

município atendido unidade

Origem dos Recursos:

Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

20.3963 P Estudos para a Otimização da Prestação dos Serviços de Coleta e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos

estudo realizado unidade

Origem dos Recursos:

Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

20.5005 P Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Disposição Final e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos

família beneficiada unidade

Origem dos Recursos:

Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

20.3966 P Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com Crianças que Vivem do Lixo

criança beneficiada unidade

Origem dos Recursos:

Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes

Total da Ação

Total de todas as Ações

Índice mais recente

Em Apuração

93,700

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

Em Apuração

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES





## PPA 2000/2003

## Programas Finalísticos

## Anexo I

**Programa: 8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL**

Objetivo: Preparar e, quando necessário, executar a mobilização para a defesa nacional, sob a orientação do Estado.

Indicador:

A DEFINIR

**Dados Financeiros do Programa em R\$ 1****Recursos do Orçamento da União**

Fiscal e Seguridade

Despesas de Capital

Despesas Correntes

Investimento Estatal

Demais Fontes

**TOTAL****Unidade de Medida**

Nacional

0

0

0

0

0

0

**Índice mais recente**

Nordeste

0

0

0

0

0

0

**Índice final PPA**

Centro-Oeste

0

0

0

0

0

0

**Sul**

0

0

0

0

0

0

**AÇÕES**

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida

52.4429 A Adequação do Setor Produtivo aos Interesses da Defesa Nacional unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação 33.000

52.5155 P Campanhas de Educação para Mobilização da Defesa Nacional campanha realizada unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação 42.400

52.4427 A Exercícios de Mobilização para Defesa Nacional exercício de mobilização realizado unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação 37.400

52.5153 P Implantação do Sistema de Mobilização para Defesa Nacional sistema implantado % de execução física

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

Total da Ação 145.205

Total de todas as Ações 258.005

**METAS / CUSTOS**

Nordeste

0

0

0

0

0

0

**Sul**

0

0

0

0

0

0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES



## PPA 2000/2003

## Programas Finalísticos

## Anexo I

**Programa: 8009 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRONAGER**

Objetivo: Capacitar comunidades pobres visando a sua organização produtiva e inserção competitiva no mercado de trabalho

Indicador:

TAXA DE POSTOS DE TRABALHO GERADOS POR PESSOA CAPACITADA

**Dados Financeiros do Programa em R\$ 1**

		Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
		Porcentagem		5,000		30,000	
		Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
<b>Recursos do Orçamento da União</b>		<b>Total</b>	<b>4.824.900</b>	<b>6.433.200</b>	<b>1.206.226</b>	<b>2.412.450</b>	<b>1.206.224</b>
Fiscal e Seguridade		18.125.030	4.824.900	6.433.200	1.206.226	2.412.450	1.206.224
Despesas de Capital		0	0	0	0	0	0
Despesas Correntes		18.125.030	4.824.900	6.433.200	1.206.226	2.412.450	1.206.224
Investimento Estatal		0	0	0	0	0	0
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>		<b>18.125.030</b>	<b>4.824.900</b>	<b>6.433.200</b>	<b>1.206.226</b>	<b>2.412.450</b>	<b>1.206.224</b>

**AÇÕES**

Cód	P	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	METAS / CUSTOS		Sul	
		Capacitação de Técnicos Multiplicadores, Diretores de Laboratórios Organizacionais e Empreendedores		Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	
		<i>multiplicador capacitado</i>					
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	0	184	35	69	34
		Demais Fontes	0	643.320	120.623	241.245	120.622
<b>Total da Ação</b>			<b>0</b>	<b>643.320</b>	<b>120.623</b>	<b>241.245</b>	<b>120.622</b>
		<i>pessoa capacitada</i>					
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	0	28.800	5.400	10.800	5.400
		Demais Fontes	0	5.789.880	1.085.603	2.171.205	1.085.602
<b>Total da Ação</b>			<b>0</b>	<b>5.789.880</b>	<b>1.085.603</b>	<b>2.171.205</b>	<b>1.085.602</b>
		<i>sistema mantido</i>					
Origem dos Recursos:		Recursos do Orçamento da União	2	0	0	0	0
		Demais Fontes	0	0	0	0	0
<b>Total da Ação</b>			<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
		<b>Total de todas as Ações</b>		<b>6.433.200</b>	<b>1.206.226</b>	<b>2.412.450</b>	<b>1.206.224</b>

## PPA 2000/2003

## Programas Finalísticos

## Anexo I

**Programa: 8017 PROTEÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL**

Objetivo: Proteger os interesses de crianças e adolescentes nos processos de adoção internacional

**Indicador:**Número de denúncias de violação de direitos de crianças e adolescentes adotados por residentes no exterior  
Taxa de adoção internacional em relação à adoção nacional**Dados Financeiros do Programa em R\$ 1****Recursos do Orçamento da União**

Fiscal e Seguridade

Despesas de Capital

Despesas Correntes

Investimento Estadual :

Demais Fontes

**TOTAL**

Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
Unidade		Em Apuração		Em Apuração	
Porcentagem		50,000		40,000	
	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Nacional	0	0	0	0	0
1.139.611	1.139.611	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0

**AÇÕES**

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida

30.5027 P Capacitação de Técnicos que Atuam em Processos de Adoção unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

**Total da Ação**

30.5029 P Estudos e Pesquisas na Área de Adoção unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

**Total da Ação**

30.1775 P Instalação da unidade da Autoridade Central Federal Administrativa de Adoção de Crianças e Adolescentes unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

**Total da Ação**

30.5025 P Promoção de Eventos em Matéria de Adoção unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1

Demais Fontes R\$1

**Total da Ação****Total de todas as Ações**

Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
Unidade		Em Apuração		Em Apuração	
Porcentagem		50,000		40,000	
	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Nacional	0	0	0	0	0
1.139.611	1.139.611	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0

Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
Unidade		Em Apuração		Em Apuração	
Porcentagem		50,000		40,000	
	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Nacional	0	0	0	0	0
1.139.611	1.139.611	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0

Unidade de Medida		Índice mais recente		Índice final PPA	
Unidade		Em Apuração		Em Apuração	
Porcentagem		50,000		40,000	
	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Nacional	0	0	0	0	0
1.139.611	1.139.611	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0
1.139.611	0	0	0	0	0

PPA 2000/2003

Programas Finalísticos

Anexo I

Programa: 0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Objetivo: Garantir o acesso aos serviços de telecomunicações e de valor adicionado em estabelecimentos de ensino público, instituições de saúde pública, para as populações em localidades com menos de 100 habitantes e para as populações cuja renda não permita o acesso em base comercial, utilizando, preferencialmente software livres.

Indicador:

		Unidade de Medida	Índice mais recente	Índice final PPA
TAXA DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICO COM ACESSO AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE VALOR ADICIONADO		Percentual	0,000	100,000
TAXA DE ESTABELECIMENTOS RURAIS COM ACESSO AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE VALOR ADICIONADO		Percentual	0,000	60,000
TAXA DE INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA COM ACESSO AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE VALOR ADICIONADO		Percentual	0,000	50,000

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

		Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Recursos do Orçamento da União		2.686.000.000	2.685.950.000	0	50.000	0	0	0
Fiscal e Seguridade		2.686.000.000	2.685.950.000	0	50.000	0	0	0
Despesas de Capital		2.329.818.761	2.329.768.761	0	50.000	0	0	0
Despesas Correntes		356.181.239	356.181.239	0	0	0	0	0
Investimento Estatal		0	0	0	0	0	0	0
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		2.686.000.000	2.685.950.000	0	50.000	0	0	0

AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
41.1319	P	Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações em Instituições de Saúde Pública								
		acesso em serviço	unidade	134.000	134.000	0	0	0	0	0
		Origem dos Recursos:								
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	703.470.100	703.470.100	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		703.470.100	703.470.100	0	0	0	0	0
41.1323	P	Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações em Localidades Onde o Custo dos Serviços Não Possa Ser Recuperado com Sua Exploração Comercial								
		acesso em serviço	unidade	44.000	44.000	0	0	0	0	0
		Origem dos Recursos:								
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	435.438.300	435.388.300	0	50.000	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		435.438.300	435.388.300	0	50.000	0	0	0
41.1321	P	Implantação de Acessos aos Serviços de Telecomunicações nos Estabelecimentos Públicos de Ensino e Bibliotecas Públicas								
		acesso em serviço	unidade	93.000	93.000	0	0	0	0	0
		Origem dos Recursos:								
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1.523.091.600	1.523.091.600	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1.523.091.600	1.523.091.600	0	0	0	0	0



PPA 2000/2003

Programas Finalísticos

Anexo I

Programa: 8035 INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES

Objetivo: Adequar, construir rodovias federais e realizar infra-estrutura em portos

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade  
Despesas de Capital  
Despesas Correntes  
Investimento Estatal  
Demais Fontes

TOTAL

Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
15.000.000	15.000.000	0	0	0	0	0
15.000.000	15.000.000	0	0	0	0	0
15.000.000	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
15.000.000	15.000.000	0	0	0	0	0

39.5850 P Adequação de Rodovias Federais

obra executada

% de execução física

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

R\$1

R\$1

Demais Fontes

Total da Ação

5.000.000

0

5.000.000

0

5.000.000

0

5.000.000

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

39.5852 P Construção de Rodovias Federais

obra executada

% de execução física

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

R\$1

R\$1

Demais Fontes

Total da Ação

5.000.000

0

5.000.000

0

5.000.000

5.000.000

0

5.000.000

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

39.5852 P Infra-estrutura Portuária

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

R\$1

R\$1

Demais Fontes

Total da Ação

5.000.000

0

5.000.000

0

5.000.000

5.000.000

0

5.000.000

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

0

## PPA 2000/2003

## Programas de Gestão de Políticas Públicas

## Anexo I

**Programa: 8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES**

Objetivo: Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de comunicações

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1										
Recursos do Orçamento da União										
Fiscal e Seguridade										
Despesas de Capital										
Despesas Correntes										
Investimento Estatal										
Demais Fontes										
TOTAL										
AÇÕES										
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS		Centro-Oeste	Sul
41.4303	A	Estudos para implantação do Órgão Regulador de Serviços Postais	unidade	2	2	0	Nordeste		0	0
Origem dos Recursos:				420.000	420.000	0	Sudeste		0	0
Recursos do Orçamento da União				0	0	0	Centro-Oeste		0	0
Demais Fontes				0	0	0	Sul		0	0
Total da Ação				420.000	420.000	0	0		0	0
Formulação de Políticas para o Setor de Comunicações										
41.4321 A										
Origem dos Recursos:				200.000	200.000	0	0		0	0
Recursos do Orçamento da União				0	0	0	0		0	0
Demais Fontes				0	0	0	0		0	0
Total da Ação				200.000	200.000	0	0		0	0
Total de todas as Ações				620.000	620.000	0	0		0	0



## PPA 2000/2003

## Programas de Gestão de Políticas Públicas

## Anexo I

## Programa: 0782 GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

Objetivo: Aumentar a eficiência e a eficácia na aplicação de recursos públicos pelo Poder Executivo Federal e zelar pela regularidade da gestão dos administradores públicos federais

Dados Financeiros do Programa em R\$ 1									
		Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul	
<b>Recursos do Orçamento da União</b>									
Fiscal e Seguridade		35.358.670	34.048.570	1.310.100	0	0	0	0	
Despesas de Capital		35.358.670	34.048.570	1.310.100	0	0	0	0	
Despesas Correntes		487.000	487.000	0	0	0	0	0	
Investimento Estatal		34.871.670	33.561.570	1.310.100	0	0	0	0	
Demais Fontes		0	0	0	0	0	0	0	
<b>TOTAL</b>		<b>35.358.670</b>	<b>34.048.570</b>	<b>1.310.100</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	
AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	METAS / CUSTOS					
25.2073	A	Avaliação da Execução das Ações Integrantes de Programas Governamentais	unidade	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
<b>Origem dos Recursos:</b>									
		ação avaliada		991.180	76.818	3.999	6.642	4.025	3.741
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	3.609.150	2.299.050	1.310.100	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>3.609.150</b>	<b>2.299.050</b>	<b>1.310.100</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>25.2072 A Avaliação da Gestão dos Administradores Públicos Federais</b>									
<b>Origem dos Recursos:</b>									
		gestão avaliada		7.326	6.103	162	242	310	125
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	11.553.520	11.553.520	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>11.553.520</b>	<b>11.553.520</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>25.2080 A Sistema Informatizado da Secretaria Federal de Controle</b>									
<b>Origem dos Recursos:</b>									
		sistema mantido		6	6	0	0	0	0
		Recursos do Orçamento da União	R\$1	20.196.000	20.196.000	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>20.196.000</b>	<b>20.196.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
		<b>Total de todas as Ações</b>		<b>35.358.670</b>	<b>34.048.570</b>	<b>1.310.100</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## PPA 2000/2003

## Programas de Gestão de Políticas Públicas

## Anexo I

## Programa: 8002 GOVERNO ELETRÔNICO

Objetivo: Ampliar a oferta de serviços públicos por meio eletrônico com vistas à melhoria da qualidade e tempestividade do atendimento ao cidadão

## Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

Recursos do Orçamento da União  
Fiscal e Seguridade  
Despesas de Capital  
Despesas Correntes  
Investimento Estatal  
Demais Fontes  
**TOTAL**

## AÇÕES

Cód Tipo Descrição da Ação / Produto Unidade de Medida  
41.4323 A Capacitação de Agentes envolvidos no Programa Governo Eletrônico unidade

agente capacitado

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1  
Demais Fontes R\$1

Total da Ação

41.4305 A Elaboração de Plano de Universalização do Acesso a Serviços Públicos por Meio Eletrônico

plano elaborado

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1  
Demais Fontes R\$1

Total da Ação

47.3543 P Implantação da Rede de Comunicação Informatizada do Governo Federal - Rede rede implantada

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1  
Demais Fontes R\$1

Total da Ação

41.5051 P Instalação de Pontos de Acesso a Serviços Públicos por Meio Eletrônico ponto de acesso instalado

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União R\$1  
Demais Fontes R\$1

Total da Ação

Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
62.009.668	62.009.668	0	0	0	0	0
62.009.668	62.009.668	0	0	0	0	0
2.200.000	2.200.000	0	0	0	0	0
59.809.668	59.809.668	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
62.009.668	62.009.668	0	0	0	0	0
<b>METAS / CUSTOS</b>						
Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7.984	7.984	0	0	0	0	0
8.771.695	8.771.695	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
8.771.695	8.771.695	0	0	0	0	0
<b>METAS / CUSTOS</b>						
Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
100	100	0	0	0	0	0
392.472	392.472	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
392.472	392.472	0	0	0	0	0
<b>METAS / CUSTOS</b>						
Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
15	15	0	0	0	0	0
14.088.000	14.088.000	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
14.088.000	14.088.000	0	0	0	0	0
<b>METAS / CUSTOS</b>						
Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
14.271	14.271	0	0	0	0	0
21.307.501	21.307.501	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
21.307.501	21.307.501	0	0	0	0	0



## PPA 2000/2003

## Programas de Gestão de Políticas Públicas

## Anexo I

## Programa: 9990 RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A ESTABILIDADE

Objetivo: Contribuir, de forma permanente, para o ajuste fiscal com vistas à estabilidade econômica

## Dados Financeiros do Programa em R\$ 1

## Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade  
Despesas de Capital  
Despesas Correntes  
Investimento Estatal  
Demais Fontes  
**TOTAL**

Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
8.933.517	8.933.517	0	0	0	0	0
8.933.517	8.933.517	0	0	0	0	0
314.000	314.000	0	0	0	0	0
8.619.517	8.619.517	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0
8.933.517	8.933.517	0	0	0	0	0

## AÇÕES

## Cód Tipo Descrição da Ação / Produto

47.1777 P Avaliação do Impacto da Implantação da LRF

sistema implantado

Unidade de Medida % de execução física

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes R\$1

R\$1

Total da Ação 1.660.000

Total da Ação 1.660.000

Cooperação para Capacitação Municipal em Gestão Pública e Responsabilidade Fiscal

município assistido

Unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes R\$1

R\$1

Total da Ação 2.999.017

Total da Ação 2.999.017

Desenvolvimento de Portal de Informações Fiscais de Estados e Municípios

portal desenvolvido

Unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes R\$1

R\$1

Total da Ação 350.000

Total da Ação 350.000

Implementação de projetos para o desempenho fiscal da Administração Pública

tribunal de contas atendido

Unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes R\$1

R\$1

Total da Ação 205.500

Total da Ação 205.500

Monitoramento da Evolução dos Indicadores de Desempenho Fiscal dos Municípios

estudo realizado

Unidade

Origem dos Recursos: Recursos do Orçamento da União

Demais Fontes R\$1

R\$1

Total da Ação 3.719.000

Total da Ação 3.719.000

## Dados Financeiros Totais em R\$ 1

## Recursos do Orçamento da União

Fiscal e Seguridade  
Despesas de Capital  
Despesas Correntes  
Investimento Estatal  
Demais Fontes  
**TOTAL GERAL**

Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
3.588.341.286	3.541.951.886	15.561.440	15.155.374	4.982.003	5.579.307	2.111.276
3.588.341.286	3.541.951.886	15.561.440	15.155.374	4.982.003	5.579.307	2.111.276
2.644.497.908	2.621.129.383	8.776.342	7.403.108	543.043	2.896.753	1.749.279
943.843.378	920.822.503	6.785.098	7.752.266	4.438.960	2.682.554	1.361.997
0	0	0	0	0	0	0
76.745.534	75.569.531	584.860	367.421	0	174.823	48.899
3.665.086.820	3.617.521.417	16.146.300	15.522.795	4.982.003	5.754.130	3.160.175

OBS: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

## PPA 2000/2003

## Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

## Anexo II

Revisão Proposta Programa / Objetivo	
0770	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADJANEIRA Garantir a realização da arrecadação tributária, promover a justiça fiscal e combater a evasão fiscal, o contrabando e o descaminho e modernizar o sistema tributário
0497	ÁGUAS DO BRASIL Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade
0502	AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL Promover o desenvolvimento da Amazônia, mediante o uso sustentável de seus recursos naturais
0670	ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS Garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes
0699	ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA Prestar assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da Justiça
0067	ATENÇÃO À CRIANÇA Assegurar o atendimento a crianças carentes de até seis anos em creches, pré-escolas ou outras alternativas comunitárias
0065	ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA Assegurar os direitos, promover condições de acessibilidade e combater a discriminação de pessoas portadoras de deficiência
0516	BRASIL JOGA LIMPO Reduzir a geração, aumentar a taxa de coleta e de disposição final adequada, a reciclagem, o reaproveitamento e o tratamento de resíduos e garantir meios de disposição ambientalmente adequados
0070	BRASIL JOVEM Atender jovens carentes de 15 a 24 anos em risco pessoal e social em comunidades de baixa renda
0777	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS Desenvolver recursos humanos do setor público em finanças públicas e áreas afins, mediante formação de carreiras e educação continuada
0252	CAPTAÇÃO E DIFUSÃO DE NOTÍCIAS Divulgar material jornalístico sobre os atos governamentais nos campos social, político, econômico, educativo, cultural, científico, entretenimento e de utilidade pública
0904	CARTA DE CRÉDITO Ampliar o acesso à moradia e melhorar a qualidade das habitações da população urbana
0069	CESTA DE ALIMENTOS Reduzir a fome da parcela da população brasileira com carência de alimentação básica
0468	CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A GESTÃO DE ECOSISTEMAS Desenvolver, divulgar e utilizar o conhecimento científico e tecnológico para o gerenciamento racional dos ecossistemas brasileiros e de sua biodiversidade
0156	COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Combater a violência doméstica e sexual contra a mulher
0357	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária
0550	CONTROLE EXTERNO Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais em benefício da sociedade, bem como auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo
0418	DEFESA COMERCIAL Defender o sistema produtivo nacional contra práticas desleais de comércio e surtos de importação e prestar assistência ao exportador brasileiro submetido a processos de defesa comercial no exterior

Revisão Proposta Programa / Objetivo	
0153	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Colibir a violação de direitos da criança e do adolescente
0049	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL Ampliar e melhorar a oferta de atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais
0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA Elevar a competitividade do setor frutícola
5005	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA Ampliar a produção brasileira de açúcar e de álcool
0419	DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS Promover o fortalecimento econômico-administrativo das micro, pequenas e médias empresas por intermédio do crédito e da capacitação gerencial
0045	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO Contribuir para a oferta de vagas no ensino médio e promover a melhoria de sua qualidade
0094	DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável do Entorno do Distrito Federal
0776	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL Assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional
9998	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II Desenvolver a infra-estrutura turística da Região Nordeste
0366	DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - PRODECER Estimular e desenvolver a implantação de agricultura moderna e empresarial, de médio porte, na região dos cerrados
0779	DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS, CAPITALIZAÇÃO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO Garantir o adequado funcionamento e o desenvolvimento dos mercados de seguros, previdência privada aberta, capitalização e resseguro
0077	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Bacia do Itabapoana, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0079	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Chapada das Mangabeiras, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos
0080	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DO ARAIPE Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Chapada do Araripe, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0093	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA CANAVIEIRA NORDESTINA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordeste, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos
0076	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião de Águas Emendadas, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais

Revisão Proposta Programa / Objetivo	
0074	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Alto Solimões, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0078	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Bico do Papagaio, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0090	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DA RIBEIRA E GUARAQUEÇABA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Vale da Ribeira e Guaraqueçaba, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0082	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA E DO MUCURI Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos
0091	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO RIO ACRE Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Vale do Rio Acre, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0092	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO XINGÓ Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Xingó, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0075	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0081	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da metade sul do Rio Grande do Sul, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0120	DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA FAIXA DE FRONTEIRA Contribuir para o desenvolvimento social da faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, buscando sua ocupação e utilização de forma compatível com a importância territorial estratégica
0467	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA NUCLEAR Gerar conhecimentos e desenvolver produtos e serviços, aplicáveis na saúde, no meio ambiente e no setor produtivo, utilizando tecnologia nuclear
0154	DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS Promover, garantir e defender os direitos individuais, coletivos e difusos da população brasileira, assegurando acesso aos mecanismos necessários para o exercício pleno da cidadania
0283	DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL Oferecer melhor infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural e álcool combustível
0052	EDUCAÇÃO AMBIENTAL Promover a conscientização, capacitação e mobilização dos diversos segmentos da sociedade para prevenção e solução dos problemas ambientais
0638	ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO Formar e capacitar recursos humanos com estudos em todos os níveis, necessários para a defesa terrestre
0042	ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS Melhorar a qualidade do ensino fundamental

Revisão Proposta Programa / Objetivo	
0180	ESPORTE SOLIDÁRIO Diminuir a situação de exclusão de idosos acima de 60 anos e de jovens e adolescentes carentes na faixa etária de 10 a 24 anos pela intensificação da prática desportiva
0505	FLORESTAR Aumentar a oferta de produtos e subprodutos florestais oriundos de áreas plantadas e manejadas
0506	FLORESTAS SUSTENTÁVEIS Promover o uso sustentável dos recursos florestais, conciliando os interesses dos usuários dos recursos com a necessidade de conservação
0774	FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS Melhorar a gestão dos recursos públicos dos Estados e Municípios na área fiscal, contribuindo para o ajuste fiscal e possibilitando a racionalização e transparência na sua aplicação
0773	GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO Contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da recuperação de haveres do Estado
0625	GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área das Forças Armadas
0276	GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de energia
0771	GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO Garantir o cumprimento dos índices de metas para a inflação definidos pelo Governo Federal
0802	GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL Elaborar, gerir a execução e avaliar os resultados do Plano Plurianual, visando à melhoria da qualidade do gasto público
0795	GESTÃO DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO Garantir a elaboração e execução dos Orçamentos da União
0792	GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA Promover a melhoria da gestão pública, visando à ampliação dos resultados para o cidadão
0311	GESTÃO URBANA E METROPOLITANA Aumentar a eficiência e a eficácia da gestão urbana e metropolitana e da qualidade e produtividade dos serviços urbanos
0285	INDÚSTRIA PETROQUÍMICA Aumentar a oferta de produtos básicos da indústria petroquímica para atendimento ao mercado
0796	INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS Fornecer informações de natureza estatística - demográfica e socioeconômica - e geográfica e ambiental
0805	INFRA-ESTRUTURA URBANA Contribuir para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, mediante a reestruturação de sua infra-estrutura urbana
0641	INTELIGÊNCIA NACIONAL Desenvolver atividades de inteligência de interesse do Estado e da Sociedade
0379	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM Promover o desenvolvimento sustentável de áreas irrigadas e irrigáveis, elevando os níveis de produção e produtividade agrícola, com a consequente melhoria das condições de vida do homem do campo



Revisão Proposta Programa / Objetivo	
0415	JOVEM EMPREENDEDOR Criar oportunidades de trabalho para jovens com dificuldade de inserção no mercado de trabalho ou sem experiência no mercado formal
0168	LIVRO ABERTO Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas e propiciar a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário
0813	MONUMENTA: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade
0128	MORAR MELHOR Contribuir para a redução do déficit habitacional quantitativo e qualitativo da população em estado de exclusão social
0665	NACIONAL ANTIDROGAS Prevenir o uso indevido de substâncias que causem dependência física ou psíquica e promover o tratamento, a recuperação e a reinserção social de indivíduos com transtornos decorrentes do uso dessas drogas
0228	NAVEGAÇÃO INTERIOR Prestar serviços de transporte hidroviário de cargas e passageiros no rio São Francisco até sua transferência para a iniciativa privada
0514	NOSSOS RIOS: ARAGUAIA-TOCANTINS Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio Araguaia-Tocantins
0513	NOSSOS RIOS: PARAÍBA DO SUL Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio Paraíba do Sul
0507	NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio São Francisco
0099	NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO Elevar o número de trabalhadores colocados pelo Sistema Nacional de Emprego - SINE; reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação do emprego e da assistência financeira temporária ao trabalhador
0810	PBQP - HABITAT - PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT Melhorar a qualidade e a produtividade do setor de construção habitacional
0006	PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS Prevenir e manter sob controle as doenças passíveis de imunização
0002	PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES Reduzir a morbimortalidade por doenças transmitidas por vetores
- 0509	PROBEM DA AMAZÔNIA Promover o desenvolvimento da bioindústria na Amazônia, tendo por base a biodiversidade, a aplicação de biotecnologia e a ampliação das oportunidades de investimento na região
0758	PRODUÇÃO DE MOEDA E DOCUMENTOS DE SEGURANÇA Suprir o meio circulante com cédulas e moedas e atender ao mercado de documentos de segurança
0373	PRODUTIVIDADE DA CITRICULTURA Elevar a produtividade da citricultura brasileira mediante o monitoramento e o controle das pragas de maior impacto na exploração e que restringem a comercialização do produto
0363	PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS Elevar a produtividade das oleaginosas mediante melhoramento genético, controle de pragas e incorporação de novas tecnologias

0479	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR PETROLÍFERO Promover a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico aplicados na indústria do petróleo e gás natural
0496	PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA Contribuir para a proteção da Amazônia Legal brasileira de pressões ao meio ambiente e do exercício de atividades ilícitas, mediante vigilância permanente
0007	QUALIDADE DO SANGUE Garantir a qualidade e a auto-suficiência em sangue, componentes, derivados sanguíneos e correlatos
0793	QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO Promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão
0775	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DA UNIÃO Aumentar a recuperação de créditos não-pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal
0803	RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO Ampliar as fontes de recursos não-fiscais para financiamento de programas e de outras oportunidades de investimentos a eles associados
0288	REFINO DE PETRÓLEO Ampliar e otimizar o parque de refino, adequando-o para maximizar o processamento de petróleo nacional e atender às exigências ambientais e de qualidade do mercado
0119	SANEAMENTO BÁSICO Prover saneamento básico em municípios com menos de 30.000 habitantes para eliminar as condições ambientais responsáveis pela ocorrência de agravos ou que ofereçam riscos iminentes ao seu aparecimento
0122	SANEAMENTO É VIDA Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade na prestação dos serviços de saneamento básico pelas concessionárias públicas e privadas
0666	SEGURANÇA DO CIDADÃO Reduzir a criminalidade
0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos
0637	SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas, seus dependentes e efetuar o controle das condições de saúde de
0756	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EM PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA Desenvolver e operar sistemas de informação e informática em parceria com o setor privado, para atendimento de necessidades do Governo Federal e aperfeiçoamento da qualidade dos seus serviços
0751	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O SETOR PÚBLICO Desenvolver e manter sistemas de informação e informática contratados por órgãos responsáveis pela gestão das finanças públicas e por sistemas estruturadores e integradores do Governo Federal
0255	SERVIÇOS DE RÁDIODIFUSÃO Promover maior abrangência e disponibilidade dos serviços de radiodifusão
0254	TELEFONIA FIXA Garantir a prestação do serviço telefônico fixo comutado em localidades com população superior a 100 habitantes
0040	TODA CRIANÇA NA ESCOLA Contribuir para a universalização do ensino fundamental, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência.
0289	TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL Ampliar a infraestrutura para transporte dutoviário de petróleo, gás natural e derivados, visando o atendimento do mercado
0290	TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS Atender ao mercado de transporte marítimo para movimentação de petróleo e derivados
5003	TRANSPORTE RODOVIÁRIO URBANO Melhorar a qualidade e a produtividade na prestação do serviço público de transporte rodoviário urbano nos Municípios com população superior a 75 mil habitantes
0024	VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS Evitar a entrada e disseminação de doenças transmissíveis em portos, aeroportos e fronteiras e garantir a qualidade e segurança dos produtos para consumo humano
0257	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES Garantir o acesso aos serviços de telecomunicações e de valor adicionado em estabelecimento de ensino público, instituições de saúde pública, para as populações em localidade com menos de 100 habitantes e para as populações cuja renda não permita o acesso em base comercial utilizando, preferencialmente, software livres.

PPA 2000/2003  
Ações Alteradas

0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Sul
6333	O	AUTORIZAÇÃO DE EIA-RIMA E DE PESQUISAS E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICOS <i>pesquisa autorizada</i>	<i>Unidade</i>						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
6334 O AUTORIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ENTRADA E SAÍDA DE OBRAS DE ARTE E OFÍCIOS <i>movimentação de obra de arte e ofício</i>									
		<i>Unidade</i>							
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
6335 O AUTORIZAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÕES EM BENS PROTEGIDOS <i>projeto autorizado</i>									
		<i>Unidade</i>							
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

## PPA 2000/2003

## Ações Alteradas

## Anexo III

## 0233 - CORREDOR MERCOSUL

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7331	O	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL <i>trecho construído</i>	km							

Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	546.960.000	0	0	0	0	0	546.960.000
		Total da Ação		546.960.000	0	0	0	0	0	546.960.000

## 0235 - CORREDOR NORDESTE

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7325	O	RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE <i>trecho recuperado</i>	% de execução física							

Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	1.128.476.000	0	0	1.128.476.000	0	0	0
		Total da Ação		1.128.476.000	0	0	1.128.476.000	0	0	0

## 0236 - CORREDOR OESTE-NORTE

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7302	O	ADEQUAÇÃO E MELHORAMENTOS DO PORTO DE MANAUS PARA PASSAGEIROS <i>obra executada</i>	% de execução física							

Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	15.751.000	0	15.751.000	0	0	0	0
		Total da Ação		15.751.000	0	15.751.000	0	0	0	0

## 0231 - CORREDOR TRANSMETROPOLITANO

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7329	O	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO <i>obra executada</i>	% de execução física							

Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	301.423.000	0	0	0	301.423.000	0	0
		Total da Ação		301.423.000	0	0	0	301.423.000	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

## 0695 - DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
6108	O	HARMONIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA COM OS BLOCOS ECONÔMICOS	Unidade							
		Recurso do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0

## 0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
9522	O	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS	Unidade							
		Recurso do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	47.000.000	0	47.000.000	0	0	0	0
		Total da Ação		47.000.000	0	47.000.000	0	0	0	0

## 9515 O REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DA REDE SUDESTE

aerôporto reformado/ampiado

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
9515	O	Recurso do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	705.380.987	0	0	0	705.380.987	0	0
		Total da Ação		705.380.987	0	0	0	705.380.987	0	0

## 9514 O REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS

aerôporto reformado/ampiado

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
9514	O	Recurso do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	195.337.456	0	51.404.594	61.685.512	0	82.247.350	0
		Total da Ação		195.337.456	0	51.404.594	61.685.512	0	82.247.350	0

## 9513 O REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARCO NORTE

aerôporto reformado/ampiado

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
9513	O	Recurso do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	9.622.500	0	9.622.500	0	0	0	0
		Total da Ação		9.622.500	0	9.622.500	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	METAS / CUSTOS				
9523	O	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SÃO FRANCISCO	Unidade		Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
		aeroporto reformado/ampliado							
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0		0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	90.595.735	0	0	80.529.542	10.066.193	0
		Total da Ação		90.595.735	0	0	80.529.542	10.066.193	0

0420 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR

PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	METAS / CUSTOS				
0893	O	RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	km		Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
		trecho recuperado							
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0		0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	43.021.111	0	0	43.021.111	0	0
		Total da Ação		43.021.111	0	0	43.021.111	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

## 9998 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
9302	O	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS <i>trecho construído</i>	km							
<b>Revisão Proposta</b>		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	31.752.000	31.752.000	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>31.752.000</b>	<b>31.752.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 9306 O IMPLANTACÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

*habitante beneficiado**Unidade*

<b>Revisão Proposta</b>		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	95.067.000	95.067.000	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>95.067.000</b>	<b>95.067.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 9324 O IMPLANTACÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

*FAMÍLIA BENEFICIADA**UND*

<b>Revisão Proposta</b>		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	63.315.000	63.315.000	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>63.315.000</b>	<b>63.315.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 0887 O RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS

*trecho recuperado**km*

<b>Revisão Proposta</b>		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	31.563.000	31.563.000	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>31.563.000</b>	<b>31.563.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 0297 - ENERGIA NO EIXO MADEIRA-AMAZONAS

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7352	O	ESTUDO PARA IMPLANTACÃO DE USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE (PA) DE 11.000 MW <i>estudo realizado</i>	Unidade							

<b>Revisão Proposta</b>		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

## PPA 2000/2003

## Ações Alteradas

## Página: 12/21

## Anexo III

0358 - ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida
0753	O	VACINAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS	
		<i>animal vacinado</i>	<i>Unidade</i>
<b>Revisão</b>		Recursos do Orçamento da União	R\$1
<b>Proposta</b>		Demaís Fontes	R\$1
		<b>Total da Ação</b>	

	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
0	0	0	0
106.560.000	106.560.000	161.286.400	76.160.000
106.560.000	106.560.000	161.286.400	76.160.000

## 0780 - GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida
016126	O	ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DE MERCADO análise realizada	Unidade

	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
0	0	0	0
0	0	0	0
0	0	0	0

## 00011 - PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida
5136	O	APOIO À ONCOLOGIA PEDIÁTRICA - PROJETO CRIANÇA E VIDA	Unidade

	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
1990	10,0	10,0	10,0
1995	10,0	10,0	10,0
2000	10,0	10,0	10,0
2005	10,0	10,0	10,0
2010	10,0	10,0	10,0
2015	10,0	10,0	10,0
2020	10,0	10,0	10,0
2025	10,0	10,0	10,0
2030	10,0	10,0	10,0
2035	10,0	10,0	10,0
2040	10,0	10,0	10,0
2045	10,0	10,0	10,0
2050	10,0	10,0	10,0

## 0009 - PROFSSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida
77701	O	NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE CERTIFICAÇÃO	Unidade

	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
0	0	0	0
0	0	0	0
0	0	0	0

OB.S.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES



## 0501 - QUALIDADE AMBIENTAL

		PROGRAMA / AÇÕES		METAS / CUSTOS				
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sul
7527	O	APOIO TÉCNICO AOS ESTUDOS VOLTADOS À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E À RECUPERAÇÃO DE DANOS CAUSADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO	Unidade					
		assistência prestada						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0
6705	O	INSERÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DE REGULAÇÃO DO USO DO SOLO URBANO	Unidade					
		norma publicada						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0
6703	O	INSERÇÃO DE DIRETRIZES AMBIENTAIS NA CONCESSÃO DE CRÉDITOS OFICIAIS PARA INVESTIMENTOS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS	Unidade					
		norma publicada						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0
6704	O	INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA INCENTIVO À MUDANÇA DE PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS E AO USO DE TECNOLOGIAS LIMPAS	Unidade					
		norma publicada						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=AATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

## 0501 - QUALIDADE AMBIENTAL

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS			Sul
7903	O	NORMAS DE ESTÍMULO PARA INCORPORAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL PELAS EMPRESAS (ISO 14000)	Unidade				Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	
		<i>norma publicada</i>								
<b>Revisão Proposta</b>		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		0	0	0	0	0	0	0
<b>7904</b>	<b>O</b>	<b>NORMAS E CRITÉRIOS PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS</b>	<b>Unidade</b>							
		<i>norma publicada</i>								
<b>Revisão Proposta</b>		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		0	0	0	0	0	0	0
<b>7905</b>	<b>O</b>	<b>NORMAS E PADRÕES RELATIVOS AO CONTROLE E A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE</b>	<b>Unidade</b>							
		<i>norma publicada</i>								
<b>Revisão Proposta</b>		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		0	0	0	0	0	0	0
<b>7906</b>	<b>O</b>	<b>NORMAS PARA CONTROLE AMBIENTAL DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS, INCLUSIVE OS POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES</b>	<b>Unidade</b>							
		<i>norma publicada</i>								
<b>Revisão Proposta</b>		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		0	0	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO, A=ATIVIDADE, E= OPERAÇÕES ESPECIAIS, O=OUTRAS AÇÕES

0221 - QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

		PROGRAMA / AÇÕES		METAS / CUSTOS						
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7526	O	ARRENDAMENTOS EM ÁREAS PORTUÁRIAS <i>área arrendada</i>	<i>m²</i>							
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
7523	O	IMPLANTAÇÃO DE AUTORIDADES PORTUÁRIAS <i>autoridade portuária implantada</i>	<i>Unidade</i>							
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
7524	O	OUTORGA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO INTERIOR <i>outorga concedida</i>	<i>Unidade</i>							
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
7525	O	PARCERIAS EM PORTOS <i>parceria realizada</i>	<i>Unidade</i>							
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

## 0226 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA

		PROGRAMA / AÇÕES		Total	METAS / CUSTOS			
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida		Nacional	Norte	Nordeste	Sul
7522	O	CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	km					
		trecho concedido						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0

## 0520 - TRANSPosição DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO

		PROGRAMA / AÇÕES		Total	METAS / CUSTOS			
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida		Nacional	Norte	Nordeste	Sul
7910	O	CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS DE DEMANDA DE IRRIGAÇÃO	% de execução física					
		obra construída						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	400.000.000	0	0	400.000.000	0
		Total da Ação		400.000.000	0	0	400.000.000	0

## 7909 O CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS URBANOS

		PROGRAMA / AÇÕES		Total	METAS / CUSTOS			
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida		Nacional	Norte	Nordeste	Sul
7909	O	CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS URBANOS	% de execução física					
		obra construída						
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	400.000.000	0	0	400.000.000	0
		Total da Ação		400.000.000	0	0	400.000.000	0

## 0520 - TRANSPosição DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO

		PROGRAMA / AÇÕES		Total	METAS / CUSTOS			
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida		Nacional	Norte	Nordeste	Sul
		Dados Financeiros Totais Revisão em R\$ 1						
		Recursos do Orçamento da União						
		Fiscal e Seguridade		0	0	0	0	0
		Despesas de Capital		0	0	0	0	0
		Despesas Correntes		0	0	0	0	0
		Investimento Estatal		0	0	0	0	0
		Demais Fontes		0	0	0	0	0
		Total Geral Revisão		4.577.599.189	190.606.094	2.175.212.165	1.123.430.180	623.120.000
				4.577.599.189	190.606.094	2.175.212.165	1.123.430.180	623.120.000

OBS.: TIPO DE AÇÃO: P=PROJETO; A=ATIVIDADE; E= OPERAÇÕES ESPECIAIS; O=OUTRAS AÇÕES

ANEXO IV

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

	VALOR
<b>PROGRAMA: 0274 ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	
9052 AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA PARA IMPLANTAÇÃO DE CENTRAIS EÓLICAS NO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO	1.500.000
9060 LEVANTAMENTO DO POTENCIAL EÓLICO OFF SHORE NO LAGO DE SOBRADINHO NA REGIÃO DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO	400.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>1.900.000</b>
<b>PROGRAMA: 0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA</b>	
3583 REAPARELHAMENTO, ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO DA SRF	49.412.000
2247 SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR- SISCOMEX	77.799.634
<b>Total do Programa:</b>	<b>127.211.634</b>
<b>PROGRAMA: 0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF</b>	
6312 DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA DE AGRICULTURA FAMILIAR	6.600.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>6.600.000</b>
<b>PROGRAMA: 0497 ÁGUAS DO BRASIL</b>	
3041 PROJETOS PARA PREVENÇÃO DE ENCHENTES	22.463.394
<b>Total do Programa:</b>	<b>22.463.394</b>
<b>PROGRAMA: 0802 ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS</b>	
4251 DESENVOLVIMENTO DE GERENCIAMENTO DE GRUPOS DE PROGRAMAS	1.877.440
<b>Total do Programa:</b>	<b>1.877.440</b>
<b>PROGRAMA: 0181 BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA</b>	
1616 MODERNIZAÇÃO DE CENTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O ESPORTE	92.877
1823 PROMOÇÃO DE EVENTOS E INTERCÂMBIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NO ESPORTE	411.231
<b>Total do Programa:</b>	<b>504.108</b>
<b>PROGRAMA: 0156 COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER</b>	
7051 CONSTRUÇÃO DE CASA-ABRIGO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA	16.678.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>16.678.000</b>
<b>PROGRAMA: 0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO</b>	
2680 COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	41.822.000
2680 COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	4.937.762
<b>Total do Programa:</b>	<b>46.759.762</b>
<b>PROGRAMA: 8021 COMÉRCIO ELETRÔNICO</b>	
2517 ESTUDOS PARA A PROMOÇÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO	600.000
1695 IMPLANTAÇÃO DA AUTORIDADE CERTIFICADORA RAIZ DA INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - ICP - BRASIL	1.000.000
2523 TREINAMENTO PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS VISANDO O COMÉRCIO ELETRÔNICO	300.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>1.900.000</b>

Em R\$ 1,00

	VALOR
<b>PROGRAMA: 0071 COMUNIDADE ATIVA</b>	
6001 APOIO A PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO	2.500.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>2.500.000</b>
<b>PROGRAMA: 0237 CORREDOR ARAUAIA-TOCANTINS</b>	
5781 CONSTRUÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAUAIA-TOCANTINS	18.025.000
1081 CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAUAIA-TOCANTINS	95.292.800
7254 DERROCAMENTO DO ACESSO AO BERÇO 107 DO PIER PETROLEIRO DO PORTO DE ITAQUI (MA)	2.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>55.317.800</b>
<b>PROGRAMA: 0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE</b>	
5711 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE	588.577.600
<b>Total do Programa:</b>	<b>588.577.600</b>
<b>PROGRAMA: 0230 CORREDOR LESTE</b>	
5725 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	549.260.000
1929 AMPLIAÇÃO DO PORTO DA BARRA DO RIACHO	15.485.900
5756 CONSTRUÇÃO DE INTERLIGAÇÕES RODOVIÁRIAS NO CORREDOR LESTE	56.445.200
5704 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	290.015.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>911.206.100</b>
<b>PROGRAMA: 0233 CORREDOR MERCOSUL</b>	
5727 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	1.883.818.500
5881 CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	7.788.720
5724 CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	16.000.000
1229 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MERCOSUL	57.138.100
7331 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	41.500.000
5707 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	442.858.800
7276 DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)	5.500.000
7284 MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)	16.500.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>2.471.104.120</b>
<b>PROGRAMA: 0235 CORREDOR NORDESTE</b>	
5728 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	890.248.300
5886 AMPLIAÇÃO, EM 140 METROS, DO CAIS COMERCIAL DO PORTO DE NATAL (RN)	2.000.000
5799 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR NORDESTE	10.500.000
5708 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS DO CORREDOR NORDESTE	331.778.931
5864 MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE NATAL	29.268.686
7325 RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	19.000.000
5689 RECUPERAÇÃO DO MOLHE DE PROTEÇÃO DO PORTO DE MACEIO (AL)	7.000.000
5388 RECUPERAÇÃO DO PORTO DE CABEDELO	41.605.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>1.331.400.897</b>

Em R\$ 1,00

	VALOR
<b>PROGRAMA: 0236 CORREDOR OESTE-NORTE</b>	
5709 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE	812.368.442
<b>Total do Programa:</b>	<b>812.368.442</b>
<b>PROGRAMA: 0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO</b>	
5705 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	31.000.000
5703 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	337.660.896
<b>Total do Programa:</b>	<b>368.660.896</b>
<b>PROGRAMA: 0232 CORREDOR SUDOESTE</b>	
5706 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE	182.535.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>182.535.000</b>
<b>PROGRAMA: 0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO</b>	
5726 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	211.425.000
5844 CONSTRUÇÃO DE CONTOURNO RODOVIÁRIO EM MOGI DAS CRUZES	26.457.700
<b>Total do Programa:</b>	<b>237.882.700</b>
<b>PROGRAMA: 0372 DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA</b>	
7087 IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE AQUICULTURA EM JAZIDAS DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	2.465.000
5524 PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA DIVULGAÇÃO DA AQUICULTURA	87.366.359
<b>Total do Programa:</b>	<b>89.831.359</b>
<b>PROGRAMA: 0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL</b>	
3121 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE INSTALAÇÕES PARA O SISTEMA DE AVIAÇÃO CIVIL	25.615.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>25.615.000</b>
<b>PROGRAMA: 0350 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA</b>	
9104 FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTOS EM MELHORIA DA QUALIDADE DO CAFÉ - RESPONSÁVEL: FUNCAFE/MA	1.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>1.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL</b>	
6123 CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.866.110
6127 FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	65.893.007
3206 PESQUISAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	899.087
6131 PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL	456.375
6141 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	319.234
<b>Total do Programa:</b>	<b>69.253.813</b>
<b>PROGRAMA: 8008 DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS - PROFLORES</b>	
1687 ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS PRODUTORES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	1.000.000
2493 CERTIFICAÇÃO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	1.500.000

Em R\$ 1,00

	VALOR
<b>PROGRAMA: 8008 DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS - PROFLORES</b>	
2461 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	3.000.000
1689 SISTEMA DE INFORMAÇÕES COMERCIAIS E TECNOLÓGICAS DO SETOR FLORICOLA	1.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>6.500.000</b>
<b>PROGRAMA: 0354 DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA</b>	
4243 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM FRUTICULTURA	95.899.387
<b>Total do Programa:</b>	<b>95.899.387</b>
<b>PROGRAMA: 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA</b>	
9522 CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO APAGUAMA-TOCANTINS	0
1615 MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA EM SALVADOR	30.000.000
9510 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SUL	14.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>44.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO</b>	
0623 APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO	69.201.985
4010 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL À POPULAÇÃO	209.103.060
4086 FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO	73.416.432
9100 IMPLANTAÇÃO DE UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	6.500.000
3114 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	85.690.414
5081 MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO	16.109.457
6348 PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO - PET	5.500.000
4004 SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	16.625.857
<b>Total do Programa:</b>	<b>482.147.205</b>
<b>PROGRAMA: 0420 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR</b>	
9106 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL	3.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>3.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 0075 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL</b>	
2818 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	3.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>3.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 8018 DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS</b>	
3939 CAMPANHAS PARA MOBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PARA LIMPAR OS RIOS	830.000
1967 ELABORAÇÃO DE PLANOS DE DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	250.000
9084 RECUPERAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DA REGIÃO SUDESTE	3.000.000
3935 RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E DE MANANCIAIS EM ÁREAS URBANAS	8.307.653
2905 REMOÇÃO DE CARGAS POLUIDORAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	76.768.874
<b>Total do Programa:</b>	<b>89.156.527</b>



Em R\$ 1,00

	VALOR
<b>PROGRAMA: 8010 EDUCAÇÃO FISCAL</b>	
1665 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL	3.370.320
1663 PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PARA DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL	2.668.936
<b>Total do Programa:</b>	<b>6.039.256</b>
<b>PROGRAMA: 0273 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES</b>	
7157 APROVEITAMENTO DA ENERGIA EÓLICA	5.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>5.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 0295 ENERGIA NO EIXO SUL</b>	
9044 APROVEITAMENTO EÓLICO NO LITORAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	1.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>1.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 8028 ESPORTE NA ESCOLA</b>	
5071 CAMPANHA NA ÁREA DO ESPORTE NA ESCOLA	3.000.000
5073 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE ESCOLAR	4.800.000
3965 CONCURSO TEMÁTICO SOBRE O ESPORTE	200.000
5075 EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL TÉCNICO-DIDÁTICO PARA O ESPORTE NA ESCOLA	16.000.000
4377 FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EM ESCOLAS	73.100.000
5069 IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA EM ESCOLAS	42.900.000
5077 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NA ESCOLA	10.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>150.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 0180 ESPORTE SOLIDÁRIO</b>	
7961 PROMOÇÃO DE EVENTOS DE ESPORTE E DE LAZER EM COMUNIDADES CARENTES	12.986.000
1624 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE IDENTIDADE CULTURAL E CRIAÇÃO NACIONAL	88.597
<b>Total do Programa:</b>	<b>13.074.597</b>
<b>PROGRAMA: 0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS</b>	
9090 ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	1.500.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>1.500.000</b>
<b>PROGRAMA: 0461 EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO</b>	
4158 FOMENTO À PESQUISA FUNDAMENTAL	69.201.486
<b>Total do Programa:</b>	<b>69.201.486</b>
<b>PROGRAMA: 0103 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA</b>	
7764 APOIO A PROJETOS DE PARCERIA PARA CRIAÇÃO DE EMPRESAS/EMPREGO E RENDA	2.200.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>2.200.000</b>
<b>PROGRAMA: 0360 GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA</b>	
9088 APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL NA REGIÃO SUL	2.000.000

Em R\$ 1,00

	VALOR
<b>PROGRAMA: 0360 GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA</b>	
2356 APOIO ÀS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURA	37.335.000
1482 MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	69.952.088
<b>Total do Programa:</b>	<b>109.287.088</b>
<b>PROGRAMA: 8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES</b>	
4303 ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DO ÓRGÃO REGULADOR DE SERVIÇOS POSTAIS	420.000
4321 FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O SETOR DE COMUNICAÇÕES	200.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>620.000</b>
<b>PROGRAMA: 0782 GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL</b>	
2073 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRANTES DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	3.609.150
2072 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS FEDERAIS	11.593.520
2080 SISTEMA INFORMATIZADO DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE	20.196.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>35.358.670</b>
<b>PROGRAMA: 0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO</b>	
3982 ESTUDOS PARA REVITALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE CENTROS URBANOS EM CAPITALS	151.748.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>151.748.000</b>
<b>PROGRAMA: 0051 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO</b>	
4023 CONTROLE E INSPEÇÃO DA ARRECAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	4.036.885
<b>Total do Programa:</b>	<b>4.036.885</b>
<b>PROGRAMA: 8007 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS</b>	
5013 CAPACITAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	1.982.837
3983 ESTUDOS PARA A OTIMIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	2.203.285
5005 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PÚBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSIÇÃO FINAL E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	15.652.922
3966 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PÚBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM MUNICÍPIOS COM CRIANÇAS QUE VIVEM DO LIXO	14.036.694
<b>Total do Programa:</b>	<b>33.875.738</b>
<b>PROGRAMA: 8002 GOVERNO ELETRÔNICO</b>	
4323 CAPACITAÇÃO DE AGENTES ENVOLVIDOS NO PROGRAMA GOVERNO ELETRÔNICO	8.771.695
4305 ELABORAÇÃO DE PLANO DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO ELETRÔNICO	392.472
3943 IMPLANTAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO INFORMATIZADA DO GOVERNO FEDERAL - REDE GOVERNO	14.086.000
5051 INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO ELETRÔNICO	21.307.501
3549 INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DO GOVERNO FEDERAL	9.800.000
3553 PROMOÇÃO DO USO DE SISTEMAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO POR MEIOS ELETRÔNICOS	7.650.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>62.009.668</b>
<b>PROGRAMA: 8035 INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES</b>	
5850 ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	5.000.000

Em R\$ 1,00

VALOR

**PROGRAMA: 8035 INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES**5852 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS  
1040 INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA

5.000.000

5.000.000

**Total do Programa:****15.000.000****PROGRAMA: 0805 INFRA-ESTRUTURA URBANA**

1920 IMPLANTÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

654.293.000

**654.293.000****Total do Programa:****PROGRAMA: 8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES**4341 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM TECNOLOGIAS E PESQUISA APLICADA ÀS TELECOMUNICAÇÕES  
0505 FINANCIAMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS NAS TELECOMUNICAÇÕES  
4343 FOMENTO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES NA FUNDAÇÃO CPQD  
4393 FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS NAS TELECOMUNICAÇÕES  
9094 IMPLANTÇÃO DE POLOS TECNOLÓGICOS NA REGIÃO SUL

38.196.125

76.392.250

76.392.250

190.980.625

1.000.000

**382.961.250****Total do Programa:****PROGRAMA: 0379 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM**

1936 CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEMAIS

1.443.873.619

**1.443.873.619****Total do Programa:****PROGRAMA: 7006 LUZ NO CAMPO**

1494 IMPLANTÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL (3.125 KM)

155.520.000

**155.520.000****Total do Programa:****PROGRAMA: 0220 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL**

2834 RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS

1.817.582.955

**1.817.582.955****Total do Programa:****PROGRAMA: 0637 MANUTENÇÃO DA REDE HOSPITALAR DAS FORÇAS ARMADAS**1723 AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇÕES MÉDICO-HOSPITALARES  
3104 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS E DE UTI MOVEL  
2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO  
5592 DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PROCEDIMENTOS NA ÁREA BIOMÉDICA  
2888 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA AERONÁUTICA  
6633 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA MARINHA  
2887 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DO EXÉRCITO

6.000.000

1.600.000

127.950.366

555.044

45.623.932

14.298.261

618.000.417

**814.028.020****Total do Programa:****PROGRAMA: 0390 METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL**

3573 IMPLANTÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR

6.568.136

**6.568.136****Total do Programa:**

Em R\$ 1,00

	VALOR
<b>PROGRAMA: 8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL</b>	
4429 ADEQUAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO AOS INTERESSES DA DEFESA NACIONAL	33.000
5155 CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO PARA MOBILIZAÇÃO DA DEFESA NACIONAL	42.400
4427 EXERCÍCIOS DE MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	37.400
5153 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	145.205
<b>Total do Programa:</b>	<b>258.005</b>
<b>PROGRAMA: 0128 MORAR MELHOR</b>	
3978 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS	189.958.344
9987 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM REGIME DE MUTUÁRIO	25.000.000
3958 MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	829.058.057
9096 URBANIZAÇÃO COM INCLUSÃO SOCIAL - URBIS/BIRD	4.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>1.048.016.401</b>
<b>PROGRAMA: 0507 NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO</b>	
9054 RECUPERAÇÃO DAS MATAS CILARES	2.000.000
3626 RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES E MANANCIAIS NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	40.848.115
<b>Total do Programa:</b>	<b>42.848.115</b>
<b>PROGRAMA: 8032 OPERAÇÕES MILITARES</b>	
6489 INTENSIFICAÇÃO DA PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS DE FRENTEIRA	65.215.900
4229 OPERAÇÕES MILITARES COMBINADAS OU CONJUNTAS	25.248.114
<b>Total do Programa:</b>	<b>90.464.014</b>
<b>PROGRAMA: 8009 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRONAGER</b>	
5565 AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	30.555.056
1843 CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MULTIPLICADORES, DIRETORES DE LABORATÓRIOS ORGANIZACIONAIS E EMPREENDEDORES	1.608.300
1859 GERAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS PRODUTIVOS	14.474.700
2821 SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA - SIPGER	2.042.030
<b>Total do Programa:</b>	<b>48.680.086</b>
<b>PROGRAMA: 0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA</b>	
4191 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOBRE FONTES NOVAS E RENOVÁVEIS DE ENERGIA	4.604.010
<b>Total do Programa:</b>	<b>4.604.010</b>
<b>PROGRAMA: 0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA</b>	
9078 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DAS VARAS FEDERAIS DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO NO ESTADO DO MARANHÃO	1.000.000
2902 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	231.108.138
<b>Total do Programa:</b>	<b>232.108.138</b>
<b>PROGRAMA: 0002 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES</b>	
4366 ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO AMBULATORIAL E DOMICILIAR DOS CASOS POSITIVOS DE MALÁRIA	9.581.002

Em R\$ 1,00

	VALOR
<b>PROGRAMA: 0002 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES</b>	
3947 CAMPANHA EDUCATIVA PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS ENDÊMICAS	6.045.000
4425 CONTROLE DE DOENÇAS ENDÊMICAS	364.532.018
3983 DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL EM ÁREAS ENDÊMICAS DE MALÁRIA	20.268.280
<b>Total do Programa:</b>	<b>400.426.300</b>
<b>PROGRAMA: 0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA</b>	
1845 CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES	453.554.199
1851 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	2.867.145.742
<b>Total do Programa:</b>	<b>3.320.699.941</b>
<b>PROGRAMA: 0377 PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCLTURA</b>	
2176 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM OVINOCLTURA	6.377.680
<b>Total do Programa:</b>	<b>6.377.680</b>
<b>PROGRAMA: 0374 PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS</b>	
1093 CONTROLE DE PRAGAS DA COTONICULTURA	17.173.570
<b>Total do Programa:</b>	<b>17.173.570</b>
<b>PROGRAMA: 8017 PROTEÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL</b>	
5027 CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS QUE ATUEM EM PROCESSOS DE ADOÇÃO	189.000
5029 ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE ADOÇÃO	87.000
1775 INSTALAÇÃO DA UNIDADE DA AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL ADMINISTRATIVA DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	426.311
5025 PROMOÇÃO DE EVENTOS EM MATÉRIA DE ADOÇÃO	437.300
<b>Total do Programa:</b>	<b>1.139.611</b>
<b>PROGRAMA: 0496 PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA</b>	
6009 LEVANTAMENTO DE DADOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS NA AMAZÔNIA LEGAL	2.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>2.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 0501 QUALIDADE AMBIENTAL</b>	
2608 RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	32.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>32.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 9990 RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A ESTABILIDADE</b>	
1777 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DA LRF	1.660.000
1601 COOPERAÇÃO PARA CAPACITAÇÃO MUNICIPAL EM GESTÃO PÚBLICA E RESPONSABILIDADE FISCAL	2.999.017
1745 DESENVOLVIMENTO DE PORTAL DE INFORMAÇÕES FISCAIS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS	350.000
1599 IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS PARA O DESEMPENHO FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	205.500
2681 MONITORAMENTO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO FISCAL DOS MUNICÍPIOS	3.719.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>8.933.517</b>

Em R\$ 1,00

	VALOR
<b>PROGRAMA: 0119 SANEAMENTO BÁSICO</b>	
5528 AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCALIDADES	315.535.293
<b>Total do Programa:</b>	<b>315.535.293</b>
<b>PROGRAMA: 0122 SANEAMENTO É VIDA</b>	
9992 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS E RESÍDUOS SÓLIDOS EM OUTRAS BACIAS	6.800.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>6.800.000</b>
<b>PROGRAMA: 0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA</b>	
0513 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	4.545.693.571
0304 GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	3.105.586.465
0519 PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA ASSOCIADOS A AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS (LEI Nº 9.533)	1.728.307.401
<b>Total do Programa:</b>	<b>9.379.567.437</b>
<b>PROGRAMA: 0222 TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS</b>	
1044 IMPLANTAÇÃO DO METRÔ DE CURITIBA	32.000.000
7342 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE GOIÂNIA (GO)	7.000.000
1046 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	15.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>54.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 0410 TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO</b>	
2435 CAMPANHA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO INTERNO	103.628.379
5099 CAPACITAÇÃO DE GESTORES E TÉCNICOS NA ÁREA DO TURISMO	109.831.040
0469 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA	117.065.720
1145 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUL	20.000.000
1669 ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS	11.657.951
2437 FORMAÇÃO DA IMAGEM TURÍSTICA DO PAÍS NO EXTERIOR	101.751.560
5701 IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS	6.826.108
1667 ROTEIROS TURÍSTICOS PARA O BRASIL	49.605.810
2301 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	112.711.918
<b>Total do Programa:</b>	<b>633.078.486</b>
<b>PROGRAMA: 0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES</b>	
1319 IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA	703.470.100
1323 IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM LOCALIDADES ONDE O CUSTO DOS SERVIÇOS NÃO POSSA SER RECUPERADO COM SUA EXPLORAÇÃO COMERCIAL	435.438.300
1321 IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS	1.523.091.600
4469 MONITORAMENTO DA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	24.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>2.686.000.000</b>

## PPA 2000/2003

## Programas Excluídos

## Anexo V

## Código / Programa

0910 - ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS  
0772 - ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA  
0806 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO  
0055 - ARRECADÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO  
5001 - ATENDIMENTO À MULHER  
0804 - BRASIL EM AÇÃO  
0811 - COMPLEMENTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PORTOS  
0911 - CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS  
0053 - EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA  
0054 - EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA VISUAL  
0809 - ENFRENTAMENTO À POBREZA  
0182 - ESPORTE DIREITO DE TODOS  
0050 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA  
0754 - GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS  
0046 - HOSPITAIS DE ENSINO  
0394 - PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE  
0015 - PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE  
0014 - PREVENÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA  
0312 - REESTRUTURAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS  
0634 - SERVIÇO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA  
0635 - SERVIÇO DE SAÚDE DA MARINHA  
0624 - SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO  
0165 - TURISMO CULTURAL  
0422 - TURISMO NO CORAÇÃO DO BRASIL  
0423 - TURISMO NO NORDESTE  
0425 - TURISMO NO SUDESTE  
0424 - TURISMO NO SUL

## ANEXO VI

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
PLANO PLURIANUAL 2000/2003

## AÇÕES EXCLUÍDAS DOS RESPECTIVOS PROGRAMAS

**PROGRAMA: 0910 ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS**

5850 ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS  
5851 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA REGIÃO SUDESTE  
5868 ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE CAPACIDADE DE RODOVIAS

**PROGRAMA: 0772 ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA**

3583 REAPARELHAMENTO, ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO DOS POSTOS ADUANEIROS  
2247 SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR- SISCOMEX

**PROGRAMA: 0806 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO**

7478 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA  
2356 APOIO ÀS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL  
7482 DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CAJU  
1483 ELETRIFICAÇÃO RURAL  
7484 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRINDÚSTRIA  
7062 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA  
7481 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA  
7479 REVITALIZAÇÃO DA CULTURA DO ALGODÃO

**PROGRAMA: 0055 ARRECADADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO**

4029 CONTROLE E INSPEÇÃO DA ARRECADADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

**PROGRAMA: 5001 ATENDIMENTO À MULHER**

7517 CONSTRUÇÃO DE CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO À MULHER

**PROGRAMA: 0804 BRASIL EM AÇÃO**

4251 DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS DE GERENCIAMENTO DE GRUPOS DE PROGRAMAS  
4074 SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DO BRASIL EM AÇÃO

**PROGRAMA: 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL**

6333 AUTORIZAÇÃO DE EIA-RIMA E DE PESQUISAS E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICOS  
6334 AUTORIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ENTRADA E SAÍDA DE OBRAS DE ARTE E OFÍCIOS  
6335 AUTORIZAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÕES EM BENS PROTEGIDOS

**PROGRAMA: 0811 COMPLEMENTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PORTOS**

1040 INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA

**PROGRAMA: 0071 COMUNIDADE ATIVA**

1843 CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MULTIPPLICADORES, DIRETORES DE LABORATÓRIOS ORGANIZACIONAIS E EMPREENDEDORES  
1859 GERAÇÃO DE EMPREENDIMIENTOS PRODUTIVOS  
2821 MANUTENÇÃO DO SIPGER - SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

**PROGRAMA: 0911 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS**

5852 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS  
5867 ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS



PLANO PLURIANUAL 2000/2003

AÇÕES EXCLUÍDAS DOS RESPECTIVOS PROGRAMAS

PROGRAMA: 0631 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

- 9822 CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIÁ-TOCANTINS
- 9515 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DA REDE SUDESTE
- 9514 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIÁ-TOCANTINS
- 9513 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARCO NORTE
- 9523 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SÃO FRANCISCO

PROGRAMA: 9898 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NO NORDESTE

- 9302 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS
- 9306 IMPLANTACÃO, AMPLIACÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO
- 9324 IMPLANTACÃO, AMPLIACÃO E MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA
- 0887 RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS

PROGRAMA: 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO

- 7090 IMPLANTACÃO DE CAMPI AVANÇADO DA UFPE, NO SUJEMÉDIO SÃO FRANCISCO, NO BI-PÓLO PETROLINA, ESTADO DE PERNAMBUCO E JUAZEIRO, ESTADO DA BAHIA

PROGRAMA: 0420 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR

- 0893 RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS

PROGRAMA: 0053 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA

- 3054 CAPACITAÇÃO À DISTÂNCIA PARA PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ÁREA DA SURDEZ
- 3055 CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SURDEZ
- 3063 ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA
- 2998 FUNCIONAMENTO DO ENSINO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA
- 3059 IMPLANTACÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA VIRTUAL NA ÁREA DE SURDEZ
- 3066 PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS, CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NA ÁREA DA SURDEZ
- 3070 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

PROGRAMA: 0054 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA VISUAL

- 2999 FUNCIONAMENTO DO ENSINO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL
- 1519 GRAVAÇÃO DE LIVROS E TEXTOS PARA AUDIÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL
- 3058 IMPLANTACÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA VIRTUAL NA ÁREA DA VISÃO
- 3064 PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL

PROGRAMA: 0809 ENFRENTAMENTO À POBREZA

- 5565 AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA
- 7480 CONCESSÃO DE BOLSA ESCOLA

PROGRAMA: 0358 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

- 0753 VACINAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS

PROGRAMA: 0182 ESPORTE DIREITO DE TODOS

- 6664 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE
- 1505 CAMPANHA NA ÁREA DO ESPORTE

**PROGRAMA: 0182 ESPORTE DIREITO DE TODOS**

- 1520 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE E LAZER
- 3985 CONCURSO TEMÁTICO SOBRE O ESPORTE
- 4412 FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE
- 1616 MODERNIZAÇÃO DE CENTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O ESPORTE
- 6663 PROMOÇÃO DE EVENTOS DE ESPORTE E LAZER AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA
- 1623 PROMOÇÃO DE EVENTOS E INTERCÂMBIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NO ESPORTE
- 1624 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE IDENTIDADE CULTURAL E CRIAÇÃO NACIONAL

**PROGRAMA: 0050 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

- 4004 FUNCIONAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
- 3081 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E CIENTÍFICOS

**PROGRAMA: 0754 GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS**

- 4250 AVALIAÇÃO INDEPENDENTE DE DESEMPENHO, CUSTO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
- 3533 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES NA MELHORIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
- 3544 IMPLANTAÇÃO DAS GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS
- 3555 REVISÃO E INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

**PROGRAMA: 0780 GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS**

- 6126 ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DE MERCADO

**PROGRAMA: 0773 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO**

- 2073 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRANTES DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS
- 2072 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS FEDERAIS
- 2080 SISTEMA INFORMATIZADO DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE

**PROGRAMA: 0792 GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA**

- 3543 IMPLANTAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO INFORMATIZADA DO GOVERNO FEDERAL - REDE GOVERNO
- 3549 INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DO GOVERNO FEDERAL

**PROGRAMA: 0046 HOSPITAIS DE ENSINO**

- 3085 AMPLIAÇÃO DE HOSPITAIS DE ENSINO
- 4509 APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO
- 4010 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO
- 7086 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DOS HOSPITAIS DE ENSINO
- 3094 EQUIPAMENTOS PARA HOSPITAIS DE ENSINO
- 4086 FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO
- 3210 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A HOSPITAIS DE ENSINO
- 3156 REFORMA DE HOSPITAIS DE ENSINO

**PROGRAMA: 0793 MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO CIDADÃO**

- 3553 PROMOÇÃO DO USO DE SISTEMAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO POR MEIOS ELETRÔNICOS

<b>PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE</b>	
3557	CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE
3559	CAPACITAÇÃO DE MULTIPLICADORES PARA ORIENTAÇÃO NO CONSUMO
6133	CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO PELA QUALIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
3573	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR
1000	MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE
3576	PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA ESCLARECIMENTO NAS DECISÕES DE CONSUMO
3991	QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NA PESQUISA AGROPECUÁRIA
3990	QUALIDADE E PRODUTIVIDADE PARA O AGRONEGÓCIO
<b>PROGRAMA: 0015 PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE</b>	
3847	CAMPANHA EDUCATIVA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE E DA FEBRE AMARELA
5598	ERRADICAÇÃO DO AÉDES AEGYPTI PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE
<b>PROGRAMA: 0014 PREVENÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA</b>	
4329	DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE CASOS DE MALÁRIA
3883	DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL EM ÁREAS ENDÊMICAS DE MALÁRIA
4366	PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO AMBULATORIAL E DOMICILIAR DOS CASOS POSITIVOS DE MALÁRIA
<b>PROGRAMA: 0011 PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA</b>	
6136	APOIO À ONCOLOGIA PEDIÁTRICA - PROJETO CRIANÇA E VIDA
<b>PROGRAMA: 0009 PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM</b>	
7701	NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS LABORAIS PARA AUXILIARES DE ENFERMAGEM
<b>PROGRAMA: 0501 QUALIDADE AMBIENTAL</b>	
7527	APOIO TÉCNICO AOS ESTUDOS VOLTADOS À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E À RECUPERAÇÃO DE DANOS CAUSADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO
6705	INSERÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DE REGULAÇÃO DO USO DO SOLO URBANO
6703	INSERÇÃO DE DIRETRIZES AMBIENTAIS NA CONCESSÃO DE CRÉDITOS OFICIAIS PARA INVESTIMENTOS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS
6704	INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA INCENTIVO À MUDANÇA DE PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS E AO USO DE TECNOLOGIAS LIMPAS
7903	NORMAS DE ESTÍMULO PARA INCORPORAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL PELAS EMPRESAS (ISO 14000)
7904	NORMAS E CRITÉRIOS PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS
7905	NORMAS E PADRÕES RELATIVOS AO CONTROLE E A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE
7906	NORMAS PARA CONTROLE AMBIENTAL DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS, INCLUSIVE OS POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES
<b>PROGRAMA: 0221 QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO</b>	
7526	ARRENDAMENTOS EM ÁREAS PORTUÁRIAS
7523	IMPLANTAÇÃO DE AUTORIDADES PORTUÁRIAS
7524	OUTORGA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO INTERIOR
7525	PARCERIAS EM PORTOS
<b>PROGRAMA: 0312 REESTRUTURAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS</b>	
0720	FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE COLETORES TRONCO DE ESGOTOS E EFLUENTES
3982	REVITALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE CENTROS URBANOS EM CAPITALIS

**PROGRAMA: 0634 SERVIÇO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA**

- 9563 AMPLIAÇÃO DO SERVIÇO E DE INSTALAÇÕES MÉDICO-HOSPITALARES
- 3104 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS E DE UTI MÓVEL
- 2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO
- 9564 IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES MÉDICAS REMOTAS EM LOCAIS ISOLADOS
- 2888 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA AERONÁUTICA

**PROGRAMA: 0635 SERVIÇO DE SAÚDE DA MARINHA**

- 2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO
- 5592 DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PROCEDIMENTOS NA ÁREA BIOMÉDICA
- 6533 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA MARINHA

**PROGRAMA: 0624 SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO**

- 2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO
- 2887 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DO EXÉRCITO

**PROGRAMA: 0226 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA**

- 7522 CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS

**PROGRAMA: 0520 TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO**

- 7910 CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS DE DEMANDA DE IRRIGAÇÃO
- 7909 CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS URBANOS

**PROGRAMA: 0165 TURISMO CULTURAL**

- 4484 APOIO A PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL
- 1559 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A DIFUSÃO DO TURISMO CULTURAL
- 1504 CAPACITAÇÃO DE INSTRUTORES E GUIAS CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL
- 7977 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A ÁREA DO TURISMO CULTURAL
- 7983 EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PROMOCIONAL SOBRE O TURISMO CULTURAL EM SÍTIOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS
- 7979 ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA CESSÃO DE PRÓPRIOS DA UNIÃO PARA EXPLORAÇÃO TURÍSTICA
- 7981 IDENTIFICAÇÃO DE PÓLOS DE TURISMO CULTURAL
- 5397 IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO EM SÍTIOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL
- 6368 PESQUISA DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS
- 6369 PRESERVAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO
- 4485 PRESERVAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL
- 1636 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO
- 5625 RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CIDADES, PRÓPRIOS E MONUMENTOS DA UNIÃO DE INTERESSE TURÍSTICO
- 1648 RESTAURAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL
- 1536 REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO DE ÁREAS DETERIORADAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL

**PROGRAMA: 0422 TURISMO NO CORAÇÃO DO BRASIL**

- 7883 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO CENTRO-OESTE
- 7873 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

<b>PROGRAMA: 0422 TURISMO NO CORAÇÃO DO BRASIL</b>	
7914	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS TURÍSTICOS NA REGIÃO CENTRO-OESTE
7933	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA
5768	ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS E NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE
3794	ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE
2303	SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO CENTRO-OESTE
<b>PROGRAMA: 0423 TURISMO NO NORDESTE</b>	
7879	CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO NORDESTE
7875	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO NORDESTE
1141	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA
5766	ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS E NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO NORDESTE
3796	ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO NORDESTE
2305	SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO NORDESTE
<b>PROGRAMA: 0425 TURISMO NO SUDESTE</b>	
7895	CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO SUDESTE
7893	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO SUDESTE
1143	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUDESTE
7897	ESTUDO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO SUDESTE
7899	ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO SUDESTE
2309	SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO SUDESTE
<b>PROGRAMA: 0424 TURISMO NO SUL</b>	
7881	CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO SUL
7871	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO SUL
1145	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUL
7929	DESENVOLVIMENTO DE PÓLOS DE TURISMO
7885	ESTUDO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO SUL
7877	ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO SUL
2307	SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO SUL

# Documentos Auxiliares aos Anexos do PL nº 31/2001-CN

## PPA 2000/2003

Alteração de Denominação e Objetivo de Programa		Documento auxiliar do Anexo II	
Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo	
0040	ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM Assegurar a equidade nas condições de acesso, permanência e êxito escolar do aluno no ensino fundamental	TODA CRIANÇA NA ESCOLA Contribuir para a universalização do ensino fundamental, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência.	
0770	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA Garantir a realização da arrecadação tributária, modernizar o sistema tributário e promover a justiça fiscal	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA Garantir a realização da arrecadação tributária, promover a justiça fiscal e combater a evasão fiscal, o contrabando e o descaminho e modernizar o sistema tributário	
0497	ÁGUAS DO BRASIL Contribuir para a melhoria da qualidade e da quantidade de água	Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade	
0802	ALOCÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS Alocar estrategicamente recursos para o desenvolvimento sustentável do País	GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL Elaborar, gerir a execução e avaliar os resultados do Plano Plurianual, visando à melhoria da qualidade do gasto público	
0502	AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL Promover o desenvolvimento da Amazônia com o uso sustentável de seus recursos	Promover o desenvolvimento da Amazônia, mediante o uso sustentável de seus recursos naturais	
0775	ARRECAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO Aumentar a arrecadação da dívida ativa da União e melhorar a cobrança dos créditos da	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DA UNIÃO Aumentar a recuperação de créditos não-pagos e reduzir as perdas judiciais da União em matéria fiscal	
0670	ASSISTÊNCIA A VÍTIMAS E A TESTEMUNHAS AMEAÇADAS Garantir proteção especial a testemunhas e vítimas sobreviventes de crimes	Garantir proteção especial a testemunhas e a vítimas sobreviventes de crimes	
0067	ATENÇÃO À CRIANÇA Assegurar o atendimento a crianças carentes de até 6 anos em creches e pré-escolas	Assegurar o atendimento a crianças carentes de até seis anos em creches, pré-escolas ou outras alternativas comunitárias	
0065	ATENÇÃO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA Assegurar os direitos e combater a discriminação de pessoas portadoras de deficiência.	Assegurar os direitos, promover condições de acessibilidade e combater a discriminação de pessoas portadoras de deficiência	
0516	BRASIL JOGA LIMPO Reduzir a geração, aumentar a reciclagem e o reaproveitamento de resíduos e garantir meios de disposição ambientalmente adequados	Reduzir a geração, aumentar a taxa de coleta e de disposição final adequada, a reciclagem, o reaproveitamento e o tratamento de resíduos e garantir meios de disposição ambientalmente adequados	
0777	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS Desenvolver recursos humanos do Governo Federal, mediante formação de carreiras e educação continuada	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM FINANÇAS PÚBLICAS E ÁREAS AFINS Desenvolver recursos humanos do setor público em finanças públicas e áreas afins, mediante formação de carreiras e educação continuada	

0252	CAPTAÇÃO E DIFUSÃO DE NOTÍCIAS Difundir informações sobre os atos governamentais nos campos social, político, econômico e cultural	Divulgar material jornalístico sobre os atos governamentais nos campos social, político, econômico, educativo, cultural, científico, entretenimento e de utilidade pública
0904	CARTA DE CRÉDITO Reduzir o déficit habitacional qualitativo e quantitativo da população urbana com renda mensal de até 20 salários mínimos	Ampliar o acesso à moradia e melhorar a qualidade das habitações da população urbana
0070	CENTROS DA JUVENTUDE Atender a jovens menores de 24 anos em risco pessoal e social em comunidades de baixa renda	BRASIL JOVEM Atender jovens carentes de 15 a 24 anos em risco pessoal e social em comunidades de baixa renda
0069	CESTA DE ALIMENTOS Reduzir a parcela da população brasileira com carência de alimentação básica	Reduzir a fome da parcela da população brasileira com carência de alimentação básica
0468	CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA A GESTÃO DE ECOSISTEMAS Desenvolver pesquisas para a exploração sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade e para o gerenciamento racional dos ecossistemas brasileiros	Desenvolver, divulgar e utilizar o conhecimento científico e tecnológico para o gerenciamento racional dos ecossistemas brasileiros e de sua biodiversidade
0156	COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Combater a violência doméstica contra a mulher	Combater a violência doméstica e sexual contra a mulher
0357	CONTROLE DE FRONTEIRAS PARA PROTEÇÃO DA AGROPECUÁRIA Impedir a disseminação de pragas e doenças na agropecuária	Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária
0550	CONTROLE EXTERNO Zelar pela proibição na aplicação dos recursos públicos federais e auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo	Assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos federais em benefício da sociedade, bem como auxiliar o Congresso Nacional no exercício do controle externo
0418	DEFESA COMERCIAL Proteger o sistema produtivo nacional contra práticas desleais do comércio internacional	Defender o sistema produtivo nacional contra práticas desleais de comércio e surtos de e prestar assistência ao exportador brasileiro submetido a processos de defesa comercial no exterior
0153	DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Combater a violação dos direitos da criança e do adolescente	Coibir a violação de direitos da criança e do adolescente
0699	DEFESA JURÍDICA GRATUITA Garantir prestação de assistência jurídica, judicial e extrajudicial, integral e gratuita, ao cidadão necessitado	ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA Prestar assistência jurídica gratuita ao cidadão, contribuindo para a democratização da

## PPA 2000/2003

## Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

## Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0774	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS Melhorar a gestão dos recursos públicos dos Estados e Municípios na área fiscal, contribuindo para o ajuste fiscal e possibilitando a racionalização e transparência na sua	FORTALECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO FISCAL DE ESTADOS E MUNICÍPIOS
0049	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL Ampliar e melhorar a oferta de oportunidades de atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais	Ampliar e melhorar a oferta de atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais
0354	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA Elevar a competitividade do setor frutícola	DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA - PROFRUTA
5005	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCRO-ALCOOLEIRA Manutenção e ampliação da produção brasileira de açúcar e álcool.	DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA Ampliar a produção brasileira de açúcar e de álcool
9998	DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NO NORDESTE Desenvolver a infra-estrutura turística da Região Nordeste	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II
0419	DESENVOLVIMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS Promover o fortalecimento econômico-administrativo das micro, pequenas e médias empresas por intermédio da ampliação das linhas de crédito, acesso a novas tecnologias e capacitação gerencial	Promover o fortalecimento econômico-administrativo das micro, pequenas e médias empresas por intermédio do crédito e da capacitação gerencial
0045	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO Contribuir para a oferta de vagas no ensino médio	Contribuir para a oferta de vagas no ensino médio e promover a melhoria de sua qualidade
0776	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL Assegurar condições para o aperfeiçoamento e desenvolvimento do sistema financeiro	Assegurar a solidez do Sistema Financeiro Nacional
0366	DESENVOLVIMENTO DOS CERRADOS - PRODECER Estimular e desenvolver a implantação de agricultura moderna e empresarial na região dos cerrados	Estimular e desenvolver a implantação de agricultura moderna e empresarial, de médio porte, na região dos cerrados
0779	DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS, CAPITALIZAÇÃO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E PLANOS DE SAÚDE Garantir o adequado funcionamento e o desenvolvimento dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e planos de saúde	DESENVOLVIMENTO DOS MERCADOS DE SEGUROS PRIVADOS, CAPITALIZAÇÃO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E RESSEGURO Garantir o adequado funcionamento e o desenvolvimento dos mercados de seguros, previdência privada aberta, capitalização e resseguro
0077	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA BACIA DO ITABAPOANA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Bacia do Itabaipana, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais



## PPA 2000/2003

## Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

## Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0079	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DAS MANGABEIRAS Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Chapada das Mangabeiras, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0080	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA CHAPADA DO ARARIPE Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA CHAPADA DO ARARIPE Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Chapada do Araripe, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0081 RIO	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da metade sul do Rio Grande do Sul, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0083	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DA ZONA DA MATA CANAVIEIRA NORDESTINA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DA ZONA DA MATA CANAVIEIRA NORDESTINA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião da Zona da Mata Canavieira Nordestina, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0076	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DE ÁGUAS EMENDADAS Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião de Águas Emendadas, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0074	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO ALTO SOLIMÕES Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Alto Solimões, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0078 PAPAGAIO	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Bico do Papagaio, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais

## PPA 2000/2003

## Alteração de Denominação e Objetivo de Programa Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0082	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA/MUCURI Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO JEQUITINHONHA E DO MUCURI Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos
0090 RIBEIRA E	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO RIBEIRA/GUARAQUECABA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DA GUARAQUECABA Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Vale da Ribeira e Guaraquecaba, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0091 ACRE	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO VALE DO RIO ACRE Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO VALE DO RIO ACRE Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Vale do Rio Acre, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0092	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO DO XINGÓ Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO DO XINGÓ Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião do Xingó, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0075 FRONTEIRA	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA MESORREGIÃO GRANDE DO MERCOSUL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, por meio de instrumentos que assegurem o fortalecimento da base econômica local, a inclusão social crescente e o manejo sustentável dos recursos naturais
0120	DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA FAIXA DE FRONTEIRA Contribuir para o desenvolvimento social da faixa de fronteira de 150 Km de largura, fixando o homem à terra e contribuindo para a solução do problema do êxodo populacional em direção às metrópoles regionais ou nacionais	Contribuir para o desenvolvimento social da faixa de 150 km de largura ao longo de 15.719 km da fronteira terrestre brasileira, buscando sua ocupação e utilização de forma compatível com a importância territorial estratégica
0467	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NA ÁREA NUCLEAR Desenvolver conhecimentos em uso de tecnologia nuclear, criando condições para geração de novos produtos e serviços	Gerar conhecimentos e desenvolver produtos e serviços, aplicáveis na saúde, no meio ambiente e no setor produtivo, utilizando tecnologia nuclear
0154	DIREITOS HUMANOS, DIREITOS DE TODOS Conscientizar a Sociedade Brasileira sobre seus direitos individuais, coletivos e difusos	DIREITOS HUMANOS, DIREITO DE TODOS Promover, garantir e defender os direitos individuais, coletivos e difusos da população brasileira, assegurando acesso aos mecanismos necessários para o exercício pleno da cidadania

## PPA 2000/2003

## Alteração de Denominação e Objetivo de Programa Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0283	DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS, GÁS NATURAL E ÁLCOOL Oferecer melhor serviço ao cliente na distribuição de derivados, gás natural e álcool	DISTRIBUIÇÃO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E ÁLCOOL Oferecer melhor infra-estrutura de produtos e serviços na distribuição de derivados de petróleo, gás natural e álcool combustível
0052	EDUCAÇÃO AMBIENTAL Promover a conscientização e a capacitação da coletividade na prevenção e solução dos problemas ambientais	Promover a conscientização, capacitação e mobilização dos diversos segmentos da sociedade para prevenção e solução dos problemas ambientais
0638	ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO Formar e capacitar recursos humanos e prover altos estudos necessários para a defesa terrestre	Formar e capacitar recursos humanos com estudos em todos os níveis, necessários para a defesa terrestre
0042	ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS ' ' Contribuir para a universalização do ensino fundamental de qualidade	Melhorar a qualidade do ensino fundamental
0180	ESPORTE SOLIDÁRIO Diminuir a situação de exclusão e risco social de jovens e adolescentes carentes na faixa etária de 10 a 24 anos pela intensificação da prática desportiva	Diminuir a situação de exclusão de idosos acima de 60 anos e de jovens e adolescentes carentes na faixa etária de 10 a 24 anos pela intensificação da prática desportiva
0505	FLORESTAR Aumentar a oferta de produtos e subprodutos florestais oriundos de áreas plantadas	Aumentar a oferta de produtos e subprodutos florestais oriundos de áreas plantadas e manejadas
0506	FLORESTAS SUSTENTÁVEIS Promover o uso sustentável dos recursos florestais, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua preservação	Promover o uso sustentável dos recursos florestais, conciliando os interesses dos usuários dos recursos com a necessidade de conservação
0479	FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NO SETOR PETROLÍFERO Promover a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico aplicados na indústria do petróleo e gás natural	PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR PETROLÍFERO
0625	GESTÃO DA POLÍTICA DAS FORÇAS ARMADAS Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área das Forças Armadas	GESTÃO DA POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL
0276	GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA E MINERAÇÃO Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de energia e de	GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA Apoiar o planejamento, avaliação e controle dos programas na área de energia
0771	GESTÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA Formular e coordenar a política econômica governamental	GESTÃO DAS POLÍTICAS MONETÁRIA, CAMBIAL E DE CRÉDITO Garantir o cumprimento dos índices de metas para a inflação definidos pelo Governo Federal

## PPA 2000/2003

## Alteração de Denominação e Objetivo de Programa Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0773	GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO Aperfeiçoar os procedimentos das áreas de execução financeira, contábil e de controle interno, buscando maior eficiência e a melhoria do gasto público	GESTÃO DA POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTÁBIL DA UNIÃO Contribuir para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da União, mediante administração da execução financeira dos orçamentos fiscal e da seguridade social, do endividamento público nacional e da recuperação de haveres do Estado
0792	GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA Promover a transformação da gestão pública para ampliar os resultados para o cidadão e reduzir custos	Promover a melhoria da gestão pública, visando à ampliação dos resultados para o cidadão
0311	GESTÃO URBANA Aumentar a eficiência e eficácia da gestão urbana e da qualidade e produtividade na produção de serviços de saneamento básico e transporte urbano.	GESTÃO URBANA E METROPOLITANA Aumentar a eficiência e a eficácia da gestão urbana e metropolitana e da qualidade e produtividade dos serviços urbanos
0796	INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS E GEOGRÁFICAS Fornecer informações de natureza estatística - demográfica e socioeconômica - e geocientífica - geográfica, cartográfica, geodésica e ambiental	Fornecer informações de natureza estatística - demográfica e socioeconômica - e geográfica e ambiental
0805	INFRA-ESTRUTURA URBANA Apoiar os municípios na adequação e complementação de sua infra-estrutura urbana, sobretudo pela implantação e redimensionamento de seus equipamentos urbanos básicos.	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, mediante a reestruturação de sua infra-estrutura urbana
0795	INTEGRAÇÃO ENTRE PLANO E ORÇAMENTO Promover a implantação do Plano Plurianual, integrando planejamento, orçamento e gestão	GESTÃO DOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO Garantir a elaboração e execução dos Orçamentos da União
0641	INTELIGÊNCIA NACIONAL Desenvolver processos e produtos para a proteção da informação governamental classificada e das comunicações.	Desenvolver atividades de inteligência de interesse do Estado e da Sociedade
0379	IRRIGAÇÃO E DRENAGEM Promover o desenvolvimento sustentável de áreas irrigadas e irrigáveis, elevando os níveis de produção e produtividade agrícola e a melhoria das condições de vida do homem do campo	Promover o desenvolvimento sustentável de áreas irrigadas e irrigáveis, elevando os níveis de produção e produtividade agrícola, com a consequente melhoria das condições de vida do homem do campo
0415	JOVEM EMPREENDEDOR Criar oportunidades de trabalho para jovens com vocação empreendedora	Criar oportunidades de trabalho para jovens com dificuldade de inserção no mercado de trabalho ou sem experiência no mercado formal
0168	LIVRO ABERTO Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas	Estimular o hábito da leitura, facilitando o acesso às bibliotecas públicas e propiciar a difusão do conhecimento científico, acadêmico e literário

## PPA 2000/2003

## Alteração de Denominação e Objetivo de Programa

## Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0637	MANUTENÇÃO DA REDE HOSPITALAR DAS FORÇAS ARMADAS Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas e seus dependentes	SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS Prestar assistência médico-hospitalar e odontológica ao pessoal militar das Forças Armadas, seus dependentes e efetuar o controle das condições de saúde de
0285	MATÉRIAS-PRIMAS E PRODUTOS BÁSICOS DA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA Aumentar a oferta de matérias-primas e produtos básicos da indústria petroquímica para atendimento ao mercado	INDÚSTRIA PETROQUÍMICA Aumentar a oferta de produtos básicos da indústria petroquímica para atendimento ao
0793	MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO CIDADÃO Promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão	QUALIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO
0813	MONUMENTA - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos e sítios arqueológicos de interesses históricos, criando condições para a sua sustentabilidade.	MONUMENTA: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade
0128	MORAR MELHOR Universalizar os serviços de saneamento básico, reduzir o déficit habitacional e melhorar a infra-estrutura urbana para a população em estado de exclusão social	Contribuir para a redução do déficit habitacional quantitativo e qualitativo da população em estado de exclusão social
0665	NACIONAL ANTIDROGAS Prevenir o uso de entorpecentes e promover a recuperação de usuários de drogas	Prevenir o uso indevido de substâncias que causem dependência física ou psíquica e promover o tratamento, a recuperação e a reinserção social de indivíduos com transtornos decorrentes do uso dessas drogas
0228	NAVEGAÇÃO INTERIOR Prestar serviços de transporte hidroviário de cargas e passageiros no rio São Francisco, até sua transferência para a iniciativa privada	Prestar serviços de transporte hidroviário de cargas e passageiros no rio São Francisco
0514	NOSSOS RIOS: ARAGUAIA-TOCANTINS Aplicar modelo-piloto de gestão integrada que permita o uso múltiplo dos recursos hídricos em bases sustentáveis no eixo Araguaia-Tocantins para difundir soluções inovadoras nas demais bacias	Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio Araguaia-Tocantins
0513	NOSSOS RIOS: PARAIBA DO SUL Aplicar modelo-piloto de gestão integrada que permita o uso múltiplo dos recursos hídricos em bases sustentáveis passível de ser adotado em situação de extrema degradação e utilização conflituosa dos corpos de água e difundir soluções inovadoras para as demais	Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio Paraíba do Sul
0507	NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO Aplicar modelo-piloto de gestão integrada que permita o uso múltiplo dos recursos hídricos em bases sustentáveis na bacia do rio São Francisco para difundir soluções inovadoras nas demais bacias	Garantir a ampliação da oferta de água de boa qualidade na bacia do rio São Francisco

## PPA 2000/2003

## Alteração de Denominação e Objetivo de Programa Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0099	NOVO EMPREGO E SEGURO-DESEMPREGO Elevar o número de trabalhadores colocados pelo SINE, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação financeira temporária ao trabalhador, conforme previsão legal	Elevar o número de trabalhadores colocados pelo Sistema Nacional de Emprego - SINE, reduzir o tempo de espera do trabalhador por um posto de trabalho adequado a suas habilidades e mitigar o custo social do desemprego pela maior abrangência da intermediação do emprego e da assistência financeira temporária ao trabalhador
0006	PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS Prevenir e manter sob controle as doenças passíveis de imunização	PREVENÇÃO E CONTROLE DAS DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS
0002	PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES Reduzir a morbimortalidade por cólera, peste, tracoma, filariose, oncocercose, raiva, leptospirose, leishmaniose, doença de Chagas e esquistossomose	Reduzir a morbimortalidade por doenças transmitidas por vetores
0509	PROBEM DA AMAZÔNIA Ampliar as oportunidades de investimentos na Amazônia, tendo por base a biodiversidade e a aplicação da biotecnologia, estimulando o desenvolvimento da bioindústria na região	Promover o desenvolvimento da bioindústria na Amazônia, tendo por base a biodiversidade, a aplicação de biotecnologia e a ampliação das oportunidades de investimento na região
0758	PRODUÇÃO DE MOEDA E DOCUMENTOS DE SEGURANÇA Atender o mercado de moedas e de documentos de segurança	Suprir o meio circulante com cédulas e moedas e atender ao mercado de documentos de segurança
0373	PRODUTIVIDADE DE CÍTRICOS Elevar a produtividade da citricultura mediante o controle de pragas e emprego de novas tecnologias	PRODUTIVIDADE DA CITRICULTURA Elevar a produtividade da citricultura brasileira mediante o monitoramento e o controle das pragas de maior impacto na exploração e que restringem a comercialização do produto
0363	PRODUTIVIDADE DE OLEAGINOSAS Elevar a produtividade das oleaginosas mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias	Elevar a produtividade das oleaginosas mediante melhoramento genético, controle de pragas e incorporação de novas tecnologias
0810	PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT – PBQP-HABITAT Apolar o esforço de modernização do setor da construção e da gestão urbana, por meio da melhoria de qualidade e aumento da produtividade, com vistas ao aumento da competitividade, como forma de ampliar a eficiência da construção habitacional, do saneamento e serviços de transporte urbano, reduzindo custos de manutenção das edificações, fornecimento de água e otimizando os serviços de transportes urbanos.	PBQP - HABITAT - PROGRAMA BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE DO HABITAT Melhorar a qualidade e a produtividade do setor de construção habitacional
0094	PROGRAMA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável da mesorregião.	DESENVOLVIMENTO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL Implantar modelo de gestão para o desenvolvimento sustentável do Entorno do Distrito
0496	PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA Proteger a Amazônia Legal brasileira de pressões ao meio ambiente e do exercício de atividades ilícitas, mediante vigilância permanente	Contribuir para a proteção da Amazônia Legal brasileira de pressões ao meio ambiente e do exercício de atividades ilícitas, mediante vigilância permanente

## PPA 2000/2003

## Alteração de Denominação e Objetivo de Programa Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0007	QUALIDADE DO SANGUE Garantir a qualidade e a auto-suficiência em sangue, componentes, derivados sanguíneos e correlatos	Garantir a qualidade e a auto-suficiência em sangue, componentes, derivados sanguíneos e correlatos
0803	RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO Ampliar as fontes de recursos não-fiscais para financiamento do desenvolvimento	Ampliar as fontes de recursos não-fiscais para financiamento de programas e de outras oportunidades de investimentos a eles associados
0288	REFINO DE PETRÓLEO Ampliar e otimizar o parque de refino, adequando-o às exigências ambientais e de qualidade do mercado	Ampliar e otimizar o parque de refino, adequando-o para maximizar o processamento de petróleo nacional e atender às exigências ambientais e de qualidade do mercado
0119	SANEAMENTO BÁSICO Aplicar técnica e financeiramente as ações de saneamento a partir de critérios epidemiológicos para prevenção de agravos, bem assim atender municípios com até 30.000 habitantes.	Prover saneamento básico em municípios com menos de 30.000 habitantes para eliminar as condições ambientais responsáveis pela ocorrência de agravos ou que ofereçam riscos iminentes ao seu aparecimento
0122	SANEAMENTO É VIDA Melhorar a qualidade na prestação dos serviços de saneamento básico pelas concessionárias públicas e privadas em Municípios com população superior a 75 mil	ampliar a cobertura e melhorar a qualidade na prestação dos serviços de saneamento básico.
0666	SEGURANÇA DO CIDADÃO Reduzir a criminalidade nos locais de maior incidência de crimes	Reduzir a criminalidade
0356	SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS Melhorar a qualidade dos alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos
0756	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EM PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA Desenvolver sistemas de informação e informática em parceria com a iniciativa privada	Desenvolver e operar sistemas de informação e informática em parceria com o setor privado, para atendimento de necessidades do Governo Federal e aperfeiçoamento da qualidade dos seus serviços
0751	SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA O SETOR PÚBLICO Desenvolver, aperfeiçoar e manter sistemas de informação e informática contratados por órgãos governamentais	Desenvolver e manter sistemas de informação e informática contratados por órgãos responsáveis pela gestão das finanças públicas e por sistemas estruturadores e integradores do Governo Federal
0254	TELEFONIA FIXA Universalizar a prestação do serviço telefônico fixo comutado	Garantir a prestação do serviço telefônico fixo comutado em localidades com população superior a 100 habitantes

## PPA 2000/2003

## Alteração de Denominação e Objetivo de Programa Documento auxiliar do Anexo II

Referência	Lei PPA Programa / Objetivo	Revisão Proposta Programa / Objetivo
0289	TRANSPORTE DUTOVIÁRIO DE PETRÓLEO, DERIVADOS E GÁS NATURAL Ampliar a infra-estrutura para transporte dutoviário de petróleo, gás natural e derivados, visando a garantia ao atendimento do mercado	Ampliar a infra-estrutura para transporte dutoviário de petróleo, gás natural e derivados, visando o atendimento do mercado
0290	TRANSPORTE MARÍTIMO DE PETRÓLEO E DERIVADOS Atender as necessidades de transporte marítimo para movimentação de petróleo e	Atender ao mercado de transporte marítimo para movimentação de petróleo e derivados
5003	TRANSPORTE RODOVIÁRIO URBANO Melhorar a qualidade e a produtividade na prestação do serviço público de transporte rodoviário coletivo urbano nos Municípios com população superior a 75 mil habitantes.	Melhorar a qualidade e a produtividade na prestação do serviço público de transporte rodoviário urbano nos Municípios com população superior a 75 mil habitantes
0255	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO Promover maior abrangência e disponibilidade dos serviços de radiodifusão	SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
0024	VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS Evitar a entrada e disseminação de doenças transmissíveis em portos, aeroportos e fronteiras e garantir a qualidade dos produtos de consumo humano	VIGILÂNCIA SANITÁRIA EM PORTOS, AEROPORTOS E FRONTEIRAS Evitar a entrada e disseminação de doenças transmissíveis em portos, aeroportos e fronteiras e garantir a qualidade e segurança dos produtos para consumo humano
0257	UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES Garantir o acesso aos serviços de telecomunicações e de valor adicionado em estabelecimento de ensino público, instituições de saúde pública, para as populações em localidade com menos de 100 habitantes e para as populações cuja renda não permita o acesso em base comercial	Garantir o acesso aos serviços de telecomunicações e de valor adicionado em estabelecimento de ensino público, instituições de saúde pública, para as populações em localidade com menos de 100 habitantes e para as populações cuja renda não permita o acesso em base comercial utilizando, preferencialmente, software livres.



## PPA 2000/2003

### Documento auxiliar do Anexo III

## Ações Alteradas

0167 - BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL										
PROGRAMA / AÇÕES					METAS / CUSTOS					
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
6333	O	AUTORIZAÇÃO DE EIA-RIMA E DE PESQUISAS E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICOS	Unidade							
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
6334	O	AUTORIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ENTRADA E SAÍDA DE OBRAS DE ARTE E OFÍCIOS	Unidade							
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
6335	O	AUTORIZAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÕES EM BENS PROTEGIDOS	Unidade							
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0

PPA 2000/2003

Página: 2/24

## Documento auxiliar do Anexo III

## Ações Alteradas

## 0233 - CORREDOR MERCOSUL

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7331	O	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL <i>trecho construído</i>	km							

## Lei PPA

Recursos do Orçamento da União R\$1  
Demais Fontes R\$1  
**Total da Ação**

40.500.000  
546.960.000  
**587.460.000**

Revisão  
Proposta

Recursos do Orçamento da União R\$1  
Demais Fontes R\$1  
**Total da Ação**

0  
546.960.000  
**546.960.000**

## 0235 - CORREDOR NORDESTE

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7325	O	RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE <i>trecho recuperado</i>	% de execução física							

## Lei PPA

Recursos do Orçamento da União R\$1  
Demais Fontes R\$1  
**Total da Ação**

16.000.000  
1.128.476.000  
**1.144.476.000**

Revisão  
Proposta

Recursos do Orçamento da União R\$1  
Demais Fontes R\$1  
**Total da Ação**

0  
1.128.476.000  
**1.128.476.000**

## 0236 - CORREDOR OESTE-NORTE

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7302	O	ADEQUAÇÃO E MELHORAMENTOS DO PORTO DE MANAUS PARA PASSAGEIROS <i>obra executada</i>	% de execução física							

## Lei PPA

Recursos do Orçamento da União R\$1  
Demais Fontes R\$1  
**Total da Ação**

3.000.000  
15.751.000  
**18.751.000**

Revisão  
Proposta

Recursos do Orçamento da União R\$1  
Demais Fontes R\$1  
**Total da Ação**

0  
15.751.000  
**15.751.000**

PPA 2000/2003  
Ações Alteradas

Página: 5/24

Documento auxiliar do Anexo III

0231 - CORREDOR TRANSMETROPOLITANO									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Sul
7329	O	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO							
<i>obra executada</i>									
<i>% de execução física</i>									
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	9.000.000	0	0	0	9.000.000	0
		Demais Fontes	R\$1	301.423.000	0	0	0	301.423.000	0
		Total da Ação		310.423.000	0	0	0	310.423.000	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	301.423.000	0	0	0	301.423.000	0
		Total da Ação		301.423.000	0	0	0	301.423.000	0

0695 - DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Sul
6108	O	HARMONIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA COM OS BLOCOS ECONÔMICOS							
<i>norma publicada</i>									
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	338.429	338.429	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		338.429	338.429	0	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0

0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS Nordeste	Sudeste	Sul
9522	O	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS							
<i>aeroporto construído</i>									
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	17.500.000	0	17.500.000	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	47.000.000	0	47.000.000	0	0	0
		Total da Ação		64.500.000	0	64.500.000	0	0	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	47.000.000	0	47.000.000	0	0	0
		Total da Ação		47.000.000	0	47.000.000	0	0	0

9515 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DA REDE SUDESTE									
<i>aeroporto reformado/ampliado</i>									
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	5.500.000	0	0	0	5.500.000	0
		Demais Fontes	R\$1	705.380.987	0	0	0	705.380.987	0
		Total da Ação		710.880.987	0	0	0	710.880.987	0
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	705.380.987	0	0	0	705.380.987	0
		Total da Ação		705.380.987	0	0	0	705.380.987	0

PPA 2000/2003

Página: 6/24

## Documento auxiliar do Anexo III

## Ações Alteradas

9514 O REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS  
aeroporto reformado/ampliado Unidade

<b>Lei PPA</b>	Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Demais Fontes	R\$1	195.337.456	0	51.404.594	61.685.512	0	82.247.350	0	0
	<b>Total da Ação</b>		<b>195.337.456</b>	<b>0</b>	<b>51.404.594</b>	<b>61.685.512</b>	<b>0</b>	<b>82.247.350</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Revisão Proposta</b>	Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Demais Fontes	R\$1	195.337.456	0	51.404.594	61.685.512	0	82.247.350	0	0
	<b>Total da Ação</b>		<b>195.337.456</b>	<b>0</b>	<b>51.404.594</b>	<b>61.685.512</b>	<b>0</b>	<b>82.247.350</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

## PROGRAMA / AÇÕES

9513 O REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARCO NORTE  
aeroporto reformado/ampliado Unidade

<b>Lei PPA</b>	Recursos do Orçamento da União	R\$1	15.300.000	0	0	0	0	0	0	0
	Demais Fontes	R\$1	9.622.500	0	9.622.500	0	0	0	0	0
	<b>Total da Ação</b>		<b>24.922.500</b>	<b>0</b>	<b>24.922.500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Revisão Proposta</b>	Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Demais Fontes	R\$1	9.622.500	0	9.622.500	0	0	0	0	0
	<b>Total da Ação</b>		<b>9.622.500</b>	<b>0</b>	<b>9.622.500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

9523 O REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SÃO FRANCISCO  
aeroporto reformado/ampliado Unidade

<b>Lei PPA</b>	Recursos do Orçamento da União	R\$1	53.000.000	0	0	53.000.000	0	0	0	0
	Demais Fontes	R\$1	90.595.735	0	0	80.529.542	10.066.193	0	0	0
	<b>Total da Ação</b>		<b>143.595.735</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>133.529.542</b>	<b>10.066.193</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Revisão Proposta</b>	Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Demais Fontes	R\$1	90.595.735	0	0	80.529.542	10.066.193	0	0	0
	<b>Total da Ação</b>		<b>90.595.735</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>80.529.542</b>	<b>10.066.193</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 0420 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR

## PROGRAMA / AÇÕES

0893 O RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS  
trecho recuperado km

<b>Lei PPA</b>	Recursos do Orçamento da União	R\$1	1.100.000	0	0	1.100.000	0	0	0	0
	Demais Fontes	R\$1	50.000.000	0	0	50.000.000	0	0	0	0
	<b>Total da Ação</b>		<b>51.100.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>51.100.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Revisão Proposta</b>	Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0
	Demais Fontes	R\$1	43.021.111	0	0	43.021.111	0	0	0	0
	<b>Total da Ação</b>		<b>43.021.111</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>43.021.111</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

PPA 2000/2003

Página: 10/24

## Documento auxiliar do Anexo III

## Ações Alteradas

## 9998 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS			Sul
9302	O	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS	km				Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	
<i>trecho construído</i>										
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	6.200.000	0	0	6.200.000	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	31.752.000	31.752.000	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>37.952.000</b>	<b>31.752.000</b>	<b>0</b>	<b>6.200.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	31.752.000	31.752.000	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>31.752.000</b>	<b>31.752.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 9306 O IMPLANTACÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Unidade

habitante beneficiado

Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	9.500.000	0	0	9.500.000	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	95.067.000	95.067.000	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>104.567.000</b>	<b>95.067.000</b>	<b>0</b>	<b>9.500.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	95.067.000	95.067.000	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>95.067.000</b>	<b>95.067.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 9324 O IMPLANTACÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

Unidade

FAMÍLIA BENEFICIADA

Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	45.200.000	0	0	45.200.000	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	63.315.000	63.315.000	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>108.515.000</b>	<b>63.315.000</b>	<b>0</b>	<b>45.200.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	63.315.000	63.315.000	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>63.315.000</b>	<b>63.315.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## 9998 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR II

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS			Sul
0987	O	RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	km				Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	
<i>trecho recuperado</i>										
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	6.400.000	0	0	6.400.000	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	31.563.000	31.563.000	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>37.963.000</b>	<b>31.563.000</b>	<b>0</b>	<b>6.400.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	31.563.000	31.563.000	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>31.563.000</b>	<b>31.563.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>



PPA 2000/2003

Página: 15/24

Ações Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

0011 - PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA

PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS						
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
6136	O	APOIO À ONCOLOGIA PEDIÁTRICA - PROJETO CRIANÇA E VIDA								
		criança/adolescente beneficiado								
		Unidade								
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	2.000.000	0	0	0	2.000.000	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		2.000.000	0	0	0	2.000.000	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0

0009 - PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM

PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS				
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sul
7701	O	NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS LABORAIS PARA AUXILIARES DE ENFERMAGEM						
		norma publicada						
		Unidade						
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União		4	4	0	0	0
		Demais Fontes		0	0	0	0	0
		Total da Ação		4	4	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União		0	0	0	0	0
		Demais Fontes		0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0





PPA 2000/2003

Página: 18/24

Documentos auxiliares do Anexo III

0501 - QUALIDADE AMBIENTAL									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul
norma publicada									
Lei PPA	O	INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA INCENTIVO À MUDANÇA DE PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS E AO USO DE TECNOLOGIAS LIMPAS	Recursos do Orçamento da União	1	1	0	0	0	0
			Demais Fontes	0	0	0	0	0	0
			Total da Ação	1	1	0	0	0	0
			Unidade						
Revisão Proposta	O	INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA INCENTIVO À MUDANÇA DE PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS E AO USO DE TECNOLOGIAS LIMPAS	Recursos do Orçamento da União	0	0	0	0	0	0
			Demais Fontes	0	0	0	0	0	0
			Total da Ação	0	0	0	0	0	0
			Unidade						
Lei PPA	O	NORMAS DE ESTÍMULO PARA INCORPORAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL PELAS EMPRESAS (ISO 14000)	Recursos do Orçamento da União	1	1	0	0	0	0
			Demais Fontes	0	0	0	0	0	0
			Total da Ação	1	1	0	0	0	0
			Unidade						
Revisão Proposta	O	NORMAS DE ESTÍMULO PARA INCORPORAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL PELAS EMPRESAS (ISO 14000)	Recursos do Orçamento da União	0	0	0	0	0	0
			Demais Fontes	0	0	0	0	0	0
			Total da Ação	0	0	0	0	0	0
			Unidade						
Lei PPA	O	NORMAS E CRITÉRIOS PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS	Recursos do Orçamento da União	1	1	0	0	0	0
			Demais Fontes	0	0	0	0	0	0
			Total da Ação	1	1	0	0	0	0
			Unidade						
Revisão Proposta	O	NORMAS E CRITÉRIOS PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS	Recursos do Orçamento da União	0	0	0	0	0	0
			Demais Fontes	0	0	0	0	0	0
			Total da Ação	0	0	0	0	0	0
			Unidade						

Página: 19/24

## PPA 2000/2003

## Ações Alteradas Documento auxiliar do Anexo III

0501 - QUALIDADE AMBIENTAL									
PROGRAMA / AÇÕES									
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS		Sul
7905	O	NORMAS E PADRÕES RELATIVOS AO CONTROLE E A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE							
norma publicada									
Unidade									
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0
...									
7906	O	NORMAS PARA CONTROLE AMBIENTAL DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS, INCLUSIVE OS POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES							
norma publicada									
Unidade									
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	1	0	0	0	0
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0

PPA 2000/2003

Página: 20/24

Ações Alteradas

Documento auxiliar do Anexo III

0221 - QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

PROGRAMA / AÇÕES			Unidade de Medida	Total	Nacional	METAS / CUSTOS				Sul
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto				Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	
7526 O ARRENDAMENTOS EM ÁREAS PORTUÁRIAS										
área arrendada										
Lei PPA	O	Recursos do Orçamento da União	R\$1	4	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		4	0	0	0	0	0	0
Revisão Proposta	O	Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
7523 O IMPLANTAÇÃO DE AUTORIDADES PORTUÁRIAS										
autoridade portuária implantada										
Lei PPA	O	Recursos do Orçamento da União	R\$1	4	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		4	0	0	0	0	0	0
Revisão Proposta	O	Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0
7524 O OUTORGA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO INTERIOR										
outorga concedida										
Lei PPA	O	Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		1	0	0	0	0	0	0
Revisão Proposta	O	Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0

PPA 2000/2003  
Ações Alteradas

Página: 21/24

Documento auxiliar do Anexo III

## 0221 - QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

PROGRAMA / AÇÕES				Unidade de Medida
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto		Unidade
7525	O	PARCERIAS EM PORTOS		
		<i>parceria realizada</i>		
Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	RS1	
		Demais Fontes	RS1	
		<b>Total da Ação</b>		
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	RS1	
		Demais Fontes	RS1	
		<b>Total da Ação</b>		

## PPA 2000/2003

Página: 22/24

## Ações Alteradas

## Documento auxiliar do Anexo III

## 0226 - SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7522	O	CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	km							
		<i>trecho concedido</i>								

Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	1	1	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## METAS / CUSTOS

	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0

## 0520 - TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO

## PROGRAMA / AÇÕES

Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
7910	O	CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS DE DEMANDA DE IRRIGAÇÃO	% de execução física							
		<i>obra construída</i>								

Lei PPA		Recursos do Orçamento da União	R\$1	500.000	0	0	500.000	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	400.000.000	0	0	400.000.000	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>400.500.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>400.500.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	400.000.000	0	0	400.000.000	0	0	0
		<b>Total da Ação</b>		<b>400.000.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>400.000.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

## METAS / CUSTOS

	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
	0	500.000	0	0	0
	0	400.000.000	0	0	0
	0	400.500.000	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0
	0	400.000.000	0	0	0
	0	400.000.000	0	0	0

## 7909 - CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS URBANOS

## PROGRAMA / AÇÕES

## CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADUÇÃO AOS CENTROS URBANOS

## % de execução física

## obra construída

## Recursos do Orçamento da União

## Demais Fontes

## Total da Ação

## Recursos do Orçamento da União

## Demais Fontes

## Total da Ação

## R\$1

## R\$1

## R\$1

## R\$1

## R\$1

## R\$1

## R\$1

## R\$1

## R\$1

## R\$1

## R\$1

## R\$1

## R\$1

## R\$1

## PPA 2000/2003

Página: 24/24

## Documento auxiliar do Anexo III

## Ações Alteradas

## 0520 - TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO

PROGRAMA / AÇÕES			METAS / CUSTOS							
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Dados Financeiros Totais Lei PPA em R\$ 1										
Recursos do Orçamento da União										
	Fiscal e Seguridade			235.376.890	676.890	38.800.000	138.400.000	16.500.000	500.000	40.500.000
	Despesas de Capital			233.376.890	676.890	36.800.000	138.400.000	16.500.000	500.000	40.500.000
	Despesas Correntes			229.700.000	0	35.800.000	138.400.000	14.500.000	500.000	40.500.000
	Investimento Estatal			3.676.890	676.890	1.000.000	0	2.000.000	0	0
	Demais Fontes			2.000.000	0	2.000.000	0	0	0	0
				4.584.578.078	221.697.000	190.606.094	2.182.191.054	1.123.430.180	243.533.750	623.120.000
	Total Geral Lei PPA			4.819.954.968	222.373.890	229.406.094	2.320.591.054	1.139.930.180	244.033.750	663.620.000
Dados Financeiros Totais Revisão em R\$ 1										
Recursos do Orçamento da União										
	Fiscal e Seguridade			0	0	0	0	0	0	0
	Despesas de Capital			0	0	0	0	0	0	0
	Despesas Correntes			0	0	0	0	0	0	0
	Investimento Estatal			0	0	0	0	0	0	0
	Demais Fontes			4.577.599.189	221.697.000	190.606.094	2.175.212.165	1.123.430.180	243.533.750	623.120.000
	Total Geral Revisão			4.577.599.189	221.697.000	190.606.094	2.175.212.165	1.123.430.180	243.533.750	623.120.000

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
 PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - OCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO/ CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0274 ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>					
9052 AÇÕES DE INFRA-ESTRUTURA PARA IMPLANTAÇÃO DE CENTRAIS EÓLICAS NO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO	0	0	0	1.500.000	1.500.000
9060 LEVANTAMENTO DO POTENCIAL EÓLICO OFF SHORE NO LAGO DE SOBRADINHO NA REGIÃO DO SUB-MÉDIO SÃO FRANCISCO	0	0	0	400.000	400.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.900.000</b>	<b>1.900.000</b>
<b>PROGRAMA: 0910 ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS</b>					
5860 ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	54.230.751	54.230.751	-54.230.751	0	0
5851 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NA REGIÃO SUDESTE	10.000.000	2.200.000	-7.800.000	0	0
5868 ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE CAPACIDADE DE RODOVIAS	4.000.000	0	-4.000.000	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>68.230.751</b>	<b>56.430.751</b>	<b>-66.030.751</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0772 ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA</b>					
3583 REAPARELHAMENTO, ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO DOS POSTOS ADUANEIROS	69.412.000	20.000.000	-49.412.000	0	0
2247 SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR- SISCOMEX	238.637.240	160.837.606	-77.799.634	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>308.049.240</b>	<b>180.837.606</b>	<b>-127.211.634</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA</b>					
3583 REAPARELHAMENTO, ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO DA SRF	0	0	49.412.000	0	49.412.000
2247 SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR- SISCOMEX	0	0	77.799.634	0	77.799.634
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>127.211.634</b>	<b>0</b>	<b>127.211.634</b>
<b>PROGRAMA: 0351 AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF</b>					
6312 DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA DE AGRICULTURA FAMILIAR	2.000.000	0	4.600.000	0	6.600.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>2.000.000</b>	<b>0</b>	<b>4.600.000</b>	<b>0</b>	<b>6.600.000</b>
<b>PROGRAMA: 0497 ÁGUAS DO BRASIL</b>					
3041 PROJETOS PARA PREVENÇÃO DE ENCHENTES	20.463.394	20.463.394	0	2.000.000	22.463.394
<b>Total do Programa:</b>	<b>20.463.394</b>	<b>20.463.394</b>	<b>0</b>	<b>2.000.000</b>	<b>22.463.394</b>
<b>PROGRAMA: 0802 ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS</b>					
4251 DESENVOLVIMENTO DE GERENCIAMENTO DE GRUPOS DE PROGRAMAS	0	0	1.877.440	0	1.877.440
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.877.440</b>	<b>0</b>	<b>1.877.440</b>
<b>PROGRAMA: 0806 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO</b>					
7478 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOCULTURA	2.000.000	0	-2.000.000	0	0
2356 APOIO AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURA	45.600.000	8.265.000	-37.335.000	0	0
7482 DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES PRODUTORAS DE CAJU	25.000.000	0	-25.000.000	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>70.600.000</b>	<b>8.265.000</b>	<b>-64.070.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO OCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV  
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0806 APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO</b>					
1483 ELETRIFICAÇÃO RURAL	146.100.000	15.580.000	-130.520.000	0	0
Migrado para: LUZ NO CAMPO					
7484 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA AGROINDÚSTRIA	4.600.000	0	-4.600.000	0	0
Migrado para: AGRICULTURA FAMILIAR - PROMAF					
7082 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA	42.000.000	0	-42.000.000	0	0
Migrado para: DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA					
7481 ESTÍMULO AO DESENVOLVIMENTO DA PÊSCA, DA PISCICULTURA E DA AQUICULTURA	83.000.000	0	-83.000.000	0	0
Migrado para: DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA					
7479 REVITALIZAÇÃO DA CULTURA DO ALGODÃO	6.900.000	0	-6.900.000	0	0
Migrado para: PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS					
<b>Total do Programa:</b>	<b>355.200.000</b>	<b>23.845.000</b>	<b>-331.355.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0055 ARRECAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO</b>					
4029 CONTROLE E INSPEÇÃO DA ARRECAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	7.444.590	3.407.705	-4.036.885	0	0
Migrado para: GESTÃO DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO					
<b>Total do Programa:</b>	<b>7.444.590</b>	<b>3.407.705</b>	<b>-4.036.885</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 5001 ATENDIMENTO À MULHER</b>					
7517 CONSTRUÇÃO DE CENTRO INTEGRADO DE ATENDIMENTO À MULHER	4.200.000	0	-4.200.000	0	0
Migrado para: COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER					
<b>Total do Programa:</b>	<b>4.200.000</b>	<b>0</b>	<b>-4.200.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0804 BRASIL EM AÇÃO</b>					
4251 DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS DE GERENCIAMENTO DE GRUPOS DE PROGRAMAS	2.893.100	1.015.660	-1.877.440	0	0
Migrado para: ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS					
4074 SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DO BRASIL EM AÇÃO	792.600	160.000	-632.600	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>3.685.700</b>	<b>1.175.660</b>	<b>-2.510.040</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0167 BRASIL PATRIMÔNIO CULTURAL</b>					
6333 AUTORIZAÇÃO DE EIA-RIMA E DE PESQUISAS E SALVAMENTO ARQUEOLÓGICOS	1	0	-1	0	0
Migrado para: ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS					
6334 AUTORIZAÇÃO DE PEDIDOS DE ENTRADA E SAÍDA DE OBRAS DE ARTE E OFÍCIOS	1	0	-1	0	0
Migrado para: ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS					
6335 AUTORIZAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÕES EM BENS PROTEGIDOS	1	0	-1	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>-3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0181 BRASIL POTÊNCIA ESPORTIVA</b>					
1616 MODERNIZAÇÃO DE CENTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O ESPORTE	0	0	92.877	0	92.877
Migrado para: ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DE RECURSOS					
1623 PROMOÇÃO DE EVENTOS E INTERCÂMBIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NO ESPORTE	0	0	411.231	0	411.231
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>504.108</b>	<b>0</b>	<b>504.108</b>
<b>PROGRAMA: 0156 COMBATE À VIOLENCIA CONTRA A MULHER</b>					
7051 CONSTRUÇÃO DE CASA-ABRIGO PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENCIA	12.478.000	1.610.000	4.200.000	0	16.678.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>12.478.000</b>	<b>1.610.000</b>	<b>4.200.000</b>	<b>0</b>	<b>16.678.000</b>



CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO OCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV  
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0662 COMBATE AO CRIME ORGANIZADO</b>					
2680 COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	40.822.000	0	0	1.000.000	41.822.000
2680 COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	3.937.762	3.937.762	0	1.000.000	4.937.762
<b>Total do Programa:</b>	<b>44.759.762</b>	<b>3.937.762</b>	<b>0</b>	<b>2.000.000</b>	<b>46.759.762</b>
<b>PROGRAMA: 8021 COMÉRCIO ELETRÔNICO</b>					
2517 ESTUDOS PARA A PROMOÇÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO	0	0	600.000	0	600.000
1895 IMPLANTAÇÃO DA AUTORIDADE CERTIFICADORA RAIZ DA INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA - ICP - BRASIL	0	0	1.000.000	0	1.000.000
2523 TREINAMENTO PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS VISANDO O COMÉRCIO ELETRÔNICO	0	0	300.000	0	300.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.900.000</b>	<b>0</b>	<b>1.900.000</b>
<b>PROGRAMA: 0811 COMPLEMENTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PORTOS</b>					
1040 INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA	14.600.000	14.600.000	-14.600.000	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>14.600.000</b>	<b>14.600.000</b>	<b>-14.600.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0071 COMUNIDADE ATIVA</b>					
6001 APOIO A PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO	1.000.000	0	0	1.500.000	2.500.000
1843 CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MULTIPLICADORES, DIRETORES DE LABORATÓRIOS ORGANIZACIONAIS E EMPREENDEDORES	13.283.818	5.176.027	-8.107.791	0	0
1859 GERAÇÃO DE EMPREENHIMENTOS PRODUTIVOS	19.247.751	11.328.387	-7.919.364	0	0
2821 MANUTENÇÃO DO SIGER - SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	2.635.909	1.873.328	-762.581	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>36.167.478</b>	<b>18.377.742</b>	<b>-16.789.736</b>	<b>1.500.000</b>	<b>2.500.000</b>
<b>PROGRAMA: 0911 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS</b>					
5852 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	164.830.901	164.830.901	-164.830.901	0	0
5867 ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS	2.000.000	0	-2.000.000	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>166.830.901</b>	<b>164.830.901</b>	<b>-166.830.901</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS</b>					
5781 CONSTRUÇÃO DE ACESSOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	15.025.000	0	0	3.000.000	18.025.000
1081 CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS	31.292.800	21.600.000	0	4.000.000	35.292.800
7254 DERROCAMENTO DO ACESSO AO BERÇO 107 DO PIER PETROLEIRO DO PORTO DE ITAQUI (MA)	0	0	0	2.000.000	2.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>46.317.800</b>	<b>21.600.000</b>	<b>0</b>	<b>9.000.000</b>	<b>55.317.800</b>
<b>PROGRAMA: 0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE</b>					
5711 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR FRONTEIRA-NORTE	587.577.600	176.181.634	0	1.000.000	588.577.600
Elaboração: COFF/CD CONORISF PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação Backup/PPA REVISÃO II					

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
 PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - OCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 - VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0238 CORREDOR FRONTEIRA NORTE</b>					
<b>Total do Programa:</b>	<b>587.577.600</b>	<b>176.161.634</b>	<b>0</b>	<b>1.000.000</b>	<b>588.577.600</b>
<b>PROGRAMA: 0230 CORREDOR LESTE</b>					
5725 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	543.260.000	157.500.000	0	6.000.000	549.260.000
1923 AMPLIAÇÃO DO PORTO DA BARRA DO RIACHO	14.485.900	2.000.000	0	1.000.000	15.485.900
5756 CONSTRUÇÃO DE INTERLIGAÇÕES RODOVIÁRIAS NO CORREDOR LESTE	54.445.200	2.525.000	0	2.000.000	56.445.200
5704 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR LESTE	286.515.000	135.233.329	0	3.500.000	290.015.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>898.706.100</b>	<b>297.258.329</b>	<b>0</b>	<b>12.500.000</b>	<b>911.206.100</b>
<b>PROGRAMA: 0233 CORREDOR MERCOSUL</b>					
5727 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	1.877.818.500	304.082.811	0	6.000.000	1.883.818.500
5581 CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	5.788.720	650.000	0	2.000.000	7.788.720
5724 CONSTRUÇÃO DE CONTORNOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	10.000.000	0	0	6.000.000	16.000.000
1225 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR MERCOSUL	55.138.100	900.000	0	2.000.000	57.138.100
7331 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	40.500.000	0	0	1.000.000	41.500.000
5707 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	438.858.800	202.503.358	0	4.000.000	442.858.800
7276 DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)	2.500.000	0	0	3.000.000	5.500.000
7284 MELHORAMENTOS E AMPLIAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE PARANAGUÁ (PR)	14.500.000	0	0	2.000.000	16.500.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>2.445.104.120</b>	<b>508.136.169</b>	<b>0</b>	<b>26.000.000</b>	<b>2.471.104.120</b>
<b>PROGRAMA: 0235 CORREDOR NORDESTE</b>					
5728 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	887.748.300	167.558.320	0	2.500.000	890.248.300
5886 AMPLIAÇÃO, EM 140 METROS, DO CAIS COMERCIAL DO PORTO DE NATAL (RN)	1.000.000	1.000.000	0	1.000.000	2.000.000
5799 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR NORDESTE	9.500.000	9.500.000	0	1.000.000	10.500.000
5708 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS DO CORREDOR NORDESTE	329.778.931	71.820.000	0	2.000.000	331.778.931
5864 MELHORAMENTO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE NATAL	28.268.666	28.268.666	0	1.000.000	29.268.666
7325 RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE	16.000.000	0	0	3.000.000	19.000.000
5689 RECUPERAÇÃO DO MOLHE DE PROTEÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ (AL)	6.000.000	1.530.888	0	1.000.000	7.000.000
5388 RECUPERAÇÃO DO PORTO DE CABELO	40.605.000	20.030.000	0	1.000.000	41.605.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>1.318.900.897</b>	<b>299.708.874</b>	<b>0</b>	<b>12.500.000</b>	<b>1.331.400.897</b>
<b>PROGRAMA: 0236 CORREDOR OESTE-NORTE</b>					
5709 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR OESTE-NORTE	809.368.442	278.190.322	0	3.000.000	812.368.442
<b>Total do Programa:</b>	<b>809.368.442</b>	<b>278.190.322</b>	<b>0</b>	<b>3.000.000</b>	<b>812.368.442</b>

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
 PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

OCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0229 CORREDOR SÃO FRANCISCO</b>					
5795 CONSTRUÇÃO DE PONTES NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	29.500.000	10.500.000	0	1.500.000	31.000.000
5703 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SÃO FRANCISCO	335.160.896	47.740.422	0	2.500.000	337.660.896
<b>Total do Programa:</b>	<b>364.660.896</b>	<b>58.240.422</b>	<b>0</b>	<b>4.000.000</b>	<b>368.660.896</b>
<b>PROGRAMA: 0232 CORREDOR SUDOESTE</b>					
5706 CONSTRUÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR SUDOESTE	181.535.000	53.884.520	0	1.000.000	182.535.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>181.535.000</b>	<b>53.884.520</b>	<b>0</b>	<b>1.000.000</b>	<b>182.535.000</b>
<b>PROGRAMA: 0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO</b>					
5726 ADEQUAÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO	203.625.000	10.785.000	7.800.000	0	211.425.000
5844 CONSTRUÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO EM MOGI DAS CRUZES	25.457.700	0	0	1.000.000	26.457.700
<b>Total do Programa:</b>	<b>229.082.700</b>	<b>10.785.000</b>	<b>7.800.000</b>	<b>1.000.000</b>	<b>237.882.700</b>
<b>PROGRAMA: 0372 DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA</b>					
7067 IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE DE AQUICULTURA EM JAZIDAS DE PROJETOS DE IRRIGAÇÃO	2.000.000	0	0	465.000	2.465.000
5824 PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA DIVULGAÇÃO DA AQUICULTURA	4.366.359	502.763	83.000.000	0	87.366.359
<b>Total do Programa:</b>	<b>6.366.359</b>	<b>502.763</b>	<b>83.000.000</b>	<b>465.000</b>	<b>89.831.359</b>
<b>PROGRAMA: 0630 DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL</b>					
3121 CONSTRUÇÃO E REFORMA DE INSTALAÇÕES PARA O SISTEMA DE AVIAÇÃO CIVIL	24.615.000	10.089.182	0	1.000.000	25.615.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>24.615.000</b>	<b>10.089.182</b>	<b>0</b>	<b>1.000.000</b>	<b>25.615.000</b>
<b>PROGRAMA: 0350 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA</b>					
9104 FINANCIAMENTO PARA INVESTIMENTOS EM MELHORIA DA QUALIDADE DO CAFÉ - RESPONSÁVEL: FUNCAFEA	0	0	0	1.000.000	1.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 0049 DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL</b>					
6123 CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.200.000	846.268	486.110	0	1.686.110
6127 FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	14.455.185	14.455.185	51.437.822	0	65.893.007
3206 PESQUISAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	800.000	0	99.087	0	899.087
6131 PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL	197.000	197.000	259.375	0	456.375
6141 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	100.000	100.000	219.234	0	319.234
<b>Total do Programa:</b>	<b>16.752.185</b>	<b>15.598.453</b>	<b>52.501.628</b>	<b>0</b>	<b>69.253.813</b>
<b>PROGRAMA: 8008 DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS - PROFLORES</b>					

**CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO      OCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV**  
**PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO**

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO/ CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 8008    DESENVOLVIMENTO DA FLORICULTURA E PLANTAS ORNAMENTAIS - PROFLORES</b>					
1687 ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS PRODUTORES DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	0	0	1.000.000	0	1.000.000
2493 CERTIFICAÇÃO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	0	0	1.500.000	0	1.500.000
2461 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS	0	0	3.000.000	0	3.000.000
1689 SISTEMA DE INFORMAÇÕES COMERCIAIS E TECNOLÓGICAS DO SETOR FLORÍCOLA	0	0	1.000.000	0	1.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6.500.000</b>	<b>0</b>	<b>6.500.000</b>
<b>PROGRAMA: 0354    DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA</b>					
4243 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM FRUTICULTURA	28.899.387	10.905.277	67.000.000	0	95.899.387
<b>Total do Programa:</b>	<b>28.899.387</b>	<b>10.905.277</b>	<b>67.000.000</b>	<b>0</b>	<b>95.899.387</b>
<b>PROGRAMA: 0631    DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA</b>					
9522 CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS	17.500.000	0	-17.500.000	2.000.000	0
1615 MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA EM SALVADOR	29.000.000	29.000.000	0	1.000.000	30.000.000
9515 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DA REDE SUDESTE	5.500.000	0	-5.500.000	0	0
9514 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS	500.000	0	-500.000	0	0
9513 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARCO NORTE	15.300.000	0	-15.300.000	0	0
9523 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SÃO FRANCISCO	53.000.000	0	-53.000.000	0	0
9510 REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO SUL	10.000.000	0	0	4.000.000	14.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>130.800.000</b>	<b>29.000.000</b>	<b>-91.800.000</b>	<b>7.000.000</b>	<b>44.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 9998    DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NO NORDESTE</b>					
9302 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS	6.200.000	0	-6.200.000	0	0
9306 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SAQUEAMENTO BÁSICO	9.500.000	0	-9.500.000	0	0
9324 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA	45.200.000	0	-45.200.000	0	0
0987 RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	6.400.000	0	-6.400.000	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>67.300.000</b>	<b>0</b>	<b>-67.300.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0041    DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO</b>					
0523 APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO	0	0	69.201.985	0	69.201.985
4010 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL À POPULAÇÃO	0	0	209.103.060	0	209.103.060
4086 FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO	0	0	73.416.432	0	73.416.432
7090 IMPLANTAÇÃO DE CAMPI AVANÇADO DA UFRPE, NO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO, NO BI-PÓLO PETROLINA, ESTADO DE PERNAMBUCO E JUAZEIRO, ESTADO DA BAHIA	5.500.000	0	-5.500.000	0	0

Elaboração: COFECD CONORISF PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação  
 Backup/PPA REVISÃO II

Emissão: 31/08/01 10:37:40

Pág. 6 de 21

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
 PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0041 DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE GRADUAÇÃO</b>					
9100 IMPLANTACÃO DE UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	0	0	0	6.500.000	6.500.000
3114 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	15.590.272	15.590.272	70.100.142	0	85.690.414
5081 MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO	0	0	16.109.457	0	16.109.457
6348 PROGRAMA ESPECIAL DE TREINAMENTO - PET	2.000.000	0	0	3.500.000	5.500.000
4004 SERVIÇOS SOCIAIS À COMUNIDADE POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	0	0	16.625.857	0	16.625.857
<b>Total do Programa:</b>	<b>23.080.272</b>	<b>15.590.272</b>	<b>449.056.933</b>	<b>10.000.000</b>	<b>482.147.205</b>
<b>PROGRAMA: 0420 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO NORDESTE - PRODETUR</b>					
9106 DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL	0	0	0	3.000.000	3.000.000
0683 RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS	1.100.000	0	-1.100.000	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>1.100.000</b>	<b>0</b>	<b>-1.100.000</b>	<b>3.000.000</b>	<b>3.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 0075 DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL</b>					
2818 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DA REGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL	0	0	0	3.000.000	3.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.000.000</b>	<b>3.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 8018 DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS</b>					
3939 CAMPANHAS PARA MOBILIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO PARA LIMPAR OS RIOS	0	0	830.000	0	830.000
1967 ELABORAÇÃO DE PLANOS DE DESPOLUIÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	0	0	250.000	0	250.000
9084 RECUPERAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DA REGIÃO SUDESTE	0	0	0	3.000.000	3.000.000
3935 RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E DE MANANCIAIS EM ÁREAS URBANAS	0	0	8.307.653	0	8.307.653
2905 REMOÇÃO DE CARGAS POLUIDORAS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS.	0	0	75.768.874	1.000.000	76.768.874
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>85.156.527</b>	<b>4.000.000</b>	<b>89.156.527</b>
<b>PROGRAMA: 0053 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA</b>					
3054 CAPACITAÇÃO A DISTÂNCIA PARA PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ÁREA DA SURDEZ	188.000	46.934	-141.066	0	0
3055 CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SURDEZ	460.000	114.956	-345.044	0	0
3063 ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA	108.000	8.913	-99.087	0	0
2998 FUNCIONAMENTO DO ENSINO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA	34.971.019	8.467.333	-26.503.686	0	0
3059 IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA VIRTUAL NA ÁREA DE SURDEZ	40.000	11.625	-28.375	0	0
3066 PRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS, CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NA ÁREA DA SURDEZ	240.000	60.000	-180.000	0	0

Elaboração: COFFICD CONORSE PRODASEN - 001 - Rel SatorPrograma/Ação  
 BackupPPA REVISÃO II

Emissão: 31/09/01 10:37:41

Pág. 7 de 21

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO OCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV  
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO/ CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0053 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA</b>					
3070 QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA PARA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	280.000	60.766	-219.234	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>36.287.019</b>	<b>8.770.537</b>	<b>-27.516.492</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0054 EDUCAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA VISUAL</b>					
2999 FUNCIONAMENTO DO ENSINO PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL	31.644.085	6.709.949	-24.934.136	0	0
1519 GRAVAÇÃO DE LIVROS E TEXTOS PARA AUDIÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA VISUAL	40.400	10.096	-30.304	0	0
3058 IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE REFERÊNCIA VIRTUAL NA ÁREA DA VISÃO	48.000	12.000	-36.000	0	0
3064 PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE DEFICIÊNCIA VISUAL	20.000	5.000	-15.000	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>31.752.485</b>	<b>6.737.045</b>	<b>-25.015.440</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 8010 EDUCAÇÃO FISCAL</b>					
1665 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL	0	0	3.370.320	0	3.370.320
1663 PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PARA DISSEMINAÇÃO DA EDUCAÇÃO FISCAL	0	0	2.668.936	0	2.668.936
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6.039.256</b>	<b>0</b>	<b>6.039.256</b>
<b>PROGRAMA: 0273 ENERGIA DAS PEQUENAS COMUNIDADES</b>					
7157 APROVEITAMENTO DA ENERGIA EÓLICA	4.000.000	0	0	1.000.000	5.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>4.000.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.000.000</b>	<b>5.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 0295 ENERGIA NO EIXO SUL</b>					
9044 APROVEITAMENTO EÓLICO NO LITORAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	0	0	0	1.000.000	1.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 0809 ENFRENTAMENTO À POBREZA</b>					
5565 AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	95.347.000	64.791.944	-30.555.056	0	0
7490 CONCESSÃO DE BOLSA ESCOLA	1.200.000	0	-1.200.000	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>96.547.000</b>	<b>64.791.944</b>	<b>-31.755.056</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0358 ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA</b>					
0753 VACINAÇÃO DE BOVINOS E BUBALINOS	1.000.000	0	-1.000.000	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>1.000.000</b>	<b>0</b>	<b>-1.000.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0182 ESPORTE DIREITO DE TODOS</b>					
6664 AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE	20.000.000	0	-20.000.000	0	0

Elaboração: COFF/CD CONOR/SF PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação  
Backup/PPA-REVISÃO II

Emissão: 31/09/01 10:37:43

Pág. 8 de 21

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLAN( ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO OCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV  
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - R E V I S Ã O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIAO

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0182 ESPORTE DIREITO DE TODOS</b>					
1505 CAMPANHA NA ÁREA DO ESPORTE	2.577.871	1.475.000	-1.102.871	0	0
1520 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE E LAZER	5.514.490	5.499.919	-14.571	0	0
3985 CONCURSO TEMÁTICO SOBRE O ESPORTE	484.659	116.000	-368.659	0	0
4412 FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE	13.282.309	6.218.205	-7.064.104	0	0
1616 MODERNIZAÇÃO DE CENTRO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO PARA O ESPORTE	5.253.099	5.160.222	-92.877	0	0
6663 PROMOÇÃO DE EVENTOS DE ESPORTE E LAZER AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	500.000	0	-500.000	0	0
1623 PROMOÇÃO DE EVENTOS E INTERCÂMBIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS NO ESPORTE	3.656.982	3.245.751	-411.231	0	0
1624 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE IDENTIDADE CULTURAL E CRIAÇÃO NACIONAL	2.111.779	2.023.182	-88.597	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>53.381.189</b>	<b>23.738.279</b>	<b>-29.642.910</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 8028 ESPORTE NA ESCOLA</b>					
5071 CAMPANHA NA ÁREA DO ESPORTE NA ESCOLA	0	0	3.000.000	0	3.000.000
5073 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM ESPORTE ESCOLAR	0	0	4.800.000	0	4.800.000
3985 CONCURSO TEMÁTICO SOBRE O ESPORTE	0	0	200.000	0	200.000
5075 EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL TÉCNICO-DIDÁTICO PARA O ESPORTE NA ESCOLA	0	0	16.000.000	0	16.000.000
4377 FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE ESPORTE EM ESCOLAS	0	0	73.100.000	0	73.100.000
5069 IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA EM ESCOLAS	0	0	42.900.000	0	42.900.000
5077 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS NA ESCOLA	0	0	10.000.000	0	10.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>150.000.000</b>	<b>0</b>	<b>150.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 0180 ESPORTE SOLIDÁRIO</b>					
7961 PROMOÇÃO DE EVENTOS DE ESPORTE E DE LAZER EM COMUNIDADES CARENTES	12.486.000	500.000	500.000	0	12.986.000
1624 PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS DE IDENTIDADE CULTURAL E CRIAÇÃO NACIONAL	0	0	88.597	0	88.597
<b>Total do Programa:</b>	<b>12.486.000</b>	<b>500.000</b>	<b>588.597</b>	<b>0</b>	<b>13.074.597</b>
<b>PROGRAMA: 0150 ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS</b>					
9090 ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	0	0	0	1.500.000	1.500.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.500.000</b>	<b>1.500.000</b>
<b>PROGRAMA: 0461 EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO</b>					
4158 FOMENTO À PESQUISA FUNDAMENTAL	67.201.486	22.788.030	0	2.000.000	69.201.486
<b>Total do Programa:</b>	<b>67.201.486</b>	<b>22.788.030</b>	<b>0</b>	<b>2.000.000</b>	<b>69.201.486</b>
<b>PROGRAMA: 0050 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA</b>					
4004 FUNCIONAMENTO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	34.777.262	18.873.048	-15.904.214	0	0

Elaboração: COFF/CD CONORISF PRODASEN - 001 - Ref Setor/Programa/Ação  
Backup/PPA/REVISÃO II

Emissão: 31/08/01 10:37:45

Pág 9 de 21

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
 PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

OCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV

Em R\$ 1,00

VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0050 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA</b>				
3081 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS E CIENTÍFICOS	1.107.060	-721.643	0	0
<b>Total do Programa:</b>				
	35.884.322	-16.625.857	0	0
<b>PROGRAMA: 0103 GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA</b>				
7764 APOIO A PROJETOS DE PARCERIA PARA CRIAÇÃO DE EMPRESAS/EMPREGO E RENDA	1.200.000	0	0	2.200.000
<b>Total do Programa:</b>				
	1.200.000	0	0	2.200.000
<b>PROGRAMA: 0754 GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS</b>				
4250 AVALIAÇÃO INDEPENDENTE DE DESEMPENHO, CUSTO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	1.446.550	-1.018.550	0	0
3533 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES NA MELHORIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	2.640.950	-2.640.950	0	0
3544 IMPLANTAÇÃO DAS GERÊNCIAS REGIONAIS DE SERVIÇOS	29.817.600	-29.217.600	0	0
3555 REVISÃO E INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO	8.296.000	-7.326.000	0	0
<b>Total do Programa:</b>				
	42.201.100	-40.203.100	0	0
<b>PROGRAMA: 0360 GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA</b>				
9098 APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL NA REGIÃO SUL	0	0	0	2.000.000
2566 APOIO AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURA	0	0	37.335.000	37.335.000
1482 MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA	0	0	69.952.088	69.952.088
<b>Total do Programa:</b>				
	0	0	107.287.088	109.287.088
<b>PROGRAMA: 8006 GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÕES</b>				
4303 ESTUDOS PARA IMPLANTAÇÃO DO ÓRGÃO REGULADOR DE SERVIÇOS POSTAIS	0	0	420.000	420.000
4321 FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PARA O SETOR DE COMUNICAÇÕES	0	0	200.000	200.000
<b>Total do Programa:</b>				
	0	0	620.000	620.000
<b>PROGRAMA: 0782 GESTÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL</b>				
2073 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRANTES DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	0	0	3.609.150	3.609.150
2072 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS FEDERAIS	0	0	11.553.520	11.553.520
2080 SISTEMA INFORMATIZADO DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE	0	0	20.196.000	20.196.000
<b>Total do Programa:</b>				
	0	0	35.358.670	35.358.670
<b>PROGRAMA: 0310 GESTÃO DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO</b>				
3582 ESTUDOS PARA REVITALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE CENTROS URBANOS EM CAPITAL	0	0	151.748.000	151.748.000
<b>Total do Programa:</b>				
	0	0	151.748.000	151.748.000



CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
 PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

OCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0051 GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO</b>					
4028 CONTROLE E INSPEÇÃO DA ARRECAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0	0	4.036.885	0	4.036.885
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4.036.885</b>	<b>0</b>	<b>4.036.885</b>
<b>PROGRAMA: 0780 GESTÃO DA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DE MERCADOS</b>					
6126 ACOMPANHAMENTO SISTEMÁTICO DE MERCADO	338.432	0	-338.432	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>338.432</b>	<b>0</b>	<b>-338.432</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0773 GESTÃO DAS POLÍTICAS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, CONTÁBIL E DE CONTROLE INTERNO</b>					
2073 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES INTEGRANTES DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	5.589.201	637.603	-4.951.598	0	0
2072 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DOS ADMINISTRADORES PÚBLICOS FEDERAIS	12.123.253	5.316.916	-6.806.337	0	0
2080 SISTEMA INFORMATIZADO DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE	12.445.184	1.920.000	-10.525.184	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>30.157.638</b>	<b>7.874.519</b>	<b>-22.283.119</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 8007 GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS</b>					
5013 CAPACITAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	0	0	1.982.837	0	1.982.837
3963 ESTUDOS PARA A OTIMIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	0	0	2.203.285	0	2.203.285
5005 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PÚBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, DISPOSIÇÃO FINAL E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	0	0	15.652.922	0	15.652.922
3986 IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE LIMPEZA PÚBLICA, ACONDICIONAMENTO, COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM MUNICÍPIOS COM CRIANÇAS QUE VIVEM DO LIXO	0	0	14.036.694	0	14.036.694
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>33.875.738</b>	<b>0</b>	<b>33.875.738</b>
<b>PROGRAMA: 0792 GESTÃO PÚBLICA EMPREENDEDORA</b>					
3543 IMPLANTAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO INFORMATIZADA DO GOVERNO FEDERAL - REDE GOVERNO	49.696.564	15.832.300	-33.864.264	0	0
3549 INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DO GOVERNO FEDERAL	16.219.048	13.180.364	-3.038.684	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>65.915.612</b>	<b>29.012.664</b>	<b>-36.902.948</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 8002 GOVERNO ELETRÔNICO</b>					
4323 CAPACITAÇÃO DE AGENTES ENVOLVIDOS NO PROGRAMA GOVERNO ELETRÔNICO	0	0	8.771.695	0	8.771.695
4305 ELABORAÇÃO DE PLANO DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO ELETRÔNICO	0	0	392.472	0	392.472
3543 IMPLANTAÇÃO DA REDE DE COMUNICAÇÃO INFORMATIZADA DO GOVERNO FEDERAL - REDE GOVERNO	0	0	14.088.000	0	14.088.000
5051 INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS POR MEIO ELETRÔNICO	0	0	21.307.501	0	21.307.501

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

## OCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 8002 GOVERNO ELETRÔNICO</b>					
3549 INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DO GOVERNO FEDERAL	0	0	9.800.000	0	9.800.000
3553 PROMOÇÃO DO USO DE SISTEMAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO POR MEIOS ELETRÔNICOS	0	0	7.650.000	0	7.650.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>62.009.668</b>	<b>0</b>	<b>62.009.668</b>
<b>PROGRAMA: 0046 HOSPITAIS DE ENSINO</b>					
3085 AMPLIAÇÃO DE HOSPITAIS DE ENSINO	11.010.000	3.859.543	-7.110.457	0	0
4509 APOIO AO FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO	133.600.000	64.398.015	-69.201.985	0	0
4010 ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO	473.412.480	264.309.420	-209.103.060	0	0
7086 CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DOS HOSPITAIS DE ENSINO	6.000.000	0	-6.000.000	0	0
3084 EQUIPAMENTOS PARA HOSPITAIS DE ENSINO	35.500.000	8.019.982	-27.480.018	0	0
4086 FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS DE ENSINO	151.523.131	78.106.699	-73.416.432	0	0
3210 INSTRUMENTAL PARA ENSINO E PESQUISA DESTINADO A HOSPITAIS DE ENSINO	42.920.000	299.676	-42.620.324	0	0
3156 REFORMA DE HOSPITAIS DE ENSINO	6.485.000	3.486.000	-2.999.000	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>860.450.611</b>	<b>422.519.535</b>	<b>-437.931.076</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 8035 INFRA-ESTRUTURA EM TRANSPORTES</b>					
5850 ADEQUAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	0	0	5.000.000	0	5.000.000
5852 CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	0	0	5.000.000	0	5.000.000
1040 INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA	0	0	5.000.000	0	5.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15.000.000</b>	<b>0</b>	<b>15.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 0805 INFRA-ESTRUTURA URBANA</b>					
1920 IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DE OBRAS DE INFRA- ESTRUTURA URBANA	650.293.000	454.030.711	0	4.000.000	654.293.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>650.293.000</b>	<b>454.030.711</b>	<b>0</b>	<b>4.000.000</b>	<b>654.293.000</b>
<b>PROGRAMA: 8025 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM TELECOMUNICAÇÕES</b>					
4341 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS EM TECNOLOGIAS E PESQUISA APLICADA ÀS TELECOMUNICAÇÕES	0	0	38.196.125	0	38.196.125
0505 FINANCIAMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS NAS TELECOMUNICAÇÕES	0	0	76.392.250	0	76.392.250
4343 FOMENTO À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM TELECOMUNICAÇÕES NA FUNDAÇÃO CPQD	0	0	76.392.250	0	76.392.250
4333 FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS NAS TELECOMUNICAÇÕES	0	0	190.980.625	0	190.980.625
9094 IMPLANTAÇÃO DE POLOS TECNOLÓGICOS NA REGIÃO SUL	0	0	0	1.000.000	1.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>381.961.250</b>	<b>1.000.000</b>	<b>382.961.250</b>
<b>PROGRAMA: 0379 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM</b>					

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
 PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

OCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0379 IRRIGAÇÃO E DRENAGEM</b>					
1838 CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE IRRIGAÇÃO DE USO COMUM: DEMAIS	1.434.873.619	566.547.537	0	9.000.000	1.443.873.619
<b>Total do Programa:</b>	<b>1.434.873.619</b>	<b>566.547.537</b>	<b>0</b>	<b>9.000.000</b>	<b>1.443.873.619</b>
<b>PROGRAMA: 7006 LUZ NO CAMPO</b>					
1494 IMPLANTAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL (3.125 KM)	25.000.000	0	130.520.000	0	155.520.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>25.000.000</b>	<b>0</b>	<b>130.520.000</b>	<b>0</b>	<b>155.520.000</b>
<b>PROGRAMA: 0220 MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL</b>					
2834 RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS FEDERAIS	1.812.582.955	956.553.768	0	5.000.000	1.817.582.955
<b>Total do Programa:</b>	<b>1.812.582.955</b>	<b>956.553.768</b>	<b>0</b>	<b>5.000.000</b>	<b>1.817.582.955</b>
<b>PROGRAMA: 0637 MANUTENÇÃO DA REDE HOSPITALAR DAS FORÇAS ARMADAS</b>					
1723 AMPLIAÇÃO DE INSTALAÇÕES MÉDICO-HOSPITALARES	0	0	6.000.000	0	6.000.000
3104 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS E DE UTI MÓVEL	0	0	1.600.000	0	1.600.000
2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/ FATOR DE CUSTO	0	0	127.950.366	0	127.950.366
5592 DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PROCEDIMENTOS NA ÁREA BIOMÉDICA	0	0	555.044	0	555.044
2888 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA AERONÁUTICA	0	0	45.623.932	0	45.623.932
5533 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA MARINHA	0	0	14.298.261	0	14.298.261
2887 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DO EXÉRCITO	0	0	618.000.417	0	618.000.417
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>814.028.020</b>	<b>0</b>	<b>814.028.020</b>
<b>PROGRAMA: 0793 MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AO CIDADÃO</b>					
3653 PROMOÇÃO DO USO DE SISTEMAS DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO POR MEIOS ELETRÔNICOS	607.000	400.000	-207.000	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>607.000</b>	<b>400.000</b>	<b>-207.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0390 METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL</b>					
3573 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR	0	0	6.568.136	0	6.568.136
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6.568.136</b>	<b>0</b>	<b>6.568.136</b>
<b>PROGRAMA: 8026 MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL</b>					
4429 ADEQUAÇÃO DO SETOR PRODUTIVO AOS INTERESSES DA DEFESA NACIONAL	0	0	33.000	0	33.000
5155 CAMPANHAS DE EDUCAÇÃO PARA MOBILIZAÇÃO DA DEFESA NACIONAL	0	0	42.400	0	42.400
4427 EXERCÍCIOS DE MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	0	0	37.400	0	37.400
5153 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MOBILIZAÇÃO PARA DEFESA NACIONAL	0	0	145.205	0	145.205
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>258.005</b>	<b>0</b>	<b>258.005</b>

Elaboração: COFFICD CONORISF PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação  
 Backus/PPA - REVISÃO II

Emissão: 31/09/01 10:37:52

Pág. 13 de 21

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANO ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO OCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV  
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0128 MORAR MELHOR</b>					
3978 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM PARCERIA COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS	187.968.344	5.449.943	0	2.000.000	189.968.344
9987 CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM REGIME DE MUTUO	24.000.000	0	0	1.000.000	25.000.000
3988 MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	826.058.057	521.314.252	0	3.000.000	829.058.057
9086 URBANIZAÇÃO COM INCLUSÃO SOCIAL - URBISIBIRD	0	0	0	4.000.000	4.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>1.038.016.401</b>	<b>526.764.195</b>	<b>0</b>	<b>10.000.000</b>	<b>1.048.016.401</b>
<b>PROGRAMA: 0507 NOSSOS RIOS: SÃO FRANCISCO</b>					
9054 RECUPERAÇÃO DAS MATAS CILIARES	0	0	0	2.000.000	2.000.000
3626 RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE NASCENTES E MANANCIAIS NA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO	37.848.115	6.498.070	0	3.000.000	40.848.115
<b>Total do Programa:</b>	<b>37.848.115</b>	<b>6.498.070</b>	<b>0</b>	<b>5.000.000</b>	<b>42.848.115</b>
<b>PROGRAMA: 8032 OPERAÇÕES MILITARES</b>					
6499 INTENSIFICAÇÃO DA PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS DE FRONTEIRA	0	0	65.215.900	0	65.215.900
4229 OPERAÇÕES MILITARES COMBINADAS OU CONJUNTAS	0	0	25.248.114	0	25.248.114
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>90.464.014</b>	<b>0</b>	<b>90.464.014</b>
<b>PROGRAMA: 8009 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRONAGER</b>					
5565 AÇÕES DE GERAÇÃO DE RENDA NO ENFRENTAMENTO À POBREZA	0	0	30.555.056	0	30.555.056
1843 CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MULTIPLICADORES, DIRETORES DE LABORATÓRIOS ORGANIZACIONAIS E EMPREENDEDORES	0	0	1.608.300	0	1.608.300
1859 GERAÇÃO DE EMPREENHIMENTOS PRODUTIVOS	0	0	14.474.700	0	14.474.700
2821 SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA - SIGGER	0	0	2.042.030	0	2.042.030
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>48.680.086</b>	<b>0</b>	<b>48.680.086</b>
<b>PROGRAMA: 0394 PBQP - PROGRAMA BRASILEIRO DE QUALIDADE E PRODUTIVIDADE</b>					
3557 CAMPANHA DE EDUCAÇÃO PARA A QUALIDADE	1.317.090	370.135	-946.955	0	0
3559 CAPACITAÇÃO DE MULTIPLICADORES PARA ORIENTAÇÃO NO CONSUMO	1.317.090	445.798	-871.292	0	0
6133 CAPACITAÇÃO PARA GESTÃO PELA QUALIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	200.000	0	-200.000	0	0
3573 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES AO CONSUMIDOR	8.380.600	1.812.464	-6.568.136	0	0
1000 MOBILIZAÇÃO PARA A QUALIDADE E PRODUTIVIDADE	3.589.750	1.519.478	-2.070.272	0	0
3576 PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA ESCLARECIMENTO NAS DECISÕES DE CONSUMO	1.744.120	554.900	-1.189.220	0	0
3991 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NA PESQUISA AGROPECUÁRIA	1.848.478	609.379	-1.239.099	0	0
3990 QUALIDADE E PRODUTIVIDADE PARA O AGRONEGÓCIO	3.830.556	1.065.321	-2.765.235	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>22.227.684</b>	<b>6.377.475</b>	<b>-15.850.209</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA</b>					
Elaboração: COFFICD CONORIS PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação Backup/PPA - REVISÃO II					
			Emissão: 31/08/01 10:37:53	Pag. 14 de 21	

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO OCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV  
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO/ CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0476 PESQUISA APLICADA NA ÁREA ENERGÉTICA</b>					
4191 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO SOBRE FONTES NOVAS E RENOVÁVEIS DE ENERGIA	2.604.010	2.000.000	0	2.000.000	4.604.010
<b>Total do Programa:</b>	<b>2.604.010</b>	<b>2.000.000</b>	<b>0</b>	<b>2.000.000</b>	<b>4.604.010</b>
<b>PROGRAMA: 0571 PRESTAÇÃO JURISDICIONAL TRABALHISTA</b>					
9078 CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DAS VARAS FEDERAIS DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO NO ESTADO DO MAPANHÃO	0	0	0	1.000.000	1.000.000
2002 MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS	230.108.138	127.591.946	0	1.000.000	231.108.138
<b>Total do Programa:</b>	<b>230.108.138</b>	<b>127.591.946</b>	<b>0</b>	<b>2.000.000</b>	<b>232.108.138</b>
<b>PROGRAMA: 0015 PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE</b>					
3847 CAMPANHA EDUCATIVA DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE E DA FEBRE AMARELA	12.000.000	5.955.000	-6.045.000	0	0
5598 ERRADICAÇÃO DO Aedes Aegypti PARA A PREVENÇÃO E CONTROLE DA DENGUE	299.563.182	120.415.099	-179.148.083	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>311.563.182</b>	<b>126.370.099</b>	<b>-185.193.083</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0014 PREVENÇÃO E CONTROLE DA MALÁRIA</b>					
4329 DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DE CASOS DE MALÁRIA	327.000.000	141.616.065	-185.383.935	0	0
3983 DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL EM ÁREAS ENDEMICAS DE MALÁRIA	50.000.000	29.731.720	-20.268.280	0	0
4366 PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO AMBULATORIAL E DOMICILIAR DOS CASOS POSITIVOS DE MALÁRIA	18.816.200	9.235.198	-9.581.002	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>395.816.200</b>	<b>180.582.983</b>	<b>-215.233.217</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0002 PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES</b>					
4366 ATENDIMENTO À POPULAÇÃO COM MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO AMBULATORIAL E DOMICILIAR DOS CASOS POSITIVOS DE MALÁRIA	0	0	9.581.002	0	9.581.002
3847 CAMPANHA EDUCATIVA PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS ENDEMICAS	0	0	6.045.000	0	6.045.000
4425 CONTROLE DE DOENÇAS ENDEMICAS	0	0	364.532.018	0	364.532.018
3883 DRENAGEM E MANEJO AMBIENTAL EM ÁREAS ENDEMICAS DE MALÁRIA	0	0	20.268.280	0	20.268.280
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>400.426.300</b>	<b>0</b>	<b>400.426.300</b>
<b>PROGRAMA: 0011 PREVENÇÃO E CONTROLE DO CÂNCER E ASSISTÊNCIA ONCOLÓGICA</b>					
6136 APOIO À ONCOLOGIA PEDIÁTRICA - PROJETO CRIANÇA E VIDA	2.000.000	0	-2.000.000	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>2.000.000</b>	<b>0</b>	<b>-2.000.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA</b>					
1945 CONSTRUÇÃO DE OBRAS DE CONTENÇÃO DE ENCHENTES	449.554.199	353.109.050	0	4.000.000	453.554.199
1851 CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA	2.855.145.742	1.103.544.923	0	12.000.000	2.867.145.742

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO OCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV  
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO/ CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0515 PROÁGUA INFRA-ESTRUTURA</b>					
<b>Total do Programa:</b>	<b>3.304.699.941</b>	<b>1.456.653.973</b>	<b>0</b>	<b>16.000.000</b>	<b>3.320.699.941</b>
<b>PROGRAMA: 0377 PRODUTIVIDADE DA CAPRINOCULTURA E DA OVINOICULTURA</b>					
2176 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM OVINOICULTURA	4.377.680	432.913	2.000.000	0	6.377.680
<b>Total do Programa:</b>	<b>4.377.680</b>	<b>432.913</b>	<b>2.000.000</b>	<b>0</b>	<b>6.377.680</b>
<b>PROGRAMA: 0374 PRODUTIVIDADE DO ALGODÃO E DE OUTRAS FIBRAS</b>					
1083 CONTROLE DE PRAGAS DA COTONICULTURA	10.273.570	1.352.773	6.900.000	0	17.173.570
<b>Total do Programa:</b>	<b>10.273.570</b>	<b>1.352.773</b>	<b>6.900.000</b>	<b>0</b>	<b>17.173.570</b>
<b>PROGRAMA: 0009 PROFISSIONALIZAÇÃO DA ENFERMAGEM</b>					
7701 NORMAS, PROCEDIMENTOS E DIRETRIZES SOBRE CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS LABORAIS PARA AUXILIARES DE ENFERMAGEM	4	0	-4	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>-4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 8017 PROTEÇÃO DA ADOÇÃO INTERNACIONAL</b>					
5027 CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS QUE ATUEM EM PROCESSOS DE ADOÇÃO	0	0	189.000	0	189.000
5029 ESTUDOS E PESQUISAS NA ÁREA DE ADOÇÃO	0	0	87.000	0	87.000
1775 INSTALAÇÃO DA UNIDADE DA AUTORIDADE CENTRAL FEDERAL ADMINISTRATIVA DE ADOÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	0	0	426.311	0	426.311
5025 PROMOÇÃO DE EVENTOS EM MATÉRIA DE ADOÇÃO	0	0	437.300	0	437.300
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.139.611</b>	<b>0</b>	<b>1.139.611</b>
<b>PROGRAMA: 0496 PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA</b>					
6009 LEVANTAMENTO DE DADOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS NA AMAZÔNIA LEGAL	1.000.000	0	0	1.000.000	2.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>1.000.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.000.000</b>	<b>2.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 0501 QUALIDADE AMBIENTAL</b>					
7527 APOIO TÉCNICO AOS ESTUDOS VOLTADOS À PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E À RECUPERAÇÃO DE DANOS CAUSADOS PELA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO	1	0	-1	0	0
6705 INSERÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS DE REGULAÇÃO DO USO DO SOLO URBANO	1	0	-1	0	0
6703 INSERÇÃO DE DIRETRIZES AMBIENTAIS NA CONCESSÃO DE CRÉDITOS OFICIAIS PARA INVESTIMENTOS EM ÁREAS URBANAS E RURAIS	1	0	-1	0	0
6704 INSTITUIÇÃO DE INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA INCENTIVO À MUDANÇA DE PADRÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS E AO USO DE TECNOLOGIAS LIMPAS	1	0	-1	0	0
7903 NORMAS DE ESTÍMULO PARA INCORPORAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL PELAS EMPRESAS (ISO 14000)	1	0	-1	0	0
7904 NORMAS E CRITÉRIOS PARA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES EFETIVA OU POTENCIALMENTE POLUIDORAS	1	0	-1	0	0

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO OCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV  
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0501 QUALIDADE AMBIENTAL</b>					
7905 NORMAS E PADRÕES RELATIVOS AO CONTROLE E A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE	1	0	-1	0	0
7906 NORMAS PARA CONTROLE AMBIENTAL DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS, INCLUSIVE OS POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES	1	0	-1	0	0
2608 RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE	30.000.000	0	0	2.000.000	32.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>30.000.008</b>	<b>0</b>	<b>-8</b>	<b>2.000.000</b>	<b>32.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 0221 QUALIDADE E FOMENTO AO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO</b>					
7526 ARRENDAMENTOS EM ÁREAS PORTUÁRIAS	4	0	-4	0	0
7523 IMPLANTAÇÃO DE AUTORIDADES PORTUÁRIAS	4	0	-4	0	0
7524 OUTORGA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO INTERIOR	1	0	-1	0	0
7525 PARCERIAS EM PORTOS	4	0	-4	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>-13</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0312 REESTRUTURAÇÃO DE REGIÕES METROPOLITANAS</b>					
0720 FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE COLETORES TRONCO DE ESGOTOS E EFLUENTES	5.000.000	0	-5.000.000	0	0
3892 REVITALIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE CENTROS URBANOS EM CAPITAIS	151.908.000	160.000	-151.748.000	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>156.908.000</b>	<b>160.000</b>	<b>-156.748.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 9990 RESPONSABILIDADE FISCAL PARA A ESTABILIDADE</b>					
1777 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA IMPLANTAÇÃO DA LRF	0	0	1.660.000	0	1.660.000
1601 COOPERAÇÃO PARA CAPACITAÇÃO MUNICIPAL EM GESTÃO PÚBLICA E RESPONSABILIDADE FISCAL	0	0	2.999.017	0	2.999.017
1745 DESENVOLVIMENTO DE PORTAL DE INFORMAÇÕES FISCAIS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS	0	0	350.000	0	350.000
1599 IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS PARA O DESEMPENHO FISCAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	0	0	205.500	0	205.500
2661 MONITORAMENTO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO FISCAL DOS MUNICÍPIOS	0	0	3.719.000	0	3.719.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8.933.517</b>	<b>0</b>	<b>8.933.517</b>
<b>PROGRAMA: 0119 SANEAMENTO BÁSICO</b>					
5528 AÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO EM PEQUENAS LOCALIDADES	314.535.293	314.535.293	0	1.000.000	315.535.293
<b>Total do Programa:</b>	<b>314.535.293</b>	<b>314.535.293</b>	<b>0</b>	<b>1.000.000</b>	<b>315.535.293</b>
<b>PROGRAMA: 0122 SANEAMENTO É VIDA</b>					
9992 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS E RESÍDUOS SÓLIDOS EM OUTRAS BACIAS	5.800.000	0	0	1.000.000	6.800.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>5.800.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.000.000</b>	<b>6.800.000</b>
<b>PROGRAMA: 0634 SERVIÇO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA</b>					

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO OCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV  
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0634 SERVIÇO DE SAÚDE DA AERONÁUTICA</b>					
9563 AMPLIAÇÃO DO SERVIÇO E DE INSTALAÇÕES MÉDICO-HOSPITALARES	4.000.000	0	-4.000.000	0	0
3104 AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS E DE UTI MÓVEL	2.500.000	900.000	-1.600.000	0	0
2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO	114.264.462	49.571.446	-64.693.016	0	0
9564 IMPLANTACÃO DE UNIDADES MEDICAS REMOTAS EM LOCAIS ISOLADOS	2.000.000	0	-2.000.000	0	0
2888 MANUTENCAO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA AERONÁUTICA	75.969.859	30.345.927	-45.623.932	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>198.734.321</b>	<b>80.817.373</b>	<b>-117.916.948</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0635 SERVIÇO DE SAÚDE DA MARINHA</b>					
2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO	46.046.769	24.313.586	-21.733.183	0	0
5592 DESENVOLVIMENTO DE NOVOS PROCEDIMENTOS NA ÁREA BIOMÉDICA	774.147	219.103	-555.044	0	0
6533 MANUTENCAO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DA MARINHA	46.100.059	31.801.798	-14.298.261	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>92.920.975</b>	<b>56.334.487</b>	<b>-36.586.488</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0624 SERVIÇO DE SAÚDE DO EXÉRCITO</b>					
2059 ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO	91.026.081	49.501.914	-41.524.167	0	0
2887 MANUTENCAO DOS SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS A CARGO DO EXÉRCITO	972.042.888	354.042.471	-618.000.417	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>1.063.068.969</b>	<b>403.544.385</b>	<b>-659.524.584</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0226 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGA</b>					
7522 CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES FERROVIÁRIOS	1	0	-1	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>-1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0040 TODA CRIANÇA NA ESCOLA</b>					
0513 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	4.542.693.571	1.821.987.478	0	3.000.000	4.545.693.571
0304 GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	3.101.566.465	1.262.703.976	0	4.000.000	3.105.566.465
0519 PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS MUNICIPAIS DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA ASSOCIADOS A AÇÕES SOCIO-EDUCATIVAS (LEI Nº 9.533)	1.727.107.401	1.727.107.401	1.200.000	0	1.728.307.401
<b>Total do Programa:</b>	<b>9.371.367.437</b>	<b>4.811.778.855</b>	<b>1.200.000</b>	<b>7.000.000</b>	<b>9.379.567.437</b>
<b>PROGRAMA: 0222 TRANSPORTE FERROVIÁRIO URBANO DE PASSAGEIROS</b>					
1044 IMPLANTACÃO DO METRÔ DE CURITIBA	17.000.000	17.000.000	0	15.000.000	32.000.000
7342 IMPLANTACÃO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE GOIÂNIA (GO)	5.000.000	0	0	2.000.000	7.000.000
1046 IMPLANTACÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL	14.000.000	14.000.000	0	1.000.000	15.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>36.000.000</b>	<b>31.000.000</b>	<b>0</b>	<b>18.000.000</b>	<b>54.000.000</b>
<b>PROGRAMA: 0520 TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO</b>					
Elaboração: COFFCO CONORISF PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação Backup/PPA - REVISÃO II					
Emissão: 31/08/01 10:38:00			Pg. 18 de 21		



CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO **DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV**  
 PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO/ CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0520 TRANSPOSIÇÃO DE ÁGUAS DO RIO SÃO FRANCISCO</b>					
7910 CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADOÇÃO AOS CENTROS DE DEMANDA DE IRRIGAÇÃO	500.000	0	-500.000	0	0
7909 CONSTRUÇÃO DAS OBRAS COMPLEMENTARES DE ADOÇÃO AOS CENTROS URBANOS	500.000	0	-500.000	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>1.000.000</b>	<b>0</b>	<b>-1.000.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0165 TURISMO CULTURAL</b>					
4484 APOIO A PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL	4.539.003	1.428.103	-3.112.900	0	0
1559 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A DIFUSÃO DO TURISMO CULTURAL	3.028.706	546.432	-2.482.274	0	0
1504 CAPACITAÇÃO DE INSTRUTORES E GUIAS CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL	143.130	0	-143.130	0	0
7977 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A ÁREA DO TURISMO CULTURAL	3.000.000	470.000	-2.530.000	0	0
7983 EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PROMOCIONAL SOBRE O TURISMO CULTURAL EM SÍTIOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS	1.500.000	141.000	-1.359.000	0	0
7979 ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA CESSÃO DE PRÓPRIOS DA UNIÃO PARA EXPLORAÇÃO TURÍSTICA	1.097.040	672.100	-424.940	0	0
7981 IDENTIFICAÇÃO DE PÓLOS DE TURISMO CULTURAL	3.000.000	378.510	-2.621.490	0	0
5397 IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO EM SÍTIOS HISTÓRICOS E ARQUEOLÓGICOS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL	2.119.300	118.894	-2.000.406	0	0
6368 PESQUISA DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS	500.000	0	-500.000	0	0
6369 PRESERVAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	8.500.000	0	-8.500.000	0	0
4485 PRESERVAÇÃO DE BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL	4.286.031	782.175	-3.503.856	0	0
1636 PROMOÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO	2.108.400	447.949	-1.660.451	0	0
5625 RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CIDADES, PRÓPRIOS E MONUMENTOS DA UNIÃO DE INTERESSE TURÍSTICO	3.836.004	945.900	-2.890.104	0	0
1648 RESTAURAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS EM ÁREAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL	2.360.414	924.336	-1.436.078	0	0
1536 REVITALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL URBANO DE ÁREAS DETERIORADAS DE INTERESSE TURÍSTICO-CULTURAL	4.983.970	642.415	-4.341.555	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>45.001.998</b>	<b>7.495.814</b>	<b>-37.506.184</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0422 TURISMO NO CORAÇÃO DO BRASIL</b>					
7883 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO CENTRO-OESTE	12.100.000	770.800	-11.329.200	0	0
7873 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO CENTRO-OESTE	10.200.000	803.700	-9.396.300	0	0
7914 CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS TURÍSTICOS NA REGIÃO CENTRO-OESTE	500.000	0	-500.000	0	0
7933 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA	13.615.000	0	-13.615.000	0	0
5768 ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS E NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE	1.880.901	141.000	-1.739.901	0	0
3794 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO CENTRO-OESTE	2.461.190	327.360	-2.133.830	0	0
Elaboração: COFFCD CONORISF PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação Backus/PPA REVISÃO II					Emissão: 31/08/01 10:38:02
					Pág 18 de 21

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO **OCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV**  
 PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO O - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0422 TURISMO NO CORAÇÃO DO BRASIL</b>					
2303 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO CENTRO-OESTE	8.780.200	862.791	-7.917.409	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>49.517.291</b>	<b>2.905.651</b>	<b>-46.611.640</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0423 TURISMO NO NORDESTE</b>					
7879 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO NORDESTE	40.160.000	1.880.000	-38.280.000	0	0
7875 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO NORDESTE	33.340.000	930.600	-32.409.400	0	0
1141 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA	55.400.000	7.850.000	-47.550.000	0	0
5766 ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS E NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO NORDESTE	3.350.500	1.082.720	-2.267.780	0	0
3796 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO NORDESTE	18.115.500	1.920.000	-16.195.500	0	0
2305 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO NORDESTE	36.185.000	2.670.000	-33.515.000	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>186.551.000</b>	<b>16.333.320</b>	<b>-170.217.680</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0425 TURISMO NO SUDESTE</b>					
7895 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO SUDESTE	41.250.000	1.739.000	-39.511.000	0	0
7893 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO SUDESTE	35.630.000	1.004.860	-34.625.140	0	0
1143 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUDESTE	17.870.000	9.475.000	-8.395.000	0	0
7887 ESTUDO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO SUDESTE	3.090.000	955.980	-2.134.020	0	0
7889 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO SUDESTE	16.870.000	1.968.000	-14.902.000	0	0
2309 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO SUDESTE	33.160.000	2.279.040	-30.880.960	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>147.870.000</b>	<b>17.421.880</b>	<b>-130.448.120</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0424 TURISMO NO SUL</b>					
7881 CAMPANHA PUBLICITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO SUL	43.370.000	1.880.000	-41.490.000	0	0
7871 CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O TURISMO NA REGIÃO SUL	31.870.000	1.099.800	-30.770.200	0	0
1145 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUL	42.376.500	16.070.780	-26.305.720	0	0
7929 DESENVOLVIMENTO DE PÓLOS DE TURISMO	500.000	0	-500.000	0	0
7885 ESTUDO DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS PARA A REGIÃO SUL	3.380.000	890.180	-2.489.820	0	0
7877 ROTEIRO TURÍSTICO PARA A REGIÃO SUL	18.230.000	1.955.520	-16.274.480	0	0
2307 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA NA REGIÃO SUL	34.150.000	2.393.280	-31.756.720	0	0
<b>Total do Programa:</b>	<b>174.476.500</b>	<b>24.289.560</b>	<b>-150.186.940</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>PROGRAMA: 0410 TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO</b>					
2435 CAMPANHA PARA A PROMOÇÃO DO TURISMO INTERNO	34.382.005	19.873.154	69.246.374	0	103.628.379
5099 CAPACITAÇÃO DE GESTORES E TÉCNICOS NA ÁREA DO TURISMO	0	0	109.831.040	0	109.831.040
Elaboração: COFF/CD CONOR/SF PRODASEN - 001 - Rel Setor/Programa/Ação					
Backup/PPA/REVISÃO II					
Emissão: 31/09/01 10:38:04					Pág. 20 de 21

CONGRESSO NACIONAL - COMISSÃO MISTA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO - DOCUMENTO AUXILIAR AO ANEXO IV  
PLANO PLURIANUAL 2000/2003 - REVISÃO - RECURSOS DO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Em R\$ 1,00

	VALOR DO PPA VIGENTE	VALOR EXECUTADO 2000 + VALOR AUTORIZADO 2001	ACRÉSCIMO / CANCELAMENTO PROPOSTO NA REVISÃO	VALOR APROVADO DAS EMENDAS	VALOR
<b>PROGRAMA: 0410 TURISMO: A INDÚSTRIA DO NOVO MILÊNIO</b>					
0469 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA	20.000.000	0	97.065.720	0	117.065.720
1145 DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO SUL	0	0	20.000.000	0	20.000.000
1669 ESTUDOS DE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTOS EM NOVOS SEGMENTOS TURÍSTICOS	0	0	11.657.951	0	11.657.951
2437 FORMAÇÃO DA IMAGEM TURÍSTICA DO PAÍS NO EXTERIOR	36.446.460	21.182.717	65.305.100	0	101.751.560
5701 IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS	3.936.004	900.000	2.890.104	0	6.826.108
1667 HOTEIS TURÍSTICOS PARA O BRASIL	0	0	49.605.810	0	49.605.810
2301 SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	8.541.829	8.541.829	104.170.089	0	112.711.918
<b>Total do Programa:</b>	<b>103.306.298</b>	<b>50.497.700</b>	<b>529.772.188</b>	<b>0</b>	<b>633.078.486</b>
<b>PROGRAMA: 0257 UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES</b>					
1319 IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA	0	0	703.470.100	0	703.470.100
1323 IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM LOCALIDADES ONDE O CUSTO DOS SERVIÇOS NÃO POSSA SER RECUPERADO COM SUA EXPLORAÇÃO COMERCIAL	0	0	435.438.300	0	435.438.300
1321 IMPLANTAÇÃO DE ACESSOS AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE ENSINO E BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0	0	1.523.091.600	0	1.523.091.600
4459 MONITORAMENTO DA UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	0	0	24.000.000	0	24.000.000
<b>Total do Programa:</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.686.000.000</b>	<b>0</b>	<b>2.686.000.000</b>

# COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

## PLANO PLURIANUAL - 2000/2003 (Projeto de Lei nº 031/2001-CN)

### ERRATA

RELATÓRIO APRESENTADO ao  
Projeto de Lei nº 031/2001-CN  
QUE ALTERA O  
PLANO PLURIANUAL 2000/2003

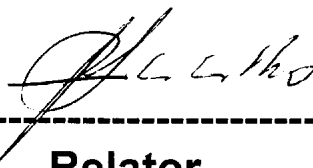
Presidente: Senador CARLOS BEZERRA (PMDB/MT)  
Relator: Deputado SANTOS FILHO (PFL/PR)

04/09/2001

## **RELATÓRIO AO PROJETO DE LEI Nº 031/2001 – CN QUE ALTERA O PLANO PLURIANUAL 2000/2003**

### **ERRATA**

**Substitua no ANEXO I as páginas nº 87 ( Programa 8009 Organização Produtiva de comunidades Pobres – PRONAGER e nº 97 ( Total dos novos Programas ) pelas seguintes:**



-----  
**Relator**  
**Deputado Santos Filho**

## PPA 2000/2003

## Anexo I

## Programas Finalísticos

**Programa: 8009 ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE COMUNIDADES POBRES - PRONAGER**

Objetivo: Capacitar comunidades pobres visando a sua organização produtiva e inserção competitiva no mercado de trabalho

Indicador:

TAXA DE POSTOS DE TRABALHO GERADOS POR PESSOA CAPACITADA

**Dados Financeiros do Programa em R\$ 1****Recursos do Orçamento da União**

Fiscal e Seguridade

Despesas de Capital

Despesas Correntes

Investimento Estatal

Demais Fontes

:

TOTAL

Unidade de Medida		Índice mais recente				Índice final PPA	
Porcentagem		5,000				30,000	
Nacional	Norte	Nordeste		Sudeste		Centro-Oeste	
		Sul					
48.680.086	4.824.900	6.433.200		1.206.226		2.412.450	
32.597.086	4.824.900	6.433.200		1.206.226		2.412.450	
0	0	0		0		0	
48.680.086	4.824.900	6.433.200		1.206.226		2.412.450	
0	0	0		0		0	
0	0	0		0		0	
48.680.086	4.824.900	6.433.200		1.206.226		2.412.450	

**AÇÕES****Cód Tipo Descrição da Ação / Produto**

53.1843 P Capacitação de Técnicos Multiplicadores, Diretores de Laboratórios Organizacionais e

Empreendedores

multiplicador capacitado

unidade

Recursos do Orçamento da União

R\$1

Demais Fontes

R\$1

TOTAL da Ação

Geração de Empreendimentos Produtivos

pessoa capacitada

unidade

Recursos do Orçamento da União

R\$1

Demais Fontes

R\$1

TOTAL da Ação

Sistema de Participação Social para Geração de Emprego e Renda - SIPGER

sistema mantido

unidade

Recursos do Orçamento da União

R\$1

Demais Fontes

R\$1

TOTAL da Ação

Ações de Geração de Renda e Enfrentamento à Pobreza

centro de geração de emprego e

renda implantado

m²

Recursos do Orçamento da União

R\$1

Demais Fontes

R\$1

TOTAL da Ação

Total de todas as Ações

Unidade de Medida		Índice mais recente				Índice final PPA	
Porcentagem		5,000				30,000	
Nacional	Norte	Nordeste		Sudeste		Centro-Oeste	
		Sul					
48.680.086	4.824.900	6.433.200		1.206.226		2.412.450	
32.597.086	4.824.900	6.433.200		1.206.226		2.412.450	
0	0	0		0		0	
48.680.086	4.824.900	6.433.200		1.206.226		2.412.450	
0	0	0		0		0	
0	0	0		0		0	
48.680.086	4.824.900	6.433.200		1.206.226		2.412.450	

**METAS / CUSTOS****Nordeste****Sudeste****Centro-Oeste****Sul**

Unidade de Medida		Índice mais recente				Índice final PPA	
Porcentagem		5,000				30,000	
Nacional	Norte	Nordeste		Sudeste		Centro-Oeste	
		Sul					
48.680.086	4.824.900	6.433.200		1.206.226		2.412.450	
32.597.086	4.824.900	6.433.200		1.206.226		2.412.450	
0	0	0		0		0	
48.680.086	4.824.900	6.433.200		1.206.226		2.412.450	
0	0	0		0		0	
0	0	0		0		0	
48.680.086	4.824.900	6.433.200		1.206.226		2.412.450	

**PPA 2000/2003**  
**TOTAL DOS NOVOS PROGRAMAS**

**Anexo I**

Dados Financeiros Totais em R\$ 1	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
Recursos do Orçamento da União	3.618.896.342	3.572.506.942	15.561.440	15.155.374	7.982.003	5.579.307	2.111.276
Fiscal e Seguridade	3.618.896.342	3.572.506.942	15.561.440	15.155.374	7.982.003	5.579.307	2.111.276
Despesas de Capital	2.645.497.908	2.621.129.383	8.776.342	7.403.108	3.543.043	2.896.753	1.749.279
Despesas Correntes	974.398.434	951.377.559	6.785.098	7.752.266	4.438.960	2.682.554	1.361.997
Investimento Estatal	0	0	0	0	0	0	0
Demais Fontes	76.745.534	75.569.531	584.860	367.421	0	174.823	48.899
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.699.641.876</b>	<b>3.651.076.473</b>	<b>16.146.300</b>	<b>15.522.795</b>	<b>7.982.003</b>	<b>5.754.130</b>	<b>3.160.175</b>

# COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

## PLANO PLURIANUAL - 2000/2003 (Projeto de Lei nº 031/2001-CN)

### EMENDAS DE RELATOR (Complemento)

### RELATÓRIO APRESENTADO ao Projeto de Lei nº 031/2001-CN QUE ALTERA O PLANO PLURIANUAL 2000/2003

Presidente: Senador CARLOS BEZERRA (PMDB/MT)  
Relator: Deputado SANTOS FILHO (PFL/PR)

04/09/2001

As páginas nº 2, 3, 4, 5, 6 e 11 do ANEXO III foram  
incluídas por emenda de Relator



## Inclua-se a seguinte emenda de relator nº 12 no Anexo III

PPA 2000/2003

Anexo III

Ações Alteradas

0233 - CORREDOR MERCOSUL										
PROGRAMA / AÇÕES										
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS			Sul
							Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	
7331	O	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR MERCOSUL	km							
		trecho construído								
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	546.960.000	0	0	0	0	0	546.960.000
		Total da Ação		546.960.000	0	0	0	0	0	546.960.000

## JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa corrigir erro constante nas informações incluídas na base de dados que foi publicada em avulso, no projeto original do Poder Executivo. Na verdade, o anexo III do Substitutivo desse relator, já inclui essa modificação, no entanto faltava a emenda de relator.



RELATOR

DEPUTADO SANTOS FILHO

Inclua-se a seguinte emenda de relator nº 13 no Anexo III

PPA 2000/2003

Anexo III

Ações Alteradas

0235 - CORREDOR NORDESTE												
PROGRAMA / AÇÕES												
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	METAS / CUSTOS		Sudeste	Centro-Oeste	Sul	
RECUPERAÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR NORDESTE												
% de execução física												
7325	O	trecho recuperado										
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0		0	0	0	
		Demais Fontes	R\$1	1.128.476.000	0	0	1.128.476.000		0	0	0	
		Total da Ação		1.128.476.000	0	0	1.128.476.000		0	0	0	

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa corrigir erro constante nas informações incluídas na base de dados que foi publicada em avulso, no projeto original do Poder Executivo. Na verdade, o anexo III do Substitutivo desse relator, já inclui essa modificação, no entanto faltava a emenda de relator.

  
RELATOR

DEPUTADO SANTOS FILHO

Inclua-se a seguinte emenda de relator nº 14 no Anexo III

PPA 2000/2003

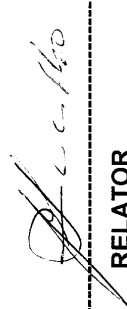
Anexo III

Ações Alteradas

PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS				
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste
7302	O	ADEQUAÇÃO E MELHORAMENTOS DO PORTO DE MANAUS PARA PASSAGEIROS	% de execução física					
obra executada								
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	15.751.000	0	15.751.000	0	0
Total da Ação				15.751.000	0	15.751.000	0	0

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa corrigir erro constante nas informações incluídas na base de dados que foi publicada em avulso, no projeto original do Poder Executivo. Na verdade, o anexo III do Substitutivo desse relator, já inclui essa modificação, no entanto faltava a emenda de relator.



RELATOR  
DEPUTADO SANTOS FILHO

# Inclua-se a seguinte emenda de relator n° 15 no Anexo III

PPA 2000/2003

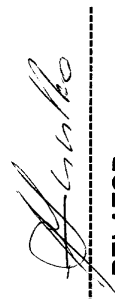
Anexo III

Ações Alteradas

0231 - CORREDOR TRANSMETROPOLITANO				METAS / CUSTOS			
PROGRAMA / AÇÕES							
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Sul
7329	O	CONSTRUÇÃO DE TRECHOS FERROVIÁRIOS NO CORREDOR TRANSMETROPOLITANO					
		<i>obra executada</i>	<i>% de execução física</i>				
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0
Proposta		Demais Fontes	R\$1	301.423.000	0	0	0
		Total da Ação		301.423.000	0	0	0

## JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa corrigir erro constante nas informações incluídas na base de dados que foi publicada em avulso, no projeto original do Poder Executivo. Na verdade, o anexo III do Substitutivo desse relator, já inclui essa modificação, no entanto faltava a emenda de relator.

  
RELATOR

DEPUTADO SANTOS FILHO

Inclua-se a seguinte emenda de relator nº 16 no Anexo III

PPA 2000/2003

Ações Alteradas										Anexo III				
0695 - DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA														
PROGRAMA / AÇÕES														
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	METAS / CUSTOS				Sul				
6108 O HARMONIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA COM OS BLOCOS ECONOMICOS														
norma publicação														
Unidade														
Revisão		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Proposta		Demais Fontes	R\$1	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
		Total da Ação		0	0	0	0	0	0	0	0	0		

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa corrigir erro constante nas informações incluídas na base de dados que foi publicada em avulso, no projeto original do Poder Executivo. Na verdade, o anexo III do Substitutivo desse relator, já inclui essa modificação, no entanto faltava a emenda de relator.



RELATOR  
DEPUTADO SANTOS FILHO

Inclua-se a seguinte emenda de re tor nº 17 no Anexo III

PPA 2000/2003

Ações Alteradas

Anexo III

0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PROGRAMA / AÇÕES				METAS / CUSTOS						
Cód	Tipo	Descrição da Ação / Produto	Unidade de Medida	Total	Nacional	Norte	Nordeste	Sudeste	Centro-Oeste	Sul
9522	O	CONSTRUÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS	Unidade							
		aeroporto construído								
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	47.000.000	0	47.000.000	0	0	0	0
		Total da Ação		47.000.000	0	47.000.000	0	0	0	0
9515	O	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DA REDE SUDESTE	Unidade							
		aeroporto reformado/ampiado								
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	705.380.987	0	0	0	705.380.987	0	0
		Total da Ação		705.380.987	0	0	0	705.380.987	0	0
9514	O	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARAGUAIA-TOCANTINS	Unidade							
		aeroporto reformado/ampiado								
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	195.337.456	0	51.404.594	61.685.512	0	82.247.350	0
		Total da Ação		195.337.456	0	51.404.594	61.685.512	0	82.247.350	0
9513	O	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE AEROPORTOS DE INTERESSE DO EIXO ARCO NORTE	Unidade							
		aeroporto reformado/ampiado								
Revisão Proposta		Recursos do Orçamento da União	R\$1	0	0	0	0	0	0	0
		Demais Fontes	R\$1	9.622.500	0	9.622.500	0	0	0	0
		Total da Ação		9.622.500	0	9.622.500	0	0	0	0

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa corrigir erro constante nas informações incluídas na base de dados que foi publicada em avulso, no projeto original do Poder Executivo. Na verdade, o anexo III do Substitutivo desse relator, já inclui essa modificação, no entanto faltava a emenda de relator.

RELATOR

DEPUTADO SANTOS FILHO

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Em votação a matéria no Senado.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – O nobre Líder da Oposição solicita verificação de votação.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, aproveito para informar que o Bloco de oposição está em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Os Srs. Líderes poderão orientar as bancadas.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** (PFL – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PFL convoca os Srs. Senadores à votação e orienta a bancada a votar “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – O PFL vota “sim”.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de saber quanto tempo será concedido para a votação. Considerando que o prédio do Senado não é tão longe assim, acredito que é suficiente o tempo de quinze minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Nobre Senador, o tempo concedido será o necessário.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Tempo necessário para quê? Para alcançar o **quorum**?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Para se dar bom andamento à sessão. A Presidência saberá calcular o tempo necessário e o momento exato para encerrar a votação.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Tempo necessário para garantir o **quorum**?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Já respondi a pergunta de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador.

**O SR. MILTON TEMER** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Quero fazer uma reclamação regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Deputado, estamos em votação no Senado.

**O SR. MILTON TEMER** – Sr. Presidente, a reclamação é concernente à votação. Registro nos Anais da Casa que V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente do Congresso Nacional, defendido por esta Casa, lamentavelmente, foi original ao adotar medida que eu não havia visto em sete anos de mandato.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Não aceito esse tipo de crítica e devo dizer a V. Ex<sup>a</sup> que a questão é matéria vencida na Câmara dos Deputados. Na condição de Presidente, entendo que estou conduzindo a sessão segundo os procedimentos normais.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – A Presidência solicita aos Srs. Senadores que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.

**O SR. EULER MORAIS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. EULER MORAIS** (PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação da Liderança do PMDB.

**O SR. RONALDO CAIADO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. RONALDO CAIADO** (Bloco/PFL – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados constituiu Comissão Especial para examinar projeto de lei de autoria de dois Parlamentares, Deputados Eduardo Jorge e Fernando Gabeira, que propõem a substituição progressiva do uso do amianto em âmbito nacional.

O Presidente da Comissão era o Deputado Flávio Derzi, que infelizmente nos deixou. Hoje sou o Relator, e o relatório está pronto. Precisamos apresentá-lo para que seja discutido e votado, o que ainda não foi possível. Estamos convocando, desde a semana passada, os Deputados a comparecerem à sala de reunião da Comissão para elegermos o Deputado Pedro Chaves, do PMDB de Goiás, Presidente do órgão. Assim, a Comissão terá condições de apre-

ciar o relatório e decidir sobre o projeto de lei dos dois Parlamentares.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco de oposição está em obstrução.

Infelizmente, os Regimentos Internos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal são omissos em relação ao tempo de votação. Por isso, o bom senso deve presidir o tempo a ser destinado ao processo de votação. A Câmara dos Deputados é composta de 513 Deputados e V. Ex<sup>a</sup> concedeu o tempo de aproximadamente uma hora e dez minutos para a votação.

O Senado é composto de um número de Senadores equivalente a aproximadamente um sexto da composição da Câmara. Por isso, o tempo razoável é de mais ou menos quinze minutos. Para compatibilizar o tempo destinado à votação na Câmara dos Deputados com o do Senado Federal, o bom senso indica que seja de quinze minutos o período para votação na Câmara Alta.

A Oposição continua em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Faremos o possível para manter a isonomia, Sr. Senador.

**O SR. RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de observar que ontem a sessão foi encerrada quando mais de 200 Parlamentares haviam registrado seu voto.

Não há que se questionar a lisura do Presidente do Congresso Nacional quanto à condução da votação. Ontem, queríamos votar a matéria. No entanto, o Presidente entendeu que o fluxo não era o adequado e encerrou a sessão sem que a matéria tivesse sido apreciada, pois o **quorum** não foi alcançado.

Portanto, Sr. Presidente, não há que se fazer críticas a V. Ex<sup>a</sup>, que tem conduzido os trabalhos de maneira bastante tranqüila, respeitando até de forma excessiva a manifestação dos Parlamentares no plenário. Ontem, quando tomou a atitude de encerrar a sessão, não recebeu essa saraivada de críticas.

É preciso que a Oposição entenda seu papel. Sabemos das dificuldades pelas quais passam as duas Casas neste momento. Ontem, o Deputado Jader Barbalho renunciou ao cargo de Presidente do Senado Federal. O PMDB, partido de um terço dos Senadores, está reunido, procurando entendimento quanto à indicação do novo Presidente. Evidentemente, é necessário aguardar os Senadores que estão tratando de assunto de suma importância para a Nação.

Todos nós conhecemos o momento político por que passa o País. Por isso, é fundamental que o Congresso Nacional funcione normalmente, deliberando sobre suas matérias e lhes dando o devido trâmite, a fim de mostrar à sociedade que o Brasil vai superar mais esse período difícil gerado por crise externa e não por problemas internos.

Sr. Presidente, apelo aos Srs. Senadores, como representante da Liderança do Governo no Congresso, para que venham ao plenário, haja vista tratar-se de deliberação muito importante. Sabemos que as negociações para a sucessão da Presidência do Senado estão se desenrolando neste momento. É claro que S. Ex<sup>as</sup>. necessitam de tempo para se deslocar até a Câmara e suspender as reuniões.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL – TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Ex<sup>a</sup> esclarecesse aos Srs. Senadores o que está sendo votado: se requerimento ou as alterações ao PPA.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Nobre Senador, trata-se da votação do substitutivo ao PPA, ressaltados os destaques. Essa é a matéria que se encontra em votação.

**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PASTOR AMARILDO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. PASTOR AMARILDO** (PPB – TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de comunicar à Casa que na votação anterior votei com o PPB.

**O SR. AROLDE DE OLIVEIRA** (Bloco/PFL – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar que votei conforme orientação do PFL.



**O SR. NARCIO RODRIGUES** (PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei conforme orientação do PSDB.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas contestar informação prestada pelo Deputado Ricardo Barros, Líder do Governo. A bancada do PMDB não está reunida agora para decidir sobre a questão da Presidência do Senado. Essa reunião foi transferida, inclusive em função do adiamento da eleição do Senado, que seria hoje, e ficou para amanhã.

Se os Senadores do PMDB não estão aqui, não é por causa da reunião.

**O SR. RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acabei de falar com o Líder Renan Calheiros. S. Ex<sup>a</sup> está se dirigindo para este plenário, acompanhado de inúmeros Parlamentares que estavam discutindo o tema da sucessão.

E essas conversas continuarão a fim de que, como dizem os mineiros e em homenagem ao companheiro Tancredo Neves, na hora da reunião, a decisão já esteja tomada. A reunião não é para decidir, e sim para homologar.

**O SR. DR. HÉLIO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. DR. HÉLIO** (Bloco/PDT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero pedir à Liderança do Governo e à dos partidos que lhe dão sustentação que, com os demais componentes da área de saúde, busquem rápido entendimento a fim de que não se consuma a perda de mais de 1 bilhão de reais para o setor.

Trata-se de assunto da mais alta relevância, haja vista que não há recursos orçamentários sequer para terminar o exercício financeiro de 2001. As Santas Casas de Misericórdia estão fechando suas portas, pois não têm dinheiro para suas atividades operacionais. Os hospitais públicos, já sucateados, não conseguem comprar equipamentos que proporcio-

nem atendimento de qualidade à população. No tocante aos atendimentos de urgência, emergência e ambulatorial, esses setores estão a clamar pela verba que está sendo subtraída da saúde pública brasileira.

Segunda-feira, o Presidente da República fez depoimento injusto à população brasileira ao preterir aquilo que ex-Ministros da Saúde, durante tantos anos, conseguiram em favor do setor. É bom lembrar que o ex-Ministro Adib Jatene, do Governo Fernando Henrique Cardoso, trouxe a solução da CPMF, que proporcionaria verba suficiente para dar sustentação à saúde pública. E agora o atual Ministro da Pasta, segundo Fernando Henrique Cardoso, o melhor de todos os tempos, não consegue avançar as negociações, mostrando claramente ruptura no Governo, ao se subtrair verba expressiva para a saúde pública brasileira.

Por isso, apelo às Lideranças da base do Governo, às Lideranças do Congresso Nacional para que solucionem rapidamente o problema, pois a população não pode correr o risco de ter sua saúde colocada em segundo plano.

**O SR. BELLO PARGA** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. BELLO PARGA** (PFL – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não estou conseguindo votar pelo sistema eletrônico. Peço que registre meu voto "sim".

**O SR. ARISTON ANDRADE** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ARISTON ANDRADE** (Bloco/PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na sessão da Câmara dos Deputados, votei de acordo com a orientação do meu partido.

**O SR. SALOMÃO GURGEL** – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. SALOMÃO GURGEL** (Bloco/PDT – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parece que Deputados e Senadores estão votando de forma desinteressada o Plano Plurianual.

Isso é resultado da arrogância do Governo, quando não ouve observações da Oposição, o que contribuiria para elaborarmos PPA de consenso nesta Casa.

Quero apenas destacar o fato de se dotar escolas públicas de computadores, sob o argumento de que a juventude estudiosa do nosso País estará em contato com o mundo através da Internet. Ora, estamos vivendo período de dificuldade, de escassez de recursos, momento em que o Governo deve definir prioridades.

Sou do Rio Grande do Norte, V. Ex<sup>a</sup> é da Paraíba, e conhecemos a situação das escolinhas públicas em nossas cidades. Sabemos como elas funcionam, sabemos o significado de 30% de analfabetos no Nordeste, temos conhecimento do índice de repetência. Milhões de famílias não levam seus filhos à escola porque em casa não têm o que comer. Por isso, esse investimento de milhões de reais poderia ter outra destinação. A Internet poderia esperar para quando não mais houvesse nenhuma criança fora da sala de aula, para quando não houvesse nenhuma criança desnuda em casa, o que a impede de ir à escola.

Há dois anos li no jornal **Folha de S. Paulo** estudo muito interessante, de autoria de um sociólogo francês, do qual, infelizmente, não me lembro o nome. Dizia ele que dessa geração de jovens estudantes brasileiros, ao terminarem seus estudos, apenas 30% terão acesso ao mercado de trabalho. Os outros 70%, ao concluírem o 2º Grau, não terão emprego para sobreviver. Essa análise foi feita há dois anos.

Os governantes terão a alternativa de fornecer computador para que aquele jovem não ingresse na marginalidade, mas, por outro lado, também não terá trabalho. O atual Governo está colocando isso em prática, criando idiotas com direito à Internet em computador por ele fornecido, mas sem nenhum direito à cidadania. Hoje, no Nordeste, inúmeras famílias não têm teto, não têm direito à educação, mas possuem em sua casa de taipa antena parabólica que lhes permite ver como vive a classe média alta. Com isso, cria-se a ficção de que também participam da riqueza produzida por ela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Com a palavra o Senador Luiz Pontes.

**O SR. LUIZ PONTES** (PSDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar meu voto "sim", em função de o painel não estar registrando os votos.

**O SR. AIRTON ROVEDA** (PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também gostaria de registrar meu voto a favor do meu partido na votação passada.

**O SR. ANTÔNIO JORGE** (PTB – TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação da Câmara, acompanho o partido, o PTB.

**O SR. MÁRIO DE OLIVEIRA** (PMDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu voto foi de acordo com o meu partido.

**O SR. HUGO NAPOLEÃO** (PFL – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais uma vez a Liderança do PFL no Senado recomenda o voto "sim". Isso foi dito há muitos minutos, mas ainda não se encontra definitivamente registrado.

Confirmo: o PFL no Senado recomenda o voto "sim".

**O SR. GONZAGA PATRIOTA** (Bloco/PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o possível.

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES** (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que ficasse registrado que a votação na Câmara terminou exatamente às 13h53min, como V. Ex<sup>a</sup> bem sabe e anotou, e que a votação no Senado começou pouco depois, ou seja, exatamente às 13h55min.

Lembro às Lideranças do Governo que o esforço feito aqui, com um voto forçado e um tempo também esticado, é desnecessário. O que precisamos efetivamente é da revisão de alguns critérios.

Essas negociações estavam em andamento para que o Governo pudesse abrir a questão do edital, a fim de que empresas nacionais dele pudessem participar e para que houvesse maior clareza sobre esses critérios. Não se trata, Sr. Presidente, de uma queda-de-braço. É necessário que o resultado favorável, no que se refere à questão do **software**, também seja alcançado no processo licitatório. É preciso que o Governo tome consciência disso. Há ações em andamento na Justiça, que continuarão tramitando depois desta votação.

Insisto com as Lideranças do Governo, com a direção da Anatel e com o Ministro das Comunicações que precisam ser observados os interesses nacionais e as questões de fundo que estão em disputa: revisão, clarificação e adoção de critérios, para que haja aquisição de equipamentos de informática mais consentânea com os critérios da lisura e da transparência – tão buscados pelos País –, em defesa da produção nacional. Que isso sirva também para alavancar um projeto industrial que venha desenvolver o Brasil, e

não somente nas áreas de equipamentos e **softwares**, como obtivemos com o acordo sobre **software** livre.

Portanto, Sr. Presidente, este esforço é desnecessário. O importante é o esforço real para correção dos rumos no que precisa ser corrigido.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. WALDECK ORNÉLAS** (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o sistema está rejeitando o reconhecimento do meu voto. Gostaria de registrar meu voto "sim".

**O SR. ÁLVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, voto "sim".

**O SR. PAULO MOURÃO** (PSDB – TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação da Câmara, votei com o PSDB.

**O SR. JOSÉ COELHO** (PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, voto "sim".

**O SR. MÚCIO SÁ** (PTB – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o PTB.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR** (PFL – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, "sim".

**O SR. SILAS CÂMARA** (PTB – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o PTB.

**O SR. OSMAR TERRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. OSMAR TERRA** (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de tecer rápida consideração sobre o assunto do momento, que deveria preocupar todos os cidadãos do mundo. Refiro-me às consequências que se estão desenhando no quadro internacional devido ao ataque terrorista que atingiu o coração da maior potência do mundo e terá repercussões que irão ferir essencialmente a democracia em todo o planeta.

Por isso, gostaria que esta Casa aprofundasse a discussão sobre tais consequências para o Brasil. Preocupa-me saber que os Estados Unidos estão mobilizando todos os países do mundo para uma ação militar; preocupa-me ver que há no horizonte internacional a possibilidade de ser deflagrada uma guerra que não tem fronteira definida, que tanto pode atingir um como todos os países do mundo;

preocupa-me também, Sr. Presidente, constatar que as coisas boas que a globalização trouxe – aproximação entre os povos, através da Internet, reforço da democracia, diminuição das diferenças, reconhecimento da diversidade cultural e respeito à diversidade étnica – estão em risco, por causa da reação, que, acredito, será gigantesca, da maior superpotência do mundo.

Não vamos ficar infensos a isso, ou seja, vamos também sofrer as consequências. Como o Presidente Fernando Henrique Cardoso já tomou a iniciativa de convocar todos os Líderes partidários ao Palácio, é muito importante que comecemos a aprofundar a discussão sobre todos os reflexos que podem trazer esse conflito para a vida de povos de todo o mundo, mas, particularmente, para a do brasileiro, além dos aspectos econômicos, como flutuação do preço do petróleo, do dólar e redução de investimentos, que nos próximos meses vai ser muito grande, drástica. Tudo isso vai acarretar risco muito grande para o nosso desenvolvimento e para a estabilidade da moeda, mas são problemas que podemos enfrentar por meio de uma união nacional, como foi proposta pelo Sr. Presidente da República.

Sr. Presidente, vejo também que há grande risco para a democracia. Os serviços de inteligência vão ser intensificados; o controle da vida do cidadão vai ser muito maior; a privacidade vai diminuir; não mais vai haver sigilo telefônico ou bancário; vai haver uma vigilância muito maior sobre cada pessoa, cada cidadão. Ou seja, vai haver censura em grande escala. A Internet vai ser censurada. Vai haver perda de todos os grandes avanços, em termos de interligação do mundo. A solidariedade internacional vai ser afetada.

São temas extremamente importantes para o debate. É preciso que todos os cidadãos, Deputados, Senadores, líderes políticos, entendam que este é o momento de se deixar de lado questões menores, que afetam circunstancialmente a vida do povo brasileiro, e de se começar a tratar das grandes questões que certamente vão repercutir por muito tempo na vida de todos os povos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – A Mesa comunica aos Srs. Senadores que, se não alcançarmos quorum, encerrará esta sessão às 14h30min, para que se iniciem as sessões da Câmara dos Deputados e do Senado da República.

**O SR. RENATO VIANNA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. RENATO VIANNA** (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem à noite, na sessão do Congresso Nacional, tive oportunidade de defender, em nome da Liderança do Governo no Congresso Nacional, o substitutivo do Deputado Santos Filho e de dizer sobretudo da importância de votarmos as alterações ao PPA, sob o ponto de vista legal e formal.

Como Relator do PPA original, emendado posteriormente pelo substitutivo apresentado pelo Senador Jonas Pinheiro, e agora pelo eminente Deputado Santos Filho, sem entrar em detalhes da acidentalidade e dos supérfluos, informo que o Programa nº 257, criado nesta oportunidade, é muito mais amplo do que se pensa. Ele visa à universalização dos serviços de telecomunicações e não apenas à compra de computadores para as escolas públicas.

O objetivo do programa é garantir acesso aos serviços de telecomunicações e de valor adicionado em estabelecimentos públicos de ensino e em instituições públicas de saúde da população das localidades com menos de 100 mil habitantes e para aquelas cuja renda não permita o acesso em base comercial.

Sr. Presidente, sabemos da importância e da repercussão do Proinfo, programa criado pelo MEC, por intermédio do Ministro Paulo Renato, que dotou a rede pública municipal e estadual e as APAEs de laboratório de informática. A repercussão foi tão grande que se adotaram critérios quanto ao número mínimo de alunos que terão acesso ao laboratório de informática, quanto ao número de professores, de turmas etc.

Com a aprovação da Lei do FUST, ocorrida posteriormente à aprovação pela Casa do PPA 2000/2003, há necessidade lógica de se compatibilizar. Esperamos que as próximas LDOs e os Orçamentos anuais de 2002 e 2003 possam ser compatibilizados no tocante a ações, projetos, atividades e operações especiais. Que possamos, então, fazer essas alterações para dar compatibilidade ao programa.

Sr. Presidente, apesar das críticas aqui levantadas sobre a acidentalidade da licitação e do processo de concorrência para aquisição, prestigiando as empresas nacionais, há unanimidade quanto ao programa, o que, a meu ver, é o que vale.

A manifestação dos partidos de oposição quanto ao programa é realmente muito clara. O que poderemos discutir é a propriedade e a prioridade desses investimentos, o que deve ser feito quando da discussão da LDO deste ano e dos anos vindouros e dos Orçamentos anuais. Nesses momentos, sim, defendemos posições quanto aos critérios de aquisição não só dos computadores, mas também dos **softwares**, como o Windows, a fim de que realmente prestigiemos as empresas nacionais.

Com isso, Sr. Presidente, quero crer que manifesto não só a posição da Câmara dos Deputados, mas também a da Liderança do Congresso Nacional.

Peço aos Srs. Senadores do meu partido, o PMDB, que venham a este plenário, exercitem o direito de voto e votem "sim", para que possamos finalmente aprovar as alterações ao PPA 2000/2003.

**O SR. DELFIM NETTO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. DELFIM NETTO** (PPB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com meu partido.

**O SR. FIORAVANTE** (PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com o meu partido.

**O SR. MANOEL SALVIANO** (PSDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com a Liderança do meu partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Serão registrados os votos, nobres Deputados.

**O SR. RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. RICARDO BARROS** (PPB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Liderança do Governo no Congresso Nacional avisa-nos que 37 Srs. Senadores já votaram, de um **quorum** de 41. Portanto, estamos quase alcançando o **quorum**.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – A Presidência comunica a V. Ex<sup>a</sup> que às 14h30min encerrará a votação.

**O SR. RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, diante da informação dada por V. Ex<sup>a</sup>, apelo aos Srs. Senadores que se dirijam ao plenário.

Noto que o Senador Siqueira Campos encontra-se no plenário. Mas há poucos Senadores presentes. É fundamental alcançarmos o **quorum** para terminarmos a votação e retomarmos outras matérias importantes que o Congresso Nacional tem a deliberar.

**O SR. AIRTON DIPP** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. AIRTON DIPP** (Bloco/PDT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei conforme orientação do PDT.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Ricardo Barros acaba de afirmar que 37 Senadores votaram. Não vi nenhum Senador manifestar o voto ao microfone, tampouco alegar que não conseguiu digitar a senha.

Não houve manifestação de voto ao microfone, reitero.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Nobre Senador, manifestaram-se os Senadores Waldeck Ornêlas, Bello Parga, José Coelho, Luiz Pontes, Álvaro Dias, todos ao microfone.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – São quantos Senadores, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – São cinco Senadores. O Senador Antônio Carlos Júnior conseguiu registrar a presença e, conseqüentemente, seu nome foi riscado da lista de comparecimento.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Então, são 36, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Temos cinco, nobre Deputado, que, somados aos 31, são 36.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Como se riscou um, são 35.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Eram seis; passaram a ser cinco.

**O SR. PINHEIRO LANDIM** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. PINHEIRO LANDIM** (PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do partido.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto aguardamos o **quorum** necessário, gostaria de assinalar que a direção da Contag, a direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e inúmeras entidades ligadas à questão da terra, à necessidade de se realizar a reforma agrária com seriedade no País, entregaram ofício ao Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso solicitando audiência.

O ofício expressa o seguinte:

Senhor Presidente, com a franqueza e o respeito devidos à pessoa de Vossa Excelência, devemos esclarecer que os números divulgados pelo seu governo acerca da performance da agricultura e do programa de reforma agrária, definitivamente, não retratam, com fidelidade, a realidade observada no agrário nacional.

Com efeito, no que tange à política agrícola, salta aos olhos pouco atentos os dados da publicidade oficial dando conta do crescimento da produção brasileira de grãos, de 76 milhões de toneladas para 97 milhões de toneladas, entre 1995 e 2000.

Todavia, o exame cuidadoso das estatísticas revela que, apesar desse crescimento da produção, no mesmo período, o PIB da atividade primária da agricultura caiu de R\$43 bilhões para R\$40 bilhões, conforme estimativas da USP/ESALQ. Depreende-se, pois, que, além de irrelevante quando visualizado em termos per capita, o incremento da produção nacional de grãos entre 1995 e 2000 resultou de um sobre-esforço produtivo dos agricultores brasileiros na tentativa inglória de, pelo aumento da quantidade produzida, tentar compensar a trajetória observada de queda exponencial dos preços agrícolas ao produtor.

Confirmando a magnitude da crise de rentabilidade do setor, que se estende des-

de o início do processo de abertura unilateral da economia agrícola no País, estudo realizado pela USP aponta que, ao longo da década de 1990, os índices de preços reais recebidos pelos agricultores brasileiros caíram à taxa de 4,74% ao ano, no caso dos agricultores familiares, e em 2,56%, ao ano, para os patronais.

Tomando-se período mais recente, dados da Fundação Getúlio Vargas esclarecem que, de fevereiro de 1998 a fevereiro de 2001, enquanto o IGP-M variou 33,7%, os índices de preços ao produtor de café, mandioca, arroz, milho e feijão, por exemplo, variaram, respectivamente, -37%, -8%, 3,8%, 7% e 11%.

Os impactos desse processo desestruturante têm afetado, com maior intensidade, os assentados em projetos de reforma agrária e demais agricultores de base familiar.

Sr. Presidente, peço seja transcrito na íntegra o ofício encaminhado pelo MST, pela Contag, pelo Movimento de Pequenos Agricultores, pela Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, pela Frente Sul da Agricultura Familiar e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens.

Solicito, ainda, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que conceda audiência aos que estão acampados no Distrito Federal aguardando oportunidade de diálogo com S. Ex<sup>a</sup>.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

*OFÍCIO A QUE SE REFERE O ORADOR:*

CONFEDERAÇÃO NACIONAL  
DOS TRABALHADORES NA  
AGRICULTURA – CONTAG

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES  
RURAIS SEM TERRA – MST

MOVIMENTO DOS PEQUENOS  
AGRICULTORES – MPA

ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS  
MULHERES TRABALHADORAS RURAIS – ANMTR  
FRENTE SUL DA AGRICULTURA FAMILIAR

## MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB

Brasília, 19 de setembro de 2001

Excelentíssimo Senhor  
Dr. Fernando Henrique Cardoso  
Digníssimo Presidente da República  
Federativa do Brasil

Senhor Presidente,

Com a franqueza e o respeito devidos à pessoa de Vossa Excelência, devemos esclarecer que os números divulgados pelo seu governo acerca da performance da agricultura e do programa de reforma agrária, definitivamente, não retratam, com fidelidade, a realidade observada no agrário nacional.

Com efeito, no que tange à política agrícola, salta aos olhos pouco atentos, os dados da publicidade oficial dando conta do crescimento da produção brasileira de grãos, de 76 milhões de toneladas, para 97 milhões de toneladas, entre 1995 e 2000.

Todavia, o exame cuidadoso das estatísticas revela que, apesar desse crescimento da produção, no mesmo período, o PIB da atividade primária da agricultura, caiu de R\$43 bilhões, para R\$40 bilhões, conforme estimativas da USP/Esalq. Depreende-se, pois, que além de irrelevante quando visualizado em termos **per capita**, o incremento da produção nacional de grãos entre 1995 e 2000, resultou de um sobre-esforço produtivo dos agricultores brasileiros na tentativa inglória de, pelo aumento da quantidade produzida, tentar compensar a trajetória observada de queda exponencial dos preços agrícolas ao produtor.

Confirmando a magnitude da crise de rentabilidade do setor, que se estende desde o início do processo de abertura unilateral da economia agrícola do País, estudo realizado pela USP aponta que, ao longo da década de 1990, os índices de preços reais recebidos pelos agricultores brasileiros, caíram à taxa de 4,74%, ao ano, no caso dos agricultores familiares, e em 2,56%, ao ano, para os patronais.

Tomando-se período mais recente, dados da Fundação Getúlio Vargas esclarecem que, de fevereiro de 1998 a fevereiro de 2001, enquanto o IGP-M variou 33,7%, os índices de preços ao produtor do café, mandioca, arroz, milho e feijão, por exemplo, variaram, respectivamente, -37%, -8%, 3,8%, 7% e 11%.

Os impactos desse processo desestruturante têm afetado, com maior intensidade, os assentados

em projetos de reforma agrária, e demais agricultores de base familiar. Isto, porque, além de expostos à concorrência desleal dos produtos importados, intensivos em subsídios, esse segmento produtivo foi totalmente alijado dos mecanismos de apoio à comercialização pelas reformas processadas pelo governo de Vossa Excelência. Com a privatização dos instrumentos de comercialização, tais setores ficaram ainda mais vulneráveis às formas espoliativas que proliferaram nas esferas da intermediação da comercialização agrícola.

No contexto acima, tanto os assentados, como o conjunto dos agricultores familiares, apenas, excepcionalmente, contam com chances efetivas de sustentabilidade econômica. Assim, entre os efeitos colaterais da atual política agrícola, destacam-se fenômenos potencializadores dos dramáticos quadros sociais urbanos e rurais do País, como o êxodo rural e o aprofundamento dos níveis de endividamento desses setores.

No primeiro caso, cumpre ressaltar que o número de trabalhadores tangidos do campo por conta dos efeitos da política agrícola neutralizam completamente as metas de assentamento divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. De fato, dados do IBGE informam que, na média do período entre 1996 e 2000, cerca de 538 mil pessoas abandonaram as áreas rurais a cada ano. Este número superou, com folga, as 400 mil pessoas/ano declaradas como assentadas em projetos de reforma agrária.

No caso do endividamento alguns pontos devem ser enfatizados a Vossa Excelência. Em primeiro lugar, o seu governo, de fato, herdou um estoque de dívidas agrícolas, já volumoso, próximo a R\$18 bilhões, em valores correntes. Todavia, as várias medidas paliativas adotadas, desde então, para o enfrentamento dessa importante fonte de desestabilização socioeconômica do setor refletiram os interesses da bancada ruralista do Congresso Nacional, os quais, obviamente, periferizam, ou simplesmente ignoram as demandas dos agricultores de base familiar.

Assim, mesmo não dispondo dos números exatos, e do perfil atual das dívidas, que estranhamente não têm sido informados pelas autoridades da área econômica, estimativas extra-oficiais dão conta que o endividamento dos assentados e pequenos produtores alcança, atualmente, valor em torno de R\$7 bilhões – aí incluída a parcela em condição de normali-

dade –, o que corresponderia a 13,4% do estoque total das dívidas rurais.

Mais que os números, a melhor testemunha da gravidade da dimensão política do endividamento tem sido o desespero estampado em milhares de trabalhadoras e trabalhadores honrados, e que manifestam-se moral e materialmente arrasados pelo processo crescente de endividamento, sem qualquer expectativa de saná-lo.

Senhor Presidente, as nossas preocupações com o endividamento, transcendem aos efeitos do fenômeno na desorganização da estrutura produtiva dos assentados e agricultores familiares. O seu alcance sistêmico ameaça as próprias funções estratégicas da agricultura brasileira. Afinal, o valor total das dívidas atuais do setor agrícola, em torno de R\$52 bilhões, supera em R\$12 bilhões o PIB da agricultura – atividade primária. Desse total, cerca de R\$30 bilhões correspondem a débitos em condição de anormalidade, o equivalente a 40% do PIB da agropecuária.

Sob tais circunstâncias, os encargos financeiros do crédito rural consomem, hoje, o correspondente a 6,2% da renda bruta da agropecuária anual. Considerando-se os 12,5% equivalentes da renda rural utilizadas para a amortização das dívidas, tem-se que 18,7% da renda bruta do setor agropecuário destina-se, a cada ano, para pagamentos ao sistema financeiro. Em números absolutos, significa que, anualmente, em torno de R\$16,30 bilhões da agricultura são destinados ao serviço da dívida mais as amortizações do principal.

Cumpre ressaltar que a definição de taxas de juros fixas para o Pronaf, de fato, resultou em encargos bem inferiores às taxas de mercado. Todavia, o que determina a capacidade de pagamento dos agricultores familiares, no caso, é a receita gerada pela atividade agrícola. Assim, os menores custos relativos do Pronaf, incluídos os rebates conferidos, superam, com larga margem a evolução da receita agrícola, em processo de franca deterioração conforme se conclui dos números exibidos acima.

Portanto, Senhor Presidente, apreensivos com a magnitude do quadro exposto, e esgotadas as chances de negociações com as demais esferas do governo, as entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil reivindicam audiência coletiva com Vossa Excelência, para que tenhamos a oportunidade de dialogar e submeter à

sua consideração as proposições que julgamos da maior essencialidade, particularmente no que tange às medidas emergenciais e substantivas requeridas para a resolução do problema do endividamento agrícola.

Respeitosamente, – **Alberto Broch**, Vice-Presidente da Contag – **João Paulo Rodrigues**, P/ Coordenação Nacional do MST.

**O SR. EDISON LOBÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei “sim”.

**O SR. RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Dou preferência aos Senadores.

**O SR. RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, é para uma questão de ordem. O Senador José Eduardo Dutra registrou presença?

**O SR. JOSÉ MILITÃO** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. JOSÉ MILITÃO** (PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o partido.

**O SR. SERAFIM VENZON** (Bloco/PDT – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei conforme orientação do partido na votação anterior.

**O SR. FERNANDO DINIZ** (PMDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei com o partido na última votação.

**O SR. CLEUBER CARNEIRO** (Bloco/PFL – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei de acordo com a Liderança do meu partido.

**O SR. SÉRGIO MIRANDA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. SÉRGIO MIRANDA** (Bloco/PCdoB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são 14h30min. V. Ex<sup>a</sup> empenhou sua palavra prometendo que a votação seria encerrada.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – V. Ex<sup>a</sup> não tenha dúvida de que encerrarei a sessão, nobre Deputado. Minha palavra será cumprida, como foi durante toda esta sessão.

**O SR. SÉRGIO MIRANDA** – Está encerrada a sessão?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – V. Ex<sup>a</sup> há de convir que durante toda esta sessão...

**O SR. SÉRGIO MIRANDA** – V. Ex<sup>a</sup> está prorrogando o prazo firmado para o encerramento da sessão, que seria às 14h30min.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Calma, Sr. Deputado.

**O SR. SÉRGIO MIRANDA** – O objetivo é dar tempo para mais Senadores votarem?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Há um nervosismo exagerado de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. SÉRGIO MIRANDA** – V. Ex<sup>a</sup> está dando tempo para mais Senadores votarem, ajudando mais o Governo, como fez na Câmara?

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Vejo V. Ex<sup>a</sup> como um Parlamentar equilibrado, mas neste momento está...

**O SR. SÉRGIO MIRANDA** – Com esta votação, desequilibrei-me.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – V. Ex<sup>a</sup> realmente confessa que está desequilibrado.

**O SR. SÉRGIO MIRANDA** – Essa negociata que estão fazendo desequilibra qualquer pessoa séria.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** – Sr. Presidente, diante de tanta desinteligência, peço a palavra como Líder.

**O SR. RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Vamos encerrar a sessão.

**O SR. RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, quero que V. Ex<sup>a</sup> confirme a presença do Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Está encerrada a votação, por falta de **quorum**.

**O SR. RICARDO BARROS** – Sr. Presidente, estou pedindo a V. Ex<sup>a</sup> que registre a presença do Senador Eduardo Suplicy, que acabou de discursar. Quero saber se está contada a presença do Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Está encerrada a votação.

*(Procede-se à apuração da votação)*



**51ª Legislatura****Presidente da Casa: Efraim Morais - PFL/PB****3ª TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA****Presidiram a Sessão: Efraim Morais - 11:53****SESSÃO CONJUNTA Nº 017 - 19/06/2001****Abertura Sessão : 19/09/2001 11:53****Encerramento Sessão :****Proposição: PL Nº 31/2001/CN - SUBSTITUTIVO -  
ALTERAÇÕES ERRATA EMENDAS  
DESTACADAS ALTERAÇÕES DO REL****Início Votação : 19/09/2001 13:55****Fim Votação : 19/09/2001 14:32****Presidiram a Votação: Efraim Morais - 11:53****Resultado da Votação****Sim 27****Não 4****Total da Votação 31****Orientação****PFL - Sim****OPOSIÇÃO - Obstrução****Total Quorum 31****Obstrução 2**

	<b>Partido</b>	<b>Bloco</b>	<b>Voto</b>
<b>RORAIMA</b>			
Romero Jucá	PSDB	PARTIDÁRIO	Sim
<b>Total Roraima : 1</b>			
<b>AMAPÁ</b>			
Sebastião Rocha	PDT	OPOSIÇÃO	Obstrução
<b>Total Amapá : 1</b>			
<b>RONDONIA</b>			
Fernando Matusalém	PPB	PARTIDÁRIO	Sim
Moreira Mendes	PFL		Sim
<b>Total Rondonia : 2</b>			
<b>TOCANTINS</b>			
Carlos Patrocínio	PFL		Sim
Eduardo Siqueira Campos	PFL		Sim
Leomar Quintanilha	PPB	PARTIDÁRIO	Sim
<b>Total Tocantins : 3</b>			
<b>PIAUI</b>			
Hugo Napoleão	PFL		Sim
<b>Total Piauí : 1</b>			
<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>			
Geraldo Melo	PSDB	PARTIDÁRIO	Sim
<b>Total Rio Grande do Norte : 1</b>			
<b>PARAÍBA</b>			
Wellington Roberto	PMDB		Sim
<b>Total Paraíba : 1</b>			

**PERNAMBUCO**

José Coelho	PFL		Sim
-------------	-----	--	-----

**Total Pernambuco : 1****ALAGOAS**

Teotônio Vilela Filho	PSDB	PARTIDÁRIO	Sim
-----------------------	------	------------	-----

**Total Alagoas : 1****SERGIPE**

José Eduardo Dutra	PT	OPOSIÇÃO	Não
--------------------	----	----------	-----

**Total Sergipe : 1****BAHIA**

Antonio Carlos Junior	PFL		Sim
-----------------------	-----	--	-----

Paulo Souto	PFL		Sim
-------------	-----	--	-----

**Total Bahia : 2****MINAS GERAIS**

Arlindo Porto	PTB		Sim
---------------	-----	--	-----

Francelino Pereira	PFL		Sim
--------------------	-----	--	-----

José Alencar	PMDB		Sim
--------------	------	--	-----

**Total Minas Gerais : 3****ESPÍRITO SANTO**

Paulo Hartung	PPS	OPOSIÇÃO	Não
---------------	-----	----------	-----

Ricardo Santos	PSDB	PARTIDÁRIO	Sim
----------------	------	------------	-----

**Total Espírito Santo : 2****RIO DE JANEIRO**

Nilo Teixeira Campos	PSDB	PARTIDÁRIO	Sim
----------------------	------	------------	-----

Roberto Saturnino	PSB		Obstrução
-------------------	-----	--	-----------

**Total Rio de Janeiro : 2****SÃO PAULO**

Pedro Piva	PSDB	PARTIDÁRIO	Sim
------------	------	------------	-----

Romeu Tuma	PFL		Sim
------------	-----	--	-----

**Total São Paulo : 2****MATO GROSSO**

Jonas Pinheiro	PFL		Sim
----------------	-----	--	-----

**Total Mato Grosso : 1****GOIÁS**

Mauro Miranda	PMDB		Sim
---------------	------	--	-----

**Total Goiás : 1****MATO GROSSO DO SUL**

Juvêncio da Fonseca	PMDB		Sim
---------------------	------	--	-----

Lúdio Coelho	PSDB	PARTIDÁRIO	Sim
--------------	------	------------	-----

Pedro Ubirajara	PMDB		Sim
-----------------	------	--	-----

**Total Mato Grosso do Sul : 3****PARANÁ**

Osmar Dias	S.Part.		Não
------------	---------	--	-----

Roberto Requião	PMDB		Não
-----------------	------	--	-----

**Total Paraná : 2****SANTA CATARINA**

Geraldo Althoff	PFL		Sim
-----------------	-----	--	-----

Jorge Bornhausen	PFL		Sim
------------------	-----	--	-----

**Total Santa Catarina : 2**

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – A Mesa anuncia o resultado da votação: Votaram "Sim" 27 Srs. Senadores; "Não", 4. Total: 31

Não houve **quorum**.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** (PSDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que registre minha presença.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Registro a presença de V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – A Presidência convoca para a próxima terça-feira, dia 25, às 18 horas e 30 minutos, Sessão do Congresso Nacional, a fim de continuarmos a votação no Senado, incluindo a matéria da Ordem do Dia da sessão de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – O Deputado Ary Kara enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do primeiro subsidiário do Regimento Comum.

S. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ary Kara.

**O SR. ARY KARA** (PPB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma das mais importantes cidades brasileiras é a nossa querida São José dos Campos, marco de desenvolvimento industrial e de excelência tecnológica. Uma cidade que experimentou notável crescimento, principalmente a partir da década de 60, atingindo hoje um invejável nível de qualidade de vida.

E o mais importante é que São José dos Campos vem experimentando essa expansão industrial, preservando grandes e importantes reservas naturais, inclusive no seu perímetro urbano, como o parque da cidade e o banhado, um dos mais bonitos recantos joseenses, orgulho de sua população, merecidamente.

Gostaria nesta oportunidade, Sr. Presidente, de ressaltar uma outra região de São José dos Campos das mais importantes, qual seja, o Distrito de Eugênio de Melo, que no último mês de agosto esteve em festa, quando comemorou 124 anos de fundação. Cercado por grandes indústrias, principalmente de telecomunicações, Eugênio de Melo é um simpático Distrito, onde vive uma população trabalhadora e hospitaleira, estimada em 18 mil pessoas.

O 124º aniversário de Eugênio de Melo foi comemorado com muita festa, **shows** musicais, compe-

tições esportivas, missa de ação de graças na Igreja Matriz e apresentação do Quarteto de Cordas da Fundação Cassiano Ricardo, ilustre filho de São José dos Campos.

O Distrito de Eugênio de Melo, com 96 quilômetros quadrados, apresenta algumas peculiaridades, como relata o **site** da Infotur na página dedicada a São José dos Campos. Essa região teve, no final do século XIX, um papel importante na economia do Município, de onde eram exportadas grandes quantidades de café, cultivadas nas terras do Distrito. Esse fato deu origem à Vila, que recebeu a denominação de Nossa Senhora dos Cafezais, levando à construção de uma estação ferroviária, inaugurada no dia 28 de agosto de 1877, para viabilizar as exportações.

Eugênio de Melo, Sras. e Srs. Deputados, passaria por um período de crescimento econômico ao ser construída a estrada de rodagem Rio-São Paulo, que, por cortar sua área urbana, beneficiaria o comércio local. Essa nova via de acesso trouxe maior mobilidade à população através de linhas de ônibus que puderam ser criadas, vindas de cidades vizinhas em direção a São José dos Campos. Da época cafeeira em Eugênio de Melo restam ainda alguns patrimônios históricos, como a estação ferroviária e a sede da Fazenda Galo Branco. Também foram encontrados no Distrito alguns aspectos de sua pré-história, como artefatos de origem indígena.

Na década de 60, acompanhando o crescimento de São José dos Campos, o Distrito recebeu suas primeiras indústrias, exigindo da Municipalidade a realização de muitas obras de infra-estrutura no local. Os moradores cobram outros benefícios, como agência bancária, cartório de registro civil, um centro social para atividades de lazer e recreação, o que consideramos de enorme necessidade e importância social. Desde já, colocamo-nos ao inteiro dispor da população do Distrito para colaborar com essas reivindicações junto às autoridades.

Congratulamo-nos, da tribuna da Câmara Federal, com as autoridades joseenses e com as lideranças comunitárias e moradores de Eugênio de Melo pelo transcurso de seu 124º aniversário, uma data marcante para todos nós que aprendemos a admirar e a respeitar esse importante Distrito de São José dos Campos.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes) – Encerro a sessão, designando para a próxima terça-feira, dia 25, às 18h30min, sessão do Congresso Nacional, a fim de continuarmos a votação no Senado, incluindo a matéria da Ordem do Dia da sessão de hoje.

Conseqüentemente, está cancelada a sessão de hoje, das 18h30min.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais) – Está encerrada a sessão.

*(Encerra-se a sessão às 14 horas e 32 minutos.)*

**(OS 18912/2001)**

#### **PARECER Nº 36, DE 2001-CN**

**Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, com respectiva exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda.**

Relator: Deputado **Neuton Lima**

#### **I – Relatório**

Nos termos do § 3º do art. 70 da Lei nº 9.995 (LDO 2001), de 25 de julho de 2000, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, pela Mensagem nº 254 do Congresso Nacional (Mensagem nº 419, de 2001, na origem), o relatório de avaliação de receitas e despesas, elaborado em decorrência da limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o Decreto nº 3.776, de 2001, em consonância com o art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000.

A LDO 2001 fixou os critérios para o contingenciamento de acordo com o art. 9º da lei complementar acima aludida, bem como a necessidade de o Poder Executivo demonstrar perante o Congresso Nacional, mediante relatório a ser apreciado pela Comissão Mista de Orçamentos, a necessidade dessa medida. Essa é tomada quando se verifica dificuldade em se atingir a meta de superávit primário por ela estabelecida.

“Art. 18. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2001 deverão levar em conta a obtenção de superávit primário conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, e de, no mínimo, R\$1.244.222.000 (um bilhão, duzentos e quarenta e quatro milhões e duzentos e vinte e dois mil reais) no programa de que trata o inciso IV do § 2º deste artigo.

§ 1º Durante a execução dos orçamentos mencionados no **caput** deste artigo, poderá haver compensação de eventual frustração da meta dos orçamentos fiscal e da seguridade social por excedente do resultado apurado no programa de que trata o inciso IV do § 2º deste artigo.”

O superávit foi fixado em R\$29,4 bilhões para 2001, sendo R\$28,2 bilhões dos orçamentos fiscal e da seguridade social e R\$1,2 bilhão das empresas estatais que não integram esses orçamentos. Autorizou também a compensação entre eles, **in verbis**:

O decreto em análise efetua a compensação ao reduzir a meta de superávit dos orçamentos e fiscal e da seguridade para R\$23,3 bilhões e ao aumentar a meta das estatais para R\$6,1 bilhões, mantendo o superávit total em R\$29,4 bilhões.

Mesmo com essa redução, os orçamentos fiscal e da seguridade foram contingenciados em R\$5,9 bilhões. A principal razão é a diferença de cálculo do efeito das leis de combate à sonegação e elisão fiscal aprovadas no final de 2000 e sancionadas no início de 2001<sup>1</sup>. Enquanto o Congresso estimou o impacto líquido dessas medidas em R\$6,7 bilhões, o Poder Executivo calculou-o em apenas R\$1,2 bilhão.

Outros motivos alegados para a limitação de empenho situam-se tanto do lado da receita quanto da despesa. Do lado da receita:

I) Redução de R\$0,4 bilhão da arrecadação prevista do imposto de importação, devido à redução das alíquotas da Tarifa Externa Comum, de acordo com o Decreto nº 3.704, de 27 de dezembro de 2000;

II) Queda de R\$0,7 bilhão da arrecadação prevista da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, em razão de antecipação de receitas previstas para 2001;

III) Redução em R\$1,4 bilhão da Contribuição para o Plano de Seguridade Social dos Servidores, em virtude de o Congresso não ter aprovado proposta de emenda à Constituição estabelecendo contribuição de inativos;

IV) Redução de R\$2,3 bilhões na Receita Não-Administrada, notadamente no item Parcela de Preço Específica, em razão de alterações na taxa de câmbio, no preço do petróleo no mercado internacio-

<sup>1</sup> Lei nº 10.171, de 9 de janeiro de 2001, e Leis Complementares nº 104 e 105, ambas de 10 de janeiro de 2001.

nal e da sistemática de fixação do preço interno dos combustíveis.

Esses fatores foram parcialmente compensados pela revisão para cima do IPI, do Imposto de Renda e da Cofins, que totalizaram R\$3,3 bilhões.

Do lado das despesas, a previsão das chamadas despesas obrigatórias ou não-discrecionárias se expandiram, pressionando o superávit primário. São elas:

I) Reprogramação das despesas com pessoal e encargos sociais, em razão da Medida Provisória nº 2.131, de 28 de dezembro de 2000 (última reedição, com o nº 2.131-5), que reestrutura a remuneração dos militares das Forças Armadas, com impacto líquido de R\$1,5 bilhão;

II) Ampliação das despesas com subsídios e subvenções econômicas em R\$1,6 bilhão, principalmente as referentes às securitizações agrícolas.

Em suma, a perspectiva de redução das receitas e de aumento das despesas põem em risco a meta de superávit primário fixada pela LDO. A limitação de empenho e movimentação financeira foram realizados para restabelecer a trajetória de superávit, de acordo com a meta.

Em que pese parcela do Congresso Nacional considerá-lo muito forte, a própria Lei de Responsabilidade Fiscal prevê que se restabeleça a dotação original cujo empenho foi limitado, caso o comportamento da receita mostre-se novamente compatível com a meta (art. 9º, § 1º).

O resultado de abril parece já dar margem para reavaliação. Acumulam-se, no governo federal em 2001, superávit de R\$14,2 bilhões, ao passo que o decreto previa R\$11 bilhões para o período. Somado ao superávit das estatais federais, o superávit primário do governo central alcança R\$16,5 bilhões no período (56% do previsto para o ano).

É certo que a crise energética deve demandar muitos investimentos públicos não previstos na trajetória traçada por ocasião da edição do decreto em análise. Esse problema certamente pressionará o déficit público no restante do ano.

## II – Voto

Ante o exposto, voto favoravelmente à mensagem em epígrafe. Recomendo, contudo, que se rea-

valie a magnitude do contingenciamento em face do superávit primário acumulado até abril. É o meu relatório.

Sala da Comissão, de de 2001. – Deputado **Neuton Lima**, Relator.

### PARECER SOBRE O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS E RESPECTIVA EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Este Relatório tem como objetivo mostrar à Comissão de Orçamento a necessidade que o Poder Executivo teve de contingenciar o orçamento de 2001. Sua base legal é o art. 9º da LRF, juntamente com o art. 70 da LDO 2001. O documento poderia ter se transformado em um importante instrumento de participação do Congresso Nacional na execução orçamentária, contribuindo para chagarmos a um orçamento realista. Entretanto, o governo esvaziou a sua importância, de certa forma com a complacência da Comissão de Orçamento, transformando-o neste Relatório que ora avaliamos, mal feito, extemporâneo e sem cumprir o que determina a base legal acima citada.

Os problemas começaram com o Decreto 3.746 de 6-2-2001 que contingenciou o orçamento de 2001, antes mesmo de qualquer informação mais concreta sobre o desempenho da arrecadação no primeiro bimestre. O art. 9º da LRF é claro ao determinar que o contingenciamento só seria possível depois de encerrado o bimestre e, ainda assim, se o desempenho das receitas fosse incompatível com o cumprimento das metas fiscais previstas na LDO. Esta, por sua vez, no caso de 2001, determina no art. 70, § 3º, que o Poder Executivo enviará à Comissão de Orçamento, em quinze dias, Relatório demonstrando a necessidade do contingenciamento.

Para fazer parecer que estava cumprindo a LDO e a LRF o governo publicou o Decreto 3.776 de 22-3-2001, confirmando o contingenciamento feito no Decreto anterior. Portanto, mesmo com os resultados efetivos de dois meses de arrecadação, o governo manteve o valor contingenciado estipulado no começo do ano – R\$5,9 bilhões. Veja, portanto, que ou o governo lê o futuro ou fez do valor contingenciado uma conta de chegada, ao invés de um resultado necessário para cumprir uma meta como determina a lei.

O Relatório que ora se nos apresenta, feito com base no Decreto 3.776 de 22-3-2201, é uma demonstração forçada de um contingenciamento definido previamente. Notar que não há nele qualquer análise do primeiro bimestre mas, sim, do ano como um todo. Esta omissão é intencional. Fosse feita uma análise do bimestre possivelmente já teria ficado explícito que o superávit primário evoluía de forma bastante favorável. Isto só ficou claro no relatório de avaliação da meta fiscal do primeiro quadrimestre apreciado por esta Comissão, com base no § 4º do art. 9º da LRF e no § 3º do art. 18 da LDO 2001. Ai, demonstra-se que a meta fiscal do primeiro quadrimestre era de R\$11 bilhões, conforme consta do Decreto 3.776, mas o superávit efetivo alcançado foi de R\$14,1 bilhões.

A favorável evolução do superávit primário no primeiro quadrimestre suscita uma outra questão: o governo já enviou o relatório referente ao segundo bimestre? O mesmo precisaria ser enviado até o início de junho, mostrando que, apesar do superávit de R\$14,1 bilhões, persiste a necessidade do contingenciamento, o que não é uma tarefa fácil.

Enfim, somos pela não aprovação do Relatório por ser frágil na fundamentação na necessidade da continuidade do contingenciamento, por não atender a intenção contida na LDO e na LRF de fazer uma análise com base nos bimestres já passados e por estar fora de prazo já que deveria ter sido apreciado pelo menos no início de abril. Recomendamos que o próximo Relatório, que parece já estar atrasado, contemple estas observações. – Deputado **João Grandão**, PT-MS.

### Conclusão

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, na Décima Sétima Reunião Ordinária, em doze de setembro de 2001, **aprovou**, contra os votos dos Deputados Virgílio Guimarães, Sérgio Miranda, Giovanni Queiroz, Ailton Dipp, João Grandão – que apresentou Declaração de Voto –, Pedro Novais, José Pimentel, Dr. Rosinha e Jorge Bittar, e dos Senadores Tião Viana e Amir Lando, o Relatório do Deputado NEUTON LIMA favorável, com recomendação, à **Mensagem nº 254/2001-CN**, que “Encaminha ao Congresso Nacional nos termos do § 3º do art. 70 da Lei nº 9.995, de 2000, cópia do

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, elaborado em decorrência da limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o Decreto nº 3.776, de 2001, em consonância com o art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)”. Foi **decidido**, uma vez cumprido o disposto no art. 70, § 3º da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000, o encaminhamento, por meio de ofício, de cópia do **Relatório Aprovado** ao Ministros do Planejamento Orçamento e Gestão, e da Fazenda, para conhecimento. Compareceram os Senhores Senadores Carlos Bezerra, Presidente, Mozarildo Cavalcante, Segundo Vice-Presidente, Amir Lando, Arlindo Porto, Eduardo Siqueira Campos, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Lúcio Alcântara, Lúdio Coelho, Marluce Pinto, Moreira Mendes, Nabor Júnior, Nilo Teixeira Campos, Paulo Hartung, Pedro Ubirajara, Romero Jucá, Sebastião Rocha, Tião Viana; e Deputados Santos Filho, Primeiro Vice-Presidente, Virgílio Guimarães, Terceiro Vice-Presidente, Ailton Dipp, Alberto Goldman, Anivaldo Vale, Antônio do Valle, Armando Abílio, Arnon Bezerra, Átila Lins, Augusto Franco, Carlito Merss, Cláudio Cajado, Clementino Coelho, Danilo de Castro, Darci Coelho, Darcísio Perondi, Divaldo Suruagy, Domiciano Cabral, Eliseu Moura, Félix Mendonça, Gerson Gabrielli, Gilmar Machado, Giovanni Queiroz, Ildefonso Cordeiro, João Almeida, João Caldas, João Grandão, João Leão, João Magno, João Matos, João Pizzolatti, João Tota, Jonival Lucas Junior, Jorge Bittar, Jorge Khoury, José Borba, José Carlos Aleluia, José Carlos Elias, José Chaves, Juquinha, Lael Varella, Laura Carneiro, Lúcia Quinan, Lincoln Portela, Lúcia Vânia, Marçal Filho, Marcelo Teixeira, Márcio Reinaldo Moreira, Milton Monti, Mussa Demes, Nárcio Rodrigues, Nelson Meurer, Neuton Lima, Nilo Coelho, Olímpio Pires, Oliveira Filho, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Osvaldo Reis, Paes Landim, Paulo Braga, Paulo Feijó, Paulo Kobayashi, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Chaves, Pedro Eugênio, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Raimundo Gomes de Matos, Renildo Leal, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Roberto Rocha, Romeu Queiroz, Sampaio Dória, Sérgio Barros, Sérgio Miranda, Socorro Gomes, Wagner Salustiano, Wilson Braga, Zila Bezerra.

Sala de Reuniões, 12 de setembro de 2001. – Senador **Carlos Bezerra**, Presidente – Deputado **Neuton Lima**, Relator.

EMENDAS ADICIONADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43**, ADOTADA, EM 06 DE SETEMBRO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 10 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE CARREIRAS, CARGOS E FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Senador ARLINDO PORTO	214
Deputado PAULO PAIM	215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231 e 232
Deputado ROBERTO PESSOA	213

**SACM**

**Convalidada – 212**

**Adicionada - 020**

**TOTAL DE EMENDAS – 232**

**MP 2229-43****000213****APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

2	DATA 13/09/2001	PROPOSIÇÃO MP nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001
4	AUTOR Dep. Roberto Pessoa	N.º PRONTUÁRIO 104
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA		ARTIGO
		PARÁGRAFO
		INCISO
		ALÍNEA

**MP nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001.**

Dê-se ao caput do arts. 1º, 61, (antigo Art. 54) 63 (antigo Art. 56) e 67 (antigo art. 59) a seguinte redação, insira-se os arts. 35 ao 42 com a respectiva redação, modificando-se a numeração dos artigos subsequentes, e altere-se os anexos I, VI e X, que passam a ter as respectivas redações:

Art. 1º. Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal, de Fiscal Federal Agropecuário e Fiscal Federal de Mineração, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:

- I- .....
- II- .....
- III- .....
- IV- .....
- V- .....
- VI- .....
- VII- .....
- VIII- .....
- IX- .....
- X- .....
- XI- .....
- XII- .....

**CARREIRA DE FISCAL FEDERAL DE MINERAÇÃO**

Art.35. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal de Mineração, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral, Autarquia Federal do Ministério de Minas e Energia, regidos pela Lei n.º 8.112/90, de onze de dezembro de 1990.

10

ASSINATURA



2	DATA 13/09/2001	PROPOSIÇÃO MP nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001
4	AUTOR Dep. Roberto Pessoa	N.º PRONTUÁRIO 104
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA    2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA    3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA    4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA    9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA		ARTIGO
		PARÁGRAFO
		INCISO
		ALÍNEA


Art 36. A Carreira de Fiscal Federal de Mineração, estruturada na forma do Anexo I, tem a sua correlação estabelecida no anexo IV.

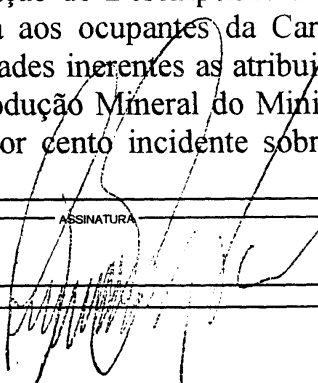
Art. 37. Os ocupantes do cargo de Fiscal Federal de Mineração têm por atribuições, em todo o território nacional:

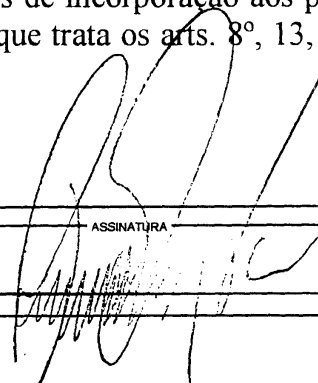
- I. regular as atividades de mineração, estimulando o uso racional e eficiente dos recursos minerais;
- II. fiscalizar a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a comercialização e o consumo dos bens minerais, bem como promover a análise técnica dos seus projetos de exploração e de aproveitamento das jazidas;
- III. fiscalizar o controle ambiental, a higiene e a segurança das atividades de mineração, de forma integrada com os demais órgãos competentes;
- IV. fiscalizar a arrecadação da Compensação Financeira sobre Exploração Mineral - CFEM, e o recolhimento de taxas e emolumentos decorrentes e inerentes às atividades de pesquisa e lavra de bens minerais;
- V. contribuir com a elaboração de políticas para o setor mineral;
- VI. autuar infratores e aplicar as sanções cabíveis em conformidade com a legislação mineral e correlata;
- VII. promover o controle estatístico e analisar o desempenho do Setor Mineral Nacional e Internacional;
- VIII. desenvolver pesquisas com vistas à promoção, ao fomento e ao desenvolvimento tecnológico da produção mineral;
- IX. coletar, processar, analisar e divulgar os dados geológicos e econômicos da mineração;

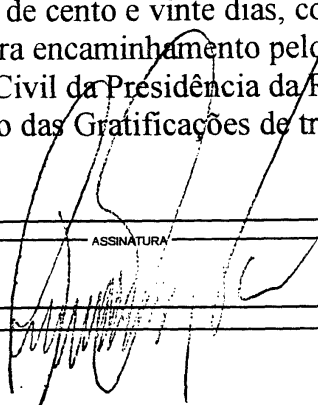
10

ASSINATURA



2	DATA 13/09/2001	PROPOSIÇÃO <b>MP nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001</b>
4	AUTOR <b>Dep. Roberto Pessoa</b>	
	N.º PRONTUÁRIO <b>104</b>	
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA    2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA    3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA    4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA    9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA    ARTIGO    PARÁGRAFO    INCISO    ALÍNEA		
X.    assegurar os acordos, os tratados das convenções internacionais dos quais o Brasil seja signatário.  Parágrafo único . O Poder Executivo, observado o disposto neste artigo, disciplinará as atribuições dos cargos de Fiscal Federal de Mineração, em conformidade com as especificidades e as peculiaridades desenvolvidas por área de especialização funcional.  Art. 38. São transformados em cargos de Fiscal Federal de Mineração os atuais cargos de Geólogo – NS920, Engenheiro - NS916, Economista – NS922, e demais cargos de nível superior, em cujas atribuições legais incluam os seu ocupantes em efetivo exercício nas atividades de regulação, fiscalização, controle, inspeção da atividade mineral análise documental para outorga de títulos de autorização de pesquisa e de concessão de lavra e de defesa do Patrimônio Mineral do País, do Quadro de Pessoal do Departamento Nacional de Produção Mineral, na forma do anexo IV.  § 1º . Serão enquadrados na Carreira de Fiscal Federal de Mineração os atuais ocupantes dos cargos mencionados no <i>caput</i> deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 05 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.  § 2º . Os atuais ocupantes dos cargos citados no Art. 38 que optarem por permanecer na situação atual, deverão fazê-lo de forma irrevogável, até a transformação desta Medida Provisória em lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.  Art. 39. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de Mineração – GDAFM, devida aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal de Mineração, em exercício de atividades inerentes as atribuições da respectiva Carreira no Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia, no percentual de até cinquenta por cento incidente sobre o vencimento básico do servidor.		
10	ASSINATURA 	

2	DATA 13/09/2001	PROPOSIÇÃO MP nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001
4	AUTOR Dep. Roberto Pessoa	N.º PRONTUÁRIO 104
8	TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA    2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA    3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA    4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA    9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO
INCISO	ALÍNEA	
TEXTO <p>Parágrafo único . A GDAFM será atribuída em função do efetivo desempenho do servidor, bem como do desempenho institucional do órgão, na forma estabelecida em ato do Poder Executivo.</p> <p>Art. 40. Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Fiscal Federal de Mineração são os constantes do Anexo X.</p> <p>Art. 41. O titular de cargo efetivo da Carreira de que trata o art. 35 desta Medida Provisória, quando investido em cargo de Natureza Especial ou DAS-6 e DAS-5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus à respectiva gratificação calculada com base no limite máximo.</p> <p>Art. 42. O integrante da Carreira de Fiscal Federal de Mineração, que não se encontre na situação prevista no art. 39 desta Medida Provisória, somente fará jus à GDAFM:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>I- quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a respectiva gratificação, calculada como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; ou</li><li>II- quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em comissão DAS-4, ou equivalente, perceberá a respectiva gratificação em valor correspondente a trinta por cento do vencimento básico.</li></ul> <p>Disposições Gerais e Transitórias</p> <p>Art.61 (antigo Art. 54). Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, as Gratificações de que trata os arts. 8º, 13, 19, 30, 39 e 49 desta Medida Provisória:</p>		
10	ASSINATURA 	

2	DATA 13/09/2001	PROPOSIÇÃO <b>MP nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001</b>
4	AUTOR <b>Dep. Roberto Pessoa</b>	N.º PRONTUÁRIO <b>104</b>
3	TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA    2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA    3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA    4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA    9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA		ARTIGO
		PARÁGRAFO
		INCISO
		ALÍNEA
TEXT  I - ..... II - .....  § 1º ..... § 2º .....  Emenda ao art. 63 Art.63 (antigo Art. 56). Enquanto não forem regulamentadas e até que sejam processados os resultados de avaliação de desempenho, as Gratificações referidas no art. 61 desta Medida Provisória corresponderão aos seguintes percentuais incidentes sobre o vencimento básico de cada servidor:  I- ..... II - ..... III- ..... IV- ..... V- Gratificação de Desempenho de Atividade Agropecuária, vinte e cinco por cento; VI- Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de Mineração, vinte e cinco por cento; e  VII – Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica, doze por cento.  Alteração do art. 67. Art. 67 (antigo Art. 59) . Será de cento e vinte dias, contados da publicação desta Medida Provisória, o prazo para encaminhamento pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão à Casa Civil da Presidência da República das propostas de regulamentação das Gratificações de trata o art. 61.		
10 ASSINATURA 		

2	DATA 13/09/2001	PROPOSIÇÃO MP nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001
4	AUTOR Dep. Roberto Pessoa	N.º PRONTUÁRIO 104
8	TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA		
ARTIGO		
PARÁGRAFO		
INCISO		
ALÍNEA		

TEXTOS

**ANEXO I**  
**ESTRUTURA DE CARGOS**

SITUAÇÃO NOVA		
CARGO	PADRÃO	CLASSE
Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -IPEA	III	ESPECIAL
	II	
	I	
	VI	C
	V	
	IV	
Analista de Comércio Exterior	III	
	II	
	I	
Fiscal Federal Agropecuário	VI	B
	V	
	IV	
	III	
Fiscal Federal de Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral	II	
	I	
	V	A
Inspetor e Analista da CVM		
Analista Técnico da SUSEP		
Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargo de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -IPEA		

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA 13/09/2001	PROPOSIÇÃO MP nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001
4	AUTOR Dep. Roberto Pessoa	N.º PRONTUÁRIO 104
8	TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PAGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO
INCISO		
ALINEA		
TEXTO		

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS

### ANEXO IV ESTRUTURA DE CARGOS

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO NOVA		
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo p-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA	A	III	III	ESPECIAL	Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	Analista de Comércio Exterior
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
Analista de Comércio Exterior	C	II	II	B	Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargo de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
		I	I		
		VI	VI		
		V	V		
Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargo de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA	D	IV	IV	A	Fiscal Federal Agropecuário Fiscal Federal Agropecuário
		III	III		
		II	II		
		I	I		
Fiscal de Defesa Agropecuária Médico Veterinário		V	V		Fiscal Federal de Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral
Engenheiro, Geólogo, Economista, do Departamento Nacional de Produção Mineral		IV	IV		
Inspetor e Analista da CVM		III	III		
Analista Técnico da SUSEP		II	II		
		I	I		
					Inspetor e Analista da CVM
					Analista Técnico da SUSEP

ASSINATURA

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA 13/09/2001	PROPOSIÇÃO MP nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001
4	AUTOR Dep. Roberto Pessoa	N.º PRONTUÁRIO 104
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
	PÁGINA	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

ANEXO X  
TABELA DE VENCIMENTO

SITUAÇÃO NOVA			
CARGO	CLASSE	PADRÃO	VALOR ( EM R\$)
Fiscal Federal Agropecuário  Fiscal Federal de Mineração do Departamento Nacional de Produção Mineral	ESPECIAL	III	3.400,55
		II	3.288,34
		I	3.179,82
	C	VI	3.017,65
		V	2.918,07
		IV	2.821,07
		III	2.728,65
		II	2.638,61
		I	2.551,53
	B	VI	2.421,40
		V	2.341,50
		IV	2.264,23
		III	2.189,51
		II	2.117,26
		I	2.047,39
	A	V	1.942,97
		IV	1.878,85
		III	1.816,85
		II	1.756,89
		I	1.698,92

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA 13/09/2001	PROPOSIÇÃO MP nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001
4	AUTOR Dep. Roberto Pessoa	N.º PRONTUÁRIO 104
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PAGINA		
ARTIGO		
PARÁGRAFO		
INCISO		
ALÍNEA		

## JUSTIFICAÇÃO

1. O Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM é uma Autarquia Federal do Ministério de Minas e Energia, com atribuição finalística de fiscalização e controle das atividades de mineração em todo território nacional, além de promover o planejamento, o fomento da exploração mineral e o aproveitamento dos recursos minerais, bem como outorgar títulos, na forma do que dispõem o Código de Mineração, os respectivos regulamentos e a legislação que os completam.
2. Ao longo desses últimos sete anos, ficaram a Autarquia DNPM e, por conseguinte, os seus fiscais federais de mineração desprovidos não só de um Plano de Carreiras, o qual não teve proposta a sua criação à secretaria de Administração Federal no prazo estipulado na lei que instituiu a Autarquia, como também de um posicionamento efetivo de qual carreira do serviço público estariam enquadrados, permanecendo os mesmos no Plano de Classificação de Cargos (PCC), embora possuam atribuições finalísticas compatíveis com as das carreiras estruturadas, situação que lhes tem alijado de qualquer realinhamentos salariais desde o ano de 1992.
3. Os fiscais de Mineração da Autarquia DNPM atuam não só como fiscais do Patrimônio Mineral Brasileiro, mas também como fiscais de arrecadação de tributos, taxas e emolumentos específicos, exercendo a fiscalização sobre o controle ambiental, a higiene e a segurança da mineração, atuando em articulação com os demais órgãos responsáveis pelo meio ambiente e pela higiene, segurança e saúde ocupacional dos trabalhadores, além de desenvolverem atividades de gestores de políticas ao serem responsáveis pela propositura de ações que viabilizem a política mineral brasileira.

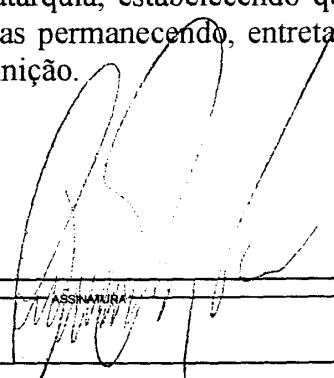
10

ASSINATURA

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS

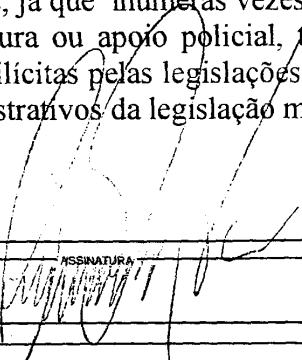


## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 13/09/2001		PROPOSIÇÃO MP nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001		
4 AUTOR Dep. Roberto Pessoa		N.º PRONTUÁRIO 104		
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALINEA
TEXTO				
<p>4. O conjunto das competências que a Constituição Federal e a legislação mineral determina para esse FISCAL, impede que suas atribuições sejam desenvolvidas por outro profissional, tornando-o único no âmbito da administração federal. A complexidade das atribuições institucionais dos profissionais que exercem fiscalização pelo DNPM e as funções que desenvolvem no setor público (atividades especializadas de autorização, permissão, concessão, inspeção, fiscalização e respectivos controles; bem como, expedição de Auto de Paralisação, Termo de Interdição, cobrança da Taxa Anual por Hectare, Autos de Infração e Multa e de Custeio de Vistorias) justificam a criação da Carreira de Fiscal federal de Mineração, a exemplo de outras já estruturadas.</p> <p>5. Com efeito, a inserção do texto ora proposto na MP 2.229-43, de 06/09/2001, publicada no D.O. de 10/09/2001, objetiva promover o justo e equânime tratamento dos não menos importantes agentes fiscais da atividade extrativa mineral, em relação aos fiscais da atividade extrativa agropecuária (Carreira de Fiscal Federal Agropecuário).</p> <p>6. Apesar do grau de especialidade, os muitos fiscais com níveis de doutorado, mestrado e especialização, percebem remuneração extremamente inferiores ao mercado de trabalho e até a de muitos servidores de nível intermediário constituindo-se a mais baixa do serviço público federal, não obstante a complexidade de suas funções institucionais.</p> <p>7. Essa situação, que já era deprimente antes da criação da Autarquia DNPM, foi mantida pelo não cumprimento do disposto no Art. 17, do Decreto 1.324/94, que regulamentou o Art. 13 da Lei nº 8.876/94, que autorizou o Poder Executivo a instituir o DNPM como Autarquia, estabelecendo que o seu quadro de pessoal seria organizado em carreiras permanecendo, entretanto, este dispositivo, até os dias de hoje, sem maior definição.</p>				
10 ASSINATURA				
				

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 13/09/2001		PROPOSIÇÃO MP nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001		
4 AUTOR Dep. Roberto Pessoa		N.º PRONTUÁRIO 104		
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
TEXTO				
<p>8. A não criação do Plano de Carreiras previsto na lei e a sua permanência no PCCF junto a profissionais que não necessariamente possuem o mesmo nível de especialização trouxeram para os Fiscais do DNPM um dos maiores achatamentos de salário de sua história, levando-os à vivência de situações vexatórias e desmotivadoras. Apesar desse quadro sombrio de baixos salários, os seus profissionais continuam honrando as suas atribuições, trabalhando com afinco e dedicação, elevando o conceito da instituição junto ao seu público usuário e a opinião pública em geral.</p> <p>9. Além disso, a Carreira de Fiscal Federal de Mineração, sendo estruturada, permitirá uma melhor distribuição das funções no Órgão, estimulará o quadro técnico, proporcionará a instituição de uma progressão funcional que valorize o bom profissional, instituindo o curso de capacitação de Fiscal para os novos concursados, introduzirá o estágio probatório como instrumento de avaliação prática da vocação individual para o cargo, tudo isso, contribuindo para elevar o nível de eficiência do DNPM. Além disso, a instituição da Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de Mineração, permitirá o incentivo do aprimoramento das ações do órgão nas respectivas áreas de atividade, estimulando o seu quadro de fiscais e potencializando a gerência da Autarquia.</p> <p>10. É oportuno ressaltar, que no cumprimento de suas funções institucionais, além da multicomplexidade das ações que praticam sujeitam-se os Fiscais Federais de Mineração do DNPM a uma série de situações de risco, tais como o exercício de suas atividades em situações precárias, penosas e perigosas, atuando também em regiões de fronteira no combate à clandestinidade, às ações predatórias ao patrimônio mineral brasileiro, com aplicações de sanções aos infratores, com risco de suas próprias vidas, já que inúmeras vezes são obrigados a praticar esses atos sem qualquer cobertura ou apoio policial, tendo que paralisar atividades criminosas e consideradas ilícitas pelas legislações mineral e ambiental, valendo-se de instrumentos administrativos da legislação mineral.</p>				
10 ASSINATURA				
				

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS

## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA 13/09/2001	PROPOSIÇÃO MP nº 2.229-43, de 06 de setembro de 2001
4	AUTOR Dep. Roberto Pessoa	Nº PRONTUÁRIO 104
6	TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PAGINA		
ARTIGO		
PARAGRAFO		
INCISO		
ALÍNEA		

O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS

11. Torna-se imperativo enfatizar, ainda, que os recursos financeiros arrecadados pelo DNPM por meio de cobranças de custas, emolumentos, taxas e arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, permitem custear o impacto na folha de pagamento de pessoal decorrente do aumento de despesa proposto, incluindo-se, a remuneração de seus 270 Fiscais Federais de Mineração. Apenas com a CFEM o DNPM arrecadou para os cofres da Fazenda Nacional, cerca de R\$ 107 milhões, em 1999; para o ano de 2000, arrecadou-se R\$ 136 milhões; com previsão de R\$ 144 milhões para o corrente ano. Em relação à Taxa Anual por Hectare é de aproximadamente R\$ 14 milhões anuais, a arrecadação prevista para este ano.
12. As ações de fiscalização e de fomento ao crescimento da mineração, desenvolvidas pela Autarquia DNPM, aliadas aos programas de gestão que vêm sendo desenvolvidos pela Secretaria de Minas e Metalurgia do Ministério de Minas e Energia, têm propiciado ao setor um crescimento da ordem de 10% ao ano, circunstância que permite considerá-lo como invejável, quando comparado a outras atividades importantes no país.
13. Pelo exposto, tendo-se em vista a situação insustentável em que se encontram os agentes Fiscais Federais de Mineração do DNPM, face à precariedade de suas remunerações e visando a alavancagem da ação do Órgão adequando-o à política de recursos humanos da União, sugerimos aqui a instituição da CARRERIA DE FISCAL FEDERAL DE MINERAÇÃO, conforme o que determina o Art. 16 do Decreto nº 3.476, de 30 de agosto de 2000, na forma da Lei nº 8.876, de 02 de maio de 1994.
14. Assim, a criação dessa Carreira de Fiscal Federal de Mineração, à semelhança da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, poderá ser implementada por meio dessa Medida Provisória (MP 2.229-43), incluindo-se uma estrutura similar de carreira (Anexo I) e respectiva Tabela de Vencimentos (Anexo X), bem como uma Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização de Mineração, a exemplo daquela instituída no Art. 30, constantes da retrocitada MP.

Sala das Comissões, em de de 2001

Deputado Roberto Pessoa

**MP 2229-43  
000214****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43,  
DE 6 DE SETEMBRO 2001****EMENDA Nº – ADITIVA**

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, os seguintes artigos:

**CARREIRA DE ADMINISTRADOR  
PÚBLICO FEDERAL**

Art. Fica criada a Carreira de Administrador Público Federal, de nível Superior, integrante do Grupo de Gestão, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. A Carreira de Administrador Público Federal, estruturadas na forma do Anexo I, têm a sua correlação estabelecida no Anexo XVII.

Art. Os ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal têm por atribuições a supervisão, programação, planejamento e execução especializada, em grau de maior complexidade, referente a estudos, pesquisas, análise e projetos sobre administração de recursos humanos, material, patrimônio, orçamento, organização, sistemas e métodos e administração financeira, bem como assessoria, chefia e direção nas mesmas áreas.

Art. São transformados em cargos de Administrador Público Federal, os atuais cargos efetivos de Administrador – NS 923.

§ 1º Serão enquadrados na Carreira de Administrador Público Federal os atuais ocupantes dos cargos mencionados no **caput** deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2º Os atuais ocupantes dos cargos de que trata o parágrafo anterior que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até trinta dias da publicação desta lei, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

Art. E devida aos ocupantes dos cargos de Administrador Público Federal a Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCG, de que trata o art. 8º desta lei.

Art. Os valores dos vencimentos dos cargos que compõem a Carreira de Administrador Público Federal são os constantes do Anexo VII.

**Justificação**

A presente emenda visa a instituir, por transformação, a Carreira de Administrador Público Federal e sua inclusão no Ciclo de Gestão do Estado.

A profissão de Administrador foi regulamentada no Brasil quando da sanção da Lei Federal nº 4.769, de 9 de setembro de 1965, e no âmbito do Serviço Público Federal na vigência do antigo Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 3.780, de 1960. Ao longo dessas 4 décadas os Administradores têm prestado relevantes serviços à Administração Pública Federal e à sociedade, atuando nas áreas de planejamento, orçamento, finanças, administração de recursos humanos, materiais, organização, sistemas e métodos, patrimônio, assessoramento e direção de órgãos e entidades, definidos na referida Lei nº 4.769, de 1965.

Em 1987, foram criadas as Carreiras de Finanças e Controle e de Planejamento e Orçamento, pelos Decretos-Leis nºs 2.346 e 2.347, de 1987, respectivamente, atribuindo-se aos ocupantes dos respectivos cargos diversas atividades até então desenvolvidas pelos Administradores, constantes da Lei nº 3.780, de 1.960, ratificada pela Lei nº 5.645, de 1.970.

Em 1989, de acordo com a Lei nº 7.834, de 6 de outubro, foi criada a Carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, atribuindo-se mais uma vez aos ocupantes do cargo de Gestor atividades típicas do Administrador, conforme define a Lei nº 4.769, de 1965.

Da análise das atribuições dessas carreiras, verifica-se claramente que as atribuições do Administrador Público Federal são em tudo semelhantes a elas.

O princípio da equidade pressupõe que para cargos de igual responsabilidade e atribuições deve-se adotar a mesma remuneração e o devido posicionamento na estrutura de Carreiras.

Vale ressaltar que os Administradores são portadores de diploma de nível superior, muitos dos quais com especialização e pós-graduação, ingressaram no Serviço Público Federal por concurso público, conforme preceitua a Constituição Federal Brasileira, e se encontram devidamente registrados nos respectivos Conselhos Regionais de Administração.

De acordo com as informações extraídas das publicações do Sistema de Pessoal Civil da União, os Administradores, hoje, não ultrapassam a 1.750 cargos distribuídos nos vários Ministérios e órgãos e entidades da administração direta e indireta, para os quais propomos a nova Carreira.

Assim, com o objetivo aprimorar a Medida Provisória sob exame, apresentamos a presente emenda, incluindo nela os referidos servidores.

Sala das Sessões, – Senador **Arlindo Porto**.

**MP 2229-43**  
**000215**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43,**  
**DE 6 DE SETEMBRO DE 2001**

**EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se o § 3º do art. 4º da Medida Provisória.

**Justificação**

O dispositivo que propomos suprimir proíbe o servidor em estágio probatório das Carreiras de que trata a Medida Provisória de ser progredido, ou seja, receber progressões funcionais de um padrão para o

outro durante o estágio probatório. Trata-se de uma regra absurda, pois a efetivação do servidor, ao final do estágio probatório, deve ser objeto de avaliação específica, que não se confunde, obrigatoriamente, com a avaliação para fins de progressão. A regra constante da MP é o reconhecimento da incompetência dos órgãos administrativos, que partem da premissa de que as avaliações para fins de progressão são distorcidas pela complacência. Aí, pune-se o servidor, proibindo-se a sua progressão funcional durante o estágio probatório.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2001. – Deputado **Paulo Paim**, PT/RS.

**MP 2229-43**

**000216**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, de 6 de setembro**

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se, ao “caput” do art. 6º e ao Anexo XVII a seguinte redação:

Art. 6º. Os cargos efetivos de que tratam os incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, e o inciso II do art. 1º da Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, reestruturados na forma do Anexo I, tem a sua correlação de cargos estabelecida no Anexo XVII.

**Anexo XVII**

SITUAÇÃO EM 29 DE JUNHO DE 2000				SITUAÇÃO NOVA	
Cargo	Classe	Padrão	Padrão	Classe	Cargo
Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA	A	III	III	ESPECIAL	Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
		II	II		
		I	I		
	B	VI	VI	C	Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
	C	I	I	B	Analista de Comércio Exterior
		VI	VI		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA	D	II	II	A	Fiscal Federal Agropecuário
		I	I		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
	E	II	II	A	Inspetor e Analista da CVM
		I	I		
		V	V		
		IV	IV		
		III	III		
		II	II		
		I	I		
Analista de Comércio Exterior					Analista Técnico da SUSEP
Fiscal de Defesa Agropecuária					
Médico Veterinário					
Inspetor e Analista da CVM					
Analista Técnico da SUSEP					

**Justificação**

O Anexo XVII da medida provisória estabelece regra de enquadramento para fins de transposição dos ocupantes de cargos para a nova estrutura fixada pelo art. 6º. Assim, os atuais servidores serão transpostos padrão a padrão, a partir do padrão A-V, para uma tabela cuja quantidade de padrões é muito superior à anteriormente fixada, o que acarretará, por um lado, prejuízos para os futuros servidores dessas carreiras e um curso muito prolongado até o final da tabela. Assim, visa a presente emenda propor regra que assegure tratamento mais adequado, isonômico com o que foi atribuído às carreiras fiscais.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2001. – Deputado **Paulo Paim**, PT/RS.

**MP 2229-43**  
**000217**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43,**  
**DE 6 DE SETEMBRO DE 2001**

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao art. 7º a seguinte redação:

Art. 7º Incumbe aos ocupantes dos cargos de que trata o artigo anterior o exercício das atribuições previstas em leis e regulamentos específicos, em especial o disposto nos arts. 21 a 24 da Lei nº 9.625, de 1998, na Lei nº 7.834, de 6 de outubro de 1989, e no inciso II do art. 1º da Lei nº 9.620, de 1998.

**Justificação**

Ao explicitar que permanecem em vigor as normas específicas, cabe ressaltar a vigência da Lei nº 7.834/89, que define como atribuições dos Especialistas em Políticas Públicas o exercício de atribuições de direção e assessoramento nos escalões superiores da Administração Federal.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2001. – Deputado **Paulo Paim**, PT/RS.

**MP 2229-43**  
**000218**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43,**  
**DE 6 DE SETEMBRO DE 2001**

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao **caput** do art. 20 a seguinte redação:

“Art. 20. O valor da GDACT será de até cinquenta por cento para os cargos de nível superior, de até trinta por cento para os cargos de nível intermediário e de até vinte e

dois por cento para os cargos de nível auxiliar, incidentes sobre o vencimento básico do servidor.

.....”

**Justificação**

O art. 20 estabelece percentuais de gratificação para os servidores das carreiras de Ciência e Tecnologia que resultam, em face do vencimento básico estabelecido, valores inferiores aos resultantes para as demais carreiras, mesmo se considerados os adicionais de titulação. A presente emenda visa atenuar essa distorção garantindo percentuais de gratificação mais adequados ao que requer a área de C&T para sua valorização.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2001. – Deputado **Paulo Paim**, PT/RS.

**MP 2229-43**  
**000219**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43,**  
**DE 6 DE SETEMBRO DE 2001**

**EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se o inciso III do § 1º do art. 38 da medida provisória.

**Justificação**

O inciso III do § 1º do art. 38 proíbe os Procuradores Federais de manifestarem-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto conexo às suas atribuições, salvo se autorizados expressamente pelo Advogado Geral da União. É uma verdadeira “mordaca” que impede inclusive a publicação de artigos em revistas jurídicas, tolhendo a liberdade de expressão e manifestação dos Procuradores, mesmo quando abordando temas correlatos à sua esfera de atuação em tese. Fere-se, assim, o art. 5º da CF, cujo inciso IX prescreve:

“Art. 5º .....

IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;”

Não está em discussão, aqui, o sigilo profissional, ou a lealdade do servidor à instituição a que serve, mas o seu direito de expressão intelectual, científica e de comunicação. Por isso, deve ser o inconstitucional inciso subtraído.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2001. – Deputado **Paulo Paim**, PT/RS.

**MP 2229-43  
000220****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43,  
DE 6 DE SETEMBRO DE 2001****EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao inciso 40 a seguinte redação:

Art. 40. São transpostos para a Carreira de Procurador Federal, os titulares dos cargos de que trata o artigo anterior, cuja investidura nos respectivos cargos tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 1º A transposição deve observar a correlação estabelecida no Anexo VI.

§ 2º À Advocacia-Geral da União incumbe verificar, caso a caso, a regularidade da aplicação deste artigo, quanto às transposições por ele efetivadas.

§ 3º Os servidores ocupantes dos cargos de que trata o artigo anterior cuja investidura tenha observado as normas constitucionais e ordinárias, anteriores a 5 de outubro de 1988, sem a aprovação em concurso público, serão transpostos apenas se aprovados em concurso público para fins de efetivação, na forma do parágrafo único do art. 19 do ADCT.

**Justificação**

O art. 40 assegura, de maneira indiscriminada, aos ocupantes de cargos de bacharem em direito, a transposição para o cargo de Procurador Federal, sem observar o requisito da investidura em concurso público. Vale lembrar aqui o que entende o STF quanto ao que dispõe a CF, em casos semelhantes:

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO RE-157214 / PA – Relator**

**Ministro FRANCISCO REZEK**

Publicação: DJ DATA-20-6-97 PP-28485 EMENT VOL-01874-05 PP-00855

Julgamento: 23-4-1996 – Segunda Turma

Ementa: Recurso Extraordinário. Funcionário Público. Art. 19 do ADCT.

A estabilidade prevista no art. 19 do ADCT não garante ao servidor a permanência em cargo diverso daquele em que ingressou no serviço público, tampouco lhe assegura a efetivação, sem aprovação em concurso. Recurso extraordinário conhecido e provido.

Portanto, a efetivação em cargo de carreira, ainda mais quando em cargo distinto daquele em que foi estabilizado o servidor não concursado, é inconstitucional e só pode ocorrer após aprovação em concurso de efetivação, como também demonstra a decisão unânime do STF no RE nº 167635:

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO 167635 / PA – Relator Ministro MAURICIO CORREA**

Publicação: DJ DATA-7-2-97 PP-01355 EMENT VOL-01856-04 PP-00732

Julgamento: 17-9-1996 – Segunda Turma

Ementa: Recurso Extraordinário em Mandado de Segurança. Funcionário Público Estadual admitido sem concurso público e redistribuído para Assembléia Legislativa do Estado. Efetivação por resolução da Mesa. Forma derivada de investidura em cargo público.

Desfazimento do ato administrativo pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa. Ilegalidade do ato que declarou a nulidade da investidura do servidor. Improcedência. Efetividade e estabilidade.

2. Efetividade e estabilidade. Não há que confundir efetividade com estabilidade. Aquela é atributo do cargo, designando o funcionário desde o instante da nomeação; a estabilidade é aderência, é integração no serviço público, depois de preenchidas determinadas condições fixadas em lei, e adquirida pelo decurso de tempo.

3. Estabilidade: arts. 41 da Constituição Federal e 19 do ADCT. A vigente Constituição estipulou duas modalidades de estabilidade no serviço público; a primeira, prevista no art. 41, é pressuposto inarredável à efetividade. A nomeação em caráter efetivo constitui-se em condição primordial para a aquisição da estabilidade, que é conferida ao funcionário público investido em cargo, para o qual foi nomeado em virtude de concurso público. A segunda, prevista no art. 19 do ADCT, é um favor constitucional conferido àquele servidor admitido sem concurso público há pelo menos cinco anos antes da promulgação da Constituição. Preenchidas as condições insertas no preceito transitório, o servidor é estável, mas não é efetivo, e possui somente o direito de permanência no serviço público no cargo em que fora admitido, todavia sem incorporação na carreira, não tendo direito a progressão funcional nela, ou a desfrutar de benefícios que sejam privativos de seus integrantes.

3.1. O servidor que preencher as condições exigidas pelo art. 19 do ADCT-CF/88 é estável no cargo para o qual fora contratado pela Administração Pública, mas não é efetivo. Não é titular do cargo que

ocupa, não integra a carreira e goza apenas de uma estabilidade especial no serviço público, que não se confunde com aquela estabilidade regular disciplinada pelo art. 41 da Constituição Federal. Não tem direito a efetivação, a não ser que se submeta a concurso público, quando, aprovado e nomeado, fará jus à contagem do tempo de serviço prestado no período de estabilidade excepcional, como título.

Assim, para que não se produza situação inconstitucional, a presente emenda visa condicionar a transposição dos servidores não concursados para a Carreira de Procurador Federal à aprovação no concurso de efetivação exigido pelo § 10 do art. 19 do ADCT, evitando-se assim a deslegitimação dos representantes judiciais das autarquias e fundações no exercício de seus cargos.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2001. – Deputado **Paulo Paim**, PT/RS.

**MP 2229-43**  
**000221**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43,**  
**DE 6 DE SETEMBRO DE 2001**

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao art. 56 a seguinte redação:

Art. 56. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa Educacional – GDAE, devida aos ocupantes dos cargos Técnico-Administrativos das Instituições Federais de ensino, vinculadas ao Ministério da Educação, referidos no art. 55, no percentual de cinquenta por cento sobre o somatório do vencimento básico e da Gratificação de Atividade Executiva.

§ 1º A GDAE será paga em virtude de avaliação individual de desempenho, a ser implementada na forma de regulamento que será editado pelo Poder Executivo no prazo de cento e vinte dias a contar da publicação desta lei.

§ 2º Até a entrada em vigor do regulamento referido no parágrafo anterior, a GDATA será devida no valor de 50% de seu limite máximo, considerados os percentuais referidos nas alíneas **a**, **b** e **c** do § 1º.

§ 3º A GDAE incorpora-se aos proventos de aposentadoria e pensão, com base na média do percentual efetivamente pago ao servidor nos últimos vinte e quatro meses de exercício anteriores à aposentadoria ou instituição de pensão.

§ 4º Os servidores aposentados e pensionistas em gozo de benefício na data da publicação desta lei perceberão a GDATA calculada com base em 75% do seu limite máximo.

**Justificação**

O art. 56, em sua redação original, institui a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa Educacional – GDAE, para os servidores das IFES, mas o faz de maneira perversa, que em certas situações acarreta até mesmo redução de remuneração, posto que a nova vantagem substitui a GAE e é fixado patamar mínimo de 140%, quando a GAE é de 160% e tem natureza vencimental. Solução mais justa seria fazer incidir a nova gratificação, em percentual superior ao proposto pela MP, sobre a soma da GAE e do vencimento básico instituído pela MP, o que resultaria, vis a vis a situação anterior, em acréscimo de remuneração de até 78,83%. A medida provisória autoriza um acréscimo máximo de 37%, que não satisfaz às necessidades de recomposição salarial dos servidores das IFES.

Sala das Sessões, 17 de agosto de 2001. – Deputado **Paulo Paim**, PT/RS.

**MP 2229-43**  
**000222**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43,**  
**DE 6 DE SETEMBRO DE 2001**

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao inciso 58 a seguinte redação:

Art. 53. Fica criada, no âmbito do Poder Executivo da União, a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA, devida aos servidores:

I – ocupantes de cargos efetivos das categorias funcionais do Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei nº 5.645, de 1970, não abrangidos pelas demais Gratificações instituídas por esta lei;

II – da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, ocupantes de cargos efetivos que não façam jus a quaisquer outras gratificações de desempenho, independentemente de sua denominação, instituídas a partir de 1º de dezembro de 1994.

§ 1º A Gratificação de que trata o **caput** será devida no percentual de cinquenta por cento sobre o somatório do vencimento básico e da gratificação de atividade executiva.



§ 2º A GDATA será paga em virtude de avaliação individual de desempenho, a ser implementada na forma de regulamento que será editado pelo Poder Executivo no prazo de cento e vinte dias a contar da publicação desta lei.

§ 3º Até a entrada em vigor do regulamento referido no parágrafo anterior, a GDATA será devida no valor de 50% de seu limite máximo, considerados os percentuais referidos nas alíneas **a**, **b** e **c** do § 1º.

§ 4º A GDATA incorpora-se aos proventos de aposentadoria e pensão, com base na média do percentual efetivamente pago ao servidor nos últimos vinte e quatro meses de exercício anteriores à aposentadoria ou instituição de pensão.

§ 5º Os servidores aposentados e pensionistas em gozo de benefício na data da publicação desta lei perceberão a GDATA calculada com base em 75% do seu limite máximo.

§ 6º Aplica-se aos servidores referidos no **caput** a Tabela de Vencimentos do Anexo XVIII desta lei.

#### Justificação

O art. 58, em sua redação original, visa contornar igualmente a Constituição, estabelecendo gratificação de “função técnica” que agride tanto o princípio da isonomia quanto o art. 40 da CF, que assegura proventos integrais ao servidor. Isso porque, como é óbvio, não se trata de uma vantagem devida em face do exercício de atribuições adicionais ou extraordinárias, mas do exercício do próprio cargo efetivo e de suas atribuições. A sua concessão será discricionária, e limitada, e o seu valor não se incorpora aos proventos de aposentadoria, nem é devida aos aposentados e pensionistas. Apenas um número limitado de servidores em cada categoria funcional poderia fazer jus a ela. Tanto é essa a natureza da vantagem que ela é expressamente vedada aos servidores cujos cargos tenham sido estruturados em carreiras ou tenham sido abrangidos pela Medida Provisória em tela, ou seja, é vantagem devida como compensação pela não estruturação em carreira ou pela ausência de gratificações de Desempenho (já que em geral apenas os servidores integrantes de carreiras específicas foram contemplados com tais vantagens). É também um meio de burlar a não concessão de data-base aos servidores federais, embora determinada a revisão geral anual pelo art. 37, X da CF, por meio de um “paliativo” seletivo e que não atende ao que determina

a CF. Assim, a presente emenda tem o propósito de atenuar essa situação, até que solução mais duradoura venha a ser implementada.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2001. – Deputado **Paulo Paim**, PT/RS.

**MP 2229-43**  
**000223**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001**

##### **EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se o inciso I do art. 59.

#### **Justificação**

O inciso que pretendemos suprimir fere o art. 40, § 3º da CF, que assegura ao servidor a aposentadoria integral, condicionando esse direito apenas aos requisitos de idade mínima e de tempo de contribuição, além do exercício do cargo em que se dará a aposentadoria pelo período mínimo de 5 anos. Assim, cumpridos esses requisitos, o servidor fará jus aos proventos no valor da remuneração percebida na data da aposentadoria, não podendo exceder, na forma do § 2º do art. 40, o valor dessas remunerações. O inciso condiciona o deferimento da aposentadoria integral – vencimentos mais as Gratificações criadas pela MP – à percepção das Gratificações pelo prazo mínimo de cinco anos, o que é abusivo e irregular, posto que quem já as percebe a um ano ou a seis meses, por exemplo, faz jus à aposentadoria integral com base na remuneração efetivamente percebida. Por isso, deve o mesmo ser suprimido, sob pena de protelar o exercício de direito assegurado pela CF.

Sala das Sessões, 17 de setembro 2001. – Deputado **Paulo Paim**, PT/RS.

**MP 2229-43**  
**000224**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001**

##### **EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao art. 60 a seguinte redação:

Art. 60. Aplicam-se as disposições desta lei às aposentadorias e pensões, assegurando-se aos beneficiários de aposentadoria e pensão existentes em 29 de junho de 2000 a respectiva Gratificação de Desempenho no percentual de setenta e cinco por cento do valor máximo devido aos servidores ativos.

**Justificação**

O art. 60. da Medida Provisória exclui da aplicação da Medida Provisória, relativamente às Gratificações instituídas, as aposentadorias e pensões concedidas antes de 30 de junho de 2000, ferindo o art. 40, § 8º da CF. Essa distinção é inadmissível, uma vez que o dispositivo constitucional assegura a paridade de tratamento entre ativos e inativos, e as Gratificações de Desempenho, por sua natureza, têm aplicação geral aos ativos e integram a remuneração para todos os efeitos, devendo portanto ser estendidas aos aposentados e pensionistas.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2001. – Deputado **Paulo Paim**, PT/RS.

**MP 2229-43**  
**000225**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43,**  
**DE 6 DE SETEMBRO DE 2001**

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao art. 60 a seguinte redação:

Art. 60. Aplica-se o disposto nesta lei aos proventos de inatividade e às pensões deles decorrentes.

§ 1º As Gratificações instituídas por esta lei serão devidas aos aposentados e pensionistas em gozo do benefício na data da criação da respectiva gratificação com base no percentual médio atribuído aos servidores em atividade da respectiva carreira ou cargo, incidente sobre os respectivos vencimentos básicos.

§ 2º As Gratificações instituídas por esta lei serão devidas aos aposentados e pensionistas que venham a entrar em gozo do benefício a partir da data da criação com base na média aritmética dos maiores valores percebidos nos meses anteriores à aposentadoria ou instituição da pensão, decorridos desde a criação da gratificação, até o máximo de sessenta meses.

**Justificação**

O art. 60. da MP confraria gravemente o art. 40, § 8º da CF, que assegura aos aposentados e pensionistas a paridade com os ativos. A MP relativiza esse direito, submetendo-o ao cumprimento de um requisito de cinco anos no exercício do cargo com o recebimento da Gratificação respectiva, para que faça jus à aposentadoria integral, como prevê o inciso I do art. 59. E o pensionista fica totalmente

prejudicado, pois sequer poderá fazer gozo da “reversão” ao cargo em que se deu a aposentadorias.

Assim, não pode a ordem constitucional compactuar com tal irregularidade, sob pena de tomar-se a Constituição letra morta a partir de espertezas tais como a criação de “gratificações de desempenho” que se presume devidas apenas aos ativos ou àqueles que na data da inativação as percebiam. Isso por si só já é um contra-senso, a recomendar a substituição do dispositivo pelo que ora propomos.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2001. – Deputado **Paulo Paim**, PT/RS.

**MP 2229-43**  
**000226**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43,**  
**DE 6 DE SETEMBRO DE 2001**

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao parágrafo único do art. 60 da Medida Provisória a seguinte redação:

Art. 60. ....

Parágrafo único. A gratificação a que se refere o art. 56 desta lei aplica-se aos aposentados e pensionistas, no percentual de setenta e cinco por cento de valor máximo devido aos servidores ativos.

**Justificação**

O parágrafo único do art. 60, ao tratar da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Educacional, limita essa vantagem a cento e quarenta por cento, impedindo, assim, na prática, que façam jus ao total da gratificação, que é de 200%, e afastando a aplicação do art. 40, § 8º aos beneficiários de aposentadoria e pensão. Trata-se de abuso que deve ser afastado por meio de emenda congressional, antes mesmo que o seja pelo Poder Judiciário, tão flagrante é a inconstitucionalidade dessa medida.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2001. – Deputado **Paulo Paim**, PT/RS.

**MP 2229-43**  
**000227**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43,**  
**DE 6 DE SETEMBRO DE 2001**

**EMENDA SUPRESSIVA**

Dê-se ao inciso IV do art. 61 a seguinte redação:

“Art. 61. ....  
.....

IV – Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, 25%, 15% e 11%, para os cargos de nível superior, intermediário e auxiliar, respectivamente.

....."

#### Justificação

Tendo em vista a emenda oferecida ao art. 61, é também necessário que os percentuais de GDACT sejam elevados, mantendo-se a proporção de 50% em relação ao percentual definitivo assegurada às demais carreiras pela MP.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2001. – Deputado **Paulo Paim**, PT/RS.

**MP 2229-43**  
**000228**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001**

##### EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso IV do art. 61 a seguinte redação:

"Art. 61. ....

IV – Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, 17,5%, 7,5% e 2,5%, para os cargos de nível superior, intermediário e auxiliar, respectivamente.

....."

#### Justificação

A fim de que seja assegurado o princípio constitucional da isonomia, a GDACT deve ser assegurada, até sua regulamentação, no percentual de 50% do seu limite máximo para os servidores das Carreiras de C&T. A MP ignorou esse princípio, prejudicando a esses servidores sem justificativa razoável.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2001. – Deputado **Paulo Paim**, PT/RS.

**MP 2229-43**  
**000229**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001**

##### EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se à alínea **b** do inciso IX do item 4 do Demonstrativo de que trata o art. 62 da Lei nº 9.995/2000, introduzido pelo Anexo XIX da Medida Provisória, a seguinte redação:

IX – Ministério da Previdência e Assistência Social

**b)** criação de 5.000 cargos públicos no Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social;

#### Justificação

Ao incluir a previsão de criação de 5.000 empregos públicos no INSS, a alínea **b**, do item IX supra transcrita flexibiliza a interpretação quanto à possibilidade de implantação de empregos públicos na Administração Pública Federal. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado define a previdência social básica como atividade exclusiva de Estado, o que, ao teor do art. 247 da Constituição, exige que tais atividades sejam exercidas por servidores protegidos por garantias especiais contra a perda do cargo. Essas garantias são dada pelo regime estatutário, e jamais pelo regime de emprego, o que produz incompatibilidade entre a criação empregos no INSS e o exercício das atividades inerentes à autarquia.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2001. – Deputado **Paulo Paim**, PT/RS.

**MP 2229-43**  
**000230**

#### **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001**

##### EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao **caput** do art. 63 a seguinte redação:

Art. 63. Na hipótese de redução de remuneração decorrente da aplicação do disposto nesta lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida, no todo ou em parte, por ocasião do início do pagamento das gratificações referidas no art. 61 em seu percentual normal.

#### Justificação

A vantagem pessoal decorrente da aplicação da nova estrutura remuneratória somente pode vir a ser absorvida quando implementadas as gratificações em seus percentuais permanentes. De outro lado, estar-se-á criando uma distorção, posto que ao ser enquadrado e promovido haveria redução do valor da vantagem, mas não em função da sua integralização. Distorções que provocariam desequilíbrios internos nas carreiras, que devem ser prevenidos por meio de regra correta e idônea.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2001. – Deputado **Paulo Paim**, PT/RS.

**MP 2229-43  
000231**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43,  
DE 6 DE SETEMBRO DE 2001**

**EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao art. 72 a seguinte redação:

“Art. 72. Ficam os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional dos Poderes da União autorizados a custear as despesas com remoção e estada para os servidores que, em virtude de nomeação para cargos efetivos ou cargos em Comissão de Natureza Especial, de Direção, de Gerência Executiva, de Assessoria DAS-4 ou superiores, CD-I e II, CGE I, II, III e IV, CA I e II, e para Cargos Comissionados Técnicos nos níveis CCT V e IV, vierem a ter ou tenham exercício em cidade diferente da de seu domicílio original ou que não sejam, assim como seus cônjuges, proprietários, cessionários ou usufrutuários de imóvel em localidade situada a, no mínimo, cinquenta quilômetros do local de trabalho, conforme disposto em regulamento, observados os limites de valores estabelecidos para a Administração Federal direta.

Parágrafo único. Em caso de serem ambos os cônjuges servidores cuja situação se enquadre no disposto no **caput**, e que exerçam os respectivos cargos na mesma localidade, as despesas de estada serão pagas a somente um deles.”

**Justificação**

O art. 72 altera dispositivo da Lei nº 9.986, de 2000, que trata do quadro de pessoal das agências reguladoras, para disciplinar o pagamento de vanta-

gem que, nessas condições configura-se como um privilégio injustificável. O simples fato de serem as agências reguladoras entidades criadas por leis recentes não é causa suficiente para sustentar o pagamento de auxílio moradia para os ocupantes de cargos e funções comissionadas nessas entidades. Ou se trata a questão em caráter geral, fixando regra legal válida para todos os casos, contemplando inclusive os servidores concursados que não sejam proprietários, ou deve ser rediscutida a função desse tipo de vantagem indenizatória, já que deve prevalecer o princípio segundo o qual onde presente a mesma razão de direito, deve aplicar-se a mesma regra jurídica.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2001. – Deputado **Paulo Paim**, PT/RS.

**MP 2229-43  
000232**

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43,  
DE 6 DE SETEMBRO DE 2001**

**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se, no art. 78, a seguinte expressão:

“os arts. 5º, 6º, 9º, § 2º do art. 11, 25 e 26 da Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998”.

**Justificação**

Por meio de injustificável omissão, a medida provisória não revogou expressamente dispositivos da Lei nº 9.625/98 que são incompatíveis com o seu escopo e conteúdo, que é a valorização salarial de diversas carreiras, dentre elas as do Ciclo de Gestão. Assim, impõe-se revogar os arts. 5º, 6º, 9º e o § 2º do art. 11, assim como os arts. 25 e 26 da Lei nº 9.625, que são contraditórios com a nova sistemática de remuneração e limitadores do aproveitamento dos servidores das carreiras de gestão.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2001. – Deputado **Paulo Paim**, PT/RS.

# **Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização \***

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Comissão instalada em 23-5-2001

## **Composição**

Presidente: Senador Carlos Bezerra

1º Vice-Presidente: Deputado Santos Filho

2º Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

3º Vice-Presidente: Deputado Virgílio Guimarães

### **SENADORES**

#### **Titulares**

#### **Suplentes**

#### **PMDB**

Pedro Ubirajara  
Wellington Roberto  
Nabor Júnior  
Gilberto Mestrinho  
Amir Lando  
Carlos Bezerra  
Marluce Pinto

1. Alberto Silva  
2. Gilvam Borges  
3. Ney Suassuna  
4. Valmir Amaral  
5. (vago)  
6. (vago)  
7. (vago)

#### **PFL**

Mozarildo Cavalcanti  
Moreira Mendes  
Eduardo Siqueira  
Campos  
Jonas Pinheiro  
José Coelho

1. Carlos Patrocínio  
2. Romeu Tuma  
3. Hugo Napoleão  
4. Francelino Pereira  
5. Geraldo Althoff

#### **PSDB**

Romero Jucá  
Nilo Teixeira Campos  
Antero Paes de Barros  
(vago)

1. Ricardo Santos  
2. Sergio Machado  
3. Lúcio Alcântara  
4. Lúdio Coelho

#### **Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)**

Tião Viana  
Paulo Hartung  
Sebastião Rocha

1. Eduardo Suplicy  
2. Roberto Freire  
3. Jefferson Peres

#### **PSB**

Ademir Andrade

1. Roberto Saturnino

#### **PPB**

Leomar Quintanilha

1. (vago)

#### **(\*)PTB**

Arlindo Porto

1. (vago)

---

## DEPUTADOS

### Titulares

### Suplentes

#### **Bloco PSDB/PTB**

Alberto Goldman-SP	1. Armando Abílio-PB
Anivaldo Vale-PA	2. Carlos Batata-PE
Arnon Bezerra-CE	3. Domiciano Cabral-PB
Basílio Villani-PR	4. Fátima Pelaes-AP
Félix Mendonça-BA	5. Fernando Gonçalves-RJ
Helenildo Ribeiro-AL	6. Josué Bengtson-PA
João Almeida-BA	7. Lidia Quinan-GO
José Carlos Elias-ES	8. Nilo Coelho-BA
Lúcia Vânia-GO	9. Ricarte de Freitas-MT
Narcio Rodrigues-MG	10. Renildo Leal-PA
Paulo Feijó-RJ	11. Paulo Kobayashi-SP
Sampaio Dória-SP	12. Danilo de Castro-MG
Paulo Mourão-TO	13. Juquinha-GO
Roberto Rocha-MA	14. Raimundo Gomes de Matos-CE
Romeu Queiroz-MG	15. Sérgio Barros-AC
Zila Bezerra-MT	16. Augusto Franco-SE

#### **Bloco PFL/PST**

Antônio Carlos Konder Reis-SC	1. Aracely de Paula-MG
Divaldo Suruagy-AL	2. Átila Lins-AM
Jorge Khoury-BA	3. Cláudio Cajado-BA
José Carlos Aleluia-BA	4. Pacs Landim-PI
Lael Varella-MG	5. Francisco Garcia-AM
Luciano Castro-RR	6. Francisco Rodrigues-RR
Mussa Demes-PI	7. Gerson Gabrielli-BA
Neuton Lima-SP	8. Gervásio Silva-SC
Osvaldo Coelho-PE	9. Ildefonso Cordeiro-AC
Paulo Braga-BA	10. Darci Coelho-TO
Pedro Fernandes-MA	11. José Carlos Coutinho-RJ
Santos Filho-PR	12. José Thomaz Nonô-AL
Wilson Braga-PB	13. Laura Carneiro-RJ

## DEPUTADOS

### PMDB

Antônio do Valle-MG	1. Alceste Almeida-RR
Jonival Lucas Júnior-BA	2. Coriolano Sales-BA
José Borba-PR	3. Jorge Alberto-SE
José Chaves-PE	4. Silas Brasileiro-MG
José Priante-PA	5. Zé Gomes da Rocha-GO
Milton Monti-SP	6. Darcísio Perondi-RS
Pedro Chaves –GO	7. Osvaldo Reis-TO
Olavo Calheiros-AL	8. (vago)
Marcelo Teixeira-CE	9. (vago)
Pedro Novais-MA	10. (vago)
João Matos-SC	11. (vago)
Marçal Filho-MS	12. (vago)

### PT

Carlito Meress-SC	1. Gilmar Machado-MG
João Coscr-ES	2. João Paulo-SP
João Grandão-MS	3. Luiz Sérgio-RJ
João Magno-MG	4. Paulo Paim-RS
Jorge Bittar-RJ	5. José Pimentel-CE
Pedro Celso-DF	6. Professor Luizinho-SP
Virgílio Guimarães-MG	7. Telma de Souza-SP

### PPB

Almir Sá-RR	1. Wagner Salustiano-SP
Roberto Balestra-GO	2. Enivaldo Ribeiro-PB
Márcio Reinaldo Moreira-MG	3. Vadão Gomes-SP
Nelson Meurer-PR	4. Eliseu Moura-MA
João Pizzolatti-SC	5. João Tota-AC
João Leão-MG	6. Ricardo Barros-PR

## DEPUTADOS

### **Bloco PSB/PC do B**

Alexandre Cardoso-RJ	1.Agnelo Queiroz-DF
Gonzaga Patriota-PE	2.Givaldo Carimbão-AL
Sérgio Miranda-MG	3.Socorro Gomes-PA

### **Bloco PDT/PPS**

Airton Dipp	1.Olimpio Pires
Giovanni Quciroz	2.Pompco de Mattos
Pedro Eugênio-PE	3.Clementino Coelho-PE

### **Bloco PL/PSL**

Eujácio Simões-BA	1.Lincoln Portela-MG
João Caldas-AL	2.Oliveira Filho-PR
Cornélio Ribeiro-RJ	3.Robério Araújo-RR

### **(\*)PV**

Orlando Desconsi-RS (cessão)	1.Dr. Rosinha-PR (cessão)
---------------------------------	---------------------------



## **CONGRESSO NACIONAL**

### **ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

#### **COMPOSIÇÃO EM 16 DE AGOSTO DE 2001**

**Presidente: Senador Jefferson Péres (1)**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  <b>Deputado JUTAHY JÚNIOR</b>  <b>(Bloco PSDB/PTB-BA)</b> Telefones: 318-8221 e 318-7167/8224	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b>  <b>Senador RENAN CALHEIROS</b>  <b>(PMDB-AL)</b> Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  <b>Deputado WALTER PINHEIRO</b>  <b>(PT-BA)</b> Telefones: 318-5274 e 318-5170	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b>  <b>Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA</b>  <b>(Bloco PT/PDT/PPS-SE)</b> Telefones: 311-2391/2397 e 311-3191/3192
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> <b>Deputado HÉLIO COSTA</b> <b>(PMDB-MG)</b>  Telefones: 318-5206 e 318-6992/6997	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> <b>Senador JEFFERSON PÉRES</b> <b>(Bloco PT/PDT/PPS-AM)</b>  Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

(1) Eleito na 1ª Reunião do Órgão, realizada em 15.8.2001, às 17 horas.

#### **SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-3265

# COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

## MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE							
VICE-PRESIDENTE							
SECRETÁRIO-GERAL							
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO							

## MEMBROS TITULARES

## MEMBROS SUPLENTES

### SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
<b>PMDB</b>									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	###15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
<b>PFL</b>									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ COELHO	PE	@@@04	311 1184	323 6494
<b>Bloco (PSDB/PPB)</b>									
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	1. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	2. LEOMAR QUINTANILHA	TO	###08	311-2071	323-3188
<b>PT/PDT/PPS</b>									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	JEFFERSON PÉRES	AM	###07	311-2061	323-3189
<b>PTB</b>									
ARLINDO PORTO	MG	*05	311-2324	323-2537	VAGO				

### LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTEs				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. NELSON MARCHEZAN	RS	#13	318-5963	3182963
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÊA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
ALOIZIO MERCADANTE	SP	825	318-5825	318-2825	PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	3182268
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	CELso RUSSOMANO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/PcdoB									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

<b>LEGENDA:</b>
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
# GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

<b>SECRETARIA DA COMISSÃO:</b>
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
www.camara.gov.br/mercosul
e_mail - cpom@camara.gov.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 04/09/2001



**EDIÇÃO DE HOJE: 200 PÁGINAS**